

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS, AMBIENTAIS E DE TECNOLOGIA
PÓS-GRADUAÇÃO EM URBANISMO

Carolina Gonçalves Nunes

**FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO E ESPAÇO URBANO DE
BRAGANÇA PAULISTA: DOS PRIMÓRDIOS À 1830.**

Orientadora: Prof. Dra. Ivone Salgado

PUC-CAMPINAS

2016

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS, AMBIENTAIS E DE TECNOLOGIA
PÓS-GRADUAÇÃO EM URBANISMO

**FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO E ESPAÇO URBANO DE BRAGANÇA
PAULISTA: DOS PRIMÓRDIOS À 1830.**

Carolina Gonçalves Nunes

Dissertação apresentada como exigência para a obtenção do título de Mestre em Urbanismo do Programa de Pós-Graduação na área de Arquitetura e Urbanismo do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Orientadora: Prof. Dra. Ivone Salgado

CAMPINAS, 2016

CAROLINA GONÇALVES NUNES

"Formação do território e espaço urbano de Bragança Paulista: dos primórdios à 1830."

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Urbanismo do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como requisito para obtenção do título de Mestre em Urbanismo.

Área de Concentração: Urbanismo.

Orientadora: Profa. Dra. Ivone Salgado

Dissertação defendida e aprovada em 17 de fevereiro de 2016 pela Comissão Examinadora constituída dos seguintes professores:

Profa. Dra. Ivone Salgado

Orientadora da Dissertação e Presidente da Comissão Examinadora
Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Profa. Dra. Renata Baesso Pereira

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Profa. Dra. Telma de Barros Correia

Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Ficha Catalográfica

Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas e

Informação - SBI - PUC-Campinas

t301.36 **Nunes, Carolina Gonçalves.**
N972f **Formação do território e espaço urbano de Bragança Paulista: dos**
primórdios à 1830 / Carolina Gonçalves Nunes. -Campinas: PUC-Cam-
pinas, 2016.

204p.

Orientadora: Ivone Salgado.

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias, Pós-Graduação em Urbanismo.

Inclui anexo e bibliografia.

Para meus filhos Pietra e João.

AGRADECIMENTOS:

Aos meus pais, Fátima e Wagner por sempre me incentivarem. A minha mãe pelo amor incondicional por mim e pelos meus. A meu pai pelo carinho, interesse e todos os gráficos do trabalho, você me ajudou muito.

Ao meu amor Carlos Henrique “Carlão” por acreditar e estar ao meu lado sempre, e principalmente ceder suas mãos nos momentos mais difíceis, te amo, você me faz muito feliz.

Minhas irmãs Dimalice e Agnes por estarem sempre por perto.

A querida amiga Larissa Pereira pelo enorme incentivo, força e parceria.

Aos colegas de sala que dividiram as dificuldades com alegria e bom humor deixando as obrigações mais leves, em especial Natália Magalhães, Marcelo Piovani e Ana Carolina Almeida.

Aos professores que sempre demonstraram respeito e muita atenção para transmitir seus conhecimentos. Em especial a professora Dra. Renata Baesso Pereira que me acompanha desde o início e dedicou também seu tempo para estar fazendo parte das bancas, transmitindo ainda mais sua atenção e conhecimento à dissertação, contribuição fundamental.

Ao Museu Oswaldo Russomano e ao CDAPH- USF (Bragança Paulista) pelo apoio e atenção.

CAPES, pelo financiamento para o desenvolvimento da Pesquisa.

A professora Dra. Telma Correia pela atenção e dedicação em contribuir com a dissertação participando das bancas de qualificação e de defesa, transmitindo seus conhecimentos com muita delicadeza e respeito.

E finalmente minha querida professora e orientadora, Ivone Salgado que teve paciência em me receber e trabalhar ao meu lado todo esse tempo com atenção, sabedoria e respeito, sem você eu não chegaria até aqui.

Obrigada.

RESUMO

NUNES, Carolina Gonçalves. Formação do território e espaço urbanos de Bragança Paulista: dos primórdios a 1830. 2016, 186f. Dissertação (mestrado em Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2015.

Este trabalho busca traçar uma análise da formação do território da atual cidade de Bragança Paulista, investigando desde a formação dos primeiros caminhos do sertão paulista que partiam da cidade de São Paulo em direção a região de estudo. Analisa a importante rede de cidades que se forma na região do Morro do Lopo e as conseqüentes transformações do domínio do território no período colonial, como: formação da divisa entre as Capitanias de São Paulo e Minas Gerais, agentes e personalidades envolvidas nessa transformação, a formação do patrimônio religioso, (Capela), a chegada do poder civil (Freguesia) até a emancipação; quando esta se torna Vila de Nova Bragança. Todo esse estudo busca vincular essas transformações com o que estava acontecendo na economia da colônia e na metrópole, enfatizando a importância dos bairros rurais para a consolidação do núcleo urbano da Vila de Nova Bragança, que inicia sua atividade econômica baseada na subsistência e posteriormente se desenvolve através de incentivos governamentais, na economia mista, esse desenvolvimento acontece concomitantemente com o crescimento urbano que é analisado na dissertação até o ano de 1835.

Termos de indexação: formação de caminhos, conflitos de divisa entre São Paulo e Minas Gerais, bairros rurais, economia mista e crescimento urbano.

ABSTRACT

NUNES, Carolina Gonçalves. Training planning and urban Bragança Paulista space: the beginnings to 1830. 2016, 186f. Dissertação (mestrado em Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2015.

This paper seeks to map out an analysis of the formation of the territory of the present city of Bragança Paulista, investigating since the formation of the first ways of São Paulo hinterland that left the city of São Paulo toward the study area. Analyzes the important network of cities that forms in the Lopo Hill region and the consequent transformations of spatial domain in the colonial period, such as: training of border between the captaincies of São Paulo and Minas Gerais, actors and personalities involved in this transformation, training of religious heritage (Chapel), the arrival of the civil power (Parish) to emancipation; when becomes New Bragança Village. All this study seeks to link these changes with what was happening in the economy of the colony and the metropolis, emphasizing the importance of rural districts to consolidate the urban center of New Bragança Village, which begins its economic activity based on subsistence and later develops through government incentives, the mixed economy, this development takes place concurrently with the urban growth that is analyzed in the dissertation by the year 1835.

Indexing terms: training paths, border conflicts between São Paulo and Minas Gerais, rural neighborhoods, economy mixed and growth urban

Sumário

Introdução.....	01
Capítulo 1.0. Os primeiros caminhos entre São Paulo e Minas Gerais e o acesso ao Morro do Lopo.....	12
Capítulo 2.0. A ocupação de território do Morro do Lopo e a formação da Vila de São João do Atibaia.....	27
Capítulo 3.0. Os conflitos de divisa entre São Paulo e Minas Gerais.....	39
Capítulo 4.0. A formação da Capela de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari.....	55
Capítulo 5.0. A Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari e seus bairros rurais.....	66
Capítulo 6.0. A condição socioeconômica da população da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari.....	81
Capítulo 7.0. A ampliação dos Caminhos na região da Vila de Nossa Senhora do Atibaia.....	92
Capítulo 8.0. Elevação Municipal: A elevação da Freguesia a Vila Nova Bragança.....	101
Capítulo 9.0. A dinâmica urbana da Vila Nova Bragança no contexto da Economia Mista.....	117
Capítulo 10.0. Formação do espaço urbano da Vila nova Bragança.....	148

Lista de Figura:

Figura 1: Largo da Matriz de Bragança Paulista, após segunda reforma quando construiu a torre, ano 1850.....	07
Figura 2: Áreas de antigas atividades de mineração de ouro nas Capitanias do Sul.....	16
Figura 3: Áreas de antigas atividades de mineração de ouro partindo de São Paulo.....	17
Figura 4: Carta Corográfica dos limites do Estado de Minas Gérias com o de São Paulo, 1767-1895 (data incerta).....	18
Figura 5: Caminho dos Cataguases saindo de São Paulo em direção às Minas Gerais.....	21
Figura 6: Primeiro Caminho para a Freguesia de São João do Atibaia.....	22
Figura 7: Caminho da Cantareira usado para ligar São Paulo ao sul de Minas Gerais.....	23
Figura 8: Caminho da Cantareira e Caminho de Atibaia.....	25
Figura 9: Região de São João do Atibaia, Jaguary, Santana do Sapucahy, Sapucahy e Campanha do Rio Verde e Rio Grande.....	43
Figura 10: Segunda demarcação de fronteira entre a capitania de São Paulo e Minas Gerais.....	44
Figura 11: Terceira demarcação de fronteiras das capitanias de São Paulo e Minas Gerais.....	45
Figura 12: Desenho de morador da Região em dúvida sobre a divisa das capitanias de São Paulo e Minas Gérias.....	46
Figura 13: Terceira demarcação de fronteiras das capitanias de São Paulo e Minas Gerais.....	48
Figura 14: “Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes e partes confinantes anno de 1767”.....	50
Figura 15: Bairro rural de Toledo na Freguesia de Jaguari, na Vila de São João do Atibaia, aonde um posto de Registro foi construído.....	51
Figura 16: Região de disputa de fronteiras entre as capitanias de São Paulo e Minas Gerais no mapa de 1800.....	53
Figura 17: Divisa atual dos Estados de Minas Gerais e São Paulo.....	54

Figura 18: Área da Construção da primeira capela no Bairro Rural de Jaguari.....	60
Figura 19: Rios e seus afluentes da região do Morro do Lopo.....	61
Figura 20: Morro do Lopo e Bairro Rural de Jaguari representados em mapa de 1751.....	62
Figura 21: Rio Jaguarí e sua relação com os Rios da região.....	63
Figura 22. Local da Construção da Capela e os rios Canivete e Anhumas.....	64
Figura 23: Espigão no qual se formou o núcleo urbano da Vila de Nova Bragança, foto de 1939.....	65
Figura 24, Ampliação das ruas após a elevação a freguesia.....	70
Figura 25: Imagem da primeira Capela com torre.....	71
Figura 26: Imagem da Igreja passando por reparos.....	71
Figura 27: Localização dos seis bairros iniciais da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari.....	74
Figura 28: Exemplar de uma folha do “Maço de População” da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari, ano 1767.....	76
Figura 29: Vista aérea das setes colinas que formam o relevo da Atual Cidade de Bragança Paulista.....	78
Figura 30: Hipótese de delimitação aproximada do termo da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari em 1765.....	79
Figura 31: Cidades que foram desmembradas do termo de Nossa senhora da Conceição do Jaguari.....	79
Figura 32: Esquema do desmembramento da Vila de São João do Atibaia da Cidade de São Paulo.....	80
Figura 33: Os Bairros Rurais de Freguesia de Nossa senhora da Conceição do Jaguari.....	91
Figura 34: Caminhos que seguiam para Minas Gerais a partir da Região do Morro do Lopo.....	94
Figura 35: Caminho de Atibaia que saía da Cidade de São Paulo chegava na Vila São João do Atibaia e seguia até Vila de Nova Bragança.....	96
Figura 36: Os três caminhos que partiam da Região do Morro do Lopo para a Capitania de Minas Gerais.....	97

Figura 37: Caminhos que partem do Núcleo urbano de Jaguari para outras Vilas e Freguesias.....	99
Figura 38: Saída para as estradas a partir do núcleo urbano da Vila Nova Bragança com outras Vilas, freguesias e Sul de Minas.....	100
Figura 39: Hipótese de localização da fixação do pelourinho na parte frontal da Casa de Câmara e Cadeia.....	107
Figura 40: Casa de Câmara e Cadeia da Vila Nova Bragança construída no final do século XIX.....	111
Figura 41: Relação da Casa de Câmara e Cadeia com a Igreja Matriz da Vila de Nova Bragança.....	112
Figura 42: Primeira Casa de Câmara e Cadeia da Vila de Nova Bragança após sua única reforma no século XX.....	113
Figura 43: Esquema de medição do rossio segundo Claudia Damasceno Fonseca.....	114
Figura 44: Hipótese de demarcação do rossio da Vila de Nova Bragança em 1797.....	115
Figura 47: Planta de 1905, de Bragança Paulista.....	141
Figura 48: Balanço de produção de gêneros da Vila de Nova Bragança, ano de 1818.....	150
Figura 49: Balanço de produção de generos da Vila de Nova Bragança, ano de 1828.....	150
Figura 50: Hipótese de traçado urbano em 1797.....	151
Figura 51: Hipótese de como era a Igreja Matriz da Vila de Nova Bragança em 1797.....	151
Figura 52: Localização da Igreja do Rosário construída em 1828.....	152
Figura 53: Primeira Igreja do Rosário construída em 1828.....	153
Figura 54: Construção da segunda Igreja do Rosário construída em 1929....	154
Figura 55: Segunda Igreja do Rosário e o largo na frente.....	155
Figura 56: Relação entre a Igreja do Rosário e a Nova Catedral construída em 1837.....	156
Figura 57: Segunda Igreja sendo demolida.....	156

Figura 58: Segunda Casa de Câmara e Cadeia.....	157
Figura 59: Câmara e Cadeia, na indicação amarela o Teatro Carlos Gomes construído em 1898.....	158
Figura 60: Início do século XX, Largo da Cadeia, segunda Cadeia e o acesso ao bairro do Canivete.....	160
Figura 61: Núcleo Urbano em 1835.....	161
Figura 62: Vista de Bragança na direção sudoeste-nordeste (espigão principal). 1850.....	162
Figura 63. Planta de 1905 com estudo do crescimento urbano de 1797 até 1835.....	163
Figura 64: Entrada da Vila Nova Bragança.....	164
Figura 65: Casarão colonial com comércio em baixo e moradia em cima. Fonte: Museu Municipal Oswaldo.....	164
Figura 66: Missa realizada no exterior da segunda Igreja do Rosário em 1935 foto 1.....	165
Figura 67: Missa realizada no exterior da segunda Igreja do Rosário em 1935, foto 2.....	166
Figura 68: 1880, Largo da Matriz e reforma da fachada da primeira Catedral, demolida em 1935.....	167
Figura 69: Início do século XX, Largo da Matriz e Rua Direita vista da torre da Igreja do Rosário.....	167
Figura 70: Início do século XX, Parte do Largo da Matriz e Rua Direita vista da torre da Catedral, ao fundo lateral da Igreja do Rosário.....	168
Figura 71: Início do século XX, Rua Direita, 1920 e ao fundo Igreja do Rosário.....	169
Figura 72: Início do século XX, vista da Rua das Pedras, saindo do Largo da Matriz.....	169
Figura 73: Início do século XX, vista da Rua das Pedras, sentido Largo da Cadeia para o Largo da Matriz.....	170
Figura 74: Largo da Cadeia, Teatro Carlos Gomes e segunda Cadeia, no início do século XX.....	171

Figura 75: Início do século XX, vista da Rua das Pedras, sentido Largo da Matriz para Largo da Cadeia.....	172
Figura 76: Início do século XX, vista aérea do Largo da Cadeia, Teatro Carlos Gomes e segunda Cadeia.....	173
Figura 77: Início do século XX, Cartão Postal do Largo da Cadeia, sem data.....	174
Figura 78: Início do século XX, Rua Nova, posteriormente foi chamada de Rua da Estação.....	174
Figura 79: Início do século XX, Rua Nova, posteriormente foi chamada de Rua da Estação, no início do século XX.....	175
Figura 80: Início do século XX, Largo da Matriz e Rua Nova.....	176
Figura 81: Início do século XX, vista do bairro do Canivete que passou a se chamar bairro do Taboão.....	177
Figura 82: Início do século XX, vista do bairro do Canivete.....	178
Figura 83: Início do século XX, vista da Rua Agravo- Rua do Comércio- Rua Coronel João Leme.....	178

Lista de Tabelas:

Tabela 1: Relação de habitantes (brancos e escravos e número de fogos da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari.....	83
Tabela 2; Relação de Bairros, Capitães e número de fogos da Vila Nova Bragança para o ano de 1798.....	125
Tabela 3: Relação dos proprietários com mais de 10 escravos no Bairro na Vila de Nova Bragança no ano de 1798.....	126
Tabela 4: Relação de Bairros, Capitães e número de fogos da Vila de Nova Bragança para o ano de 1799.....	127
Tabela5: Relação dos proprietários com mais de 10 escravos no Bairro da Vila de Nova Bragança no ano de 1799.....	128
Tabela 6: Relação de Bairros, Capitães e número de fogos do bairro da Vila na Vila de Nova Bragança para o ano de 1804.....	130

Tabela 7: Relação dos proprietários com mais de 10 escravos no Bairro da Vila, na Vila de Nova Bragança no ano de 1804.....	131
Tabela 8: Relação de Bairros, Capitães e número de fogos para o ano de 1809.....	129
Tabela 9: Relação dos proprietários com mais de 10 escravos no Bairro da Vila no ano de 1809.....	134
Tabela 10: Relação de Bairros, Capitães e número de fogos para o ano de 1818.....	136
Tabela 11: Relação dos proprietários com mais de 10 escravos no Bairro da Vila no ano de 1818.....	139
Tabela 12: Comparação entre as ocupações no ano de 1818 e 1828.....	139
Tabela 13: Relação de Bairros, Capitães e número de fogos para o ano de 1828.....	142
Tabela 14: Relação dos proprietários com mais de 10 escravos no Bairro da Vila no ano de 1828.....	144
Tabela 15: Relação de brancos, escravos e fogos no bairro da Vila nos anos de 1767, 1775, 1785, 1796, 1798, 1799, 1804, 1809, 1818 e 1828.....	145

Anexos

1: Relação das cidades localizada na divisa dos estados de Minas Gerais e São Paulo com datas de elevação a freguesia e vila.....(anexos)	182
2: Relação dos participantes da solicitação do desmembramento da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari da Vila de São João do Atibaia.....(anexos)	182
3: Relação dos participantes o Auto de Ereção da Vila de Nova Bragança.....(anexos)	182

Lista de Gráficos:

Gráfico 1: Relação de fogos nos anos de 1767,1775, 1785 e 1796 na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari.....	85
Gráfico 2: Fogos e população na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari, ano 1767.....	86
Gráfico 3: População (brancos e escravos) e fogos na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari, ano 1775.....	88
Gráfico 4: População (brancos e escravos) e fogos na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari, ano 1785.....	89
Gráfico 5: População (brancos e escravos) e fogos na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari, no ano de 1796.....	90
Gráfico 6: Relação de brancos no bairro da Vila nos anos de 1767, 1775, 1785, 1796, 1798, 1799, 1804, 1809, 1818 e 1828.....	146
Gráfico 7: Relação de escravos no bairro da Vila nos anos de 1767, 1775, 1785, 1796, 1798, 1799, 1804, 1809, 1818 e 1828.....	146
Gráfico 8: Relação de número de fogos no bairro da Vila nos anos de 1767, 1775, 1785, 1796, 1798, 1799, 1804, 1809, 1818 e 1828, onde em azul encontra-se em condição de freguesia e verde em condição de vila.....	147

Introdução.

O objetivo principal da presente pesquisa é inserir a cidade de Bragança Paulista no contexto de rede de cidades e desmembramentos do oeste paulista, compreendendo seu desenvolvimento e consolidação desde os primeiros caminhos abertos no território estudado, no início do século XVII. Este trabalho buscou fazer uma análise dos marcos deste processo de urbanização após a elevação da freguesia à vila, considerando a sociedade, a economia e a configuração urbana.

De uma maneira geral, nosso objetivo foi aprofundar os estudos sobre a história urbana da região, desde o momento que antecede a elevação à vila, visando entender a construção dos caminhos, a formação dos primeiros povoados, com seus primeiros habitantes nos bairros rurais que ocuparam as primeiras sesmarias concedidas na região. Abordamos também o papel do relevo e rede hídrica na formação da região e sua rede urbana local.

Quanto à formação da cidade, foi analisado como era constituída a malha urbana em seus primeiros momentos históricos, desde a formação do patrimônio religioso, passando pela capela até a elevação à vila. Dissertamos sobre como se configurou o novo contexto urbano quando foi delimitado o rossio, construída a Igreja matriz, a casa de câmara e cadeia e o pelourinho. As ordens régias englobavam também regras de delimitação de lotes e ruas, seguindo um traçado regular e proporcional ao rossio delimitado. Esta investigação focou no caso particular de Bragança Paulista e buscou recriar essa configuração urbana, arquitetônica e social.

O recorte inicial cronológico da pesquisa corresponde ao período no qual se desenvolve uma economia mista na região, voltada para o abastecimento de São Paulo, arraiais e vilas mineiras e até mesmo para a exportação. Essa economia é marcada pela produção agrícola diversificada, com a produção de cereais, como arroz, milho, feijão e trigo, vinculada a pecuária, sobretudo a criação de porcos que permitirá à região ser fornecedora de toucinho. No que se refere ao processo de formação urbana, o período analisado começa na

formação dos primeiros caminhos em direção ao Morro do Lopo, pois, seria nesse território que se formaria a Capela de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari, que posteriormente passa a ser Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari primeiramente subordinada a cidade de São Paulo e posteriormente subordinada a Vila de São João do Atibaia. Desmembrando-se da Vila de São João de Atibaia para se tornar Vila de Nova Bragança o final do período analisado é 1830, quando na economia da região passa a predominar a cafeicultura.

Para compreender como se deu o domínio do território da região do Morro do Lopo, região do bairro rural de Jaguari e posteriormente Bragança Paulista, é fundamental esclarecer a formação de uma rede de cidades no oeste paulista. Segundo Roberto Lobato Correa, uma rede urbana se caracteriza por ser um conjunto interligado de núcleos, onde se forma uma estrutura territorial de caminhos e comércio. Essa identificação da rede de cidades compreende as tendências de desenvolvimento e principalmente a formação do novo território e seus desmembramentos. (CORREIA, 1898, p. 71)

Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno levantou em seus estudos o desenvolvimento das Capitanias do Sul, inserindo a região na economia da Colônia e descrevendo a ocupação e uso do espaço diante das exigências da Coroa. Após os primeiros caminhos abertos na Capitania de São Paulo surgiram três núcleos principais que marcaram a formação do primeiro oeste Paulista no século XVII: as vilas de Itu (1654), Jundiá (1665) e Sorocaba (1661). (BUENO, 2009, p.254)

É a partir do desmembramento do território de Jundiáí, cuja Capela data de 1665, que começa a ocupação do Morro do Lopo, nosso território de estudo cuja ocupação incipiente está relacionada com a corrida bandeirista pelo ouro.

No final do século XVIII, quando a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Jaguari foi elevada a Vila Nova Bragança, elapossuía como limite de território a Capitania de Minas Gerais, as Vilas de Mogi Mirim, Atibaia, Jundiáí e Campinas.

Para a dissertação foi analisado primeiramente as Capitanias do Sul, buscando entender seu significado e, principalmente, a importância para a interiorização do território. Nas Capitanias do Sul, o surgimento da rede de cidades se fortalece, vinculado à busca pelo ouro nas terras da colônia, o que motivou a abertura de caminhos a partir da Capitania de São Vicente no sentido dos atuais estados de Minas Gerais, Paraná e Mato Grosso.

Segundo Claudia Damasceno Fonseca, a Coroa, apesar de se manter durante dois séculos na costa da Colônia, alimentava o sonho de encontrar grandes tesouros no interior do território, motivada em geral por lendas indígenas. (FONSECA, 2011, p. 57). E foram as necessidades mercantis de ampliar o seu domínio territorial que fez com que Portugal impulsionasse a ocupação do interior da Colônia.

Os estudos recentes de Nestor Goulart Reis Filhos nos levam a compreender como se formaram os primeiros caminhos no território paulista. Na hipótese levantada pelo autor, um primeiro ciclo de exploração de ouro aconteceu na Capitania do Sul nos séculos XVI e XVII, num formato ainda disperso de exploração. No entanto, aquele foi o primeiro impulso para o domínio das terras paulistas e conseqüente para o surgimento dos primeiros caminhos e fixação de moradores. A conquista advinha de um trabalho conjunto entre portugueses e indígenas. (REIS FILHO, 2012,29 a 31)

No nosso estudo de caso procuramos aprofundar dois aspectos do desenvolvimento da cidade de Bragança Paulista: inicialmente investigamos os

primeiros acessos à região, o que os motivou e em que contexto surgiram as primeiras fixações de povoados na região. Levamos em conta também a distribuição das sesmarias investigando quem foram os primeiros habitantes do bairro rural de São João Batista do Atibaia, na região do Morro do Lopo, núcleo urbano sob o qual Jaguari seria subordinado no período em que esteve sob a condição de freguesia.

As expedições bandeiristas de Bartolomeu Bueno, e posteriormente de Fernão Dias, fizeram com que, no caminho para a Capitania de Minas Gerais, a região do Morro do Lopo se fortalecesse. É na região que surgem os primeiros bairros rurais que formariam: a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Nazareth (1676) a Freguesia de São João do Atibaia (1747), e posteriormente a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Jaguari, futura Vila de Nova Bragança, os três principais núcleos de povoamento da região.

Para Beatriz Piccoloto Bueno, as fronteiras, de fato, não são linhas imóveis, mas sim zonas que durante o século XVIII, em terras paulistas, estão em disputa. Os diversos contornos assumidos pelo atual estado de São Paulo oscilaram ao sabor de interesses oficiais e extraoficiais, materializando-se numa complexa rede urbana, viária e fluvial, viabilizada pela associação entre índios e portugueses. (BUENO: 2009, p.253)

O processo de estruturação urbana está diretamente ligado aos acontecimentos históricos, desenvolvimento econômico e interesses dos governantes. Esse movimento constante é o que estimula o desenvolvimento urbano, criando um traçado que explica e dá continuidade aos feitos políticos, econômicos e sociais que permeiam a cidade em diferentes temporalidades e espacialidades.

Tal interdisciplinaridade é definida por Bernard Lepetit como as relações entre práticas científicas especializadas. Segundo ele, é um processo complexo, pois remete a lógicas e temporalidades distintas e que não coincidem. A apropriação das várias ciências sociais, para a análise da História Urbana, exige

uma confrontação cruzada das interrogações das ciências humanas. (LEPETIT: 2001, p.12)

Segundo o mesmo autor, tal interdisciplinaridade é evidenciada no que chama de “teia social”, termo que utiliza para destacar as dinâmicas e trajetórias dos atores sociais no tempo, constituindo assim o espaço urbano. Logo, para se constituir a história urbana do passado, parte-se da consolidação da cidade atual. (LEPETIT: 2001, p.12)

Este trabalho procura compreender como eram fundadas as cidades no Brasil Colônia, desde a construção da primeira capela em terras doadas por um ou mais sesmeiros para a constituição do patrimônio religioso no qual, posteriormente, se desenvolve a futura cidade. Analisamos os primeiros traços urbanos utilizando os esclarecimentos já fornecidos por Murilo Marx, que apresenta estudos detalhados sobre este processo. Em suas obras, os levantamentos são de âmbito nacional e de fundamental importância para a compreensão de como se davam as formações urbanas. Os estudos de caso permitem desvendar a veracidade dos princípios gerais de formação urbana no Brasil colonial, princípios esclarecidos por Murilo Marx, o que resulta no entendimento das particularidades dos processos históricos de formação urbana. (Marx, 1991)

Bragança Paulista, denominação atual do então bairro rural de Jaguari, faz parte da rede de cidades formada a partir dos caminhos abertos para a busca do ouro em Minas Gerais, interesse principal da Coroa nas terras brasileiras era obter lucro do comércio voltado, principalmente, ao mercado externo. Coroa e Igreja trabalhavam juntas na imposição de poder, organização espacial e cobrança de impostos. As terras brasileiras pertenciam à Coroa, que as concediam através de sesmarias. Os sesmeiros tinham então a obrigação de produzir, fundar vilas e incentivar o povoamento na região. Quando um bairro rural ganhava relevância, com o desenvolvimento da agricultura e comércio, ou apenas por conta de um interesse específico da Coroa e sua estratégia de expansão do território ocupado, organizava-se o povoado em torno de uma

capela, construída após a doação, pelo sesmeiro, da área para este propósito, o chamado patrimônio religioso.

O próximo passo era elevar o bairro rural à condição de freguesia, o que garantia, além do suporte espiritual dos moradores locais, uma nova organização civil e um domínio maior do território. Em uma freguesia se estabelecia o termo na qual ela estaria inserida, uma delimitação territorial que pode incluir outros bairros rurais e diversas capelas.

A região do Morro do Lopo, por volta de 1770, passa a ser motivo de discórdia entre as Capitâneas de Minas Gerais e São Paulo. Primeiramente pela indefinição da divisa e posteriormente pela possibilidade de haver ouro na região. O período de conflito levou a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari a pertencer ora à Capitania de Minas Gerais, ora à de São Paulo.

Diante do interesse em garantir terras para o território da Capitania de São Paulo, a área para a formação do patrimônio religioso de Jaguari foi doada, em 1763, pelo casal Antônio Pires Pimentel e Inácia da Silva Pimentel, moradores da Vila de São João do Atibaia. No mesmo ano a capela foi construída em cumprimento a uma promessa feita pelo casal para Nossa Senhora da Conceição. Acontecia assim a formação da Capela de Nossa Senhora Conceição do Jaguari, elevada à freguesia em 1765.

Outra abordagem que se pretendeu na pesquisa é a do espaço construído na formação do núcleo urbano. Na passagem do bairro rural de Jaguari à freguesia e, posteriormente, à vila, analisamos como se deu a consolidação da malha urbana nas primeiras décadas de formação do bairro da capela até surgir a Vila Nova Bragança.

Segundo Nestor Goulart, a arquitetura é produzida e utilizada de um modo diverso, relacionando uma forma característica com a estrutura urbana em que se instala. Um traço típico da arquitetura urbana no período colonial é a relação que a prende ao tipo de lote em que esta implantada, revelando uma dependência entre arquitetura e lote urbano. O que faz surgir os primeiros

desenhos urbanos, vinculando sempre limite de lote, ruas e desenho da cidade. (REIS FILHO, 1970: p. 16)

No Brasil Colonial a produção e o uso da arquitetura e dos núcleos urbanos coloniais baseavam-se no trabalho escravo. As vilas e cidades apresentavam ruas de aspectos uniformes, com casas térreas e sobrados construídos sobre o alinhamento das vias públicas e os limites laterais dos terrenos.



Figura 1: Largo da Matriz de Bragança Paulista, após segunda reforma quando construiu a torre, ano 1850. O casario no Largo da Matriz revela a relação entre o lote e arquitetura destacada por Nestor Goulart Reis Filho. Fonte: Museu Municipal Oswaldo Russomano

Autores bragantinos como José Roberto Leme de Oliveira e Luiz Gonzaga Pires Mathias trazem um levantamento histórico rico em imagens, fatos e personalidades que puderam contribuir para a análise. Porém, quanto à compreensão da história urbana da cidade, a maior parte da literatura local é focada no final do século XIX, quando houve o enriquecimento da cidade

pautado na economia mista e viabilizado pela construção da ferrovia Bragantina que, cortando suas terras, levou prosperidade à região. O tempo que antecede o ciclo do café e a ferrovia, período de estudo privilegiado neste trabalho, é ainda pouco explorado, deixando muitos processos a serem desvendados.

Quanto à relevância científica do trabalho, podemos dizer que os estudos iniciados por outros pesquisadores, sobre a formação da rede de cidade nas Capitâneas do Sul, mostram que, apesar de existir uma regra geral na elevação de freguesia à vila, que passa pela ampliação da Igreja Matriz, construção da Casa de Câmara e cadeia, instalação do pelourinho e demarcação das casas, ruas e lotes, novos estudos de caso podem revelar particularidades deste processo. Detalhes surgem por diferentes motivos e argumentos particulares, alguns sítios revelam problemáticas únicas para a implantação do urbano. Isto fortalece a ideia de que a elevação de uma freguesia à vila é um ato a ser seguido, e não copiado, resultando em configurações únicas e independentes.

Para Jucá Neto, as dificuldades da extensão territorial da Colônia e interesses diversos faziam com que a Coroa tivesse que optar para onde mandar os engenheiros militares que atuavam na fundação de cidades, criando uma escala de importância que deixou muitos locais sem auxílio para a construção do traçado urbano, assim estes cresceram de forma espontânea. (JUCÁ NETO, 2013, 448)

Quanto à relevância social deste trabalho, é preciso lembrar que a história não se resume a simples repetição dos conhecimentos acumulados, ela deve servir como instrumento de conscientização. A história está presente no cotidiano das cidades. Neste sentido, o conhecimento histórico específico de espaço e personalidades distintas ajuda na compreensão do homem enquanto ser que constrói sua própria história e seu futuro, acentuando a valorização do passado como meio de preservação e respeito ao meio em que vive.

Quanto ao referencial teórico sobre a apropriação e fundação de cidades na capitania de São Paulo trabalhamos, entre outras, com as obras de: Maria Fernanda Derntl, em sua tese “Método e Arte: Criação Urbana e Organização

Territorial na Capitania de São Paulo, 1765 – 1811”, que retrata a elaboração de uma política de urbanização promovida ao longo do período de governo do Morgado de Mateus (1765-1775); e Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, em “Dilatação dos Confins: Caminhos, Vilas e Cidades na Formação da Capitania de São Paulo (1532-1822)”, trazendo à tona a questão dos desmembramentos das vilas originárias até a conformação atual das cidades que conhecemos.

Para parametrizar as questões da configuração urbana e do desenvolvimento da arquitetura brasileira foram tomados como base os textos de Murilo Marx, em “Cidade no Brasil: Terra de Quem? ”, em que se compreende a relação entre Igreja e Estado, assim como os processos burocráticos, civis e religiosos que orientavam a transformação de um pouso em freguesia e, de uma freguesia à vila. Aonde Nestor Goulart Reis Filho, em “Evolução Urbana do Brasil: 1500 e 1720” foi referencial teórico fundamental neste trabalho.

A historiografia local da cidade de Bragança Paulista foi fundamental na pesquisa, pois autores bragantinos, como José Leme de Oliveira e Luiz Gonzaga de Oliveira Mathias produziram um vasto material histórico e fotográfico. Aliados à bibliografia secundária, foram usados mapas e quadros desenvolvidos pelo IGC (instituto de Geografia e Cartografia de São Paulo) e acervo da Prefeitura de Bragança Paulista, com destaque para mapas antigos e levantamentos cartográficos atuais usados nas análises comparativas. Foram utilizadas ainda fotos e imagens da cidade do século XVIII arquivadas na Biblioteca Municipal de Bragança Paulista, biblioteca da Câmara de Bragança Paulista, juntamente com notícias e fotos dos arquivos do Bragança Jornal, que também ajudaram na interpretação do contexto arquitetônico da época.

Outra fonte importante da pesquisa é a documentação primária relativa aos censos populacionais presentes nos “Maços de População”, que estão hoje digitalizados e disponíveis pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Quando Jaguari foi elevada à freguesia, em 1765, a Capitania de São Paulo era governada por Luís António de Sousa Botelho Mourão, o Morgado de Mateus (1765 a 1775), responsável pela elaboração dos “Maços de População”.

Estes documentos censitários foram produzidos entre os anos de 1765 e 1850 e detalham quais famílias moravam em cada uma das casas, descritas como fogos. Em cada fogo são identificados os nomes, sobrenomes, sexo, idade, meio de sobrevivência e quantidade de escravos.

Os documentos censitários podem variar contendo diferentes informações no decorrer dos anos e são importantes fontes para compreender a sociedade e a economia das cidades paulistas no período colonial. Para a presente pesquisa esses recenseamentos foram de grande valia, pois, por meio das informações levantadas nos anos de 1767, 1775, 1785, 1796, 1798, 1799, 1804, 1809, 1818 e 1828 foi possível desvendar a condição socioeconômica da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari, analisando o crescimento dos bairros, quanto ao número de fogos, habitantes brancos e escravos. Foi possível analisar também que, no decorrer de 30 anos, a freguesia que inicialmente tinha uma economia de subsistência passou a desenvolver uma economia mista baseada na agropecuária voltada aos mercados interno e externo.

Os documentos censitários viabilizaram também a localização dos bairros rurais, gerando uma releitura da ocupação territorial. Com o surgimento dos novos bairros no decorrer dos anos é possível compreender a dinâmica da ocupação do território da freguesia.

Em 1797, o governador Antônio Manuel de Castro e Mendonça autoriza a elevação da Freguesia do Jaguari, à Vila Nova Bragança. Nesta data o território da vila estava dividido nos seguintes bairros: Bragança, Canivete, Araraz, Anhumas, Lopo e Curralinho. (Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, Maços de População, Atibaia, 1796).

Ao longo de todo o processo, ainda foram colhidas informações diretamente pela pesquisadora com visitas locais, produzindo levantamento fotográfico, mapeamentos, desenhos e outros dados, sejam de natureza digital ou analógica que agregam os processos em análise. As principais fontes documentais foram: o Arquivo Público do Estado de São Paulo (em que se podem encontrar diversos mapeamentos, assim como os maços de população),

o Museu Municipal Oswaldo Russomano e CDAPH, ambos na cidade de Bragança Paulista. O CDAPH (Centro de Documentação e Apoio a Pesquisa em História) da Universidade São Francisco, é um centro com documentação primária da história de Bragança Paulista com documentos importantes do século XVIII.

Na primeira parte do trabalho, procuramos abordar a formação dos primeiros caminhos para o Morro do Lopo, a chegada dos primeiros habitantes, a consolidação do núcleo urbano da Vila de São João do Atibaia, a distribuição de sesmarias na região, a compreensão do território, considerando o relevo e os rios da região, e o conflito de fronteira entre as Capitâneas de São Paulo e Minas Gérias. Também abordamos o conceito de Capela, Freguesia e Vila inserindo-os na história de Bragança Paulista. Foi possível apresentar a configuração social, econômica da freguesia até o ano que antecede a formação da Vila, 1796. Na segunda parte do trabalho procuramos abordar o processo de formação da Vila, de 1797 a 1850, destacando os agentes envolvidos e os seus interesses que levaram à autonomia municipal. Nesta etapa de redação da dissertação, após o esclarecimento da economia e sociedade do período, pretendeu-se analisar a malha urbana e seu desenvolvimento nas primeiras décadas do século XIX, destacando aspectos construtivos, como os relativos à Igreja Matriz, presente no mesmo local onde foi construída a primeira Capela do bairro rural. Analisamos a formação do urbano, considerando vetores de crescimento, aumento da população e construções significativas que marcaram na ampliação da malha urbana, núcleo urbano principal da vila, o chamado “bairro da vila”.

1.0. Os primeiros caminhos entre São Paulo e Minas Gerais e o acesso ao Morro do Lopo.

Nesse capítulo foi abordada a ocupação do sertão paulista desde o século XVII, especialmente a ocupação da região do Morro do Lopo, na qual se formou no século XVIII a Vila de Nova Bragança. Foi apresentado como encontrava-se esse território e qual a importância da região para o desenvolvimento da colônia. Considerando a Vila de São Paulo o núcleo central para distribuição de diversos caminhos no interior do sertão paulista, procuramos discutir quais foram os reais motivadores econômicos que incentivaram a chegada de povoadores e o fortalecimento das primeiras povoações da região do Morro do Lopo.

Na historiografia tradicional, o planalto paulista da Capitania do Sul, nos séculos XVI e XVII, é apresentado sempre como palco de muita pobreza, sem atividades regulares ou participação nas exportações da Colônia. Segundo Nestor Goulart Reis Filho, na bibliografia de muitos autores o tema das bandeiras e dos bandeirantes era praticamente o único assunto referente à economia e organização social da Repartição Sul, o que deixa de lado o papel da população indígena e a importância do vínculo da cultura indígena e europeia para a constituição do território e formação da população paulista nos séculos XVI e XVII. (REIS FILHO, 2013, p.51)

No final do século XVII, segundo Nestor Goulart Reis Filho, os habitantes do imenso território chamado Capitania de São Paulo, onde se formou a primeira povoação no interior da Colônia, passaram a ser chamados de “paulistas” pelos administradores portugueses e habitantes de outras regiões.

Para Ruy Moreira, a incorporação da sociedade ao espaço é responsável pela formação do próprio espaço e pelas transformações morfológicas urbanas, readequando a sociedade em seus diversos momentos históricos e econômicos.

A estrutura de formação econômica social determina a estrutura do espaço, mas é a conjuntura política de cada momento constituída pela correlação das forças entre as classes sociais do lugar, que comanda seus movimentos, processos e formas. (MOREIRA: 2012, p. 43)

O sistema complexo do modo de vida e sobrevivência na Repartição Sul é desvendado e seu entendimento contemporâneo foi profundamente modificado por Nestor Goulart Reis Filho, que nos traz a hipótese de que existiram dois ciclos de mineração no Brasil. O primeiro, mais modesto, seria o da Repartição do Sul, que teve início em 1593 (ou antes). O segundo foi um desdobramento do anterior, nas Gerais, Mato Grosso e Goiás. Cada um destes ciclos teve características específicas e o apogeu e fim do primeiro ciclo do ouro na Repartição Sul estaria entre os anos de 1697 a 1711. (REIS FILHO: 2013, p. 29)

Para uma simples comparação, nos dois primeiros séculos de colonização nas Capitanias do Norte - Rio Grande do Norte e Porto Seguro - existiam 18 vilas e duas cidades e, no mesmo período, eram 19 vilas e duas cidades na Repartição Sul. Portanto, em termos quantitativos, em 1700 o sistema urbano do Sul igualava-se ao das regiões de maior prosperidade econômica da colônia. (REIS FILHO, 2013, p.30)

O primeiro ciclo minerador estimulou a abertura de vários caminhos terrestres e fluviais, o que possibilitou um domínio espacial da região sul. Havia um grande eixo no qual outros caminhos se interligavam aos pontos de interesse, dando acesso aos locais de mineração e povoamento.

Relacionado a uma rede de caminhos em direção às Minas Gerais e a Goiás, está o caminho que cortava a região do Morro do Lopo, rota que origina a formação de um bairro rural, embrião da cidade de Bragança Paulista.

É preciso lembrar que para cada percurso existiam variantes e, nos trechos de serra, trilhas que faziam a ligação da rota principal com outros pontos. Os caminhos eram intrincados e formavam uma rede complexa. Até 1730, quando teve início o transporte de muares, com o carregamento de mercadorias no lombo de burro, as povoações eram articuladas entre si e com o exterior pelo aproveitamento dos antigos caminhos frutos da ocupação da região pelas tribos dos grupos tupi e guarani.

Assim, caracterizados por um modo particular de organização social, os primeiros habitantes do território paulista eram identificados externamente como um grupo homogêneo, pois a ampla miscigenação com os indígenas e a adoção de suas formas de relação com a natureza foi fundamental para as definições das técnicas específicas de busca por ouro e exploração do território.

Segundo Nestor Goulart Reis Filho,

...nas áreas das Capitanias do Sul cada córrego era apropriado por um indivíduo poderoso que explorava com seus sócios e índios como um latifúndio, sem dividir a extração com outros mineradores. A consequência era

uma baixa densidade demográfica. (REIS FILHO, 2013, p. 63)

Assim, em um século de exploração, aproximadamente entre 1592 e 1697, formou-se na Repartição Sul um sistema urbano pouco denso, mas com um grande número de aglomerações. Estas não estavam junto das lavras, mas nos caminhos de acesso a elas, servindo os mineradores de vários pontos, uma vez que cada um destes pontos era habitado por poucos portugueses e mamelucos. Esse esquema apresenta-se nas Capitanias do Sul e se difere completamente do que viria a ser implantado nas Gerais a partir de 1705.

Adriano Bittencourt de Andrade, ao analisar a rede urbana no Recôncavo Baiano no período colonial, observa que a rede urbana se materializa por meio dos caminhos que conectam os pousos e povoados ao longo do século XVI no nordeste do País. Esta configuração do território recebe por ele o nome de "nós" e também pode ser observada na configuração paulista desde o século XVI.

Na configuração de rede urbana, o elemento da conexão é o caminho. Os nós são as formações urbanas e a malha que os liga constituem a base física, onde a rede se processa. A sua existência simplesmente não redundava na rede, visto que está só se realiza mediante o estabelecimento de fluxos, mas também não é possível pensar em uma rede sem linhas de conexão. (ANDRADE: 2013, p. 124)

Os primeiros caminhos e nós que existiam no território paulista são resultado da motivação portuguesa em explorar as terras da Colônia, viabilizada pelo conhecimento indígena do território. Ou seja, o interesse português aumentou o domínio e a quantidade de caminhos abertos no território paulista.

O entendimento deste primeiro ciclo do ouro, que Nestor Goulart Reis Filho nos apresenta, permite a compreensão de quais foram os estímulos para a abertura de caminhos na região estudada, o Morro do Lopo.

Tem-se, portanto, que no século XVIII, saindo de São Paulo, em direção à Serra da Cantareira e seguindo para área denominada posteriormente de Morro do Lopo, alguns caminhos se formaram no território da futura Vila de São João do Atibaia, próximo da região de mineração e do Morro do Lopo. Nesta

região, em 1763, João Pires Pimentel doou o patrimônio religioso para formar a Capela Nossa Senhora da Conceição do Jaguari num bairro rural na Freguesia de São João do Atibaia, que seria elevada à Freguesia de Nossa Senhora Conceição de Jaguari em 1765 e, posteriormente, à Vila de Bragança Paulista em 1797, nosso estudo de caso. (Figura as 2 e 3).

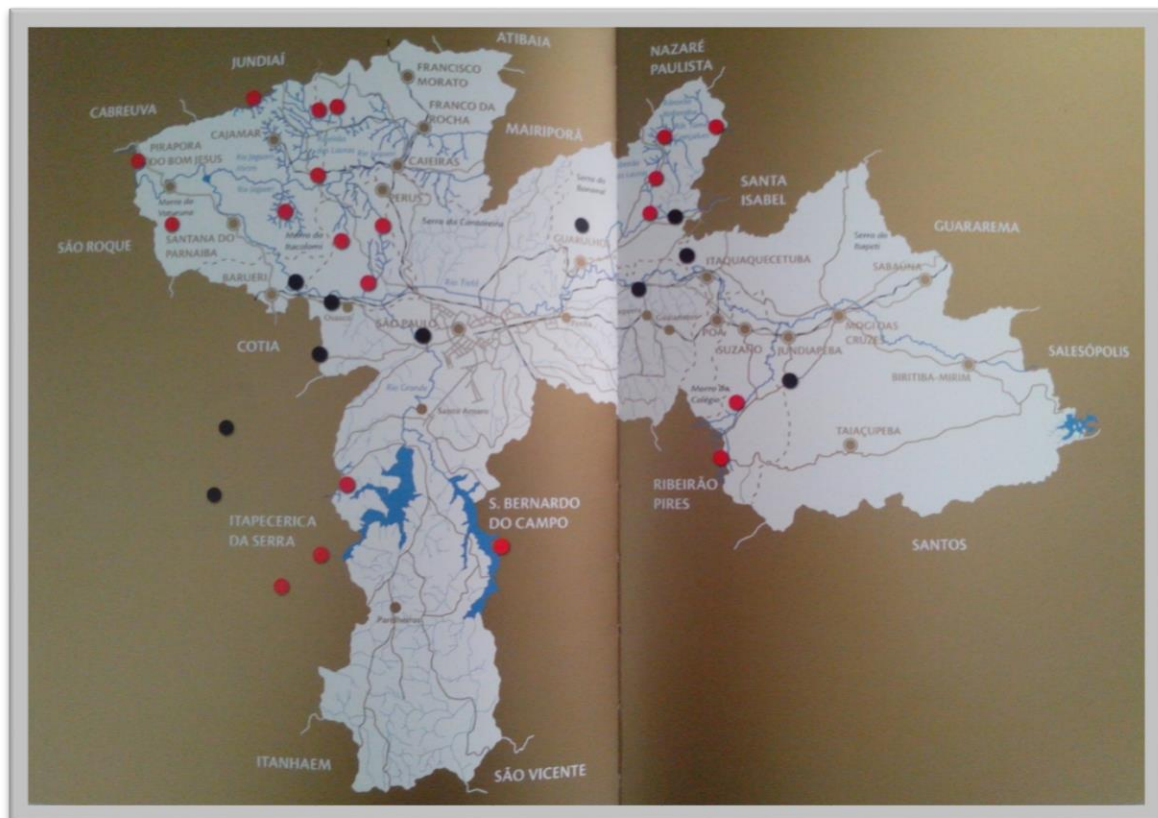


Figura 2: Áreas de antigas atividades de mineração de ouro nas Capitânicas do Sul. Município de São Paulo e alguns de seus vizinhos, áreas de antigas atividades de mineração de ouro (pontos vermelhos), morros, ribeirões e aldeamento indígena organizado pelos Jesuítas (pontos pretos). No território da Vila de Atibaia, próximo à região de mineração, se formaria a Freguesia de Nossa Senhora Conceição de Jaguari em 1765. Fonte: Nestor Goulart Reis Filho; As Minas de Ouro e a Formação das Capitânicas do Sul, Ed. Via das Artes, São Paulo, 2013, p. 108.

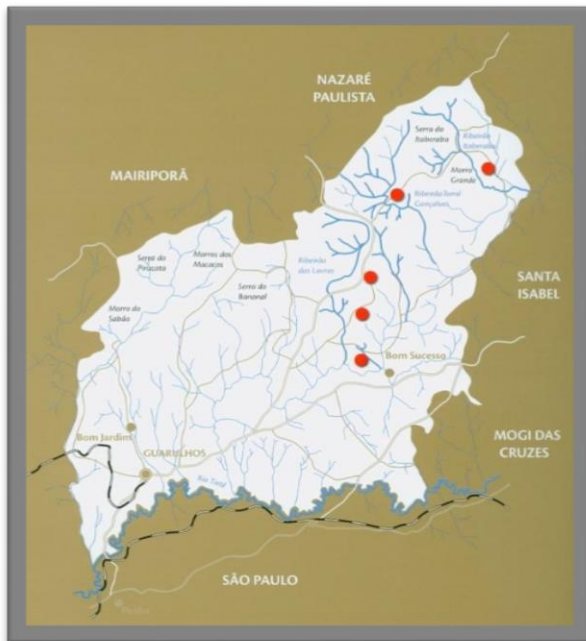


Figura 3: Áreas de antigas atividades de mineração de ouro partindo de São Paulo. Município de Guarulhos. Antigas áreas de mineração, com indicação de rios a elas relacionados, morros na Serra da Cantareira, pouco ao norte aeroporto de Cumbica. Os caminhos das áreas mineradoras viriam a ser os caminhos que ligariam São Paulo a Região do Morro do Lopo. Fonte: Nestor Goulart Reis Filho; As Minas de Ouro e a Formação das Capitânicas

Segundo Claudia Damasceno Fonseca, a Coroa, apesar de se manter durante dois séculos na costa da Colônia, era alimentada pelo sonho de encontrar grandes tesouros no interior do território, motivada em geral por lendas de origem indígena. (FONSECA, 2011, p. 57). Ainda no século XVI, aventureiros chegaram a atingir a parte norte do atual estado de Minas Gerais, porém doenças e a carência de núcleos com suporte principalmente de alimentos fez com que os objetivos não fossem atingidos.

No final do século XVI, a Vila de São Paulo torna-se a principal porta de saída por onde paulistas, em sua maioria mestiços, partiam em busca de mão de obra escrava (indígena) para trabalhar em suas propriedades agrícolas. Posteriormente, os paulistas ganharam uma nova motivação para continuar a captura de escravos indígenas, vinculando a captura à procura por pedras preciosas.

Para melhor compreensão do domínio desse território utilizaremos (figura 4) a Carta Corográfica dos limites do Estado de Minas Gérias com o de São Paulo, 1767-1895 (data incerta), Título Original: "Extrahida da Carta

Geographica da Capitania de Minas Geraes, e partes confinantes, anno de 1767”O mapa da figura 4, será usado como base para a compreensão do território, apresentando-se em diversas figuras recortado.

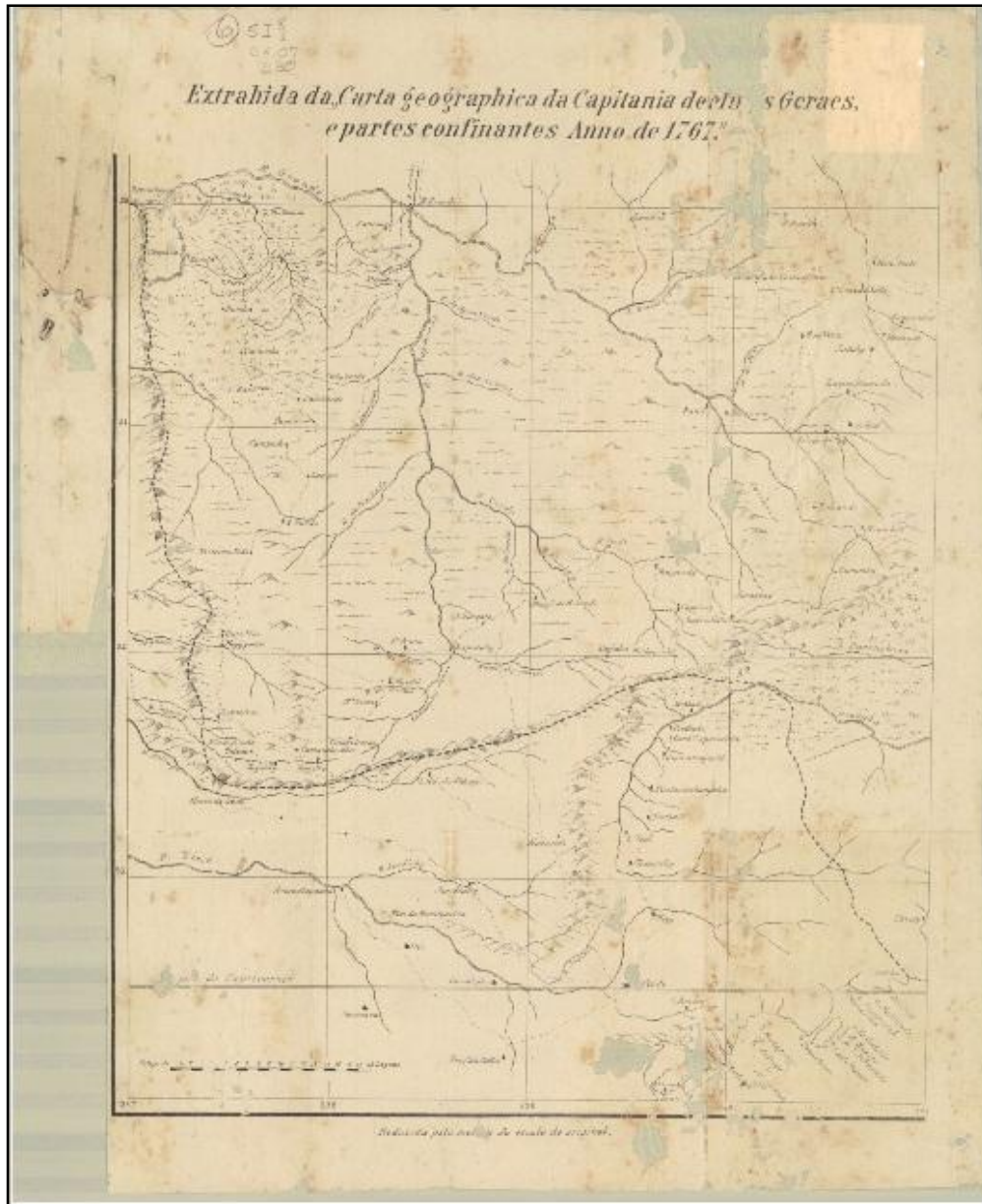


Figura 4: Carta Corográfica dos limites do Estado de Minas Geraes com o de São Paulo, 1767-1895 (data incerta), Título Original: "Extrahida da Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes, e partes confinantes, anno de 1767". Segundo Beatriz Cerqueira Leite, este mapa de 1767 foi confeccionado por ordem de D. Luis Antonio de Sousa Botelho Mourão, governador da Capitania de São Paulo. Esta é a primeira carta geográfica que faz referência a região do Morro do Lopo. Fonte: Arquivo Público Mineiro.

Dom Francisco de Sousa, um fidalgo português engajado na busca por ouro e, posteriormente, primeiro Marques das Minas, no final do século XVI, acompanhado de mais 25 colonos, saiu para uma expedição em direção ao Vale do Paraíba, seguindo o trajeto que viria a ser o Caminho dos Cataguases. (Ver figura 5). Na expedição encontraram pedras semipreciosas na região do atual Estado de Minas Gerais. Porém, o lucro com a captura de escravos indígenas, vendidos para o norte da Colônia, ainda era mais garantido e era nesta atividade que os colonos ainda se empenhavam mais.

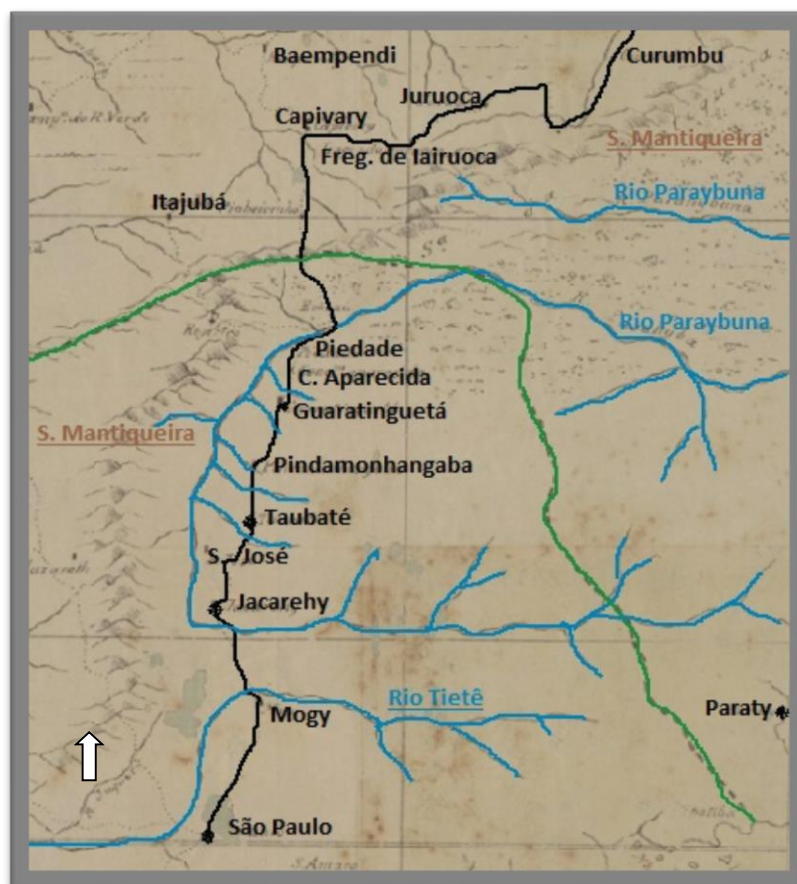


Figura 5: Em destaque (preto) Caminho dos Cataguases saindo de São Paulo em direção às Minas Gerais; vilas e freguesias no decorrer do caminho, rios próximos ao caminho (azul) e a divisa entre São Paulo e Minas Gerais (verde). Mapa base: "Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes e partes confinantes anno de 1767". Fonte: Arquivo Mineiro.

formou a Capela Nossa Senhora da Conceição do Jaguari, foi aberto pelo bandeirante Matias Cardoso de Almeida, na segunda metade do século XVII, com o objetivo de chegar às Gerais (Figura 6). No entanto, não era o trajeto preferido para chegar a Minas Gerais e o mais usado na época continuava a ser o Caminho dos Guaiases (Figura 7) (LEITE. 1974, p. 78)

Porém, o caminho que passava pela Freguesia de São João de Atibaia, foi constantemente usado, inclusive por expedições importantes, como a bandeira em que Fernão Dias veio a falecer.

Outra expedição que teve passagem pela Freguesia de São João de Atibaia foi a de D. Rodrigo, que partiu de São Paulo em 24 de março de 1681 em busca da Serra de Sabarabossu, de onde não regressaria. A rota daria origem ao que receberia o nome de Caminho para Atibaia. Segundo Beatriz Cerqueira Leite, o trajeto margeava a serra da Cantareira, alcançava o morro do Juqueri, atravessava o olho d'água, o mato da Canjica e o morro do Portão até chegar ao rio Atibaia. (Figura 6) (LEITE. 1974, p. 78).

O Caminho da Cantareira (Figura 7) que saía de São Paulo margeava a Serra da Cantareira até o Morro do Lopo, passou a ser muito usado. Muito acidentado, porém, se transformava em lamaçal nos períodos de chuva, o que causava a perda frequente de animais e cargas. Mesmo assim, a estrada tinha manutenção constante, já que a região a que ela dava acesso era importante ponto abastecedor do núcleo urbano paulista. Apesar das dificuldades encontradas no percurso, a distância a ser percorrida até a Vila de São Paulo era pequena e foi essa configuração de caminhos que se manteve durante todo o século XVII, quase sem alterações. (Figura 8)

Caminho aberto pelo bandeirante Matias Cardoso de Almeida

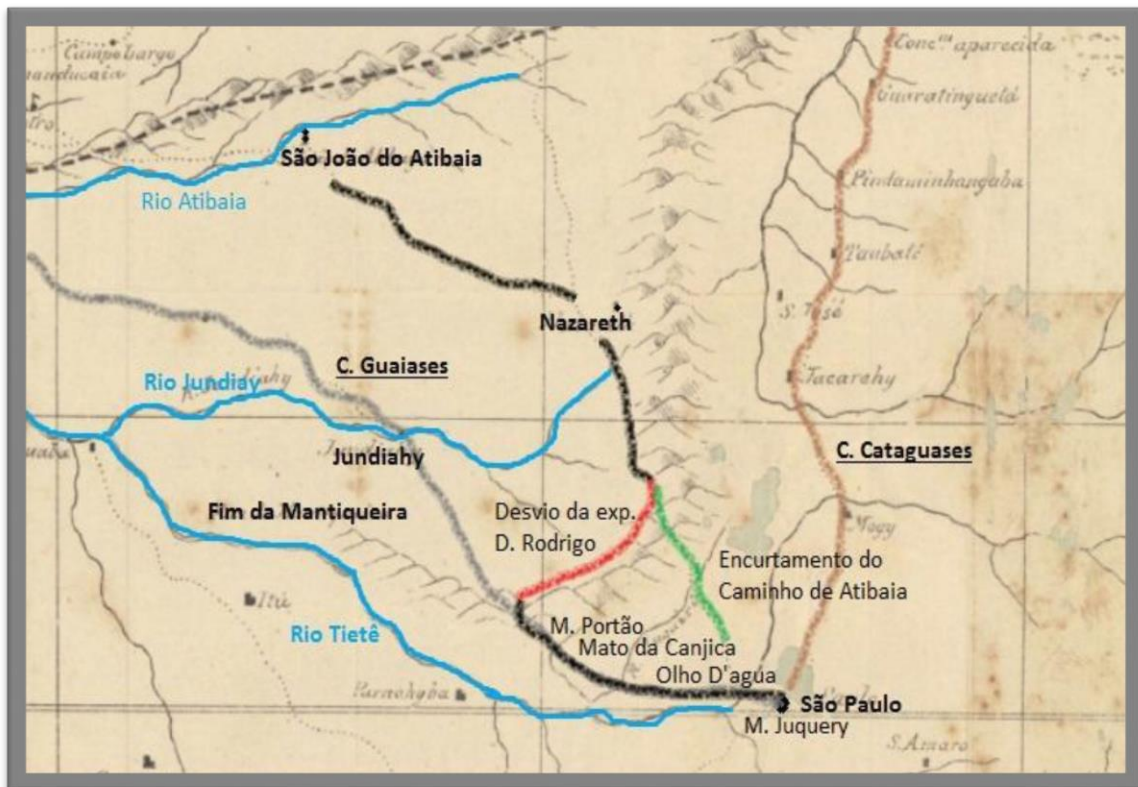


Figura 6: Primeiro Caminho para a Freguesia de São João do Atibaia, aberto por Matias Cardoso de Almeida passando pelo bairro rural de Nazareth no território da Freguesia de São João do Atibaia no século XVII, a esquerda da Serra da Mantiqueira. À direita desta serra estava o Caminho dos Cataguases (em marrom). À esquerda do caminho para a Freguesia de São João do Atibaia (preto) o Caminho dos Guaiases (em cinza), passando por Jundiá. A expedição de D. Rodrigo, em 1681, beirou a Serra da Cantareira, (em vermelho) caminho esse que foi encurtado (em verde) dando origem ao Caminho de Atibaia. Mapa base: "Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes e partes confinantes anno de 1767". Fonte: Arquivo Mineiro.

Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno afirma que, com uma rede urbana bastante ampliada e um território em grande parte explorado, interiorizado, podemos dizer que, de periferia, a capitania passou a grande pólo transformador dos destinos econômicos da Colônia. Encerrou o século XVII com um conjunto de 14 novas vilas que, sem dúvida, constituem uma representação espacial da mudança dos interesses metropolitanos em relação à região. Cada novo caminho oficial, cada nova vila, cada nova alteração de crescimento urbano consistia na oficialização dos passos de diversos atores envolvidos no processo de colonização. (BUENO: 2009, p. 268)

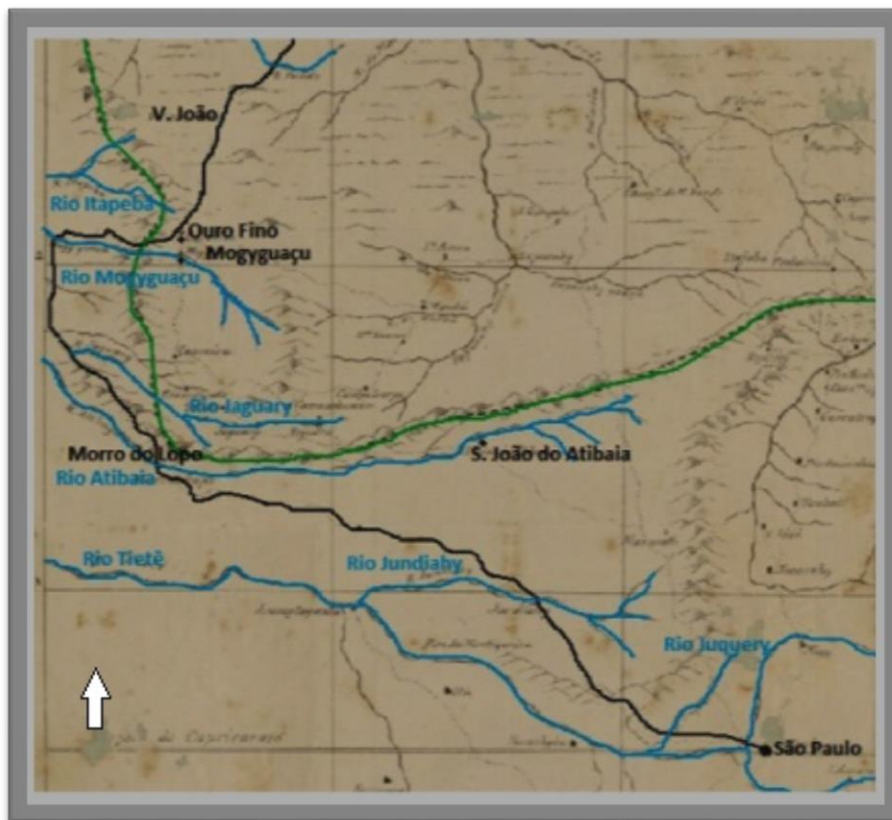


Figura 7: Caminho da Cantareira (em preto) usado para ligar São Paulo ao sul de Minas Gerais, passando pela região do Morro do Lopo. A Serra da Cantareira foi utilizada neste mapa para a anotação da divisa entre MG e SP (em verde). Mapa base: "Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes e partes confinantes anno de 1767". Fonte: Arquivo Mineiro.

Seguindo o fluxo de São Paulo em direção a Minas Gerais existia outro caminho desde 1733, (Figura 7), pois segundo Beatriz Cerqueira Leite, as atas da Câmara de São Paulo registraram mandados para a abertura de um acesso entre São Paulo e Nossa Senhora da Conceição de Nazareth. A estrada passava pelo Mato da Paciência e Nossa Senhora da Conceição de Guarulhos. Até 1836 não contava com pousos ou recebia manutenção, mas depois passaria a ser mais uma opção para Minas Gerais. (LEITE: 1974, p. 82) O caminho, que saía de São Paulo para Nossa Senhora da Conceição de Nazareth, a oeste, atingia a região do Morro do Lopo (Figura 8). A rota era alternativa ao caminho via Serra da Cantareira. (Figura 8).

Ainda no século XVIII, os Caminhos da Cantareira e de Atibaia (Figura 8) ligavam a região do Morro do Lopo e o Sul da Capitania de Minas Gerias com outras importantes cidades e vilas do Brasil, tais como Santos, Rio de Janeiro e Curitiba. A comunicação com Santos ficava por conta do Caminho do Mar, passando por Cubatão; com o Rio de Janeiro existia a opção terrestre, pelo Vale do Paraíba, ou por via marítima pelo Porto de Santos, e com Curitiba por Sorocaba, Itapetininga e Garapuava. Eram por esses caminhos que vilas e freguesias do norte do sertão paulista recebiam tecidos, vinhos e animais para transporte. A manutenção destes caminhos ficava por conta das freguesias mais próximas, que eram intimadas pela Câmara de São Paulo a contribuir com mão de obra e custos dos reparos, sob a condição de serem multadas caso não cumprissem as intimações.

No século XVIII, com a notícia do grande achado nas Minas, os mesmos caminhos já percorridos desde o século XVII, alguns desde o século XVI, foram usados para levar mais longe os exploradores bandeirantes. A descoberta do ouro desencadeou a ocupação do território das Gerais e das regiões que lhe davam acesso: começa, assim, a se formar na região em estudo um novo território habitado por uma população heterogênea e numerosa.

Os dois principais caminhos que passavam na região do Morro do Lopo

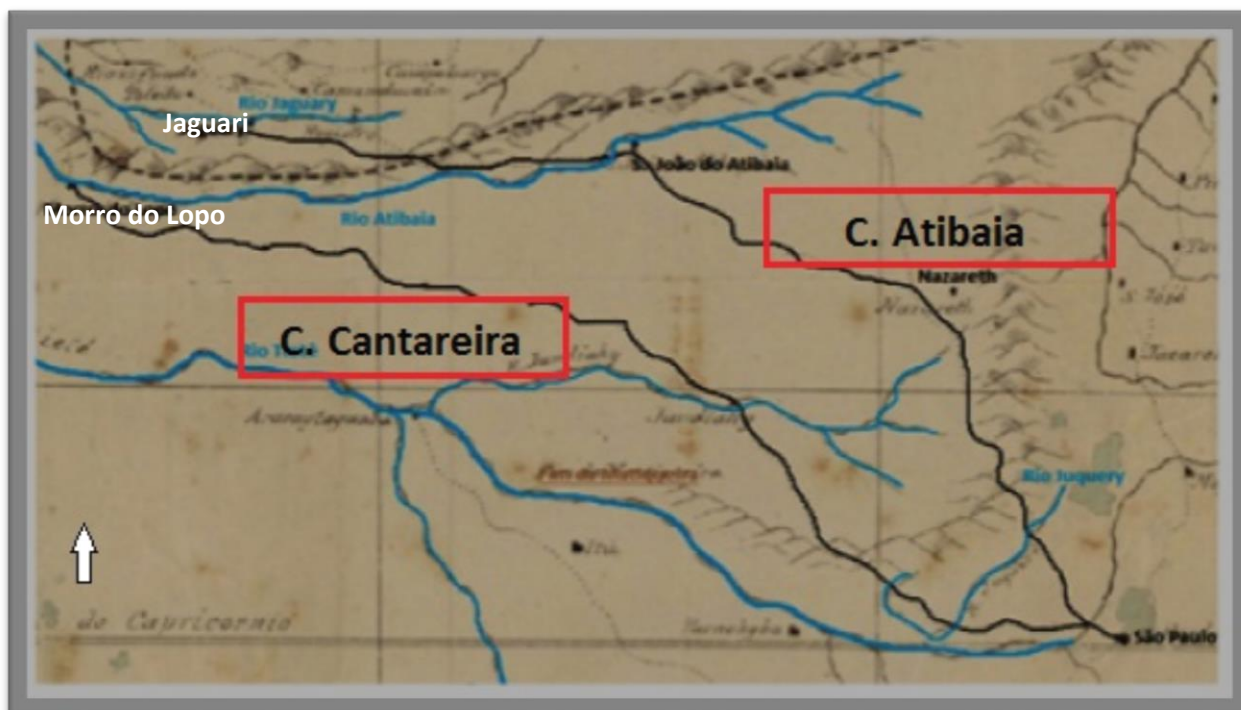


Figura 8: Caminho da Cantareira e Caminho de Atibaia. Dois caminhos que levavam ao Morro do Lopo: uma saía de São Paulo passava por Nazareth e chegava a Freguesia de São João do Atibaia chamado de Caminho de Atibaia e a outra opção o Caminho da Cantareira saía de São Paulo e também atingia a região do Morro do Lopo. Mapa base: “Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes e partes confinantes anno de 1767”. Fonte: Arquivo Mineiro.

2.0. A ocupação de território do Morro do Lopo e a formação da Vila de São João do Atibaia.

Nessa parte da dissertação abordamos a formação do bairro rural de Atibaia, quem foram os seus primeiros habitantes, como ocorreu a distribuição de sesmarias e seu fortalecimento econômico da região; discutimos a formação do patrimônio religioso da capela, depois freguesia até a elevação à Vila de São João do Atibaia, em 1769. Essa abordagem se fez necessária, pois o desenvolvimento da Vila de São João do Atibaia está diretamente ligado ao desenvolvimento do bairro rural de Jaguari. Este bairro rural esteve subordinado a Vila de São João do Atibaia quando ainda Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari (1769- 1797).

Com caminhos sendo abertos, os sertões passam a ser desbravados. Segundo Claudia Damasceno Fonseca, sertão é um termo intimamente ligado ao período colonial. Seu uso está relacionado à expansão ultramarina portuguesa e designa a região longe do mar, o mato longe da costa, que está sendo configurado e modificado. (FONSECA: 2011, p.52)

Todo sertão das capitanias de São Vicente e Santo Amaro, que teve um desenvolvimento muito tímido nos séculos XVI e XVII, passa por grandes transformações no século XVIII, fruto do fortalecimento de caminhos já existentes e do aumento no número de povoados que neles se formaram.

A Vila de São Paulo foi a primeira municipalidade instituída no interior da colônia, em 1558. No século XVII, a vila passa a ser a grande porta de saída e chegada das expedições bandeiristas. Inicia-se, portanto, a formação do território no interior da Colônia no decorrer de três séculos, tomando forma principalmente no século XVIII.

Sobre o conceito de território Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno explica:

Território e espaço não são noções equivalentes. O território, com contornos e limites precisos é uma categoria histórica, construída socialmente. Para além das fronteiras naturais, a fronteira política é sempre uma linha abstrata e convencionalizada por alguns. Às zonas interiorizadas dava-se o nome de "sertão". (BUENO, 2009, pg. 251)

Segundo Claudia Damasceno Fonseca, definir limites no território do Brasil no século XVIII é tão difícil quanto inútil. Tratava-se de um território imenso e desconhecido que aos poucos foi sendo povoado e demarcado. Muitas vezes, a noção de fronteira é uma linha que separa zonas povoadas e vazias, porções de terras de diversos tamanhos, situadas além das regiões ocupadas por colonos brancos, portanto fronteira é o ponto que separa áreas ocupadas por “selvagens” (índios) e “civilizados” (colonos brancos). (FONSECA: 2011, p. 56)

Após o fim da União Ibérica, em 1709, as capitanias de São Vicente e Santo Amaro foram adquiridas pela Coroa e desmembradas do Rio de Janeiro. Naquele momento, a Coroa visava o controle mais efetivo da região dos sertões,

principalmente a região mineira. Em 1711 é criada a capitania de São Paulo e o núcleo urbano da Vila de São Paulo é elevada à Cidade.

O importante movimento de reconhecimento e domínio do sertão, iniciado pelos bandeirantes paulistas gerou, segundo Maria Fernanda Denrtl, sucessivas redefinições administrativas que contribuíram para a transformação e estruturação interna do território da capitania de São Paulo. (DENRTL: 2010, p.55)

Em 1720, com o único interesse de obter maior domínio e garantia de arrecadação de impostos, Minas Gerais se separa do território paulista quando é criada a Capitania de Minas Gerais.

Em 1730, os espanhóis estavam empenhados em invadir a Colônia. A Coroa, para defender seu território, usa a estratégia de desmembrar de São Paulo regiões mais vulneráveis, dando autonomia, controle fiscal e administrativo para novos territórios: Minas Gerais (1720), Rio Grande de São Pedro e Ilha de Santa Catarina (1738), Laguna (1742), Goiás (1744) e Mato Grosso (1748).

Em 1748, a Capitania de São Paulo passa a ser comarca do Rio de Janeiro, com seus assuntos militares sob a responsabilidade do governador da Praça de Santos. À Capitania de São Paulo foram anexadas a Colônia do Sacramento, do Rio Grande, de Santa Catarina e de Laguna, passando a ser uma grande região unificada sob o comando militar da Capitania do Rio de Janeiro.

Com os seguidos desmembramentos e transformações do território paulista a cidade de São Paulo, que já era importante elo de comunicação com a Capitania de Minas Gerais, passou a apoiar a Coroa no controle e cobrança de impostos, transformando-se em um ponto importante e estratégico de cobrança e fiscalização principalmente do ouro extraído na Capitania de Minas Gerais.

Conforme abordado nos estudos de Maria Fernanda Denrtl, o território paulista, no decorrer do século XVIII, foi sendo desmembrado, principalmente devido a estratégia da coroa portuguesa para defesa e domínio do mesmo. A abertura de caminhos, a implantação de estratégias da Coroa, a fixação de povoados e a formação de um fluxo de passagem de pessoas e mercadorias, apresentavam ao território paulista suas primeiras características e identidade.

A autora aponta a fragilidade da afirmação de alguns autores sobre a decadência do território paulista no século XVIII e nos apresenta o trabalho de Ilana Blaj, que traz uma análise crítica sobre essa afirmação, apontando a ênfase na crescente mercantilização de São Paulo. Segundo esta nova perspectiva, a ligação do território paulista com o mineiro impulsionou o desenvolvimento da Capitania no decorrer do século XVIII e proporcionou condições para o desenvolvimento de lavouras para exportação em suas terras na segunda metade do século XVIII. (DENRTL, 2010, p. 58)

Como vimos, a Capitania de São Paulo no final do século XVII já era cortada por importantes caminhos, o que a coloca em posição privilegiada na comunicação entre Minas Gerais e o Porto de Santos. Além disso, os povoados estão cada vez mais fortalecidos e inseridos nos fluxos de pessoas e mercadorias.

Para Nestor Goulart Reis Filho, a vida social do território e seu funcionamento são fundamentais para a compreensão do espaço urbano.

As configurações do espaço urbano são suporte e resultado da vida social, as mudanças na existência social devem compreender novas modalidades de urbanização e novas configurações. (REIS FILHO: 2006, p. 19)

Para o melhor entendimento de quem foram os primeiros habitantes das terras da região do Morro do Lopo é necessário esclarecer como se encontrava a sociedade na Vila de São Paulo e como foi a formação do bairro rural de São João Batista do Atibaia. O bairro rural ganhou sua capela em 1665, fruto da doação de um patrimônio religioso para a sua formação, como era tradição no

período colonial. A capela foi elevada à Freguesia de São João do Atibaia em 1747, subordinada à Vila de São Paulo, posteriormente elevada à Vila de São João do Atibaia em 1769, a qual a Freguesia de Nossa Senhora de Conceição do Jaguari seria subordinada durante anos.

Em São Paulo, em meados do século XVII, existia rivalidade entre duas importantes famílias, Pires e Camargo. Os Pires tinham ascendência portuguesa e as famílias Taques, Cunha, Leme, entre outras, como aliadas, todas de origem portuguesa. A família Camargo, de ascendência espanhola, tinha os Buenos, de mesma origem, como aliados. Os Camargos ocupavam cargos de governança na Vila de São Paulo, onde os Pires se apresentavam como oposição.

Segundo Beatriz Cerqueira Leite, muitos historiadores buscaram compreender esse conflito entre as famílias Pires e Camargo e as hipóteses levantadas estão diretamente ligadas ao primeiro povoamento que daria origem ao bairro rural de São João Batista do Atibaia e, conseqüentemente, ao de Jaguari, futura cidade de Bragança Paulista. (LEITE: 1974, p. 25)

Para alguns autores a rivalidade sangrenta de mais de um século de duração começou com uma divergência sobre a liberdade do índio, pois a mão de obra do planalto era dependente deste trabalho escravo. De um lado, os Pires concordavam com os Jesuítas, contra a escravidão e a favor de catequizá-los, conflitos sérios aconteceram sendo o mais sangrento em 1640.

Os Camargos eram contra os Jesuítas e em 1640 estavam mais fortes politicamente, os Pires, a favor dos Jesuítas, nada puderam fazer e teve início o conflito entre as duas famílias, embate que tomou força com a busca pelo poder local, que estava, nesse momento, nas mãos dos Camargos.

A família Camargo tinha dois grandes líderes, José Ortis de Camargo, que foi juiz ordinário da Vila de São Paulo e ouvidor geral da capitania de São Vicente em 1651, e Fernão de Camargo, conhecido como “o Tigre” por sua postura corajosa e violenta. “O tigre” foi o personagem que agravou ainda mais a inimizade entre Camargos e Pires quando, em 1641, assassinou em praça

pública Pedro Taques, integrante da família que apoiava os Pires. Há outro crime que agrava ainda mais a relação destas famílias, quando Alberto Pires assassina sua esposa, Leonor de Camargo Sobral, sobrinha de Fernão Camargo, seu cunhado, alegando adultério. A essa altura a oposição entre as famílias é ferrenha e muito violenta.

Jerônimo Camargo, quinto filho de José Ortiz Camargo, percorreu em 1650 a Serra de Itapetininga e o rio Atibaia junto com seu irmão Marcelino. Em 1652 ocupava o cargo de juiz ordinário da Câmara de São Paulo e era mais culto se comparado aos homens de seu tempo. Indignado com a morte de Leonor Camargo Cabral, Jerônimo decide se vingar vai atrás de Pedro Pires na casa de sua mãe, Inês Monteiro, mulher enérgica e famosa por sua coragem, que prometera entregar o filho a justiça. Não satisfeito, Jerônimo assassinou Pedro Pires. Após o ocorrido, Inês Monteiro alegou que se vingaria e é provável que Jerônimo tenha fugido para as terras que já havia visitado em 1652.

Segundo Beatriz Cerqueira Leite, não se sabe de fato quem ou o que estimulou Jerônimo a abandonar a Vila de São Paulo, sabe-se que na ata da sessão da Câmara de 8 de maio de 1653 o Ouvidor Geral da repartição do Sul, Jorge Velho de Azevedo, decidiu presidir uma nova eleição para a câmara, pois não havia localizado o juiz ordinário Jerônimo de Camargo. A Câmara estava fechada e foi necessário arrombar as portas. Juntamente com a nova eleição, o ouvidor decide aprofundar-se na investigação do que se passava na vila paulistana entre as duas famílias. (LEITE: 1974, p. 34).

No dia 13 de setembro de 1654 testemunhas são convocadas a depor e é constatado que a família Camargo, de origem espanhola, havia difamado o Rei de Portugal, D. João IV, anunciando que o verdadeiro Rei era Felipe II de Espanha. O processo terminou em 19 de maio de 1655 com a prisão de vários integrantes da família Camargo e a expulsão dos mesmos dos cargos públicos que ocupavam. Assim, os Pires tomam a frente e o poder na Vila de São Paulo. Vale lembrar que o período de união das duas coroas, o período dos Felipes, vai de 1580 a 1640, quando a coroa espanhola teve poder sobre a colônia portuguesa.

Muitos historiadores locais de Atibaia atribuem a fundação da Vila de São João de Atibaia a Jerônimo de Camargo. No entanto é válido analisar os deslocamentos e a formação social local. A formação da capela, depois freguesia e Vila de São João do Atibaia é importante para entender a ocupação da região do Morro do Lopo e, posteriormente, a formação do bairro rural de Jaguari, pertencente ao território da Cidade de São Paulo e depois transferida, em 1769, para a jurisdição da Vila de São João do Atibaia.

De acordo com os estudos de Beatriz Cerqueira Leite, após a saída de Jerônimo de Camargo das terras paulistas este se fixou na Freguesia de Nossa Senhora do Desterro do Campo Alegre de Jundiaí, no território da Vila de São Paulo. Num documento da câmara da vila, de 27 de janeiro de 1657, dois anos após a elevação à vila da Freguesia de Nossa Senhora do Desterro do Campo Alegre de Jundiaí, consta que o Capitão Jerônimo de Camargo solicitou licença para construir sua casa onde já tinha um rancho, na rua direita, que vai da Igreja até a casa de Francisco Gaio.

É natural que, indisposto com as autoridades de São Paulo e da capitania, Jerônimo de Camargo se limitasse a tomar posse de uma gleba sem legalizá-la. Fica, portanto, uma falta de clareza se de fato Jerônimo de Camargo fixou-se no bairro rural de São João Batista do Atibaia, pois na Vila Nossa Senhora do Desterro do Campo Alegre de Jundiaí há documentos que comprovam sua moradia e participação na vida política. Esta vila, na época, se caracterizava por abrigar refugiados políticos e criminosos, daí o nome invocando Nossa Senhora do Desterro de Jundiaí, conforme afirma Beatriz Cerqueira Leite.

O pedido de data de chão é elemento comprovante da residência de uma pessoa, enquanto uma sesmaria podia ser pedida em local distante das povoações onde residiam os petionários, não sendo a prévia fixação no local uma condição para as concessões. Mas para obter datas de chão para casas e quintais os requerentes tinham de provar que lavravam em terras do município ou que exerciam na sede alguma atividade de interesse da comunidade. (LEITE: 1974, p. 40)

Na historiografia local, ainda há dúvidas sobre quem de fato foi o fundador do povoado de Atibaia, em uma das versões os parentes de Jerônimo de Camargo seriam os primeiros habitantes dessas terras por meio de concessões de sesmarias, dados revelam que alegam que Jerônimo de Camargo, profundo conhecedor da região, fundou uma fazenda de gado e, no alto da colina, construiu uma capela sob proteção de São João Batista, em 1665. Por isso muitos historiadores locais o consideram fundador da cidade.

No entanto, em outra versão, o Padre Mateus Nunes de Siqueira chegou do sertão com um grupo de índios guarus catequizados e, por ordem da Câmara Municipal de São Paulo, instalou-os ao lado do sítio São João Batista, de Jerônimo de Camargo. O pequeno núcleo firmou-se, então, como parada obrigatória para quem seguia em direção a Minas Gerais e o povoado começou a se desenvolver.

Um documento enviado à Câmara de São Paulo, em 1665, pelo Padre Matheus Nunes Siqueira - que pertencia à uma família ilustre de São Paulo e era reconhecido por sua cultura e atividade como sertanista - mencionava “um povoado na paragem chamada Atibaia”. Este seria um lugar que ele mesmo, por zelo religioso, reunira os índios Guarulhos. Assim, 1665 é considerado o ano em que se dá a ocupação da religião no bairro rural de São João Batista do Atibaia. O povoado se tornará Freguesia de São João do Atibaia somente em 1747. Quatro anos depois da fixação do Padre Matheus Nunes de Siqueira no bairro rural de Atibaia, Beatriz Cerqueira Leite afirma que o povoado recebia uma grande quantidade de indígenas que viviam na aldeia de Nossa senhora da Conceição de Guarulhos, os índios guarus. (LEITE: 1974, p. 42). Apresenta-se assim a historiografia local, dividida entre quem realmente seria seu verdadeiro fundador

Embora não tivesse muito valor em si, era a propriedade de terra que classificava as classes sociais no Brasil colonial. Dava-se prestígio e valor a um sesmeiro, enquanto um posseiro era considerado como pertencente a uma classe inferior. Ligados aos sesmeiros e aos posseiros encontravam-se agregados, escravos, mascates e aventureiros que não eram donos de terras e,

portanto, encontravam-se à margem da sociedade. A terra, mesmo com pouco valor de mercado, era o elemento que conferia prestígio ao colono.

Para uma sesmaria ser concedida era necessário um reconhecimento prévio da área, mesmo que parcial. Segundo Mauricio de Almeida Abreu, o sistema sesmarial de concessão de terras no Brasil contribuiu diretamente para o processo de formação e fundação de núcleos urbanos. As sesmarias, que tendiam a ser latifúndios, implicavam em exagerados custos, particularmente com a mão de obra escrava, de modo que a maioria dos sesmeiros, com exceção dos ricos, não tinham condições de custeá-las. Os ricos sesmeiros obtinham a concessão de antigas sesmarias ou parte delas, enquanto os pequenos sesmeiros, a maioria, se tornavam agregados dos grandes sesmeiros, constituindo uma classe pobre que habitava o campo, mas destituída de bens de raiz. (ABREU, 2006, p. 232-233).

Há dificuldade em levantar dados precisos sobre as primeiras sesmarias doadas na região do Morro do Lopo, especificamente na área das atuais cidades de Atibaia e Bragança Paulista. Porém, vale enfatizar que o processo de interiorização e concessão de sesmarias acontecia naquele momento em uma região muito maior, não somente no caminho de São Paulo para a região do Morro do Lopo, mas também em outros pontos de ocupação como nos territórios que se tornariam as cidades de Jundiaí, Mogi das Cruzes e Mogi Mirim, iniciando assim uma tímida, porém contínua, ocupação do território paulista. As primeiras concessões de terra, partindo da Vila de São Paulo em direção à região em estudo, datam de 1638, às margens do rio Juqueri para o norte, área da atual cidade de Mairiporã. O processo de doação de sesmaria foi seguindo da Vila de São Paulo rumo a Minas Gerais, acompanhando os caminhos já abertos e os leitos dos rios da região.

Segundo Beatriz Cerqueira Leite, após o início das concessões de sesmarias, em 1638, as distribuições de terras foram gradativas até que se tem a primeira sesmaria especificamente para o bairro rural de São João Batista do Atibaia, apesar dos documentos serem escassos, as cartas de doações de sesmarias no período, mostram que, havia uma penetração na região próxima

aos rios Atibaia e Jaguari. No entanto, não é possível apontar o local exato, pois as informações são imprecisas, os rios extensos e os maiores acessos, como já informado, seriam abertos apenas no século XVIII. É possível afirmar somente que, paulatinamente, a ocupação da região estava em curso, sem agregar um núcleo ou bairro específico num primeiro momento.

Não foram apresentados registros de concessão de sesmarias a Jerônimo de Camargo, mas como era tradição no período colonial é possível que em 1665 ele tenha doado o patrimônio religioso para a formação desta capela em terras das sesmarias que lhe fora concedida. Beatriz Cerqueira Leite afirma que possivelmente Jerônimo de Camargo tenha sido um posseiro e em função dos seus conflitos com as autoridades de São Paulo, mantendo-se na condição de posseiro até suas terras passarem para as mãos de seus descendentes diretos. (LEITE: 1974, p. 38)

É no século XVIII que se intensifica a posse jurídica da terra, concomitantemente ao povoamento da região. Para a área onde é a atual cidade de Bragança Paulista, Beatriz Cerqueira Leite descreve:

Em 1738, Pascoal Nunes de Sousa, morador da freguesia de Atibaia pediu uma sorte de terra, cinco léguas distante da freguesia com uma légua de testada e três de sertão, principiando no ribeirão Brás Cubas, correndo até passar o Jaguari, rumo ao morro do Embacuva.

Salvador Cardoso de Oliveira, recebeu em 1743, uma légua de terra em quadra no sertão da freguesia de São João de Atibaia, começando onde acabam as terras do Garcia, partindo de uma parte com João de Prado de Camargo e da outra até findar a dita légua. Essa mesma sesmaria passou em 1766, para as mãos de um de seus descendentes, Narciso Cardoso de Oliveira.

Além desses há registro de sesmarias doadas para Prado de Camargo e seu filho Jerônimo Camargo Bueno que obtiveram uma sesmaria de três quartos de légua de testada, partindo do rio Atibaia, onde acabam as terras de Joana de Siqueira, por duas léguas do sertão, correndo rumo ao noroeste e o Padre José de Moraes Aguiar, vigário de Nazaré, recebeu uma sesmaria para a parte de Jundiaí, com uma légua de testada e três de sertão. (LEITE: 1974, p. 29)

(...) em 1766, João Pires Pimentel (que viria a ser considerado o fundador da cidade de Bragança Paulista) obtinha uma légua de terra de testada e meia de sertão em

Nossa Senhora da Conceição do Jaguari, compradas de Manuel Ribeiro de Siqueira e este as houvera de João do Prado de Camargo, como constava na escritura e nela também constava ser uma nesga que principiava do acabamento da medição que o Reverendo Padre Jerônimo Camargo de Bueno, mandou fazer de suas terras. Essa sesmaria concedida em 1766 foi confirmada em Lisboa no ano seguinte. (...) Em 1782, Mateus da Silva Bueno recebia légua e meia de terras de comprimento e igual extensão de largo nos Campos do Toledo, na Freguesia de Nossa Senhora Conceição do Jaguari, próximo ao rio Jaguari, as quais haviam sido “compradas do padre Antônio Xavier de Salles, que as houve também por compra de Simão Toledo Piza, Francisco Xavier dos Santos, João Pereira S. Thiago e João Dias”. Em 1789, João Francisco Oliveira também recebia légua e meia de terra nos sertões do Morro do Lopo, Freguesia de Nossa Senhora Conceição do Jaguari. Em 1795, duas léguas de terra em quadra foram concedidas no sertão da Freguesia de Nossa senhora da Conceição do Jaguari, ao Sargento Joaquim Antônio de Azevedo, Capitão **José Pedroso Pinto**, José Rodrigues Bueno e Alferes José Villaça. (LEITE: 1974, p. 33)

*Grifo nosso, José Pedroso Pinto foi localizado como morador do fogo 4 no Bairro da Vila do ano de 1798, e será eleito Sargento Mor da Vila em 1797.

A posse jurídica da região aconteceu antes da ocupação efetiva do solo, em uma apropriação que seguiu os rios Juqueri, Atibaia, até o Jacareí. Nota-se que após a firmação do núcleo urbano da Freguesia de São João do Atibaia, em 1747, as sequências de concessões de sesmarias acompanham os desbravamentos da região rumo ao interior, seguindo os afluentes dos rios Jaguari e Atibaia em várias direções, atingindo áreas como as das atuais cidades de Jundiaí, Jacareí, Mogi Guaçu e Campinas. Portanto, é no final do século XVII e início do XVIII que se inicia a ocupação da região do Morro do Lopo.

O Morro do Lopo se destaca por se caracterizar como um braço da Serra da Cantareira e ponto de referência da região desde o século XVII. Para Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, a cartografia produzida pelos matemáticos da época caracterizava-se por maior rigor científico e registra com maior precisão os acidentes geográficos. (BUENO, 2009, 235)

É possível notar que a representação de outros morros na cartografia do século XVIII é rara ou inexistente, como o Jaraguá, próximo a São Paulo, e o

Japi, próximo a Jundiá, ambos em direção à atual cidade de Campinas e num antigo caminho em direção ao sertão de Minas e Goiás. Esta constatação reforça o significado e a importância da região do Morro do Lopo. (VILLANUEVA, 2006, p. 32)

Como já mencionado anteriormente, a passagem de bandeiras pelo Morro do Lopo se dá na expedição de D. Rodrigo de Castelo Branco. Em 12 de março de 1681, D. Rodrigo partiu de São Paulo em direção a Sabarabuçu passando por Juquery, no Caminho de Atibaia (Figura 4).

Segundo Ana Aparecida Villanueva, Antônio Knivet, integrante da bandeira de Martins de Sá em 1597, relatou sua viagem dizendo que desceu por uma semana o rio Jaguari com bandeirantes que procuravam seus inimigos Tamoios. A partir dali caminharam rumo sudoeste:

(...) fomos até uma montanha grande e selvagem e chegamos a um lugar cujo solo seco e de uma cor escura, crespo de colinas e penhascos, onde vários ribeiros tinham aí suas origens. (VILLANUEVA, 2006, p. 14)

A montanha era o Morro do Lopo e o rio descrito seria o Canivete, afluente do Jaguari, território este no qual se formariam os primeiros bairros rurais de Bragança Paulista.

Na região do Morro do Lopo, no século XVIII, além de referência à passagem das bandeiras, há informações sobre a existência de três povoados que ali se desenvolviam origem das atuais cidades de Atibaia, Nazaré Paulista e Bragança Paulista.

O Bairro Rural de São João Batista do Atibaia começou a se formar em 1665, ano em que acreditasse ter sido construída a capela. Não há, no entanto, registro da doação de patrimônio religioso. A Capela se tornou Freguesia de São João do Atibaia em 1747, subordinada à Vila de São Paulo e, em 1769, foi elevada à Vila de São João do Atibaia. Na época, as freguesias de Nossa Senhora da Conceição do Nazareth e de Nossa Senhora Conceição do Jaguari

eram subordinadas à Vila de São João do Atibaia, pertenciam, portanto ao território desta vila, denominado termo.

O bairro rural de Nazareth teve sua primeira capela sem registro de data, sobre as terras doadas para o patrimônio religioso por Mathias Lopes, considerado o fundador do povoado. Foi elevada a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Nazareth em 1676 e foi subordinada à Vila de São Paulo até 1769, quando a Vila de São João do Atibaia se desmembra de São Paulo e a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Nazareth lhe é anexada. Somente em 1850 é que a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Nazareth se torna a Vila de Nazareth e, em 1944, Cidade de Nazaré Paulista.

O bairro rural de Jaguari, objeto de pesquisa desta dissertação, teve sua primeira capela construída em 1763, em devoção à Nossa Senhora da Conceição. O patrimônio religioso desta capela foi doado por um casal de moradores da Freguesia de São João do Atibaia, José Pires Pimentel e Inácia da Silva Pimentel. Em 1765 se tornou Freguesia de Nossa Senhora Conceição do Jaguari, subordinada à Vila de São Paulo.

Após três anos de sua elevação à freguesia, em 1769, São João do Atibaia se torna vila e a Freguesia de Nossa Senhora Conceição do Jaguari, assim como a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Nazareth, passam a fazer parte do termo da Vila de São João do Atibaia.

3.0. Os Conflitos de divisa entre São Paulo e Minas Gérias na região do Morro do Lopo.

Nesse capítulo discutimos a questão da divisa entre as Capitânicas de São Paulo e Minas Gérias, palco de um conflito pela posse do território que durou séculos e teve importância na formação da configuração do território do bairro rural de Jaguari, pois o conflito de divisa envolvia interesses dos governantes e da Coroa influenciando a conquista do sertão na região do Morro do Lopo.

Após o fortalecimento e declínio do ciclo do ouro em Minas Gerais, no século XVIII, surge a questão da fronteira na região do Morro do Lopo, cuja configuração se deu em meio a conflitos que envolveram uma disputa multissecular. Inicialmente travada entre os habitantes originais (indígenas), posteriormente entre os agentes e representantes da Coroa: de um lado mineiros e de outro paulistas. A esse respeito, não é demais notar que o conceito de fronteira se distingue do simples limite, que determina rigidamente, pelo menos em tese, onde começa um território, portanto onde acaba o outro.

Para Beatriz Piccolotto Bueno, as fronteiras, de fato, não são linhas imóveis, mas sim zonas que na maioria das vezes no século XVIII, em terras paulistas, estão em disputas. Os diversos contornos assumidos pelo atual estado de São Paulo oscilaram ao sabor de interesses oficiais e extraoficiais, materializando-se numa complexa rede urbana, viária e fluvial, viabilizada pela associação entre índios e portugueses. (BUENO; 2009, p.253)

As fronteiras do período colonial não se restringiam a simples marcos geográficos, mas correspondiam aos limites fixados pela movimentação dos homens no território. A fronteira sempre se caracterizou como lugar de conflito e o período colonial foi farto em disputas entre as Capitânicas de São Paulo e Minas Gerais. A tensão se desenvolvia alternando intervalos de calma e grandes conflitos voltados para a expansão do território. E, no caso específico da região do Morro do Lopo, alargamento de territórios era não só garantia de poder, mas, principalmente, acesso às terras auríferas.

Em 1731 surgiu o primeiro conflito nas divisas entre as capitânicas de São Paulo e Minas, quando o governador paulista Antônio da Silva Caldeira Pimentel demonstrou seu descontentamento diante da postura do governador de Minas Gerais, que alterou os marcos divisórios de maneira furtiva, gerando protesto por parte dos paulistas. A ocupação das áreas de fronteira na capitania de Minas Gerais, segundo Luís Mathias, nunca foi consensual entre as autoridades, tanto metropolitanas quanto coloniais. (Mathias: 2000, p. 4)

A primeira ação do estado foi tornar as regiões limítrofes da capitania áreas proibidas a partir de um mando, de 1736, que impedia “lançar posse de terras situadas nas extremidades não povoadas da capitania sem expressa licença do governador”. (FONSECA, 2012, p.153)

Em 1738, iniciam-se as concessões de sesmaria na região do Morro do Lopo. O território pertencia então a São Paulo, nas imediações do rio Atibaia e Jaguari (Ver figura 9). Pascoal Nunes de Sousa obteve uma sesmaria que margeava o Rio Jaguari, mas não é possível precisar o local. No mesmo ano e no decorrer do século algumas sesmarias foram doadas na região. Em 1766, ano seguinte da elevação à freguesia da Capela de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari, pertencente a São Paulo, como já mencionado, João Pires Pimentel tinha uma légua de terra de testada e meia de sertão na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari, comprada de Manuel Ribeiro de Siqueira, que a adquiriu de João de Pedro de Camargo. Essa sesmaria, concedida em 1766, segundo Leite, foi confirmada em Lisboa no ano seguinte, 1767. (LEITE: 1974, p. 33). Acredita-se que a incompatibilidade de datas se deve à necessidade de enviar documentos oficiais a Portugal, enquanto aqui o comprador já se portava como dono, como é o caso de João Pires Pimentel, que doou terras em 1765, mas obteve o documento oficial de propriedade de sesmaria em 1767.

Naquela época, o que valorizava o território era a presença de ouro, o que gerou muitos conflitos na região, pois os governadores de São Paulo e de Minas Gerais apostavam nas chances de encontrar riquezas na área da fronteira. A princípio, a divisa dos dois territórios era feita pelo rio Grande, (Figura 9), porém o governo da capitania de São Paulo disputava com a câmara da Vila de São João Del Rei o controle desta parte do território, notadamente o território do Arraial da Campanha da Princesa do Rio Verde.

Segundo Nelson Martins, os conflitos não cessaram rapidamente, fazendo com que o senado da câmara da Vila de São João Del Rei necessitasse, em 1743, reafirmar o auto de ocupação de posse da região devido à presença de um representante do governo paulista no local reivindicando o direito de posse

de outro arraial, de Sapucaí. Houve presença armada para garantir a ocupação da área, pois o governador da capitania de São Paulo, D. Luiz de Mascarenhas, havia nomeado Bartolomeu Correa Bueno como superintendente da região, para ratificar a posse do Arraial de Sapucaí. (MARTINS E LAURITO: 1943, pgs. 38 - 39)

Por fim, a região em litígio ficou para Minas Gérias, tanto o Arraial de Sapucaí como o da Campanha da Princesa do Rio Verde. A consequência foi a expulsão de Bartolomeu Correa Bueno do Arraial de Sapucaí, que refugiou-se a oeste, próximo ao rio Sapucaí. Algum tempo depois ele encontrou ouro na área e comunicou o achado ao guarda-mor do Arraial da Campanha da Princesa do Rio Verde, autoridade mais próxima, apesar das terras terem sido definidas, há pouco, como paulistas.

No início de 1746 um morador da região, Francisco Martins Lustosa, descobriu outras minas em suas terras, na mesma área, e informou ao governador de São Paulo, D. Luiz Mascarenhas, que prontamente nomeou Lustosa o guarda-mor do distrito, que recebeu o nome de Sant'ana do Sapucaí. (Figura 9)

Segundo Nelson Martins e Domingos Laurito,

O novo guarda-mor mostrou-se tão enérgico em executar quanto o governador era em mandar. Teve por isso que repelir duas tentativas de invasão ao Arraial por parte da câmara de São João Del Rei, das quais uma tomou a importância de um assalto naval, com uma flotilha de canoas especialmente construída para esse fim. (MARTINS E LAURITO: 1943, pg.40)

A disputa foi pacificada, mas não resolvida, e o ouro encontrado na região era em pouca quantidade, insuficiente para gerar uma corrida ou grande cobiça. Em 1748 formam-se as capitanias de Goiás e Mato Grosso, território anteriormente pertencente a São Paulo. Além disso, a parte restante da capitania de São Paulo passa a ser subordinada à Capitania do Rio de Janeiro. Nesse momento, foi ordenado ao encarregado do governo das três capitanias, Gomes Freire de Andrade, que definisse os limites entre São Paulo e Minas Gerais.

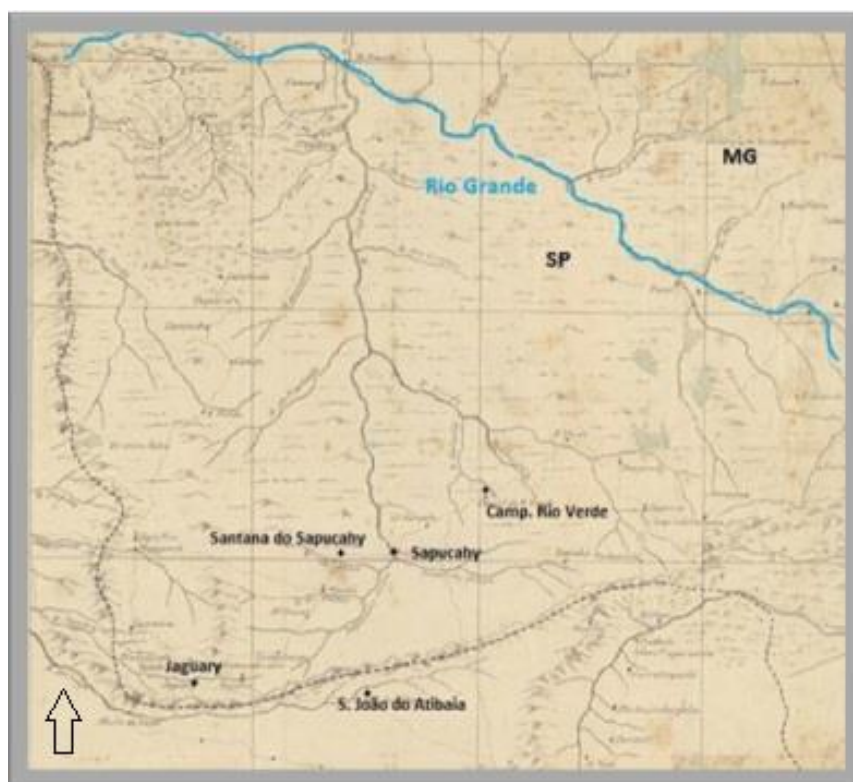


Figura 9: (preto) na região de São João do Atibaia, Jaguaré, Santana do Sapucahy, Sapucahy e Campanha do Rio Verde e Rio Grande. Mapa base: "Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes e partes confinantes anno de 1767". Fonte: Arquivo Mineiro.

Gomes Freire da Costa confiou a Tomás Ruby de Barros Barreto, ouvidor da comarca de Rio das Mortes, em Minas Gerais, e participante dos conflitos de 1743 e 1746, a missão de estabelecer as divisas. Tomás Ruby, no entanto,

estava mais empenhado em resolver conflitos antigos com o guarda-mor Lustosa do que em executar as ordens que lhe foram confiadas.

Segundo Nelson Martins e Domingos Laurito, Tomás Ruby encaminha-se até o Arraial de Sant'ana de Sapucaí no ano de 1748, acompanhado de seu escrivão e 60 homens armados, o que gera a ira de Lustosa, que retirou-se do arraial deixando o campo livre para Ruby fazer suas demarcações. Assim, garantiu para Minas Gerais não só a linha da serra da Mantiqueira, até o Morro do Lopo, além de um esporão entre os rios Jaguari e Atibaia, região do povoado de Jaguari, naquela época ainda um pequeno bairro rural, sem capela, pertencente à Vila de São Paulo. (MARTINS E LAURITO: 1943, pg.40)

É nesse período, após 1748, que o território do bairro rural de Jaguari passa a pertencer a Minas Gerais, não só esta região, mas também uma grande área do território paulista. Como muitos fazendeiros paulistas tinham suas terras próximas da Serra da Mantiqueira, houve dúvida sobre a quem pertenciam as suas terras. (Figura 10)

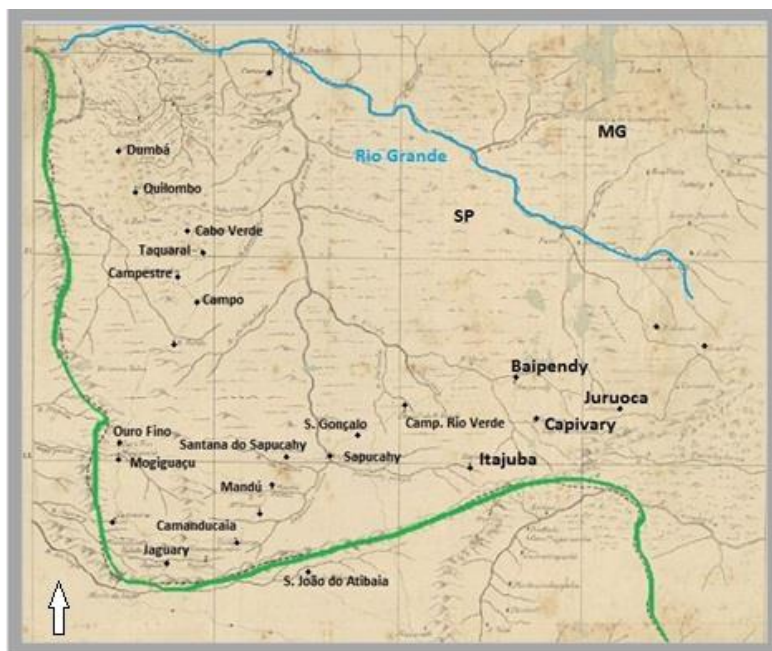


Figura 10: Segunda demarcação de fronteira entre a capitania de São Paulo e Minas Gerais. Uma nova linha de divisa entre as capitanias de SP e MG foi demarcada (em verde). Entre esta nova divisa e a antiga divisa, rio Grande (em azul), diversos bairros rurais, freguesias e vilas (em preto) deixaram de pertencer a São Paulo. Mapa base: "Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes e partes confinantes anno de 1767". Fonte: Arquivo Mineiro.

Entre 1748 e 1763, a demarcação de Tomás Ruby não gerou protestos por parte da capitania de São Paulo. Em 1763 morre o governador das três Capitanias São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, Gomes Freire da Costa, prevalecendo até este momento uma calma na questão das fronteiras.

Com a restauração da Capitania de São Paulo, em 1765, o governador D. Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Matheus, inicia seu protesto contra a demarcação de Tomás Ruby, comunica a corte, e consegue devolver a São Paulo a área do Morro do Lopo. O rio Sapucaí passa a ser o limite entre as duas capitanias. (Figura 11)

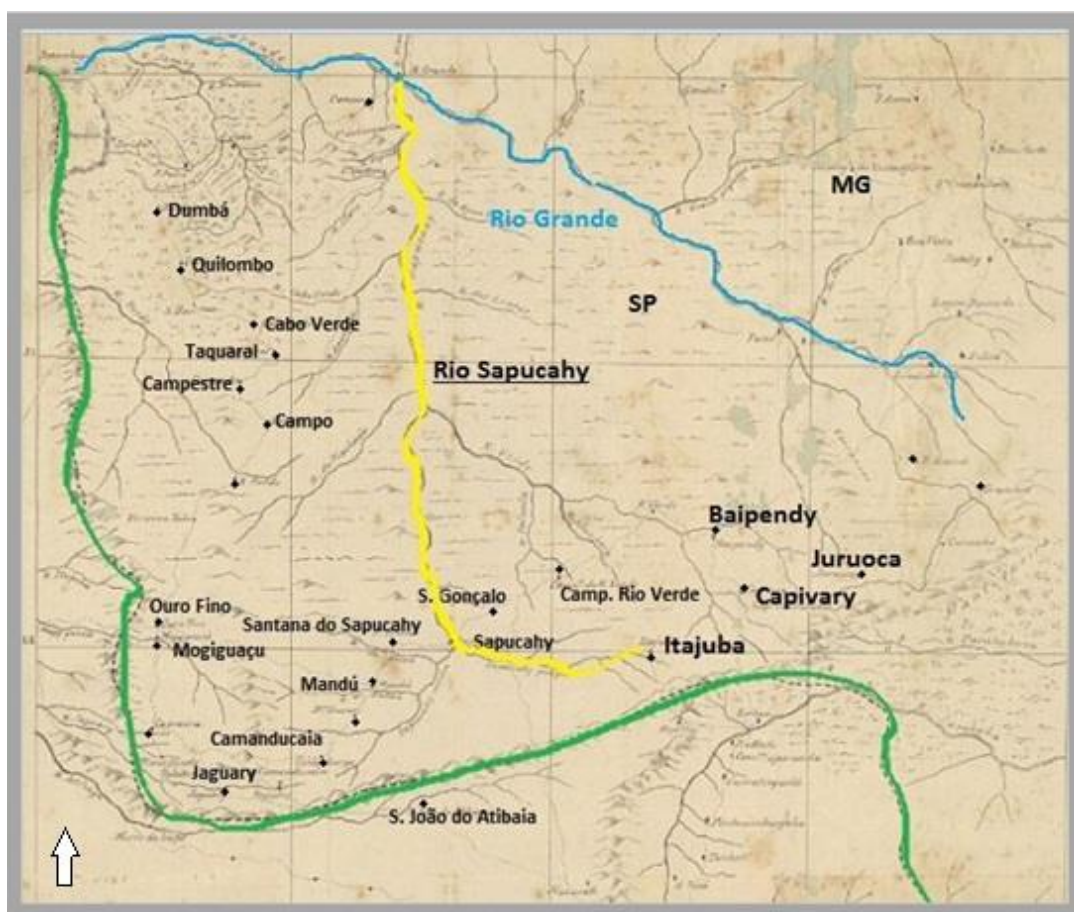


Figura 11: Terceira demarcação de fronteiras das capitanias de São Paulo e Minas Gerais. O Rio Grande foi a primeira divisa (em azul), a Serra da Cantareira a segunda (em verde) e rio Sapucahy a terceira (em amarelo). Mapa base: "Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes e partes confinantes anno de 1767". Fonte: Arquivo Mineiro.

Nesta época, os moradores das divisas ainda tinham dúvidas sobre a qual capitania pertencia suas terras e, principalmente, a quem deveriam responder civil e juridicamente. (Ver Anexo 1).

Exemplo disso é essa ilustração que Claudia Damasceno Fonseca traz em seu livro, (Figura 12) onde um morador produz um mapa, a mão, da região onde mora, listando lugares, vizinhos e referências, solicitando à autoridades esclarecimento a quem ele deveria responder, pois com os conflitos não sabia mais se pertencia a Capitania de São Paulo ou a Capitania de Minas Gerais.

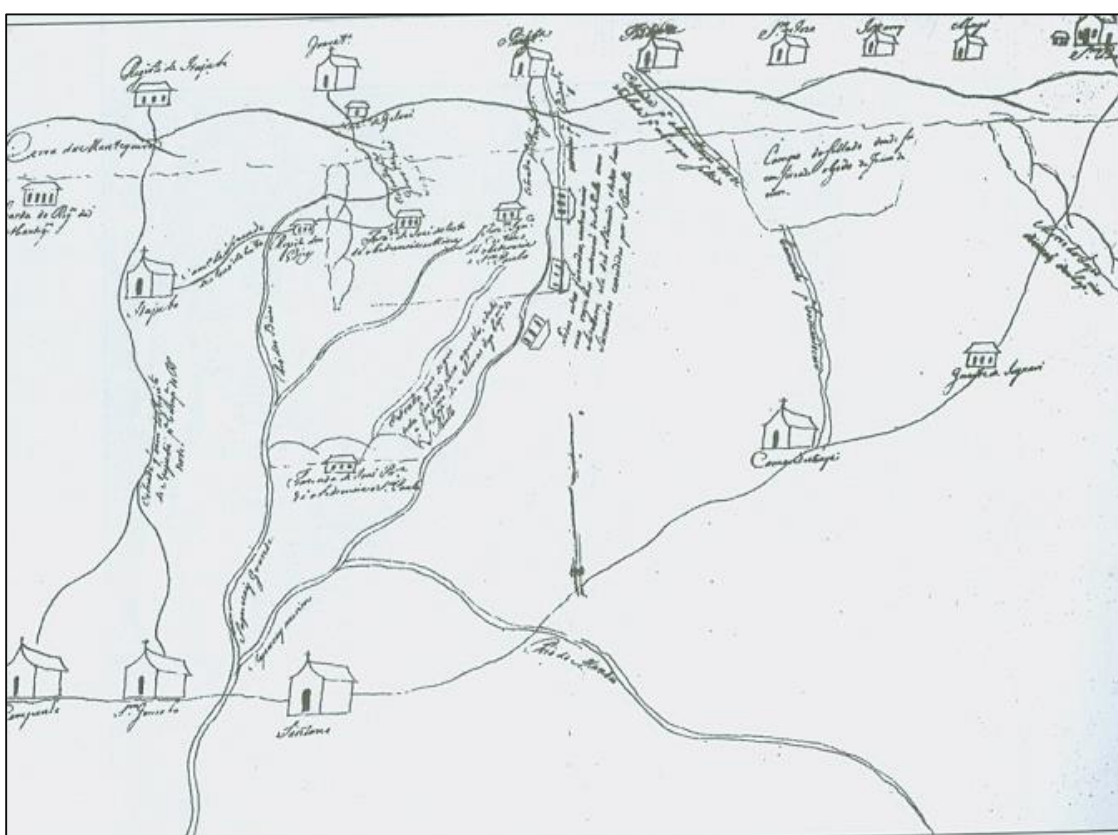


Figura 12: Desenho de morador da Região em dúvida sobre a divisa das capitanias de São Paulo e Minas Gerias. No fim do séc. XVIII os limites eram tão confusos que um morador do julgado de Itajubá escreveu ao governados de Minas solicitando esclarecimentos sobre a quem ele estava submetido, pois tinham muitas fazendas vizinhas que respondiam a São Paulo. Fonte Arraias e Vilas D'el Rei, FONSECA, Claudia Damansceno, pag. 262.

No entanto, o sertão quase despovoado do início dos conflitos - Arraial de Sapucaí, bairro rural de Jaguari e Freguesia de São João do Atibaia - é ocupado e as pequenas propriedades mistas passaram a ser fonte importante de fornecimento de mantimentos para a capital.

Apesar dos últimos documentos produzidos por Tomás Ruby registrarem a região das atuais cidades de Bragança e Atibaia pertencentes à Capitania de Minas Gerais, o vice-rei Conde de Cunha questiona a Corte e consegue reorganizar as divisas, trazendo de volta o bairro rural de Jaguari para São Paulo novamente.

Beatriz Siqueira Leite afirma que:

As questões de jurisdição surgiam ou porque no descoberto que se forma a povoação ignora a qual capitania o povoado responde, ou porque as distancias e confusões de mato e volta de rios confundem os limites e as distancias dos locais, logo, a questão da divisa não ficou clara para os governos nem tão pouco para os moradores de vários bairros rurais da região.

(LEITE; 1974, p. 92)

Em 1763, como já mencionado anteriormente, os moradores da Freguesia de São João do Atibaia, na Cidade de São Paulo, Antônio Pires Pimentel e sua esposa Ignácia da Silva, doam parte de sua sesmaria para a formação do patrimônio religioso da Capela de Jaguari, localizado próximo ao rio Jaguari. (Ver figura 17) O pedaço de terra serviria para a construção da capela e para a cessão de datas de terras (lotes) ao redor da capela para os interessados em se fixar no local. Retornaremos ao processo de fundação de cidade mais adiante.

No mesmo ano de 1763, o vice-rei Conde de Cunha escreve para o Rei defendendo os direitos dos paulistas sobre o Arraial de Sapucaí, sob o domínio dos mineiros, alegando que a região era alvo de ataques espanhóis, contra os quais somente a capitania de São Paulo poderia organizar uma defesa. Se o Rei consentisse a perda de área para os mineiros e depois precisasse recrutar paulistas para a defesa da região acabaria por não ser atendido. Com a fusão

dos interesses paulistas com a Coroa contra os espanhóis, São Paulo passa a ter direito sobre este território.

Os documentos não deixam claro onde passaria a ser a divisa entre as capitanias de São Paulo e Minas Gerais, pois não usam como referência morros ou rios, apenas que o Arraial de Sapucaí passaria a pertencer novamente a Capitania de São Paulo. (Ver figura 13)

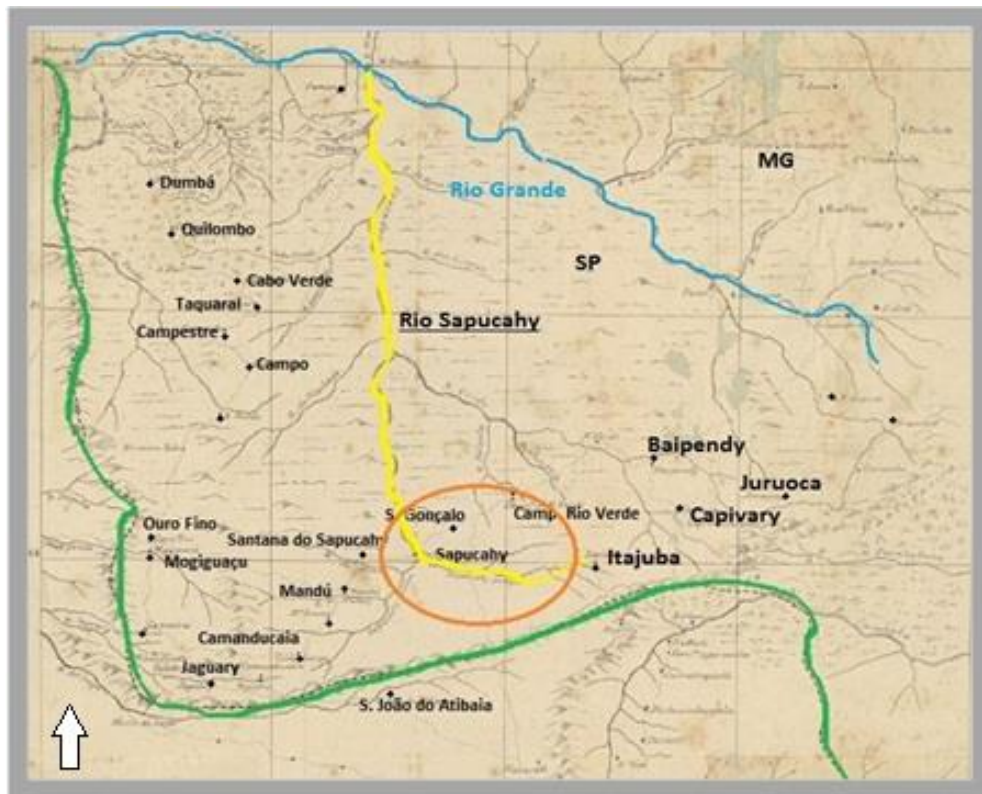


Figura 13: Terceira demarcação de fronteiras das capitanias de São Paulo e Minas Gerais. O Rio Grande foi a primeira divisa (em azul), a Serra da Cantareira a segunda (em verde) e rio Sapucahy a terceira (em amarelo). Mapa base: “Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes e partes confinantes anno de 1767”. Fonte: Arquivo Mineiro.

Em 1770, surgiu na região a questão que ficou conhecida com o nome de Jaguari, o foco não era mais o Morro do Lopo, e sim a descoberta de ouro nos terrenos de um cidadão chamado Simão de Toledo Piza (ver figura 35 terras identificadas como Toledo) que avisou a capitania de Minas Gerais sobre o achado, depois de ter comunicado o descoberto para o Governador da Capitania de São Paulo.

Começa a partir desse achado uma grande discussão entre as capitanias de São Paulo e Minas Gerais, sobre a que capitania pertencia às terras de Simão de Toledo Piza. Nesse momento, a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari, já não mais está subordinada a São Paulo e sim a Vila de São João do Atibaia, que foi elevada a Vila em 1769.

Segundo Beatriz Serqueira Leite, as primeiras sesmarias das terras de Toledo Piza, aparecem bem depois do achado, somente em 1782, quando Mateus da Silva Bueno recebia légua e meia de terras de cumprimento e igual de extensão, nos Campos de Toledo, Bairro rural da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari, as quais, como dito anteriormente, haviam sido compradas do Padre Antônio Xavier de Salles, que recebeu anteriormente de Simão de Toledo Piza. (LEITE: 1974, p.32)

Nesse momento o assunto não é mais somente território e sim ouro, logo, a questão da divisa volta à tona para avaliar qual capitania teria direito a explorar esse ouro. Apesar de alegado para a capitania de Minas Gerais que o descoberto estava em terras paulistas, o governo mineiro mudou o posto de cobrança de passagem de mercadoria do Rio Grande, para o Rio Sapucaí e posteriormente para o Rio Mandú, a dez léguas do achado. (Figura 14)

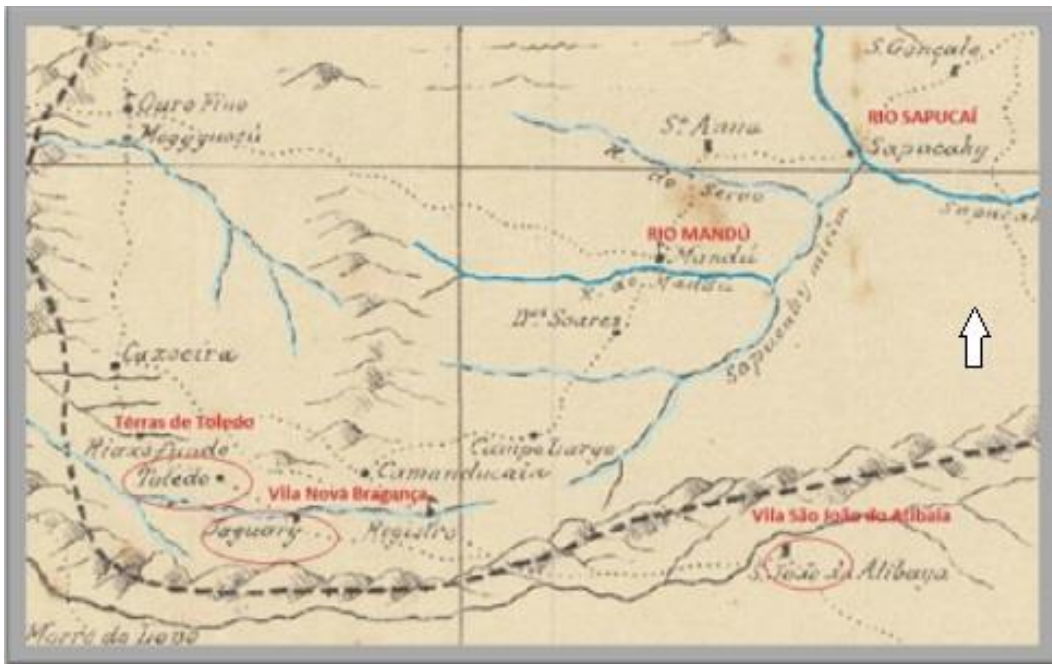


Figura 14: Mapa base: “Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes e partes confinantes anno de 1767”. Fonte: Arquivo Mineiro.

O juiz ordinário da capitania de São Paulo, Jerônimo Rodrigues, foi investigar com moradores conhecedores dos limites das capitanias, e o próprio Gomes Freire de Andrade admitiu que a paragem do Rio Mandu, atual cidade de Pouso Alegre, (Figura 14) ficava muito longe do Morro do Lopo, estabelecido como ponto referencial de terras paulistas entre as capitanias. Em 1771, reconhecia assim, pertencer a zona do Campos de Toledo bairro rural da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari à Capitania de São Paulo, pois o único limite possível entre elas era o rio Sapucaí.

Não conformado que o possível ouro tinha sido achado em terras paulistas e não mineiras o Capitão Geral de Minas Gérias, o Conde Valadares, inicia uma ofensiva ousada, saindo do Arraial de Ouro Fino até a Freguesia de Nossa Senhora Conceição do Jaguari, caminhando 13 léguas, deixando a relação entre as capitanias mais tensas. ((Figura 14), distância entre o Arraial de Ouro Fino e a Freguesia de Jaguari)

Os paulistas estavam esperançosos com a descoberta e começaram se organizar para o início das explorações, foi montado um posto fiscal na divisa chamado de Registro de Jaguari, a população foi orientada sobre o abastecimento de gêneros que deveria ser mantido para o sustento dos trabalhadores das minas, não podendo haver preços abusivos antes de iniciar a extração, prática comum devido ao grande aglomerado de pessoas e escassez de comida nas regiões de extração. Por fim, foi necessária a mobilização da população da Freguesia de Nossa Senhora Conceição de Jaguari e da Freguesia de Nossa Senhora de Nazareth, ambas subordinadas a Vila de São João do Atibaia, a qual também enviou reforços para a guarda de proteção do território dia e noite, pois o local havia se tornado cobiça dos homens de Minas Gerais. (Ver figura 15)

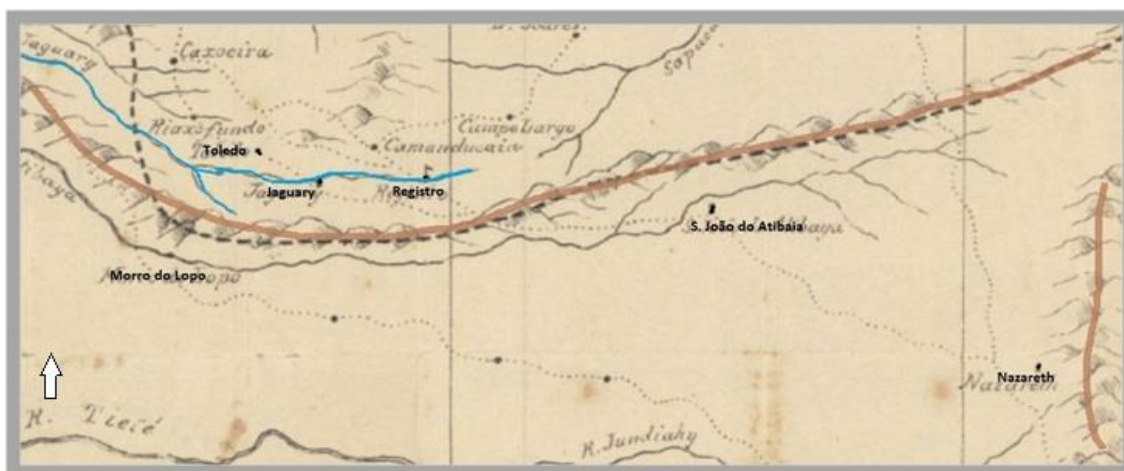


Figura 15: O ouro foi encontrado no rio Sapucahy (em azul), próximo à Serra da Mantiqueira (em marrom) na região do Bairro rural de Toledo e da Freguesia de Jaguari, na Vila de São João do Atibaia, aonde um posto de Registro foi construído. Mapa base: "Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes e partes confinantes anno de 1767". Fonte: Arquivo Mineiro.

Em 1772, foi solicitada ao governador da Capitania de São Paulo, Morgado de Matheus, a partilha das terras auríferas para intensificar a exploração, o que aumentou a tensão na divisa. Os mineiros insistiam em considerar as marcações de Tomás Ruby (ver Figura 16). No mesmo ano, o

comandante do Arraial de Jacuí, (ver figura 16) pertencente a Capitania de Minas Gerais, ordenou a invasão da capitania paulista pelo território da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari, dificultando a entrada dos paulistas no território mineiro com a cobrança de impostos.

Enquanto os governos das capitanias de São Paulo, Luís António de Sousa Botelho Mourão, o Morgado de Matheus, e José Luís de Meneses Castelo Branco e Abranches, Conde de Valadares, se desentendiam, mineiros invadiam terras paulistas e fixavam moradia.

Em 1775, Martim Lopes Lobo de Saldanha, governador da capitania de São Paulo, ordena a retirada dos moradores mineiros, destruindo suas casas e ameaçando castigá-los se houvesse nova desobediência. Invasões e combates seguiram pelos próximos oito anos até que, em 1783, a Freguesia de Jaguari, subordinada à Vila de São João do Atibaia, há retirada dos soldados mineiros da divisa e um relativo sossego.

O ouro, que causou a tensão, acabou rápido. O metal da região era de cata aleatória e foi desaparecendo. Mesmo assim, a questão da divisa não estava encerrada.

A Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari não colheu riqueza com a corrida pelo ouro e seu desenvolvimento foi aumento populacional (Tabela 1). Durante os anos de disputas passou de uma sociedade principalmente de subsistência para outra que iniciava o comércio, principalmente de cereais e carne de porco. Esses gêneros eram produzidos em propriedades de economia mista - agricultura e pecuária - mas em pequena quantidade. A mudança de economia de subsistência para mista incentivou o crescimento da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari. Nos 32 anos em que ficou na condição de freguesia o crescimento foi lento, mas consistente.

O crescimento total da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari, entre os anos de 1775 e 1785, foi de aproximadamente 25%, enquanto o bairro rural do Jaguari, sozinho, cresceu 54%. Houve, portanto, uma expansão significativa da quantidade de moradores da Freguesia de Jaguari, principalmente no bairro rural de mesmo nome. (Ver gráfico 3 e 4)



Figura 16: Região de disputa de fronteiras entre as capitâncias de São Paulo e Minas Gerais no mapa de 1800: rio Jaguari (em azul), Ouro Fino, na região do Arraial de Sapucaí (em amarelo), região da Vila de Nova Bragança (em vermelho), (em laranja) região de Toledo/Piza, fronteira entre Minas e São Paulo (em verde) e Arraial de Jacuí (em preto), local usado como saída para a invasão da Capitania de São Paulo, pela Freguesia de Conceição do Jaguari. Fonte: Arquivo Público Mineiro.

Legenda de cores figura 19:

Azul: Rio Jaguari; **Amarelo:** Ouro Fino; **Vermelho** região do Arraial de Sapucaí; **Laranja** Região do Jaguari; **Verde:** Campos do Toledo; Divisa São Paulo, Minas Gerais; **Preto:** descampado de Jacuí, local usado como saída para invasão da Capitania de São Paulo, pela Freguesia de Conceição do Jaguari.

Esta disputa de território sempre esteve ligada à ocupação, cada vez mais intensificada na região. Nesta ocupação novos caminhos iam se definindo no território cada vez mais dominado.¹¹

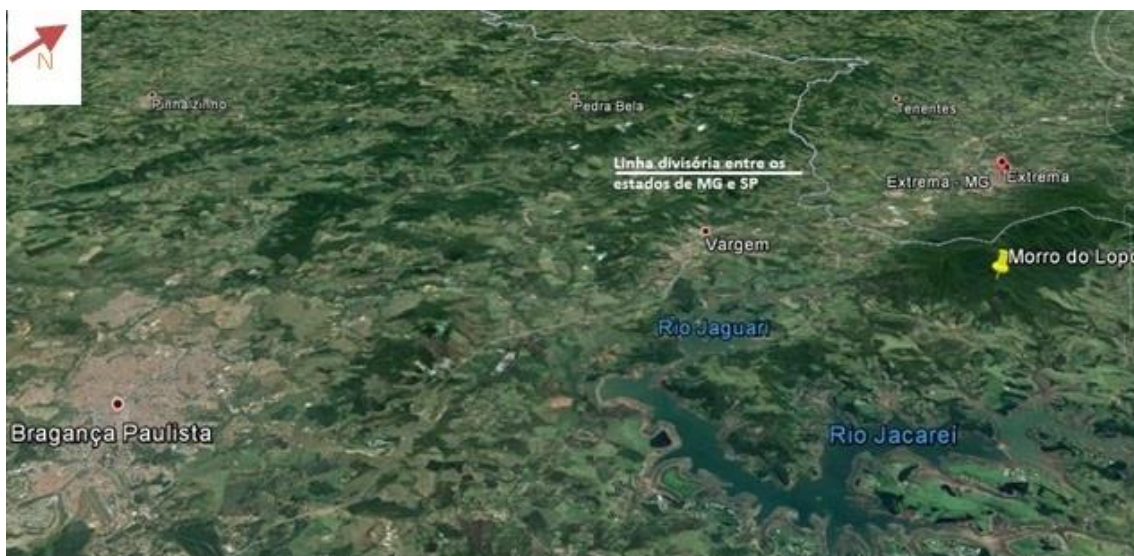


Figura 17: Divisa atual dos Estados de Minas Gerais e São Paulo, onde o Morro do Lopo foi usado como referência de divisa; em amarelo sinaliza o Morro do Lopo, em branca aparece a orientação da atual divisa entre os estados. Fonte Google Earth, data de captura da imagem 13 maio 2015.

As questões da divisa entre as capitanias de São Paulo e Minas Gerais foram retomadas em 1809, quando o capitão-mor de Bragança, Jacinto Roiz Bueno, (capitão do Bairro da Vila) escreve para o governador de São Paulo, Antônio José da Franca e Horta, relatando a invasão de pessoas vindas de terras mineiras, principalmente da Vila da Campanha da Princesa do Rio Verde. É neste momento que o conflito chega ao conhecimento de D. João VI. Todavia, nada se altera substancialmente. O rei ordena apenas que o Conde de Palma verifique a situação, há troca de correspondências, mas não uma solução.

¹¹O problema segue sem solução durante o reinado de D. João VI, o primeiro governo de D. Pedro I, os 50 anos do segundo reinado de D. Pedro II e os 47 primeiros anos da vida republicana. Em 1936, finalmente os governadores de São Paulo, Armando Sales de Oliveira e de Minas Gerais Benedito Valadares, encerraram a questão: a referência para a divisa passa a ser a Serra da Mantiqueira.

4.0. A formação da Capela de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari.

Nesse capítulo, foi abordada a questão do patrimônio religioso doado para a formação da Capela de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari, destacando quais interesses políticos estavam diretamente ligados para que José Pires Pimentel, morador da Freguesia de São João do Atibaia, doasse as terras para a construção da capela dedicada à Nossa Senhora da Conceição, em 1763, fazendo assim, com que o patrimônio religioso do bairro de Jaguari fosse formado. Analisamos também a escolha do local para a construção da capela, e os rios que influenciaram diretamente nessa escolha.

As cidades portuguesas fundadas na América não são produto meramente aleatório, sem rigor ou método, fato que demonstraria certo desleixo dos colonizadores em províncias muitas vezes miseráveis. Ao contrário, a produção urbana portuguesa no Brasil se enlaça na paisagem da Colônia, estabelecendo uma conexão com a forma de “se fazer cidade” já conhecida em Portugal.

Segundo afirma Ramiro Jucá Neto, há na grande maioria das vilas fundadas no período colonial a intenção de executar um padrão. No entanto, o território da Colônia é extenso, o que obriga os condutores do processo privilegiar um lugar em detrimento de outro. Assim, muitas vezes as freguesias e vilas da colônia portuguesa se desenvolviam sem a orientação de um engenheiro militar (personagens caros e escassos na colônia) ou se estagnavam por falta de recursos da câmara para as obras públicas, com resultados que fugiam da orientação inicial da Coroa. (JUCÁ NETO, 2013, 448)

A escolha por locais elevados será uma característica importante nos núcleos urbanos brasileiros fundados no período colonial. Essa relação entre o sítio e o local de implantação de novos núcleos de povoamento é de grande importância para o entendimento da ocupação do interior da Capitania de São Paulo. Verifica-se que as primeiras freguesias fundadas são resultado desta “forma de se fazer cidades”, própria do ideário português, que já havia sido desenhada pelos colonizadores.

No período colonial a presença do edifício da capela é fundamental para configurar o espaço urbano. A capela não é importante somente pelo valor construtivo ou por representar um ponto inicial de formação da cidade, sua relevância está ligada à tradição do período colonial de unir ações religiosas e civis. Logo, a capela em um povoado representava não só o valor religioso, mas também a diminuição da distância dos habitantes com a Coroa e as obrigações civis.

O historiador Murilo Marx esclarece que o patrimônio religioso surgiu no Brasil de maneira tímida e discreta, constituído por uma gleba de terra que

permitia a construção da capela para a formação do casario que abrigaria os pequenos sesmeiros, podendo dar origem ao futuro núcleo urbano. A formação de um povoado principiava, portanto, pela doação de terras por um morador ou conjunto de moradores ao patrimônio de um santo de devoção da Igreja Católica. Estas terras cedidas passavam a constituir um bem sagrado e sobre elas poderia ser erguida uma capela, proporcionando a formação e expansão do povoado e determinando legitimidade da terra, conforme as ordenações eclesiásticas. “De uma parte, ocupava-se um determinado terreno e plantava-se o templo desejado; de outra, propiciava-se a aglomeração de moradias e negócios. ” (MARX, 1991, p. 41).

Com a expansão e o fortalecimento dos bairros, os moradores que eram muito religiosos reivindicavam mais facilidade de acesso à igreja. O grande número de fiéis existentes num bairro rural gerava a necessidade de se construir um templo para a comunidade, pois nem sempre era possível se deslocar com facilidade até a igreja das freguesias ou vilas.

Segundo Murilo Marx, o número de fiéis aumentava a cada novo povoado que surgia na região. Naquele momento, os moradores se reuniam e solicitavam ao bispado local a autorização para erigir uma capela. Murilo Marx adverte, no entanto, que não era suficiente apenas construir o templo, era fundamental sacralizá-lo. “A sacralização iria tornar esse abrigo uma ermida também para a Igreja, uma capela reconhecida como tal, uma capela curada, ou seja, visitada regularmente por um padre. ” (MARX, 1991, p. 19).

Segundo Claudia Damasceno Fonseca, as capelas iniciais eram construídas em terras doadas por um ou mais sesmeiros em um determinado território rural, sempre dedicado a um santo, que emprestaria seu nome para a capela. Assim, o território doado passaria a ser um patrimônio religioso, com a construção da capela que, posteriormente, receberia a visita regular de padre que atenderia os ofícios religiosos da população do entorno.

As capelas geralmente eram construídas em propriedade particulares, em fazendas. À medida que o número de fazendas e seus respectivos moradores

aumentavam, se fazia necessária uma capela pública atendida por um coadjutor... A legislação eclesiástica estabelecia que o bispo deveria autorizar a construção das capelas, desde que as mesmas fossem estabelecidas “em sítio alto, lugar decente e desviado quando possível de lugares imundos e sórdidos”. (FONSECA, 2011, p. 75)

Para Maria Fernanda Derntl, a demarcação do território religioso doado para a capela era também o que geraria renda e serviria para a arrecadação dos dotes e para a manutenção da paróquia. Ou seja, os habitantes que instalassem suas casas em terras do patrimônio doado para a capela tinham como obrigação o pagamento de tributos à Igreja Católica.

A Capela deveria ter um patrimônio fundiário próprio e um dote ou patrimônio capaz de assegurar uma renda anual mínima para a sua manutenção. Antes de começar a funcionar deveria ser inspecionada e consagrada para culto. (DERNTL, 2010, p. 66).

Portanto, o processo para erguer uma capela apta a receber um pároco era ter as terras para a sua construção, doadas por um ou mais fazendeiro ou sesmeiro para a Igreja, tornado a área um patrimônio religioso. Deveria ainda existir um território para a instalação dos moradores, nas terras adjacentes à capela, que seriam os geradores de renda para o sustento do pároco. Assim, a capela passa a ser uma capela curada, que irá apresentar um vigário ou padre nomeado pelo bispo para fixar-se ali para a manutenção das atividades próprias de uma capela. Algumas capelas poderiam ser “coladas”, isso acontecia quando o padre era nomeado pela Coroa, esclarece Claudia Damasceno Fonseca.

... Quando a capela não mais se vincula a um fazendeiro ou sesmeiro e, portanto, se torna pública, mantendo-se com sua “fabrica” (patrimônio), ela poderia se vincular a freguesia na qual estava subordinada como “capela curada” cujo pároco era nomeado pelo Bispo e pago pela população ou “capela colada” cujo pároco era nomeado pela Coroa. (FONCECA, 2011, p.76)

Como já apresentado, a busca por ouro em Minas Gerais foi o grande estímulo para a ocupação da região do Morro do Lopo. Os primeiros caminhos

abertos do planalto de São Paulo, em um trabalho conjunto com os índios no primeiro ciclo do ouro, foram aproveitados para desbravar o território paulista até Minas Gerais. Essas viagens eram longas e a necessidade de suporte a esses viajantes fundamental para o sucesso da empreitada. E é nesse contexto que surgem os bairros rurais de Jaguari.

Em 1763, após escolhido o espaço apropriado - lugar alto, próximo a água, distante de alagamento, provido de boa luminosidade e ventilação - foi construída a primeira capela do bairro, em homenagem a Nossa Senhora da Conceição, fruto da promessa pela cura de uma grave enfermidade feita por João Pires Pimentel e sua esposa, Inácia Silva Pimentel, moradores da Vila de São João do Atibaia. João Pires Pimentel, considerado pela historiografia local o fundador da cidade de Bragança Paulista, tinha uma légua de terra de testada e meia de sertão em Nossa Senhora da Conceição do Jaguari, compradas de Manuel Ribeiro de Siqueira, que comprara a área de João do Prado de Camargo, segundo constava em escritura. O documento informava ainda que a terra era uma nesga que principiava do acabamento da medição que o Reverendo Padre Jerônimo Camargo de Bueno mandou fazer de suas terras. Essa sesmaria, concedida em 1766, foi confirmada em Lisboa no ano seguinte. Apesar de esta confirmação ter sido feita três anos após a construção da capela, acreditasse que a demora seja resultado da dificuldade de comunicação com Portugal na época, já que a distância fazia com que os processos fossem lentos.

Portanto, em 1763 a população do bairro rural de Jaguari passa a ter uma capela e um território em seu entorno, fruto de doação para a Igreja, para a construção de casas e, conseqüentemente, geração de renda para o pároco. Inicia-se, assim, o núcleo urbano de Jaguari, subordinado a Cidade de São Paulo, no território da Freguesia de São João do Atibaia.

Após a doação do patrimônio religioso, passa a existir uma primeira configuração urbana no núcleo de Jaguari, com espaço delimitado para a capela e o adro ao seu redor, área sem edificações destinada às festas e encontros religiosos dos frequentadores. Ao redor do adro havia o espaço reservado às demais construções. O complexo seguia uma forma triangular, com acesso à rua pelo limite frontal do adro, a futura Rua Direita, como é possível observar na figura 18.

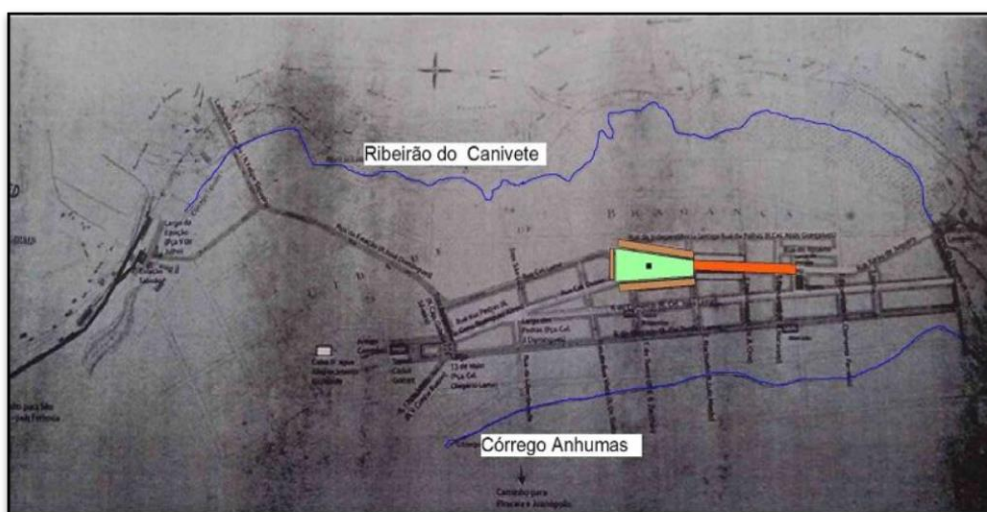


Figura 18: Área da Construção da primeira capela no Bairro Rural de Jaguari. Usando como mapa base de 1905, foi proposta uma ocupação inicial para o local onde foi construída a primeira Capela, em preto. Em verde está a área do adro, local destinado aos frequentadores da Igreja e que não deveria ser ocupado com casas. Em marrom encontra-se a demarcação dos primeiros lotes a serem ocupados e finalmente em laranja está o acesso a Capela, a Rua Direita. Fonte: Andréa Luri Ishizu, Evolução da malha urbana e arquitetura de Bragança Paulista 1884 a 1967, dissertação de mestrado FAU-USP, 2009, p. 41.

A escolha do local para a formação da Capela de Jaguari também foi estratégica a conformação do território entre os rios Atibaia e Jaguari.

Em 1765 a prioridade no discurso de posse do novo governador de São Paulo Luiz Antônio Botelho de Mourão, o Morgado de Mateus, era fundar cidades como estratégia de ocupação e domínio. Para Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, na documentação oficial, não por acaso, os termos “conquista” e “domínio” aparecem como sinônimos de “colônia” e sempre vinculados à ação humana. (BUENO, 2009, p 252).

Segundo Maria Fernanda Denrtl, o discurso do Morgado de Mateus tinha as seguintes diretrizes:

Acrescentar povoação, estender aos confins dos seus domínios, fertilizar os campos com agricultura, estabelecer nas terras diferentes fábricas, idear novos caminhos, penetrar incógnito sertões, descobrir o ouro de suas minas, fortificar as suas praças, armar o seu exército, fazer executar as leis e respeitar sua justiça. (DENRTL, 2010, p. 87)

Logo, o conhecimento do território é fundamental; conhecer os rios que banham a área, o relevo, o clima e demais particularidades gera subsídios para compreender a organização do espaço e a fundação de novas povoações, fossem elas capelas, freguesias ou vilas.

Existem dois rios importantes para a formação dos bairros rurais e futuramente o núcleo urbano da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Jaguari, o rio Jaguari e o rio Atibaia. É entre esses dois rios que começam, de maneira dispersa e lenta, a se formarem os primeiros bairros rurais da região do Morro do Lopo. A proximidade com o rio Jaguari deu origem ao nome do povoado. (Figura 19)

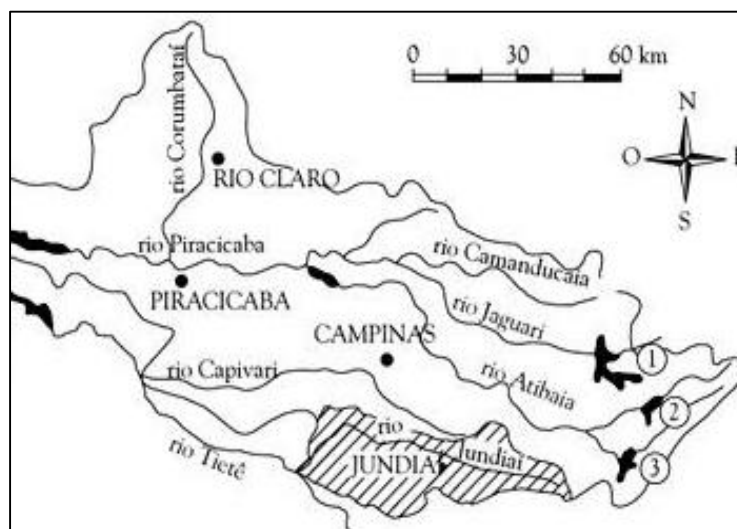


Figura 19: Rios e seus afluentes da região do Morro do Lopo. Destaque para o Rio Jaguari (1), o Rio Atibaianha (2) e o Rio Cachoeira (3). Fonte: Maria Aparecida Neves, Sueli Yoshinaga Pereira e Haroldo Gordon Fowler, *Artigo: Impactos do sistema estadual de gerenciamento de recursos hídricos na bacia de Jundiá*, Ed. Unicamp, Campinas, 2007, P. 29

A importância dos rios na formação dos bairros rurais que originaram Bragança Paulista fica clara no mapa de Francisco Tosi Colombina, elaborado entre os anos de 1751 e 1755. Nele é possível observar o rio Atibaia, o rio Jaguari e o bairro rural de Jaguari que na legenda do mapa aparece como arraial. Nesta cartografia é possível notar a relação do bairro rural de Jaguari com o Morro do Lopo, e suas localizações entre os dois rios. (Figura 20)

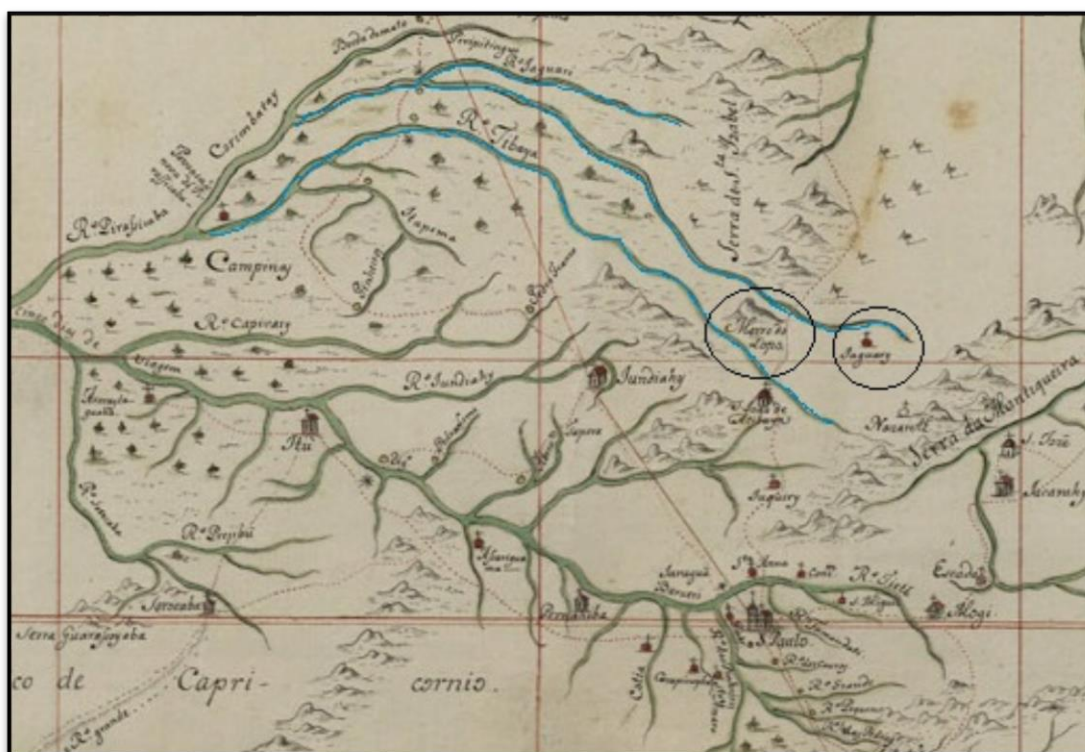


Figura 20: Morro do Lopo e Bairro Rural de Jaguari representados em mapa de 1751. Jaguari apresentado como arraial, conforme legenda do mapa. Destaque para o Rio Atibaia e Rio Jaguary onde o bairro Rural de Jaguari e o Morro do Lopo se encontram entre estes rios. Fonte: Mapa de Francisco Tosi Colombina, ano entre 1751 e 1755, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Uma análise da cartografia contemporânea da região permite entender o papel destes dois rios, Jaguari e Atibaia, na ocupação da região. Hoje, esses rios fazem parte da bacia do Jaguari e se interligam com importantes rios que foram fundamentais para a interiorização do território no século XVIII. (Figura 21)



Figura 21: Rio Jaguari e sua relação com os Rios da região. Na imagem é possível relacionar os rios Atibaia e Jaguari com outros rios importantes como Rio Piracicaba, Tietê e Camanducaia. Fonte: Artigo, Impactos do sistema estadual de gerenciamento de recursos hídricos na bacia do Rio Jundiá, autores: Maria Aparecida Neves, Sueli Yoshinaga Pereira e Haroldo Gordon Fowler. Ed. Unicamp, Campinas, 2007, p. 30.

A formação do rio Atibaia se dá pela junção dos ribeirões Atibainha e Cachoeira, no município de Bom Jesus dos Perdões. O ribeirão Atibainha nasce nas proximidades de Nazaré Paulista e segue até Bom Jesus dos Perdões. Já o ribeirão Cachoeira nasce na região das cidades de Joanópolis e Piracaia e segue seu curso até se juntar com o rio Atibainha. Os dois mananciais têm nascentes e foz dentro do Estado de São Paulo.

As nascentes do rio Jaguari estão localizadas no Estado de Minas Gerais nos municípios de Camanducaia, Extrema, Itapeva e Toledo. Em Extrema, o rio Jaguari recebe um afluente importante, o rio Camanducaia, alguns quilômetros abaixo há a junção dos rios Jaguari e Atibaia e nasce o rio Piracicaba, no município de Americana (SP), seguindo depois até o município de Barra Bonita (SP), onde ocorre sua foz junto ao Tietê.

Existem dois afluentes do rio Jaguari muito importantes na formação do bairro rural de Jaguari no século XVIII, Lavapés, antigo rio Canivete, e Anhumas. É entre eles que está a colina na qual será construída a primeira capela de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari. (Figura 22 e 23)

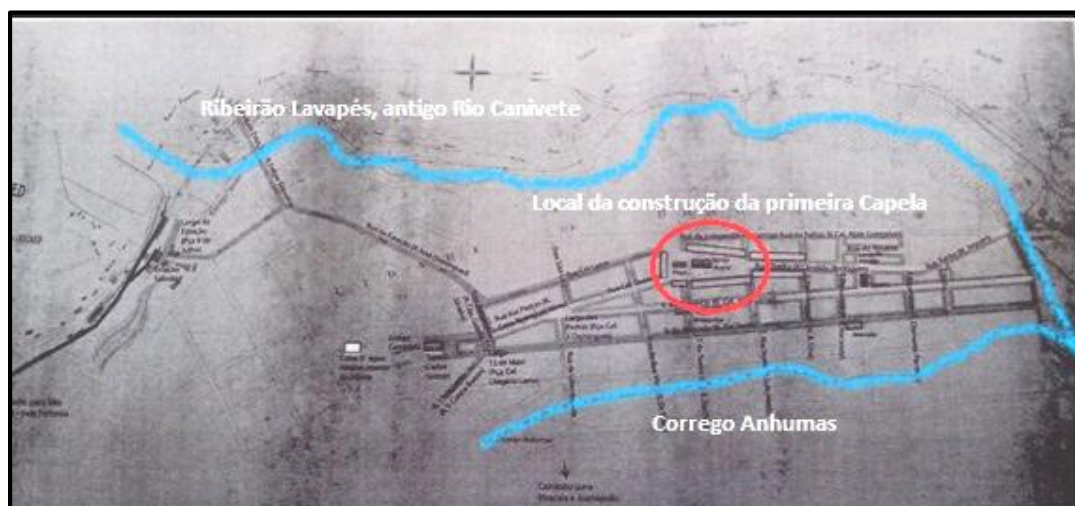


Figura 22. Local da Construção da Capela e os rios Canivete e Anhumas. Sobre o Mapa Base de 1905, em destaque a relação do Ribeirão Lavapés com o córrego Anhumas e o local que viria a ser construída a primeira Capela de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari. Fonte: Andréa Luri Ishizu, Evolução da malha urbana e arquitetura de Bragança Paulista 1884 a 1967, dissertação de mestrado FAU-USP, 2009, p. 41.

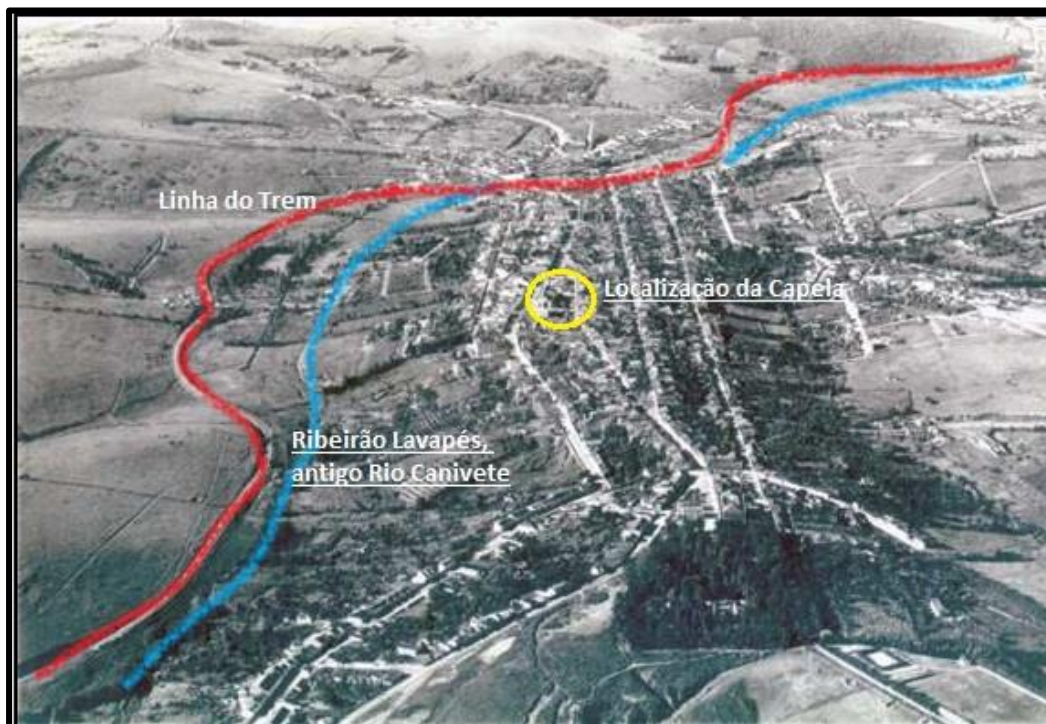


Figura 23: Espigão no qual se formou o núcleo urbano da Vila de Nova Bragança, foto de 1939 – Bairro da Vila.
Fonte IGC.

O local onde se firmou o bairro rural de Jaguari tem uma forte relação com os rios. Em uma escala macro, a região está inserida entre dois grandes rios, o Atibaia e o Jaguari. (Figura 21). Pontualmente, o bairro rural que originará o núcleo urbano da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari também se encontra entre dois ribeirões, Lavapés, o antigo Canivete, e Anhumas. (Figura 22).

Certamente a proximidade com os rios foi de extrema importância para a chegada dos primeiros habitantes e, conseqüentemente, a fixação e sobrevivência dos primeiros moradores, possibilitando a eles o cultivo e criação de animais para sobrevivência própria e dos que ali passavam.

5.0. A Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari e seus bairros rurais.

Diante de uma estratégia para o domínio do território da Capitania de São Paulo, em 1765 a Capela de Nossa Senhora do Jaguari é elevada a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari. Analisamos nesse capítulo quais os reais significados dessa mudança, abordando o que de fato fazia parte desse território, dessa recém-criada freguesia, enfatizando a importância dos bairros rurais para a compreensão do desenvolvimento econômico da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari.

Segundo estudos realizados por Topalov em conjunto com outros pesquisadores, como Stella Bresciani, Laurent Coudroy de Lille e Helene Riviere D'arc, o significado de freguesia está ligado, para Rafael Bluteau, àquele que sempre ou quase sempre compra no mesmo lugar. No entanto, é ao léxico da associação de famílias onde se adora o mesmo Deus, lhe rende o mesmo culto, se erige o mesmo templo e onde sepulta os cadáveres de seus finados, podendo ser também derivadas do interesse geral e imediato de todos os cidadãos que a constituem, que nos apoiaremos para a melhor compreensão da instituição freguesia no período colonial. (TOPALOV, 2014, p. 345.)

A Colônia já era organizada em cidades desde século XVII. Essas cidades eram compostas por vilas e suas freguesias, para se fazer referência à unidade administrativa, a palavra freguesia é usada traduzida da expressão francesa **paroisse civile**, assumindo claramente a distinção entre freguesia (administrativo e civil) e paróquia (eclesiástico). (TOPALOV, 2014, p.348)

Durante toda a segunda metade do século XVIII, os textos legislativos ou os discursos oficiais eram marcados por uma grande instabilidade semântica para essas palavras, na qual a palavra freguesia carrega um forte valor simbólico, criando relação ao espaço que contém a igreja e está em pleno desenvolvimento.

Para que uma capela se tornasse freguesia era necessário analisar alguns critérios como economia, desenvolvimento e também fatores políticos vinculados à estratégia da Coroa para a conquista e domínio do território. A área em que vivia a população frequentadora de uma determinada capela não era delimitada fisicamente e era subordinada a uma vila, que dava suporte civil a essa população, muitas vezes o núcleo urbano dessa vila, fica muito longe, e gerava as reivindicações dos moradores por facilidade de acesso a serviços espirituais e civis, ocasionando assim a elevação da capela à freguesia.

Duas grandes mudanças surgiam com a elevação da capela à freguesia. A primeira, e muito importante, consistia no poder civil que o templo religioso passava a exercer, já que nele ocorriam registros civis como batizados,

casamentos e registros de óbitos. A freguesia se mantinha subordinada ao conselho da vila. A segunda mudança está relacionada ao território, que passava a ser delimitado pela demarcação do seu termo.

Ao esclarecer porque era necessário que uma capela passasse à condição de freguesia, Maria Fernanda Derntl explica:

A promoção de uma capela à condição de freguesia costumava levar em consideração critérios de ordem econômica e demográfica, embora fatores de ordem política pudessem mesmo ter pertinência. Em geral, os moradores suplicavam a elevação à freguesia alegando encontrarem-se carentes de assistência espiritual devido a distância à sede paroquial e a dificuldades de caminhos. Era necessário que a capela já tivesse sido então transformada em um edifício maior, a igreja matriz. O território onde viviam os fiéis que frequentavam a capela não era delimitado fisicamente. Já as freguesias, depois de fundadas, precisavam ir demarcando seu território à medida que surgissem freguesias confinantes. (DERNTL, 2010, p.66)

A restauração da Capitania de São Paulo para Heloísa Bellotto, em 1765, juntamente com o início dos trabalhos do governador Morgado de Mateus, tem como objetivo principal combater os espanhóis, perseguir os jesuítas, reativar a economia e, conseqüentemente, fortalecer o poder central. (BELLOTTO, 2007, p. 59 a 76)

A disputa de território com os espanhóis influenciou diretamente a formação da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari. Na época, quando eram constantes as tentativas de interiorização no território paulista, como a Capitania de São Paulo tinha um sertão ao norte mais povoado que o sertão ao sul da Capitania de Minas Gerais foi necessário a elevação à freguesia como estratégia de proteção. Contudo, outro fator teve grande peso: a proximidade com a fronteira da Capitania de Minas Gerais, que estimulou a procura por novas terras a serem exploradas na busca por ouro e pedras preciosas. A região foi alvo de grandes desentendimentos por causa do limite de

fronteira entre as duas capitanias, como foi alvo também de invasões por parte de mineiros interessados, principalmente, na possibilidade de encontrar ouro na região.

Para Heloisa Bellotto há um choque entre a autoridade central e as ações autonomistas de Morgado de Mateus, de um lado, e os interesses locais da capitania que impulsionaram a política urbana. O conceito de *política de urbanização* remete à criação de novas povoações relacionadas com medidas de cunho militar do governo somado aos fatores de economia e sociedade local. (BELLOTTO, 2007, p.30)

O momento era voltado para a fundação de povoações, freguesias ou vilas, para garantir o domínio e posse do território, em maior escala para a Coroa, e em menor escala para as capitanias. Segundo Fernanda Derntl, uma motivação fundamental para o impulso da urbanização na segunda metade do século XVIII foi atender às novas exigências que se apresentavam no processo de demarcação de fronteira com os espanhóis. (DERNTL, 2010, p.31)

Neste contexto se deu a elevação da Capela de Jaguari, entre conflitos de fronteira e uma intensa política de urbanização do sertão paulista. Desta forma, a pequena capela passaria a atender um número maior de fiéis, passando a exercer também funções civis. Uma nova torre foi construída e anexada à estrutura existente.

Agora sob o nome de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari, a freguesia inicia seus serviços civis, subordinada à Vila de São Paulo. (Figura 32) O edifício da capela foi ampliado somente em 1765 para se tornar uma Igreja e, segundo consta dos documentos eclesiásticos de liberação de verba, a loteria em benefício das obras de 1837 e 1847, o local não passou por nenhuma grande alteração até 1837, quando foi totalmente demolida para a construção da primeira catedral. (Figura 24, 25 e 26).

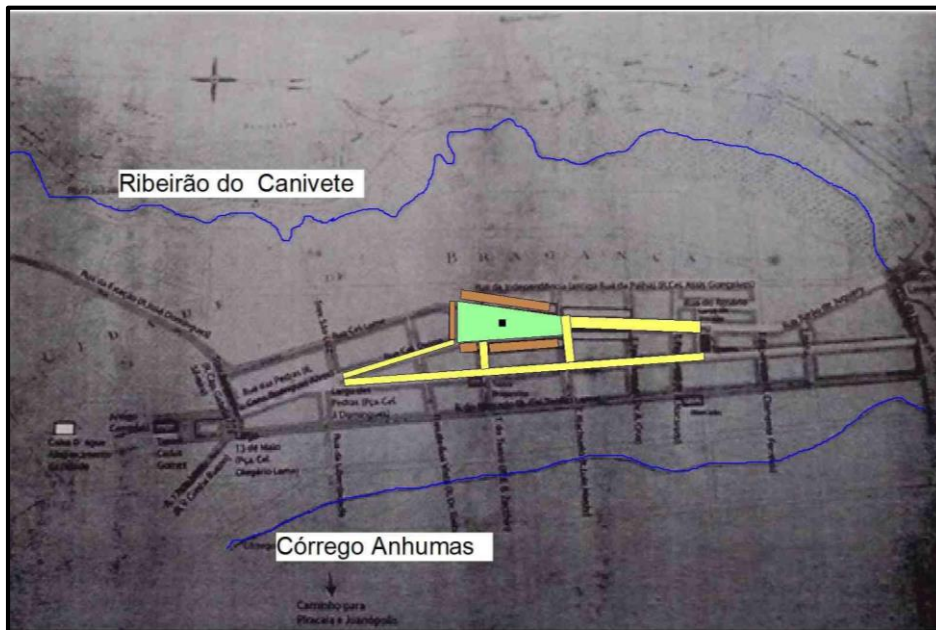


Figura 24, Ampliação das ruas após a elevação a freguesia. Usando como base o mapa de 1905, destaca-se em amarelo as primeiras ruas que foram sendo abertas na Freguesia de Nossa Senhora do Jaguari, onde foram sendo construídas as novas moradias. Fonte: Andréa Luri Ishizu, Evolução da malha urbana e arquitetura de Bragança Paulista 1884 a 1967, dissertação de mestrado FAUUSP, 2009, p. 41



Figura 25: Imagem da primeira Capela com torre. Trata-se de uma pintura da Igreja após a elevação a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari, Onde a Capela construída em 1663 tinha essa configuração cedendo sua estrutura para a construção da torre e 1765. (Pintor e data desconhecido). Acredita-se ter essa as características da primeira Igreja pois se têm notícia de uma demolição total da Igreja somente em 1837, dados são baseados em documentos eclesiásticos de liberação de verba, loteria em benefício de obras de 1837 e 1847 Fonte Museu Municipal Oswaldo Russomano

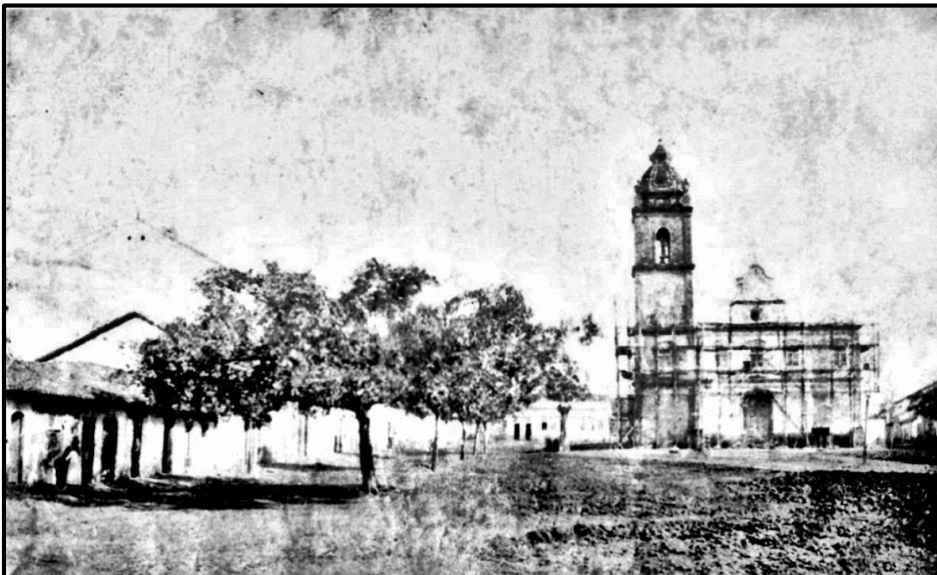


Figura 26: Imagem da Igreja passando por reparos. Essa é foto é de 1830, onde a fachada da Igreja passava por reformas. Fonte Museu Municipal Oswaldo Russomano

Como vimos, com a capela elevada à condição de freguesia, era necessário delimitar o território (termo) da nova freguesia. Com isto, as populações dos bairros rurais e das capelas que estavam dentro do termo da freguesia passavam a ser os fregueses, cabendo ao pároco o registro, no seu livro tomo, dos nascimentos, óbitos e casamentos da população moradora no termo da freguesia. Como freguesia ela tinha, portanto, além da função religiosa, uma função civil, diferentemente da capela, que cuidava apenas dos paramentos religiosos.

O significado mais antigo da palavra bairro encontra-se no espanhol medieval, em *BARRIUM*, que se referia a certo acúmulo de edificações fora da urbe, junto aos subúrbios e arredores. Pode significar também cada uma das partes principais em que se divide a cidade. Em geral, uma porção do território de qualquer povoação. (TOPALOV, 2015, p.84)

No entanto, para fortalecer a ideia de bairro rural em um espaço desocupado e quase desconhecido como o sertão da capitania de São Paulo, onde não havia cidades e muitas vezes as vilas eram distantes umas das outras, iremos nos apoiar no significado também apresentado por Topalov no qual bairro é um espaço determinado, geralmente ocupado por população de uma mesma natureza ou classe; cada uma das partes em que se costuma dividir uma cidade ou vila, para mais precisa orientação das pessoas e mais fácil controle administrativo do serviço público. (TOPALOV, 2015, p.84)

Na Capitania de São Paulo, o bairro rural era formado, em geral, por uma população pequena, de mesma natureza, família e interesses, que passava a ser identificado por um nome. Em princípio, as características físicas do local eram referência para denominar os bairros, como morros ou rios. Localização e nomenclatura serviam para um controle administrativo da coroa portuguesa, que no século XVIII estava engajada em desvendar o sertão e dominar o território. Logo, ter o conhecimento e registro desses bairros rurais era uma forma de controle do território.

Nos bairros rurais, a população se relacionava socialmente em torno de uma capela. No entanto, muitas vezes essas capelas eram construídas nas fazendas e sítios da região, em terras pertencentes a um sesmeiro. Enquanto não havia a doação de um patrimônio religioso, as capelas particulares não poderiam ser vinculadas a uma freguesia nem gerar fundos para o sustento de um pároco para exercer as funções religiosas.

A escassez de documentos, registros e mapas dificulta o entendimento de como, de fato, foi a formação dos primeiros bairros rurais na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Jaguari. Os Maços de População são os documentos censitários produzidos entre 1765 e 1850 e nos trazem a população das vilas da capitania de São Paulo. Vale destacar que o período inicial de elaboração dos Maços de População corresponde ao início do governo do Morgado de Mateus (1765-1775). Assim, os dados sistematizados sobre a população da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari têm início em 1767, conforme localizamos no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Este documento é fundamental para a compreensão da formação urbana do bairro rural de Jaguari. Porém, como já mencionado, ele nasceu antes desta data. O patrimônio religioso é doado por José Pires Pimentel em 1763, mas os Maços de População começam a ser produzidos em 1765, ano em que Jaguari foi elevada à freguesia.

A confecção destas listas nos traz a quantidade de fogos existentes na vila, assim como o nome dos moradores: casal (geralmente vinha com sobrenome, indicação da patente militar e idade), filhos (apenas primeiro nome e idade), agregados (às vezes nome completo e idade) e escravos (nome e idade, mas em alguns anos apenas a quantidade total). As listagens foram elaboradas de acordo com as esquadras militares da qual faziam parte os habitantes (chefes de famílias) e divididas por bairros. Com isto, conseguimos estabelecer a quantidade de fogos da vila, o número de habitantes e, pelo número de escravos, a riqueza da sociedade em formação. (Figura 27)

Exemplar de uma folha do Maço de População da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari, 1767. Dividida por bairros e subdividida por fogos, seus moradores e seus escravos. A cima, nome do bairro, fogo, nome do responsável do fogo, esposa, filhos e escravos, sequencialmente.

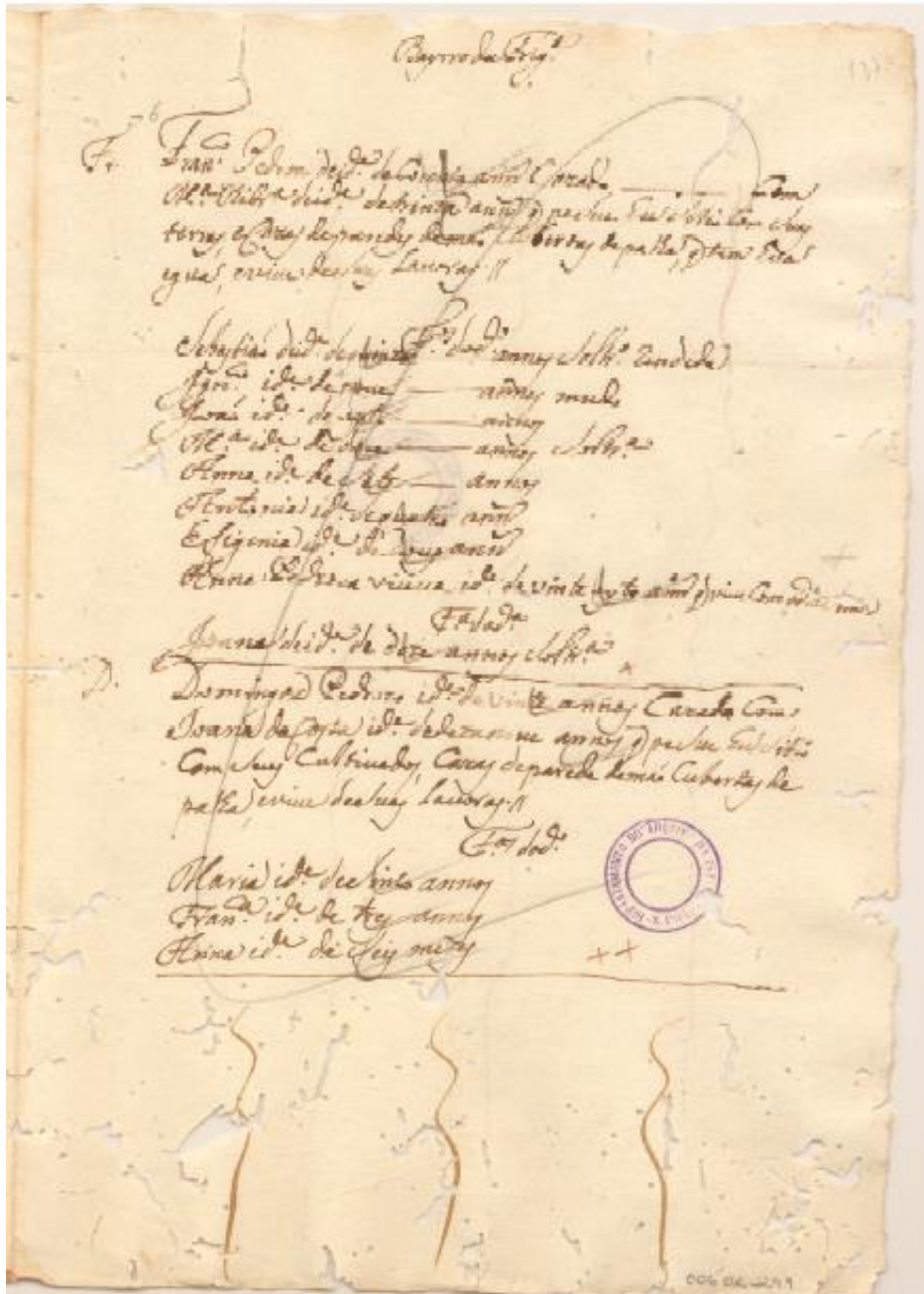


Figura 27: Exemplar de uma folha do “Maço de População” da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari, ano 1767. Nesse momento subordinada a cidade de São Paulo, dividida por bairros e subdividida por fogos, seus moradores e seus escravos. Fonte Arquivo Público do estado de São Paulo.

No primeiro ano de recenseamento da população, 1765, não há informações sobre a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari. Os primeiros dados aparecem em 1767, juntamente com informações sobre a Freguesia de São João do Atibaia (elevada a vila em 1769) e da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Nazaré (elevada a vila em 1850). Em 1767 as três freguesias pertenciam à Cidade de São Paulo.

Entre 1769 e 1796 as informações sobre a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari aparecem anexadas nos documentos da Vila de São João do Atibaia. A partir de 1798, após a elevação da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari a Vila de Nova Bragança em 1797, as informações são separadas da Vila de São João de Atibaia, gerando uma documentação exclusiva da Vila de Nova Bragança, até o ano de 1847, com alguns anos faltantes ou incompletos.

Pelo recenseamento de 1767, a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari tinha seis bairros: da Freguesia, Canivete, Campo Novo, Jaguari, Guaripocaba e Jacareí. Com base nesta informação foi levantada a localização desses bairros usando um mapa de 1919, elaborado e publicado pelo Cônego José de Aguirre em seu livro “A Parochia”. Trata-se do mapa mais antigo encontrado com os bairros de Bragança Paulista. Infelizmente o livro, que traz análise histórica dos primeiros anos da paróquia de Bragança Paulista, se perdeu, restando somente uma cópia xerográfica na Cúria da Cidade de Bragança Paulista, a qual tivemos acesso.

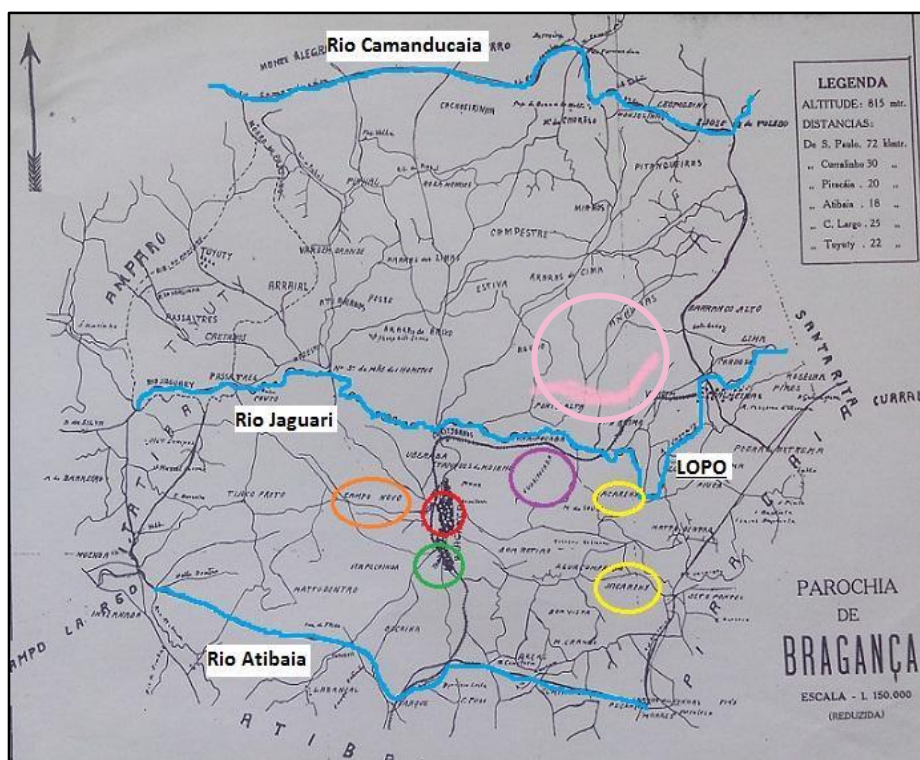


Figura 28: Localização dos seis bairros iniciais da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguarí. A população destes bairros foi recenseada no Maço de População de 1767. Em destaque Rios Camanducaia, Jaguarí e Atibaia. Em rosa bairro do Jaguarí, em roxo bairro do Guaripocaba, em amarelo bairro do Jacarei, em laranja bairro do Campo Novo, em verde bairro do Canivete e em vermelho bairro da Vila Morro do Lopo. Fonte: Cúria da Cidade de Bragança Paulista

A nossa hipótese para a localização do bairro rural de Jaguarí foi levantada diante da informação de que havia um primeiro pouso fixado próximo ao Morro do Lopo e ao rio Jaguarí, atual município de Vargem.

Segundo afirma Nelson Martins e Domingos Laurito:

Não se pode precisar ao certo em que época foi conhecido o território bragantino, há, no entanto, afirmações que em 1601, a expedição chefiada por D. Francisco de Souza, depois de atravessar o Sul de Minas descobriu e fez ponto no Morro do Lopo, próximo as imediações da Cidade atual, próximo ao Rio Jaguarí. (LAURITO E MARTINS: 1943, p. 25)

Segundo a historiografia local, os primeiros bairros rurais de Bragança Paulista se formaram de maneira dispersa entre sete colinas. Em cada uma delas passaria a ser erguida uma capela no século XVIII. Todas se tornaram igrejas com o passar do tempo, conforme os bairros se fortaleceram. Segundo esclarece Murilo Marx, a tendência após a implantação da capela era o povoado continuar a se desenvolver, ganhando autonomia, passando para freguesia e posteriormente à vila. De uma parte, ocupava-se um determinado terreno e plantava-se o templo desejado; de outra, propiciava-se a aglomeração de moradias e negócios. (MARX, 1991, p. 41).

Todavia, nem toda capela era elevada a freguesia e nem toda freguesia era elevada a vila. Das sete capelas, somente a primeira, de Jaguari, passou à freguesia (ver colina 1 na figura 29) e assumiu o papel de catedral. Não houve nessas capelas um desenvolvimento que justificasse a separação, fato que está ligado principalmente com a grande proximidade destas capelas com o núcleo urbano da freguesia. Os desmembramentos aconteceram no século XIX, após a elevação da freguesia a Vila, e com bairros bem distantes do núcleo urbano, aprofundaremos nesse fato mais adiante.

As colinas podem ser identificadas hoje por bairros, e todas as colinas têm Igrejas construídas, no entanto do século XVIII somente na colina 1, que veio a ser a Igreja Matriz da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari, posteriormente sem data precisa foi construída a Capela de São José no bairro do Canivete e as outras cinco capelas datam do século XIX.

Colina 1: Igreja Sé Catedral, atual bairro central, primeiro núcleo urbano e local da construção da primeira capela, em 1763.

Colina 2: Igreja de São José, no bairro São José, antigo Canivete.

Colina 3: Igreja de Nossa Senhora Aparecida, no bairro Vila Aparecida.

Colina 4: Igreja de Santa Luzia, no bairro Santa Luzia.

Colina 5: Igreja de Santa Terezinha, no bairro de Santa Terezinha

Colina 6: Igreja de São Francisco de Assis, no bairro Santa Libânia.

Colina 7: Igreja Coração Imaculado de Maria, no bairro do Cruzeiro. (Figura 31).

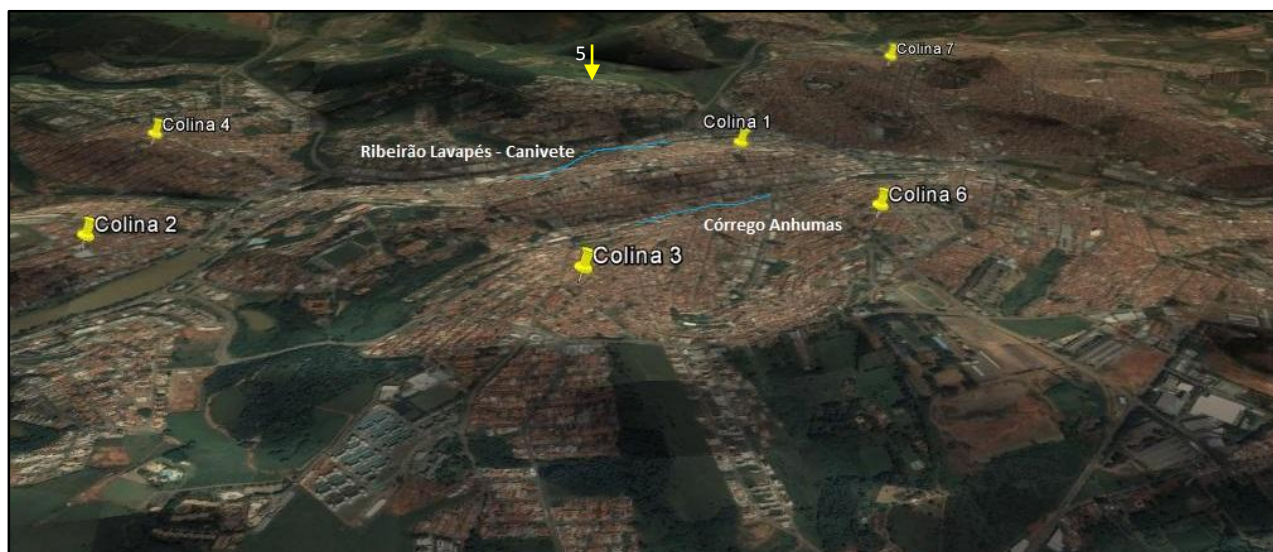


Figura 29: Vista aérea das setes colinas que formam o relevo da Atual Cidade de Bragança Paulista. Visão geral do entorno da primeira Capela Lê-se 1, com as outras 6 colinas (2,3,4,5 e 6) que hoje é área central da Cidade de Bragança Paulista e local onde se formou os primeiros bairros rurais de Jaguari, com a demarcação das sete colinas que caracterizam seu relevo. Notar Ribeirão Lavapes- Canivete e córrego Anhumas. Fonte Google Eart. Data de captura 13 de maio 2015.

No princípio, a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari era formada por uma grande extensão territorial contendo seis bairros como visto acima, cuja distribuição pelo território ficava próxima ao elevado escolhido para a construção da capela. (Figura 32). Seu termo original correspondia, aproximadamente, aos territórios dos atuais municípios de Socorro, Monte Alegre do Sul, Amparo, Pedra Bela, Pinhalzinho, Tuiuti e Vargem. (Ver Tabela 2 anexos), desmembramentos esses que ocorreram nos séculos XIX e XX.

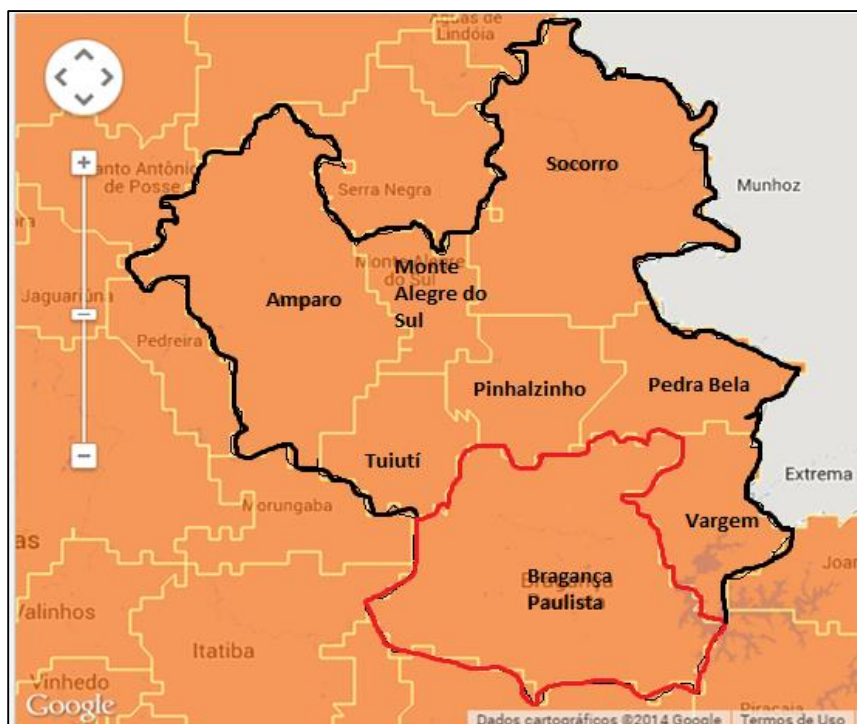


Figura 30, Hipótese de delimitação aproximada do termo da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari em 1765. O termo em preto, demais municípios emancipados, território pertencente à Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari em 1767. Em vermelho, área do território atual de Bragança Paulista. FONTE: IBGE. Cidades/território



Figura 31, Cidades que foram desmembradas do termo de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari. Em (amarelo), Morro do Lopo (verde) e. Atual localização da Cidade de Bragança Paulista (vermelho). Notar linha branca atual divisa dos estados de São Paulo e Minas Gerais. FONTE: Google Pro, data 07 de abril 2015.

Ao ser elevada à Freguesia em 1765, Jaguari era subordinada à Vila de São Paulo. No entanto, quando a Freguesia de São João do Atibaia, em 1769, é elevada à vila, Jaguari, juntamente com a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Nazareth, passa a ser subordinada à Vila de São João do Atibaia. (Figura 34).

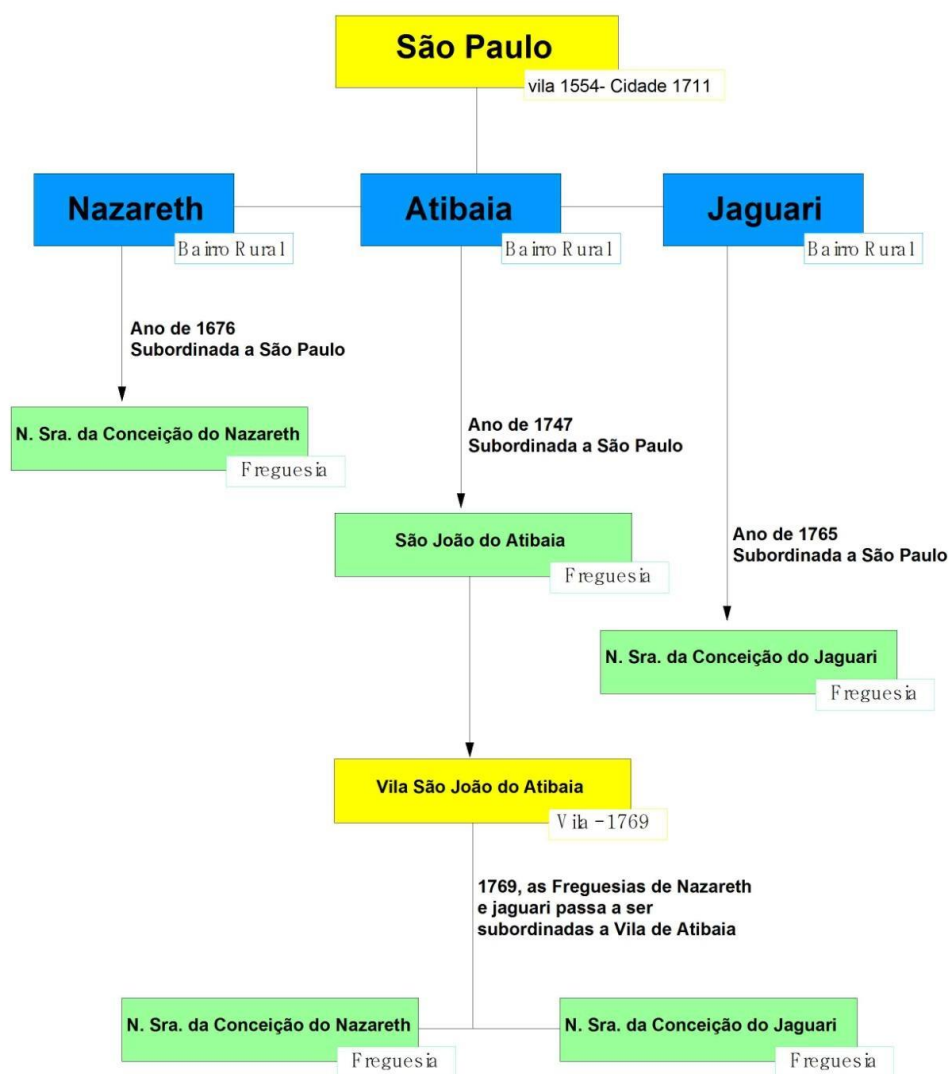


Figura 32: Esquema do desmembramento da Vila de São João do Atibaia da Cidade de São Paulo. Onde em (amarelo) se encontram núcleos em condição de Vilas, (verde) em condição de Freguesia e (azul) na condição de bairro rural.

6.0. A condição socioeconômica da população da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari.

Nesse capítulo, foi desenvolvida uma análise do crescimento da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari, abordando o surgimento de novos bairros rurais, buscando localizar esses bairros a partir de uma interpretação cartográfica, visando uma compreensão da ocupação do território da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari. Com base nas informações contidas nos Maços de População, que foram os recenseamentos populacionais da Capitania de São Paulo, desenvolvemos tabelas e gráficos possibilitando também a compreensão da economia da freguesia num intervalo de 32 anos, 1765 a 1797.

Nossa Senhora da Conceição do Jaguari foi freguesia durante 32 anos. Com base nas informações dos recenseamentos identificamos a ocupação e a direção do crescimento dos bairros rurais. (Tabela 1). Em 1765 Jaguari se torna freguesia e o primeiro recenseamento consultado para esta pesquisa foi o de 1767, o mais antigo encontrado. Visando a análise do desenvolvimento econômico e da ocupação dos moradores no início da formação da freguesia, foram selecionadas datas procurando cobrir a fase anterior à elevação a vila, aproximadamente 30 anos.

Além do recenseamento de 1767, foi escolhido para análise o de 1775, pois o documento se encontra em boas condições de conservação. Elegemos ainda o de 1785 que, apesar de terem se perdido algumas informações, possibilitou boa compreensão dos dados informados. E, finalmente, 1796 foi o último censo consultado, ano que antecede a elevação da freguesia à vila, que se deu em 1797.

Ano	1765		1775		1785		1796		
	Fogos	brancos	escravos	fogos	brancos	escravo	Fogos	brancos	escravo
Freguesia	6	32	5	14	57	24	54	258	64
Canivete	48	240	5	51	269	3	72	350	24
Campo Novo	36	234	0	80	447	21			
Juary (cima e baixo)	80	446	2	79	456	11			
Guaripocaba	35	227	1	54	269	3			
Jacarey	103	551	0	153	834	65			
Anhumas				56	333	0	94	545	7
Araraz							42	223	1
Lopo							74	357	48
Curralinho							75	393	16
Total de fogos	308	1730	13	487	2665	127	411	2126	160

Tabela 1: Relação de fogos e habitantes (branco e Negros) da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari nos anos de 1767, 1775, 1785 e 1796.
Fonte: "Maços de População", Atibaia e Nazaré, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

O bairro da Freguesia ainda era muito pequeno em 1767 e seu crescimento foi gradual no decorrer desses 32 anos. Em 1767, possuía seis fogos; em 1775, contava com 14 fogos; já em 1785 o número de fogos dobrou, chegando a 28; e em 1796, dobrando novamente de tamanho, chega a 54 fogos. Comparativamente a outras freguesias paulistas, era baixo o número de escravos, o que nos possibilita concluir se tratar de uma freguesia humilde, já que no período colonial possuir escravos era sinal de acúmulo de bens. Em 1796, o bairro da Freguesia possuía 258 habitantes, dos quais 64 eram escravos, ou seja, 25% da população.

Em 1767, não há presença de escravos nos bairros Campo Novo e Jacareí. Há um novo bairro presente no recenseamento de 1775, Anhumas, também sem escravos. De maneira geral, é possível notar que nestes 32 anos da freguesia a presença de escravos é pequena, muito diferente da quantidade de habitantes brancos. Dos bairros recenseados em 1767, num total de 1.743 habitantes em 308 fogos, apenas 13 são escravos; em 1775, eram 2.792 habitantes, em 487 fogos, e 127 escravos; em 1785, num total de 2.594 habitantes, em 440 fogos, 188 são escravos; e no ano de 1796, são 2.286 habitantes, 441 fogos, e 160 escravos.

Inicialmente a economia era voltada para a subsistência e em muitos casos existia na mesma propriedade o cultivo de arroz, milho e mandioca, além da criação de animais como bois e porcos. Com o tempo, a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari desenvolveu uma economia mista, da qual agricultura e pecuária abasteciam o mercado consumidor da região, incluindo a cidade de São Paulo.

No decorrer dos 32 anos, conforme analisado na documentação primária é possível observar (Tabela 1) que havia bairros, como Guaripocaba e Jacareí, que apareceram em 1767 e em 1775, mas deixaram de figurar nos anos 1785 e 1796, tornando imprecisa a informação do total de fogos e habitantes. Podemos observar uma diminuição no número de fogos entre 1785 e 1796: queda de 487

para 440 fogos entre 1775 e 1785 e nova redução, para 411 fogos, em 1796. Como alguns bairros não constam na documentação pesquisada, é provável que esta seja a justificativa para tal diferença nos números.

Há registros do número de fogos para os anos de 1767, 1775, 1785 e 1796, porém a informação é imprecisa por conta dos bairros que deixam de aparecer nos documentos em determinados anos. É o caso, principalmente, de 1796, ano que antecede a elevação da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari à Vila de Nova Bragança, quando quatro dos bairros que constam no primeiro recenseamento deixam de aparecer: Jaguari, Campo Novo, Guaripocaba e Jacareí. A diferença só não é maior por conta de três novos bairros: Araraz, Lopo e Curralinho, prova do desenvolvimento econômico e populacional e da ocupação territorial. (Tabela 1 e gráfico 1)

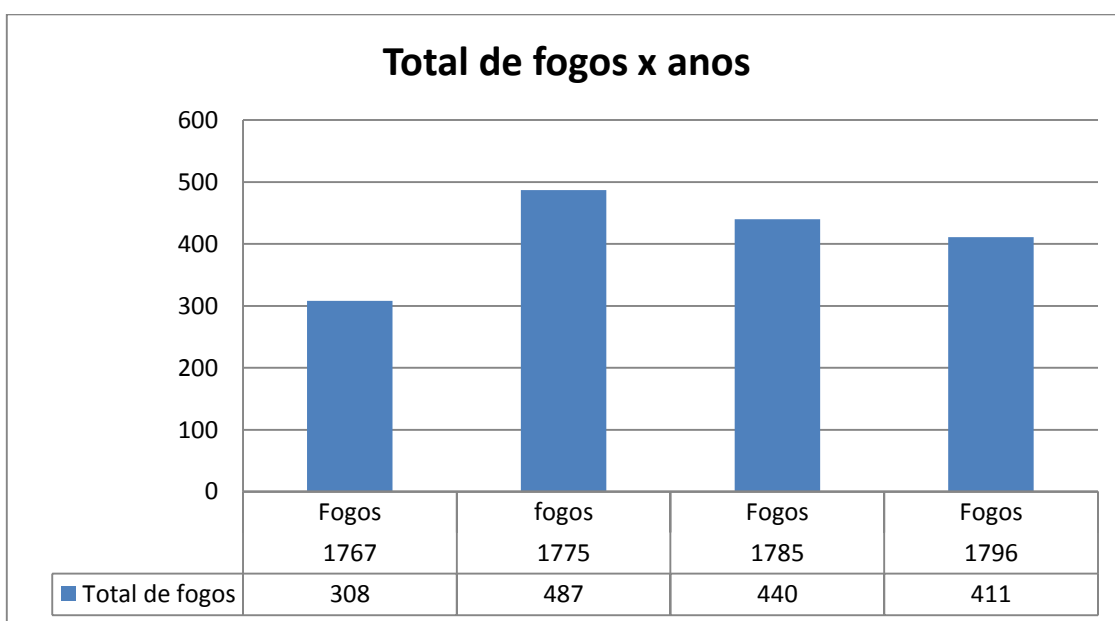


Gráfico 1: Relação de fogos nos anos de 1767,1775, 1785 e 1796 na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari. Atibaia e Nazaré. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Em 1767, o bairro mais populoso era Jacareí, com 103 fogos e 551 habitantes, sem presença de escravos, um bairro com predominância da economia de subsistência. O segundo maior bairro é Jaguari, com 80 fogos, 446 moradores brancos e dois escravos. Canivete, Campo Novo e Guaripocaba eram semelhantes em número de fogos e habitantes, diferenciando-se pela quantidade de escravos: Canivete com 48 fogos, 240 moradores brancos e cinco escravos; Campo Novo com 36 fogos, 234 moradores brancos e nenhum escravo; e Guaripocaba, com 35 fogos, 227 moradores brancos e um escravo. (Gráfico 2)

O Bairro da Freguesia era o menor em número de habitantes, 37 no total, sendo 32 brancos e cinco escravos distribuídos em seis fogos. Apesar de menor em quantidade de habitante, fica claro, pelo número de escravos, que era neste bairro que se encontram as famílias mais ricas. (Gráfico 2) A pequena dimensão da Bairro da Freguesia frente aos demais bairros revela o caráter rural da freguesia no período.

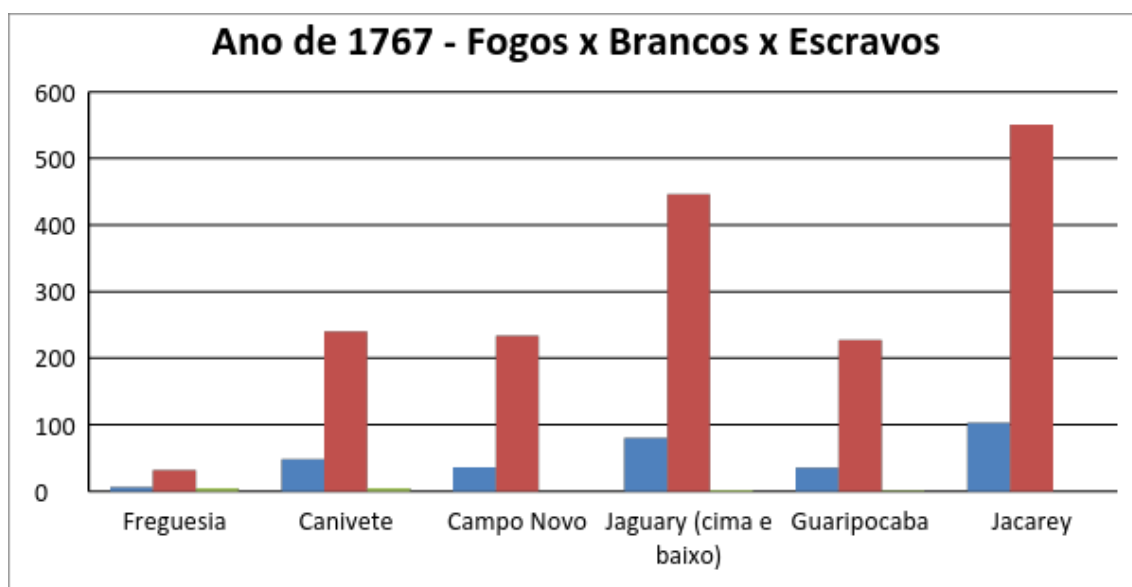


Gráfico 2: Fogos e população na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari, ano 1767. Onde em azul número de fogos, em vermelho, habitantes brancos e em verde habitantes escravos. Fonte: “Maços de População”, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Em 1775, o recenseamento informa a presença de mais um bairro, o Anhumas, além de todos os seis bairros apresentados em 1767. Cinco deles registraram crescimento no período. Quanto ao número de fogos, são mais oito no bairro da Freguesia; três no Canivete; 44 no Campo Novo; 19 no Guaripocaba; e 50 no Jacareí, o maior aumento nesses oito anos. Uma possível justificativa para o crescimento do Bairro de Jacareí seria o ouro encontrado na região por Simão de Toledo Piza, o que gerou uma corrida para sua exploração. No entanto, o ouro era pouco e rapidamente a calma retornou ao bairro. O Bairro do Jaguari perdeu um fogo neste período.

O número de habitantes brancos cresceu consideravelmente entre 1767 e 1775 nos bairros do Campo Novo e Jacareí, passaram a 213 e 283, respectivamente; o que representa um aumento de 91% no Campo Novo e 51% no Jacareí. O bairro que menos cresceu foi o Bairro Jaguari, com mais dez habitante entre 1767 e 1775.

Em 1775 há registro da presença de escravos nos sete bairros e Jacareí apresentou o maior crescimento, de zero em 1767 para 65 em 1775. O bairro da Freguesia aumentou em 19 seu número de escravos; Campo Novo aumentou em 21; Jaguari mais nove escravos; e Guaripocaba mais dois. O bairro Canivete perdeu dois escravos. Anhumas, que não aparece nos documentos de 1767, não possuía escravos em 1775, com 333 habitantes brancos distribuídos em 56 fogos.

O crescimento da freguesia marca a mudança da economia da região, que passa da subsistência para a mista, o que caracteriza o perfil econômico da Vila de Bragança nos anos que se seguem.

Os documentos mostram, portanto, que em 1767 a freguesia toda tinha 1743 habitantes, entre brancos e escravos, número que salta para 2792 em 1775, um crescimento populacional de aproximadamente 60%. Se considerarmos somente o número de escravos, que ajuda a apontar a condição econômica da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari, temos 13

em 1767 e 127 em 1775, uma impressionante alta de 876% no período de oito anos. (Gráfico 3)

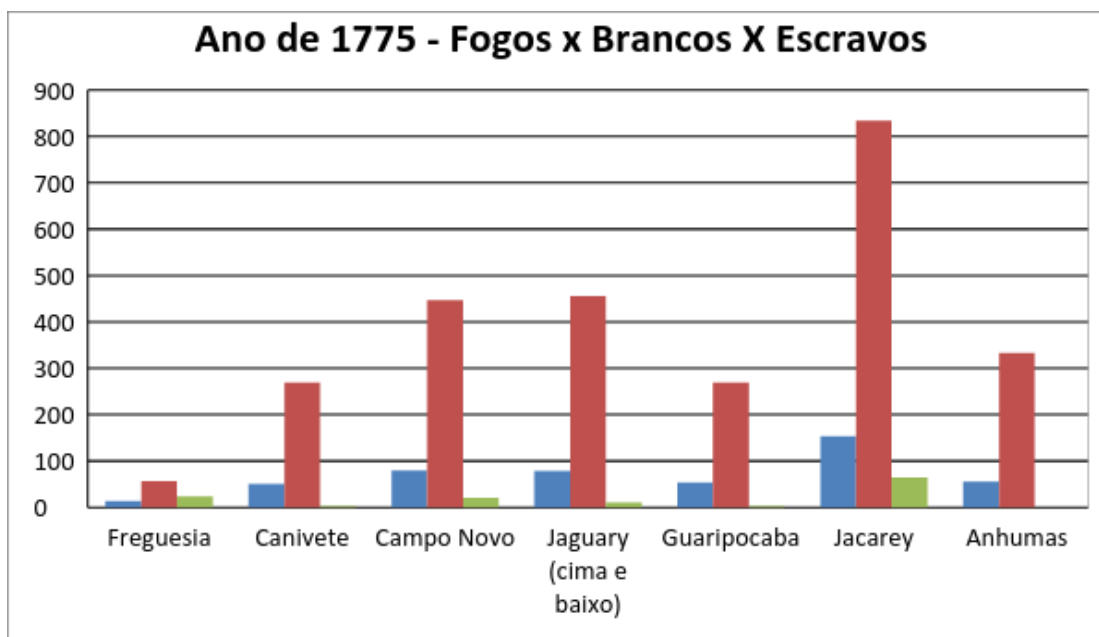


Gráfico 3: População (brancos e escravos) e fogos na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari, ano 1775. Onde: azul número de fogos, em vermelho, habitantes brancos e em verde habitantes escravos. Fonte: "Maços de População", Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Para o ano de 1785 o documento consultado apresenta somente cinco bairros, deixando de informar o recenseamento do Guaripocaba e do Jacareí. Porém, os dados dos demais bairros apontam que o crescimento da freguesia se mantém.

O bairro da Freguesia foi o que teve o menor crescimento, aumento de 14 fogos, 99 moradores brancos e quatro escravos. Canivete perdeu 13 fogos, mas elevou em 195 o número de moradores brancos e em 19 o de escravos. Campo Novo ganhou 23 fogos, 382 moradores brancos e cinco escravos nesses dez anos. Jaguari, o Bairro da Freguesia teve o maior crescimento de fogos e moradores brancos, 92 e 444, respectivamente. O número de escravos também cresceu, registrando aumento de 22 escravos em 1785. O último bairro que aparece nos registros de 1785 é Anhumas, com crescimento de 44 fogos, 192 moradores brancos e a maior alta no número de escravos, de zero em 1775 para

59 em 785, o que revela uma intensificação da atividade econômica na freguesia. (Gráfico 4).

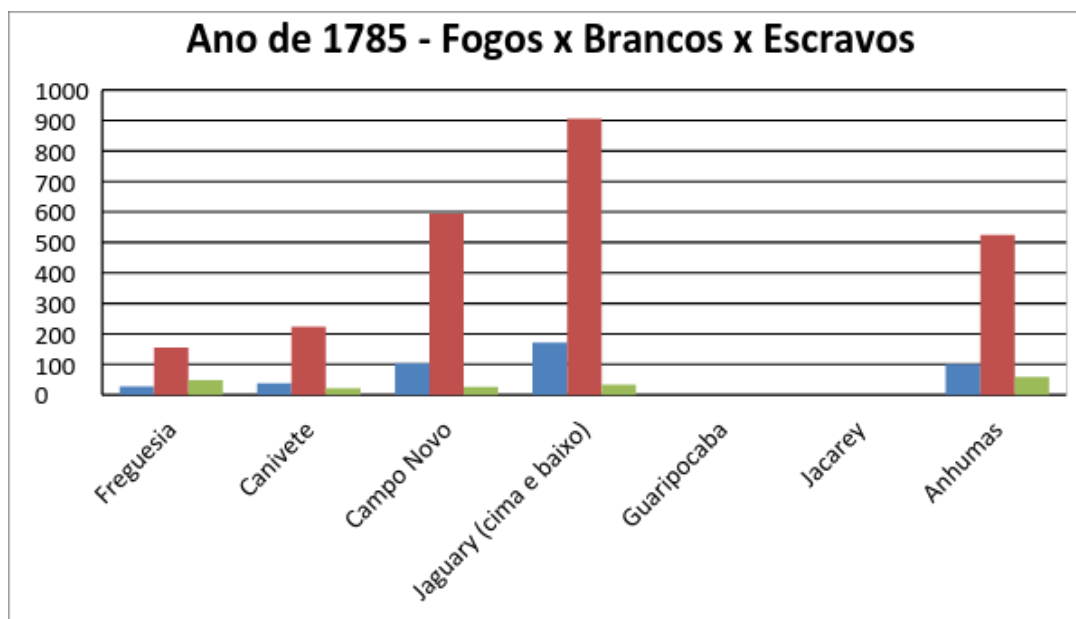


Gráfico 4: População (brancos e escravos) e fogos na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari, ano 1785. Onde; azul número de fogos, em vermelho, habitantes brancos e em verde habitantes escravos. Fonte: “maços de população”, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

O ano de 1796 antecede a elevação da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari à Vila de Nova Bragança buscou-se nesta análise entender como era estruturada a freguesia quando foi solicitada sua autonomia. No recenseamento aparecem seis bairros em 1796, três que já constavam dos registros de 1785 - Freguesia, Canivete e Anhumas - e três novos, Araraz, Lopo e Curralinho.

No Bairro da Freguesia o crescimento continua, o número de fogos subiu para 54, mais 26 unidades, com mais 102 habitantes brancos e 36 escravos. Canivete cresceu em 34 fogos, 126 moradores brancos e 2 escravos. O número de fogos em Anhumas caiu de 100 para 95, enquanto que o número de moradores brancos cresceu pouco em comparação aos demais bairros citados, somente 20 moradores, ficando com 545 no total. Todavia, o número de escravos diminuiu significativamente, de 59 em 1785 para sete em 1796.

Os outros bairros que aparecem em 1796 são Araraz, com 42 fogos, 223 moradores brancos e um escravo; Lopo, com 74 fogos, 357 moradores brancos

e 48 escravos; e finalmente Curralinho com 75 fogos, 393 moradores brancos e 16 escravos. Podemos perceber que os três novos bairros são populosos: Curralinho com 409 habitantes, Lopo com 405 e Araraz com 224, todos maiores que o Bairro da Freguesia, que contava no momento com 322 habitantes. (Gráfico 5)

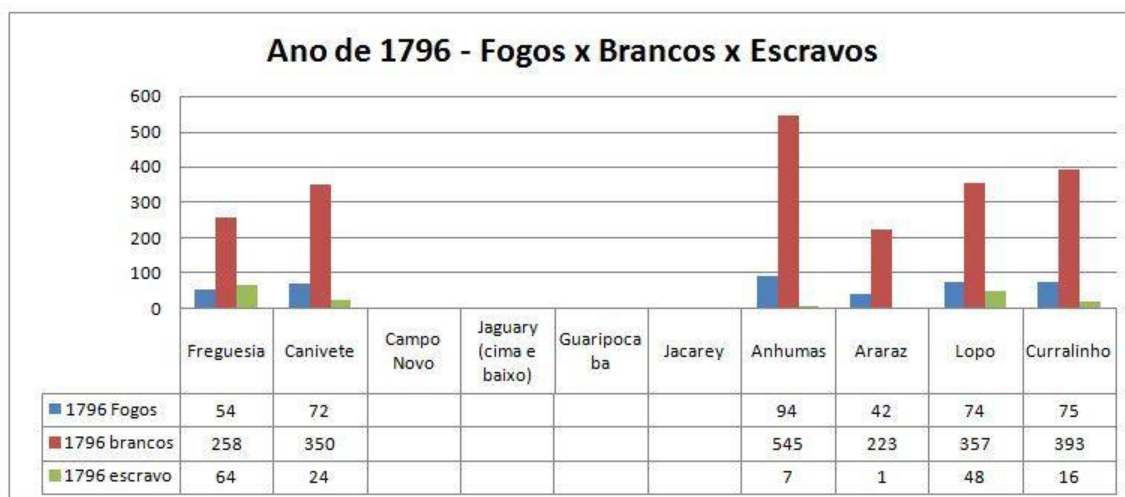


Gráfico 5: População (brancos e escravos) e fogos na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari, no ano de 1796. Onde; em azul número de fogos; em vermelho habitantes brancos; em verde habitantes escravos. Fonte: “Maços de População”, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Com base nas informações dos recenseamentos dos anos de 1767, 1775, 1785 e 1796, e usando como referência o mapa de Cônego José de Aguirre, publicado em 1919, em seu livro denominado “A Parochia”, mapa mais antigo localizado constando os bairros antigos de Bragança Paulista, procuramos localizar a distribuição destes bairros no território no decorrer desses 32 anos.

Essa localização pode ser observada na figura 33; em vermelho, estão pontuados os bairros que constam no “Maço de População” de 1767; Bairro da Freguesia, Canivete, Campo Novo, Jaguari, Guaripocaba e Jacareí; em verde integra-se Anhumas, em 1785, e, finalmente, em amarelo aparecem os novos bairros de recenseados em 1796, Araraz, Lopo e Curralinho (Tabela 2). Dentre esses bairros, Curralinho é elevado à Freguesia de São João do Curralinho em 1891, subordinada a Vila de Santo Antônio da Cachoeira, atual cidade de Piracaia. Em 1895 esta freguesia é elevada à categoria de Vila de São João do Curralinho, desmembrando-se de Piracaia, e em 1906 muda seu nome para Joanópolis designação atual do município.

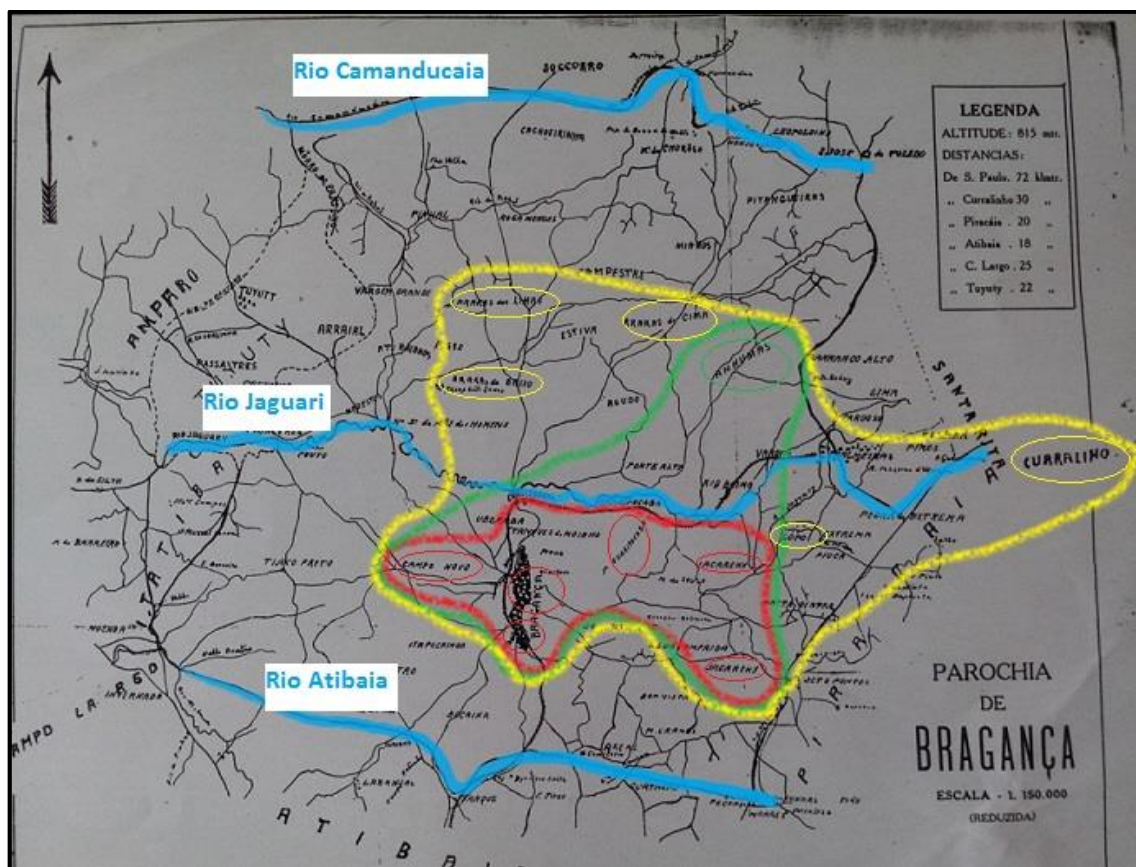


Figura 33: Os Bairros Rurais de Freguesia de Nossa senhora da Conceição do Jaguari na cartografia de 1919. Onde há uma interpretação das informações recolhidas nos Maços de População de 1767, 1775, 1785 e 1796 em relação aos bairros existentes na Freguesia de Nossa Senhora do Jaguari no mapa de 1919, do livro do Cônego José de Aguirre. Em vermelho os bairros do ano de 1767, em verde o bairro do ano de 1785 e em amarelo os bairros do ano de 1796. Fonte: Arquivo Público do estado de São Paulo e Cúria de Bragança Paulista.

7.0. A ampliação dos Caminhos na região da Vila de Nossa Senhora do Atibaia.

Nesse capítulo analisamos a importante teia de caminhos na qual a freguesia e posteriormente a Vila de Nova Bragança estava inserida, caminhos estes que a ligavam à Vila de São Paulo, à região sul da Capitania de Minas Gerais e também caminhos que interligavam a freguesia em estudo com outras freguesias e vilas, formando uma rede urbana. Uma situação de passagem favoreceu muito o desenvolvimento da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari, freguesia esta que se destacava como abastecedora de gêneros para a região e principalmente para a Vila de São Paulo.

Com o passar dos anos, e as conseqüentes mudanças de regimes e autoridades, o território é ocupado por uma população que se declara paulista

ou mineira conforme interesses pessoais, o que podia variar de um momento para o outro.

Segundo Beatriz Cerqueira Leite novos caminhos estão sendo abertos juntamente com o crescimento da população das vilas, freguesias e bairros; aparece então relatos de uma nova estrada que seguia rumo a Camanducaia, mas outras vias se formaram na região:

Essa estrada passava léguas e meia distante da Vila de Bragança, a leste e seguia rumo a Camanducaia, chegando em Minas Gerais, Pouso Alegre, Vila de Campanha, Ouro Fino, etc. Era o caminho aberto por Mathias de Cardoso Almeida. Ao lado dessa estrada e frequentada de igual modo havia outra que passava dentro de Bragança e ia cortar a freguesia de Socorro, recebendo por isso a denominação de estrada do Socorro. Possuía porções boas para o transito de carros, atingia o sul de Minas, as povoações de Ouro fino e Caldas. Além dessas, outra sulcava as terras da região, passando duas léguas distantes de Bragança, pelo lado esquerdo. Como cortasse a freguesia de Amparo, era denominada estrada de Amparo, atingia Mogi-Mirim, Casa Branca e Vila França. Daí se podia atingir Minas, Goiás e Cuiabá. (LEITE: 1974, p. 87)

Beatriz Cerqueira Leite indica a existência de muitos caminhos se entrelaçando na região do bairro rural de Jaguari, que se tornaria a Freguesia de Nossa Senhora Conceição do Jaguari, em 1765 e Vila Nova Bragança em 1797. Por falta de informação, é impreciso indicar o local exato desses caminhos, porém é possível notar no mapa base, de 1767, que na região denominada Jaguari havia uma quantidade significativa de rotas ligando bairros, freguesias e vilas. (Figura 34)

Rumo a Minas Gerais seguiam os caminhos da Cantareira, a continuação do Atibaia, denominado Caminho da Cachoeira, e a via que tinha início no Arraial de Camanducaia. Ainda, no entorno do bairro rural de Jaguari, havia uma estrada sem nome ligando Cachoeira ao arraial de Camanducaia. O mapa mostra ainda mais uma rota, mas sem informações precisas, um desvio do caminho de Cachoeira entre o arraial de Camanducaia. (Figura 34)

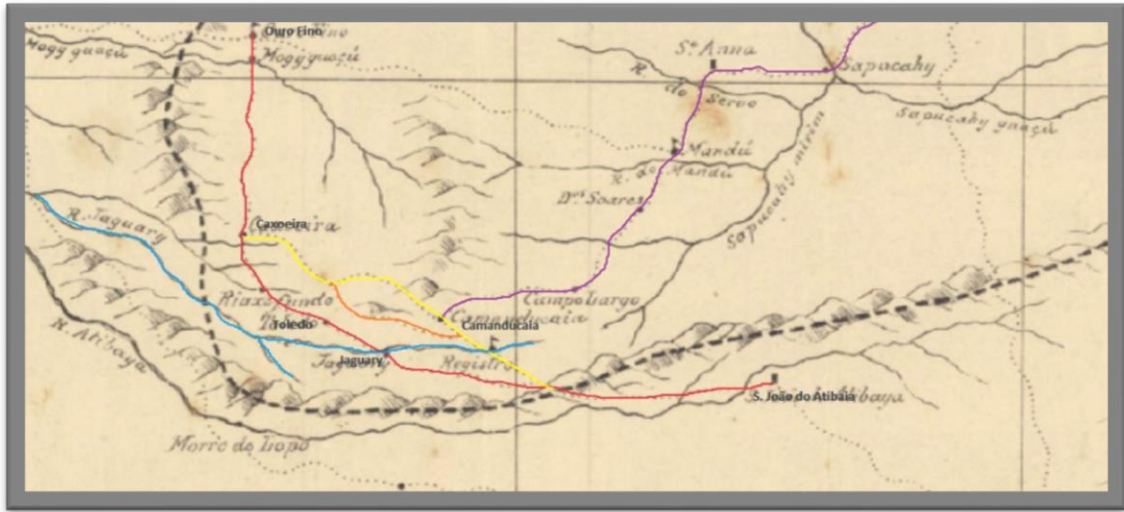


Figura 34: Caminhos que seguiam para Minas Gerais a partir da Região do Morro do Lopo. Caminho da Cantareira (preto), Caminho de Atibaia (vermelho) que a partir de Jaguari passava a ser chamado de Caminho da Cachoeira; (amarelo) caminho com nome não identificado ligava Cachoeira ao arraial de Camanducaia; (laranja) caminho indicado, no entanto sem informações precisas; em (roxo) caminho que saía do Arraial de Camanducaia para Minas Gerais. Mapa base: “Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes e partes confinantes anno de 1767”. Fonte: Arquivo Mineiro.

No decorrer do século XVIII, eram comuns as aberturas de picadas, o que gerava conflito com os moradores contra os novos caminhos. No entanto, eram essas novas vias que ampliavam as relações entre bairros, freguesias e vilas, enriquecendo a malha de caminhos e fortalecendo os já muito usados caminhos da Cantareira e do Atibaia.

No mesmo século XVIII, a câmara da Vila de Atibaia solicita a permissão para a abertura de um caminho pela Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Juqueri, atual cidade de Mairiporã, até São Paulo. A câmara alegava que a rota seria mais curta e livre de morros. A vistoria feita por ordem da Câmara da Vila de Atibaia comprovou que pouca diferença havia entre os dois caminhos, afirmando ainda que o Caminho do Cantareira era mais curto. Porém, a Câmara de Atibaia alega que o novo caminho seria um estímulo para o desenvolvimento dos pousos e freguesias do entorno, como a Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Juqueri e os bairros rurais Olho d’água e Mato da Canjica. (Figura 6)

O desenvolvimento desses bairros e freguesias era de interesse imediato da Vila de Atibaia, pois fortaleceria o eixo até São Paulo, aquecendo a economia local. O caminho passou a ser usado, ignorando o fato que moradores da Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Juqueri, subordinada a São Paulo, e na época eram contra a abertura da estrada. O caminho foi sendo usado, e em 1809 o governador de São Paulo Franca e Horta autorizou a abertura oficial do novo caminho, que beneficiava também a Vila Nova Bragança, fornecedora de mantimentos para a capital São Paulo.

O novo caminho passa a ser muito utilizado pelos moradores das vilas de Atibaia e Nova Bragança e pelos moradores dos arraiais mineiros de Ouro Fino e Camanducaia, o que estimulou o fortalecimento do já mencionado Caminho da Cachoeira, nova alternativa para vilas e arraiais do sul da Capitania de Minas Gerais. Mais curto que o Caminho do Cantareira, a nova rota partia do ribeirão dos Porcos e atingia o ribeirão da Cachoeira, de onde seguia até São Paulo. Com o nome de estrada da Cachoeira, trata-se de uma continuação do Caminho de Atibaia para o sul da capitania de Minas Gerais (Figura 35).

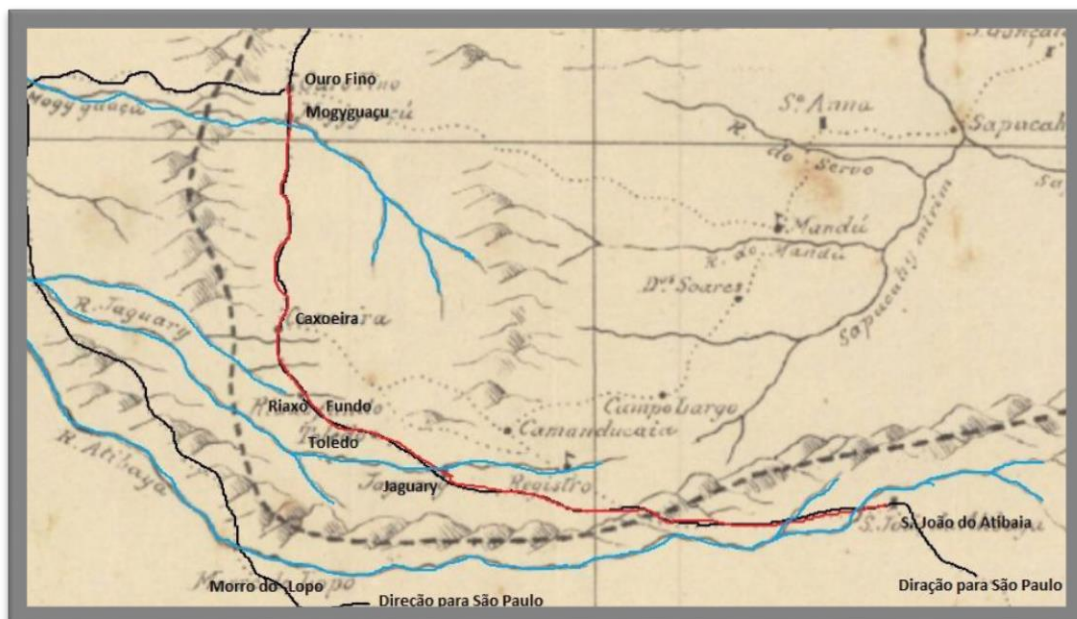


Figura 35: Caminho de Atibaia que saía da Cidade de São Paulo chegava na Vila São João do Atibaia e seguia até Vila de Nova Bragança, lê-se Jaguari no mapa, a estrada da Cachoeira é a continuação do Caminho de Atibaia a partir de Jaguari, passando por Riacho Fundo, Cachoeira, Mogi Guaçu e Ouro fino. Mapa base: “Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes e partes confinantes anno de 1767”. Fonte: Arquivo Mineiro.

A partir de então, três caminhos passam a ligar o sul de Minas Gerais a São Paulo, via Morro do Lopo: o velho Caminho da Cantareira, mais conhecido como caminho do Guaiases, o Caminho de Atibaia, passando por Nossa Senhora da Conceição do Nazareth até a Vila de São João do Atibaia, onde um “braço” se formaria a partir da Vila de Nova Bragança, sentido arraial de Camanducaia, e a estrada da Cachoeira, continuação do Caminho de Atibaia, mais longo, porém mais plano, que encontraria a Vila de Atibaia seguindo no já usado caminho por Nossa Senhora da Conceição Nazareth, o Caminho de Atibaia, ainda trancado em partes nos arredores da Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Juqueri. (Figura 36).

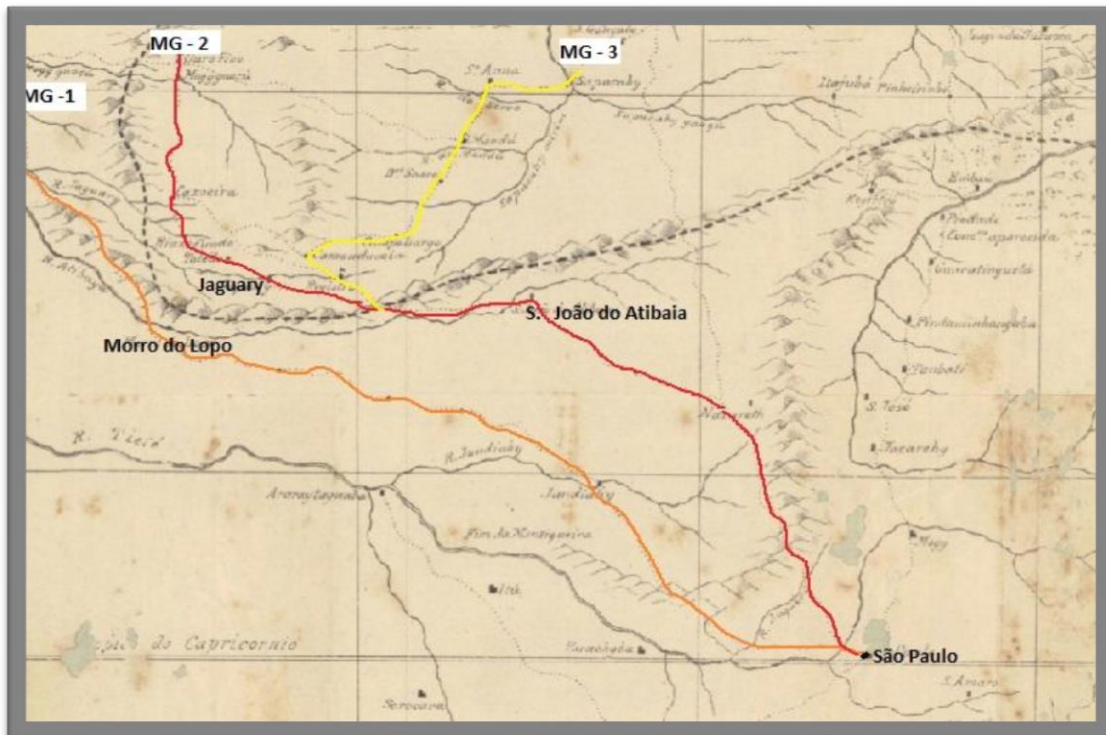


Figura 36: Os três caminhos que partiam da Região do Morro do Lopo para a Capitania de Minas Geraes MG- 1 Em laranja o Caminho da Cantareira passando pelo Morro do Lopo, e MG-2 em vermelho o Caminho de Atibaia, que após passagem por Vila Nova Bragança, no mapa lê-se Jaguarí sairia o caminho da Cachoeira e MG-3 Saía também de Vila Nova Bragança sentido Minas Geraes. Mapa base: “Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes e partes confinantes anno de 1767”. Fonte: Arquivo Mineiro.

A rede de caminhos entre as capitanias de Minas Geraes e São Paulo foram estratégicas para a ocupação da região do Morro do Lopo. Muitos desses caminhos estavam articulados com o Bairro da Freguesia.

Da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari partiam vários caminhos rumo a outros povoados, vilas e freguesias que, foram fundamentais para consolidação da economia regional.

Segundo Lobato Correa, para o desenvolvimento dos núcleos urbanos é necessário que haja a formação de uma rede de cidades onde a troca, o comércio e os fluxos desses locais, estimulados pelos caminhos, possam gerar uma estrutura capitalista e, conseqüentemente, a firmação das freguesias e vilas inseridas nessas redes de cidades.

A rede urbana pode ser considerada como uma forma espacial através da qual as funções urbanas se realizam estas funções – comercialização de produtos rurais, produção industrial, vendas varejistas, prestação de serviço, etc. – reportam-se aos processos sociais, dos quais a criação, apropriação e circulação do valor excedente constituem-se no mais importante, ganhando características específicas na estrutura capitalista. (CORREA: 1989, p. 71)

No século XIX, além do Caminho de Atibaia, entre São Paulo e a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari, ligando a freguesia também ao núcleo central da Vila de Atibaia, outros quatro caminhos partiam do núcleo urbano da atual Bragança para outras vilas, freguesias e bairros. Estes quatro caminhos são identificados na figura 28, da seguinte maneira:

Caminho 1, **em vermelho**, com destino a atual cidade de Socorro: da atual Praça Chico Major, um caminho seguia pela Rua Santa Cruz, bairros rurais de Uberaba e Mãe dos Homens, bifurcando-se nas proximidades do rio Jaguari, à esquerda para Nossa Senhora do Amparo (atual cidade de Amparo), passando pelos bairros rurais de Arraial, Passa Três, Pântano, (atual Tuiuti), Lima e Onças, e à direita para os bairros de Araras e Pinhal (atual Pinhalzinho), rumo ao bairro Rio do Peixe (atual Socorro).

Caminho 2, **em amarelo**, com destino a atual Itatiba: partindo da atual Praça Chico Major, o caminho começa na atual Av. Fernando Valle, em direção a um morro bastante íngreme, passando pelos bairros rurais Santa Libânia e Campo Novo, com um desvio à direita para os bairros rurais de Felix e Couto. Em frente, o caminho seguia para os bairros Biriça e Morungaba, quando finalmente atingia o bairro do Belém (atual Itatiba). Por esse caminho chegava-se também à Vila de São Carlos, atual Campinas.

Caminho 3: **em laranja**, para Minas Gerais: saída da atual Praça Luiz Apezato, seguindo para a atual Avenida Adriano Marrey Jr. em direção aos bairros rural Penha, Toró, Guaripocaba, Serra do Lopo, Souza, passando pela atual Vargem até a divisa entre os estados do estado. Existia também outro

caminho para Minas Gerais, passando pelo bairro rural de Santa Cruz do Feital, atual Pedra Bela.

Caminho 4: em verde, para Curralinho, atual Joanópolis: da atual Praça Cel. Jacintho Domingues seguia para os bairros rurais Morro do Sabão, Santa Cruz dos Enforcados, passando ainda pelos bairros Água Comprida, Sete Pontes, Santo Antônio da Cachoeira (atual Piracaia), até Curralinho. Adiante era possível chegar à Vila de Nazaré.

Caminho 5: em roxo a atual rodovia Fernão Dias que liga os estados de São Paulo e Minas Gerais.

(Figura 37 e 38)

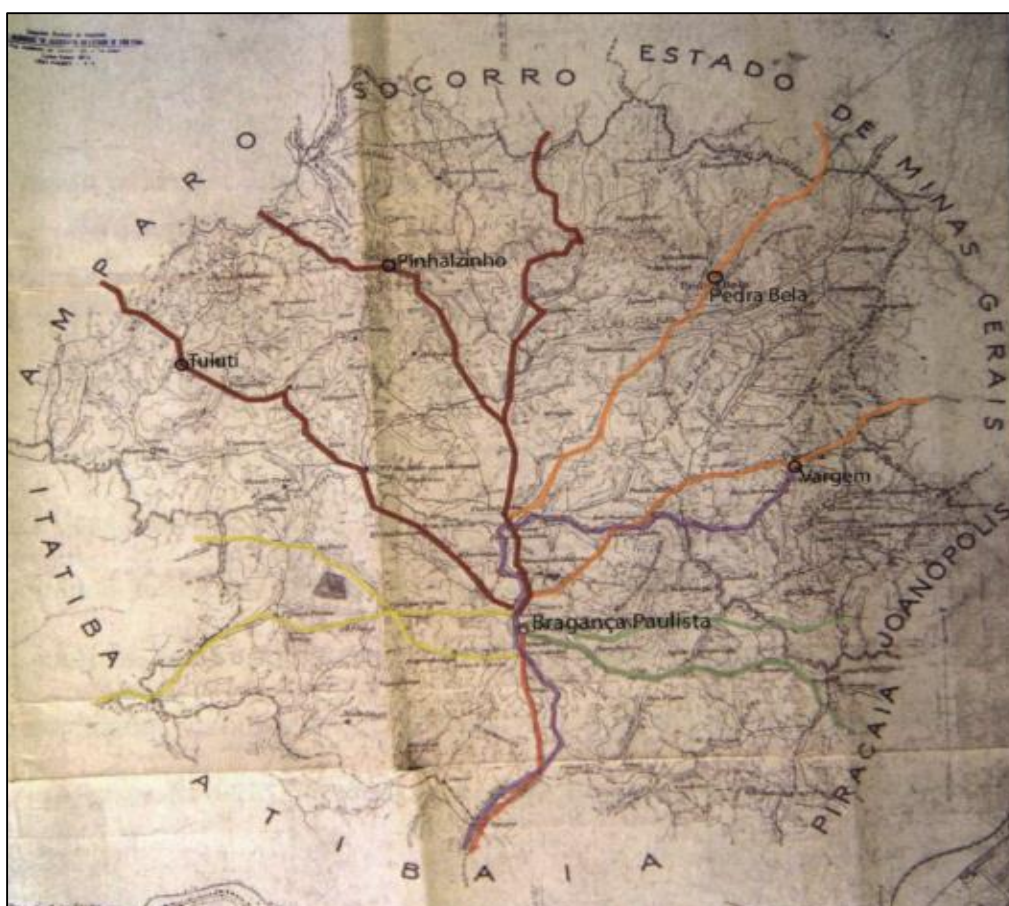


Figura 37: Caminhos que partem do Núcleo urbano de Jaguari para outras Vilas e Freguesias. Mapa base de 1938, Instituto Geográfico e Geológico. Nele é possível ver a relação da Cidade de Bragança Paulista, os caminhos que saem dela e as cidades inseridas nesses caminhos. Fonte, Andréa Luri Ishizu. Evolução da malha urbana e arquitetura de Bragança Paulista 1884 a 1967, dissertação de mestrado FAUUSP, 2009, p. 59.

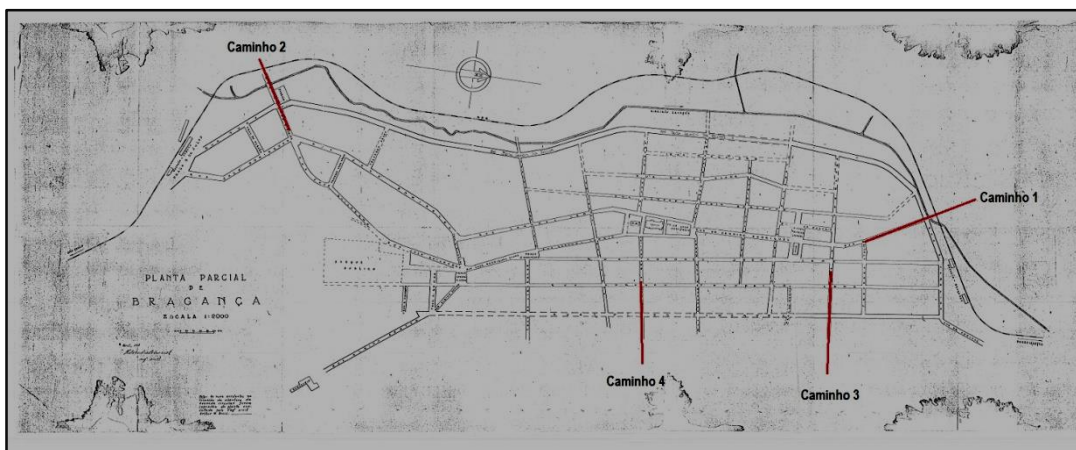


Figura 38: Saída para as estradas a partir do núcleo urbano onde são informados os primeiros caminhos formados para conectar a Vila Nova Bragança com outras Vilas, freguesias e Sul de Minas. Caminho 1 saía para a atual cidade de Socorro; caminho 2 bairro do Belém, atual cidade de Itatiba; Caminho 3 saída para Minas Gerais e São Paulo atual Rodovia Fernão Dias; e caminho 4 acesso para o bairro do Curralinho, atual cidade de Joanópolis. Mapa base do ano de 1937, fonte Prefeitura Municipal de Bragança Paulista.

Os caminhos descritos anteriormente foram se desenhando aos poucos, conforme bairros rurais, freguesias e vilas se formavam. Para Jucá Neto, os caminhos trilhados pelos agentes envolvidos na conquista do território foram fundamentais para a urbanização do espaço, com diferentes etapas de ocupação, formando pequenos povoados em pontos estratégicos para a circulação das mercadorias. (JUCÁ NETO: 2013, p 233).

8.0. Elevação Municipal: A elevação da Freguesia a Vila Nova Bragança

Neste capítulo pretendemos discutir o processo de elevação da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari a Vila de Nova Bragança, que ocorreu no ano de 1797, no formato praticado e sistematizado do Brasil Colônia para a fundação de cidades, especialmente após a gestão restauradora da Capitania de São Paulo do governador de Luiz Antônio Boltelho Mourão (1765-1775), o Morgado de Mateus, que ainda encontrava-se em uso quando iniciou a gestão do governador António Manuel de Melo de Castro e Mendonça (1797-1802).

De acordo com Murilo Marx, que retrata o processo de fundação de cidades no Brasil colonial e do Império, as etapas de passagem de uma capela à capela curada, de capela curada à freguesia e a elevação desta à vila, era uma prática comum em todo o território português. (MARX, 1991, p.46)

A criação de uma vila implicava na imposição de uma instituição jurídica sobre um núcleo urbano formalmente integrado à Coroa Portuguesa. Claudia Damasceno Fonseca esclarece que o mais correto seria referir-se às vilas como “conselhos”, unidade territorial mínima inserida em um âmbito civil com governo a cargo da Câmara. A maior parte dos conselhos tinha sede em uma vila, logo as palavras vila e conselho acabaram se tornando sinônimos. (FONSECA, 2003, p.18)

Murilo Marx esclarece que quando uma freguesia passava à vila, era fundamental delimitar o rossio e o termo, aonde o rossio delimitado era espaço urbano e o termo abrangia a sua área rural, assim como também era imprescindível a instalação da Casa de Câmara, da Cadeia e pelourinho. (MARX, 1991, p. 46).

A marcação dos limites da área do rossio era fundamental para se estabelecer a ocupação no espaço urbano, que apresentaria configurações diferentes daquele ocupado no meio rural, alterando assim a relação entre espaço urbano e rural e modificando a relação da nova vila na rede de cidades local. (MARX, 1991, p.53).

Segundo Maria Fernanda Derntl,

No ato de elevação a vila, atribuía-se a cada um dos conselhos um termo e um rossio. O termo era todo o território de jurisdição da municipalidade, onde podia haver vários bairros e paróquias. O rossio designava os terrenos cedidos da Coroa, por meio de carta foral, para constituir patrimônio da municipalidade. O rossio era de usufruto comum, podendo ser utilizado para pastos, plantações e obtenção de lenha. Servia ainda de reserva para futura expansão da vila, seja para moradia ou para abertura de caminhos e praças. Competia aos edis da Câmara parcelar o rossio e fornecer as datas de terra aos moradores mediante pagamento de um imposto anual, o foro. Este modelo tradicional de organização local do

território utilizado pela monarquia portuguesa apresentava pequenas diferenças entre sua configuração no Reino e na Colônia. (DERNTL, 2010, p. 74)

A Casa de Câmara e cadeia geralmente era instalada na área central do núcleo urbano, no lado oposto da Igreja Matriz, com o pelourinho à frente da Câmara. Em muitos casos, a construção da Casa de Câmara e Cadeia não acontecia imediatamente e as reuniões eram feitas na casa de um morador influente.

No momento em que uma freguesia era elevada à vila, a elite interessada e engajada em desenvolver a autonomia do local tomava a frente das decisões, assumindo funções de administração e jurisdição da vila por meio de eleições. Lembrando que eram elegíveis e votavam apenas homens brancos e com poder econômico.

A fundação de uma vila no período colonial significava autonomia administrativa e política. Diogo Borsoi explica que, era seguida da eleição de um Concelho composto por um Juiz Presidente – que poderia ser Juiz Ordinário quando eleito pelo próprio conselho, ou Juiz de Fora, quando nomeado pelo Rei – dois ou três Vereadores, um Procurador, Almotacés, Escrivão, Juiz de Órfão, Porteiro Juiz de Vintena, cargos que variavam de vila para vila. (BORSOI, 2013, p. 141.)

Antônio Manoel de Mello Castro e Mendonça - governador da capitania de São Paulo entre 1797 e 1802, foi nomeado no dia 29 de maio de 1795, por decreto da rainha D. Maria I, tomando posse em 28 de junho de 1797. Seu antecessor, Bernardo Lorena seguiu viagem para a capitania de Minas Gerais, onde assumiu o posto de governador, em 3 de julho 1797. O Capitão-General Antônio Manuel Castro e Mendonça adota as medidas e o sistema de governo instaurado na capitania na gestão do governador Luís António de Sousa Botelho Mourão (1765 a 1775), buscando estimular o comércio e garantir território para a capitania de São Paulo elevando povoados à freguesias e freguesias à vilas.

Segundo Ivone Salgado e Renata Pereira,

Em 22 de novembro de 1797, o Capitão-General Antônio Manoel de Melo e Castro Mendonça, governador da Capitania de São

Paulo, enviou uma correspondência ao Secretário de Estado, Dom Rodrigo de Souza Coutinho, informando sobre algumas medidas tomadas visando responder às instruções que este lhe havia enviado, em 24 de julho do mesmo ano, manifestando os propósitos do rei de Portugal, que pretendia, em seus vastos domínios, aumentara riqueza e ordenava, para obter tais fins, promover o maior aumento do comércio e a permuta recíproca dos gêneros e manufatura entre o reino e a Capitania de São Paulo. Para alcançar tal objetivo, deveria o governador animar o uso de vinhos, azeite, etc. e favorecer as pessoas que consumissem maior quantidade destes produtos. O governador informava ainda que havia procurado, de todos os meios lícitos, animar a agricultura e o comércio e que havia promovido a elevação de quatro freguesias à condição de vila, Villa de Antonina, Villa de Porto Feliz, Villa de Nova Bragança e Villa de São Carlos; e ainda, que pretendia promover a elevação de duas povoações à condição de freguesia, Bananal e Piracicaba. (PEREIRA e SALGADO, 2015, p. 4)

No final do século XVIII, a região do Morro do Lopo segue seu desenvolvimento pautado em mudanças que apresentavam um ritmo lento, oscilações pequenas e crises não muito sérias, mesmo em meio a essa calma houve uma elite composta por 75 membros que solicitou, em 1796 ao Governador da Capitania de São Paulo, Antonio Manuel Castro e Mendonça a elevação da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari à Vila.

Esses 75 “homens bons” (ver anexo 2) alegaram que, devido sua situação de fronteira com a Capitania de Minas Gerais, muitos invasores se adentravam nas terras da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari, cometiam crimes, e a população local ficava sujeita a essa situação e os invasores impunes, pois a distância de quatro léguas não permitia que a justiça chegasse a tempo.

Juntamente com o descontentamento alegado sobre a insegurança na freguesia, os homens que eram eleitos para cargos públicos na Vila de São João do Atibaia reclamavam da condição de ter que deixar suas famílias, propriedades e alugar casa no Bairro da vila, em São João do Atibaia e ficar aproximadamente um ano cumprindo suas obrigações e deixando a família desamparada.

Esses foram os motivos descritos na carta enviada ao governador da Capitania de São Paulo, Antonio Manuel Castro e Mendonça, solicitando a emancipação, além de mencionar que a freguesia compreendia 1.106 fogos e 4.446 moradores de confissão (MARTINS E LAURITO: 1943, p. 63)

No dia 01 de outubro de 1797, a câmara da Vila de São João de Atibaia expressa por carta resposta ao Governador e Capitão Antonio de Melo Castro e Mendonça sua absoluta posição contrária a elevação à vila da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari, alegando que a quantidade declarada de moradores mencionada pelos interessados na elevação não era correta, juntamente com o argumento de que na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari haviam moradores em sua maioria pobres, com exceção de três moradores, Capitão Jacinto Roiz Bueno (morador do fogo 1 e Capitão do Bairro do Lopo), segundo o maço de população do ano de 1796), Aleixo Correia da Cunha (morador do fogo 32 do Bairro da Vila segundo o maço de população ano de 1796) e Manuel Rodrigues Pereira (não identificado nos Maços de População consultados).

Os membros da câmara alegavam ainda na carta que, o povo é sem cultura, não sabem ler nem escrever, são moradores de “ínfima plebe” que não seria possível com os valores arrecadados por aquela freguesia construir Casa de Câmara e Cadeia e manter as despesas anuais da vila. A carta é assinada por Lourenço Franco de Camargo, Juiz Francisco Xavier Cesar, João Leite de Moraes, Francisco da Cunha Ramos e José Pires de Oliveira. Interessante notar que, o nome do Juiz Francisco Xavier Cesar aparece encabeçando a carta futura que solicitaria a elevação da freguesia à Vila no ano de 1796. (MARTINS E LAURITO: 1943, p. 72).

Os argumentos da câmara da Vila de São João do Atibaia não foram suficientes para convencer o Governador da Capitania de São Paulo, Antonio de Melo Castro e Mendonça, que observou ainda na carta que autorizou à elevação da freguesia a vila e argumenta:

Não é somente por haver na freguesia 4446 moradores confessos, mas por também ser frequentemente visitada por

comerciantes a caminho da Capitania de Minas Gérias, tendo por isso toda a capacidade e disposição para vir a ser em poucos anos uma das vilas mais desenvolvidas da Capitania de São Paulo. (MARTINS E LAURITO: 1943, p. 72).

O Governador também considerou coerente a justificativa das dificuldades de se manterem ausente para prestarem os serviços públicos, alegando ser de graves prejuízos o distanciamento dessas pessoas com suas propriedades.

Ao ser autorizada a elevação da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Jaguari à condição de Vila de Nova Bragança, acontece 2 cerimônias que foram realizadas em dias distintos. No dia 29 de novembro de 1797, reuniram-se em praça pública os oficiais da Câmara da Vila de São João de Atibaia e os moradores da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari, com a presença do Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca de São Paulo, Caetano Luiz de Barros Mendonça, o escrivão a seu cargo, Vicente Ferreira de Almeida, quando foi apregoado em altas vozes, pelo porteiro José Garcia da Rocha, que se erigia a dita povoação em Vila, com o nome de Nova Bragança, em seguida foi lavrado o “Auto de Ereção” no livro específico que foi assinado pelos oficiais da Câmara da Vila de São João de Atibaia e demais moradores da freguesia presentes, somando 34 membros, dentre eles o escrivão e o ouvidor geral. (Ver tabela 3 e anexo 3)

Após o anuncio em praça pública que aquela freguesia havia sido elevada à vila, os seguintes procedimentos eram, por tradição, conforme as determinações régias, cumpridos: estabelecimento do “Termo de Levantamento de Pelourinho”, sinal de jurisdição da vila. Recomendava-se que ele fosse um mastro de madeira de lei, a qual fosse disponível no lugar, com secção quadrada, contendo na sua parte superior uma *catana* para que fosse reconhecido como tal. Sobre o lugar no qual se levantaria o pelourinho, deveriam escolher a melhor situação, pois esse lugar designa a portaria que os povoadores, além de caracterizar a autoridade da vila, o pelourinho é centro geométrico a partir do qual os limites do rossio são demarcados. Tais ritos de fundação traçam o contorno da forma urbana. (PEREIRA e SALGADO, 2015, p. 10)

Para o levantamento do pelourinho na Vila de Nova Bragança, Asprino Júnior descreve que:

[...] foi escolhido hum terreno livre, e desembaraçado de todas as partes, que seacha nos fundos da Igreja Matriz, por parecer o melhor para nelle de levantaro Pelourinho, e depois de apregoado pelo Porteiro em alta voz que se levantava o Pelourinho para sinal de jurisdição, mandou levantar o dito Ministro nesselugar para a parte da rua, e principal estrada, **o qual hehumpao de OperobaOictavado**, e para constar mandou lavrar este termo, que assinou com osofficiaes da Câmara de Atibaya, e mais pessoas que presentes se achavam, e Vicente Ferreira, e Almeida, Escrivam da Ouvidoria Geral. Grifo nosso. (ASPRINO JUNIOR, 1902, p.27)

Deu-se, portanto, a escolha para a fixação do pelourinho. No entanto, saindo um pouco dos padrões convencionais, pois, em sua maioria o pelourinho era fixado no centro do espaço Entre a Casa de Câmara e Cadeia e a Igreja Matriz. Na Vila Nova Bragança foi escolhida a parte de trás da Igreja, no eixo da rua perpendicular a praça, conforme figura 41, aonde apresentamos uma hipótese de localização do pelourinho.



Figura 39: Hipótese de localização da fixação do pelourinho na parte frontal da Casa de Câmara e Cadeia aos fundos da Igreja Matriz. Fonte: Andréa Luri Ishizu, Evolução da malha urbana e arquitetura de Bragança Paulista 1884 a 1967, dissertação de mestrado FAUUSP, 2009, p. 30.

A escolha do local para construir a Casa de Câmara e Cadeia estava a cargo dos moradores da nova vila. Cabia a eles, em comum acordo, escolher o local que lhes parecesse mais conveniente para as funções que a Casa de Câmara e Cadeia exercia, que era a administração da vila. A Câmara estabelecia posturas, regras no tocante a despesas do comércio, funcionamento de tabernas, mercado público, cemitério, abertura de ruas, praças, tanques

públicos, pontes, escoamento de águas pluviais, limpeza pública e conservação de caminhos.

Os vereadores aplicavam multas por transgressões de posturas, em casos de construções irregulares, de diferenças no preço ou no peso das mercadorias vendidas, de não comparecimento a serviços comuns, como construção e restauração de caminhos (LEITE, 1974, p.100).

Ivone Salgado e Renata Pereira esclarecem que, o governador da capitania de São Paulo, Luís António de Sousa Botelho Mourão, encaminhou, em 1770, ao Capitão-mor Regente, o Tenente Coronel João Miz Barros, um documento denominado “Ordem para se fundar Villa na Povoação e Praça dos Prazeres de Guatemy”, com o objetivo de erigir em vila a Povoação e Praça de Nossa Senhora dos Prazeres do Rio Iguatemy. Este documento, que deveria orientar os seus procedimentos no ato de fundação da vila, estabelece uma ritualística que remetem a tradição portuguesa de formar vilas, procedimentos estes que podem ser observados na fundação de vilas na gestão do governador Castro e Mendonça, como foi o caso da fundação da Vila de Nova Bragança, em 1797. (PEREIRA e SALGADO: 2015, p.10)

Segundo os procedimentos estabelecidos neste documento, o termo de fundação da Casa de Câmara e Cadeia deveria assim ser anunciado:

*Termo de escolha de Lugar para fundar casa da Câmara e Cadeia. E logo no mesmo **dia, mes e ano** declarados no termo retro nesta nova Villa no Largo que fica **em tal parte com tais sinais**, aonde foi vindo **Fulano** comigo escrivão abaixo declarado e sendo aí em presença dos Povoadores, que aí se achavam, se fez exame para se **sentar lugar certo**, em que se havia de fundar a **casa da Câmara e Cadeia**, e por todos uniformemente foi assentado, que a **melhor paragem** era, a em que se achavam, que é o que acima se declara, e de como assim se assentou entre todos, mandou o dito **Fulano** Lavrar este termo, em que se assinou com os que presentes se achavam: e eu **Fulano** escrivão, que o escrevi (vão as assinaturas). (PEREIRA e SALGADO, 2015, p. 10)*

Apesar de o decreto deixar determinado onde seria construída a Casa de Câmara e Cadeia, essa construção podia demorar anos, décadas para

acontecer, e enquanto a construção não acontecia as funções públicas eram exercidas na casa de algum morador influente da Vila.

No entanto, suas funções, que eram múltiplas, começaram a partir de 1798: e diziam respeito às questões político-administrativa, judicial, fazendária, fiscalizadora e de polícia. Cabe, porém, algumas considerações acerca da formação da Câmara e do processo eleitoral que, em princípio denota uma aparente democracia. Na verdade, nesse período somente os “homens bons” da localidade, aqueles que detinham certo prestígio social e econômico, podiam participar como eleitores e também como candidatos aos cargos, restringindo o processo eletivo a um pequeno círculo de pessoas.

Assim, a primeira eleição para a recém fundada Câmara da Vila Nova Bragança apresentou a seguinte composição: (ver anexo 2 e 3)

Para Capitão-Mor:

- 1- Capitão Jacinto Rodrigues Bueno
- 2- Capitão Antonio Gomes da Silva
- 3- Capitão Lourenço Franco Bueno

Para Sargento-Mor

- 1- Capitão José Garcia Leal
- 2- Capitão Manuel Rodrigues Freire
- 3- Capitão José Pedroso Pinto

Para Juiz Ordinário:

- 1- Antonio Leme da Silva

Para Vereador:

- 1- José Paes da Silva
- 2- Lourenço Freire de Figueredo

3- Chistovão Xavier do Prado

Para Procurador:

1- João Gomes Ferreira

O Sargento-Mor deveria substituir o Capitão-Mor quando necessário. Dentre as várias funções do Capitão-Mor estava a de poder proceder as doações de terras e datas de chão (licença para construir) para as pessoas que fossem merecedoras. Também tinha autoridade para proferir sentenças de execução referente às penalidades pelo não cumprimento de suas ordens. O Juiz Ordinário deveria fazer a aplicação das leis e fiscalizar os demais funcionários: almotacés, meirinhos, alcaldes, tabeliães, escrivães e outros. Já os Vereadores determinavam os impostos, fiscalizavam as oficinas e ainda elaboravam as posturas e editais. Ao Procurador cabia cuidar dos bens da Vila e tinha como auxiliar o tesoureiro, encarregado da arrecadação das rendas locais.

A Casa de Câmara e Cadeia da Vila de Nova Bragança foi construída somente no império, no final do século XIX, porém, veio a ser no exato local determinado em 1797. (Figura 40)

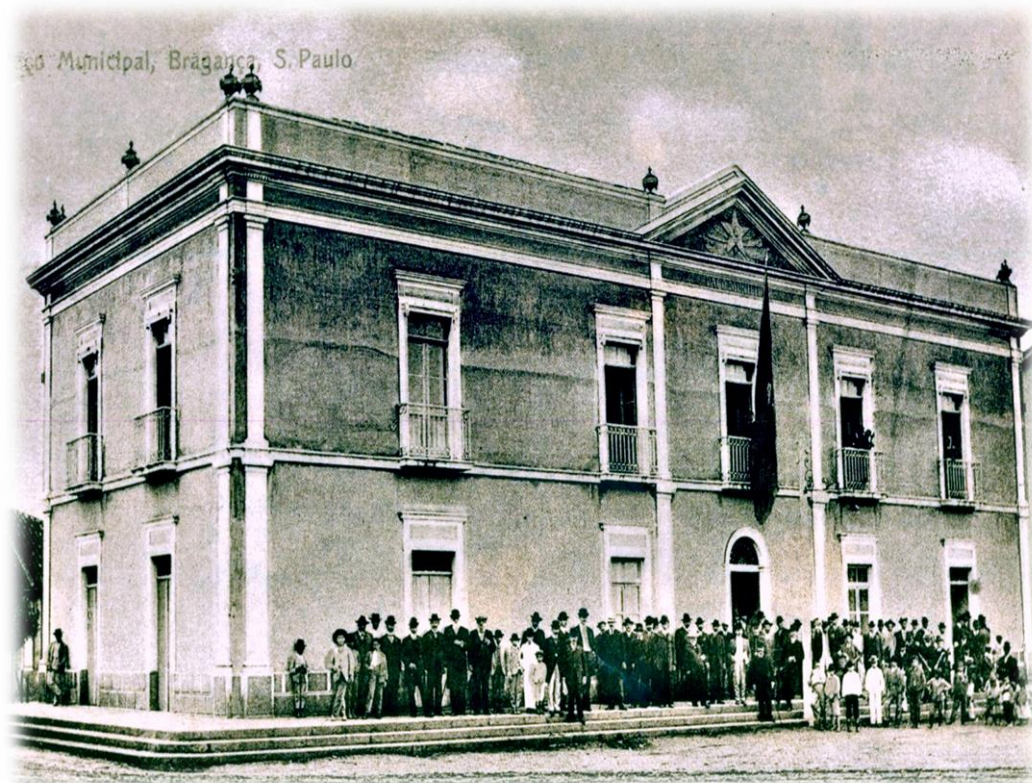


Figura 40: Casa de Câmara e Cadeia da Vila Nova Bragança construída no final do século XIX. Fonte Museu Oswaldo Russomano

Nos fundos da Igreja Matriz foi construída a primeira Casa de Câmara e Cadeia da Vila Nova Bragança (Figura 41).

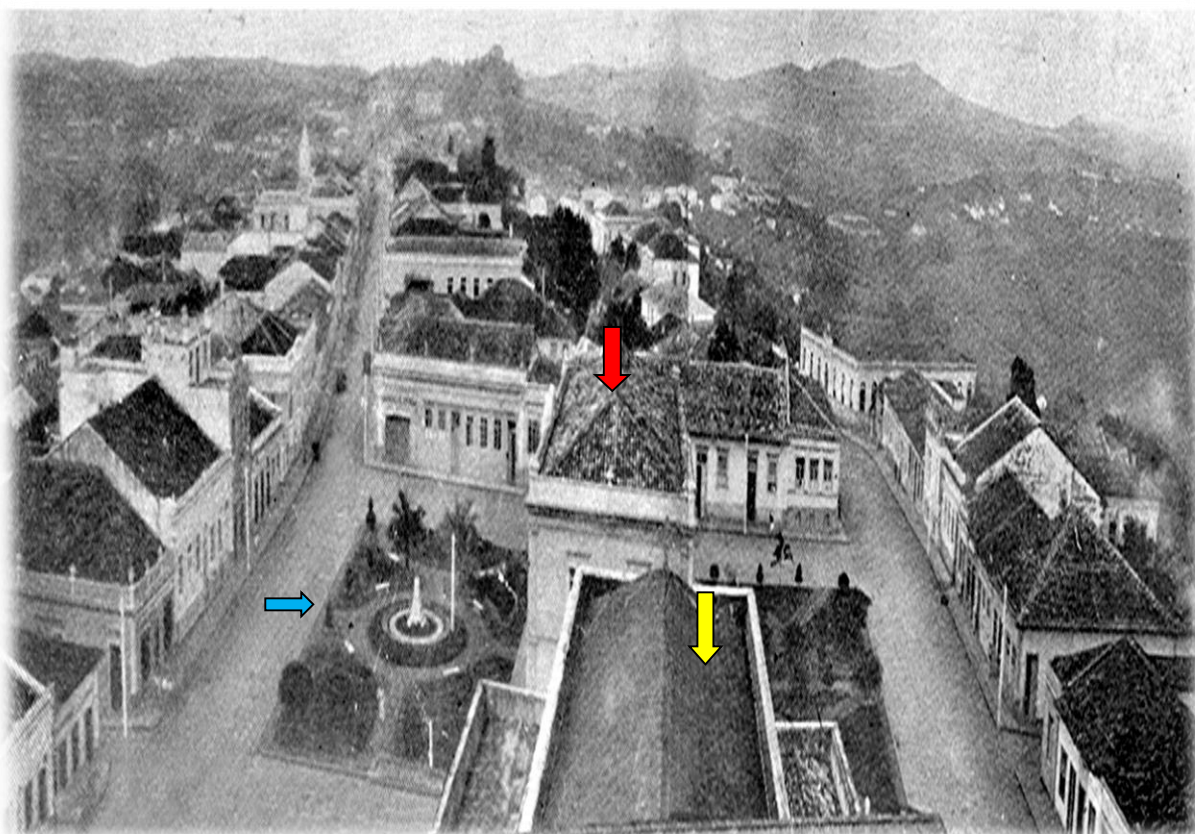


Figura 41: Relação da Casa de Câmara e Cadeia com a Igreja Matriz da Vila de Nova Bragança. Em amarelo, a Igreja Matriz; fundo da Igreja Matriz, em vermelho, a primeira Casa de Câmara e Cadeia, com sua parte frontal alinhada com o pelourinho criando um eixo de implantação da Matriz no Largo da Matriz, indicada em azul. Fonte Museu Oswaldo Russomano.

A Casa de Câmara e Cadeia passou por uma reforma no século XX, alguns anos antes de ser totalmente demolida, e ganhou ornamentos na fachada valorizando o estilo eclético.



Figura 42: Primeira Casa de Câmara e Cadeia da Vila de Nova Bragança após sua única reforma no século XX. Fonte Museu Municipal Oswaldo Russomano.

Foi no espaço frontal ao edifício da primeira Casa de Câmara e Cadeia da Vila de Nova Bragança que foi instalado o pelourinho, onde na foto encontra-se o busto do Sr. José Bonifácio que dá nome a praça.

O terreno do rossio era destinado à formação da vila, nele poderiam ser construídas casas com quintais para os seus moradores e no futuro aquelas para os seus novos habitantes. A delimitação se fazia, segundo o “Extrato de formação de vila de 1770”, conforme explicam Ivone Salgado e Renata Pereira:

...a partir do pelourinho, um quadrado com um quarto de léguas em cada uma das quatro faces norte-sul e leste-oeste. Considerando que uma légua correspondia a cerca de 6.600 metros, um quarto de légua seria então o equivalente a cerca de 1,5 km. A medida final, mencionada como 700 braças corresponde a este quadrado, pois como cada braça equivale hoje a 2,2 metros, teríamos 1.540 metros, ou seja, aproximadamente 1,5 km entre o pelourinho e cada uma das extremidades norte, sul, leste e oeste da vila. Então o rocio, assim delimitado, equivaleria a um quadrado de três quilômetros de lado. Em cada um destes pontos equidistantes pelourinho deveria ser colocado um marco de madeira para assinalar a demarcação. (PEREIRA e SALGADO:2015, p.12)

Claudia Damasceno Fonseca desenvolve um esquema em desenho para demonstrar como era medido o rossio. (Figura 43)

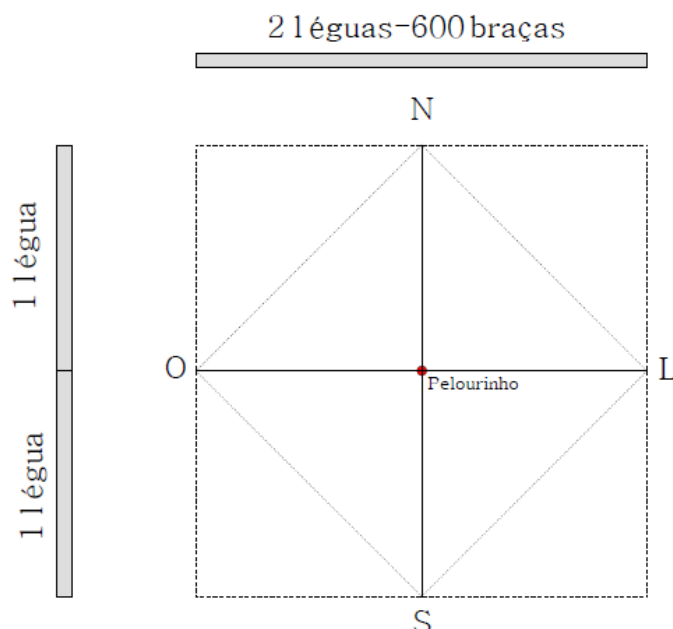


Figura 43: Esquema de medição do rossio segundo Claudia Damasceno Fonseca Fonte: Claudia Damasceno, Arraias e Vilas d’el Rei, Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2013, p. 468)

Asprino Junior transcreve no anuário de 1903 o “Termo de Declaração de Rossio.”

Ao primeiro dia do mez de Dezembro de mil settesentos, noventa, e setteannos, **nesta Nova Bragança [...] foi determinado, que o Rocio, que devia ter esta Villa, para logradouro dos habitantes della, e fundarem suas cazas, semalguma função de foro, era de hum quarto de Legoa, sendo medido do Pelourinho para quatro Lados, no fim dos quaes se poria em cada hum marco para signal do limite do dito Rocio, e mandou que a Camara, logo, que principiasse a servir mandasse fazer a dita medicao, e demarcacao na forma referida, e para constar mandou lavrar este termo, que assignou corn os Officiaes da Camara de Atibaya, e os moradores, que presentes se achavao, eu Vicente Ferreira, e Almeida, Escrivam da Ouvidoria geral, e Correycam, escrevi. (ASPRINO JUNIOR, 1903, p. 27-34, grifo nosso)**

Logo, para a demarcação do rossio foram seguidos os padrões de fundar cidade no método português, ficando a área interna do quadrado, de três quilômetros de lado (medidas atuais) destinadas à área urbana da Vila Nova Bragança.

Considerando a hipótese de localização do pelourinho, e as normas de delimitação do rossio, tem-se como espaço urbano inicial da Vila Nova Bragança no ano de 1797 a hipótese apresentada na figura 44.

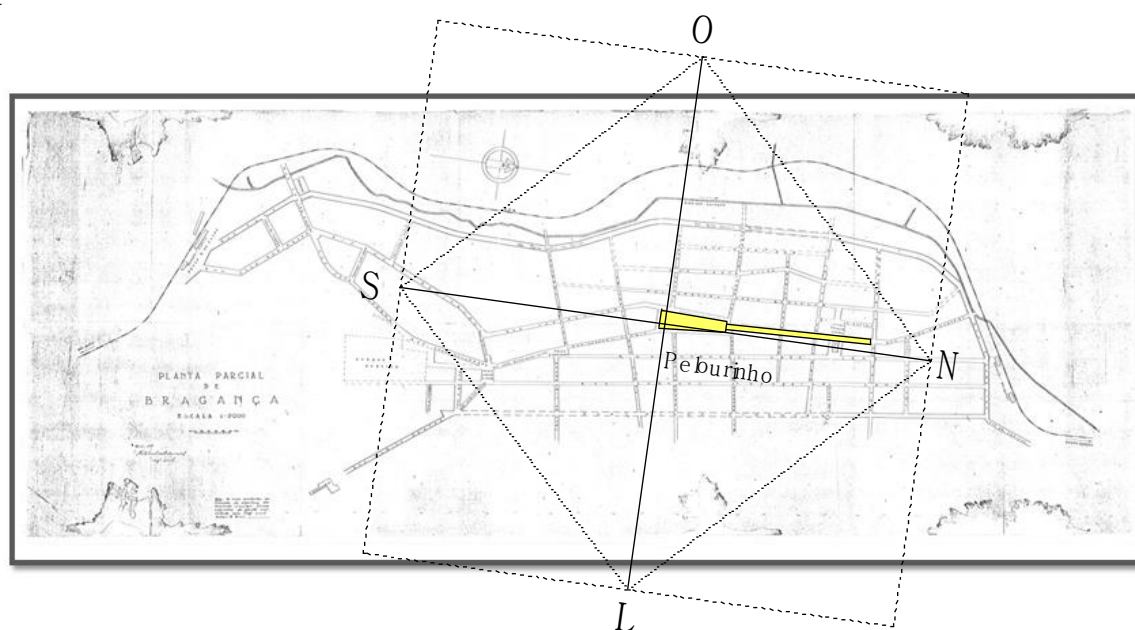


Figura 44: Hipótese de demarcação do rossio da Vila de Nova Bragança em 1797. Onde o polígono pintado é a área da Igreja Matriz, o espaço destinado para a construção da Casa de Câmara e Cadeia e a Rua Direita. Sobreposto à imagem está o desenho do rossio demarcado. Mapa usado: Planta parcial da Cidade, 1937, fonte: Prefeitura Municipal de Bragança Paulista departamento de Patrimônio.

Com essa análise é possível notar que o rossio demarcado é muito maior que a área que já está ocupada no bairro da vila, (polígono amarelo na figura 46) e que seria a partir do núcleo urbano que a vila passaria a expandir e abrir suas ruas, no entanto no caso da Vila de Nova Bragança isso vai acontecendo de maneira lenta, pois a planta usada na figura 45 datas de 1937, onde sua malha urbana pouco ultrapassou a área do rossio. ²

9. A dinâmica urbana da Vila Nova Bragança no contexto da Economia Mista.

Nesse capítulo buscamos aprofundar e entender como funcionava a economia mista no período colonial, compreender sua importância ligada à região e a metrópole; esclarecendo seu funcionamento que consistia na produção agrícola e pecuária no mesmo sítio. É a economia mista que cria alicerces para a Vila de Nova Bragança entrar em um novo período próspero com riquezas acumuladas no final do século XIX e início do século XX, gerando condições para o desenvolvimento da cultura do café na região a partir de 1830.

Em 1765, o Governador Luis Antonio Botelho Mourão, o Morgado de Mateus assume o governo da Capitania de São Paulo e incentiva a entrada das vilas paulistas no mercado internacional de açúcar, criando condições favoráveis

para a implantação de engenhos em algumas vilas, no entanto o açúcar não monopolizou a economia da região, ficando para as vilas do norte da capitania (próximas ao Rio de Janeiro) e as vilas do Oeste (próximas ao sul de Minas Gerais) a produção de gêneros variados como, arroz, feijão, milho farinha e carnes, destinados tanto para consumo interno dos moradores, importação e exportação.

Segundo esclarece Diogo Borsoi:

As vilas do norte e oeste estavam em posição estratégica para o desenvolvimento desses gêneros, elas estavam situadas nos limites da capitania, eram paragem para viajantes e tinham contato frequentes com os tropeiros. Constituíam, portanto, uma importante fonte de alimento para aqueles que estavam de passagem e, ao mesmo tempo garantia mercado para aqueles que plantavam. (BORSOI, 2013, p.106)

A criação de porcos e a produção de toucinho rapidamente se tornam importante ferramenta econômica para a Vila de Nova Bragança, desde os tempos de sua condição de Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari, firmando seu comércio com a Cidade de São Paulo e região mineradora, o que futuramente abriria as portas para o comércio externo também.

Diogo Borsoi apresenta que alguns autores e viajantes apontam a importância da criação de porcos e a produção do toucinho no período colonial e afirma que:

A falta de carne bovina na região das minas, fez com que os moradores vizinhos habituassem a criar suínos, que praticamente foi o único animal criado nas vizinhanças de cata, pois não exigiam pastos extensos. (BORSOI, 2013, p. 152).

Há, portanto, o vínculo da criação de porcos da Vila de Nova Bragança desde os tempos de freguesia, tanto para o abastecimento das regiões mineradoras, com o auxílio dos tropeiros e bandeirantes de passagem pela Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari, seguindo o sentido norte da Capitania de São Paulo, quanto para o abastecimento da Cidade de São Paulo, seguindo sentido sul da capitania, para o qual era de extrema importância a chegada desse gênero para a alimentação da população.

A criação de porcos exigia pouco espaço e esforços, ficando muitas vezes em áreas de quintais cuidados pela própria família, exigindo pouca mão de obra escrava para o desenvolvimento e engorda dos animais.

O alimento dos porcos era principalmente o milho, o que também justificava sua forte presença na freguesia e principalmente na Vila de Nova Bragança, no entanto, o cultivo do milho exigia mais espaço e mão de obra se comparado à criação de porcos. Fato esse que explica a criação de porcos em vários fogos com pouco ou nenhum escravo e já a atividade de cultivo de milho, é exclusiva para fogos que detém espaço e mão de obra escrava, pois segundo esclarece Diogo Borsoi, a vinculação do milho com o suíno fica clara; a engorda do porco demorava de 8 a 10 meses e para isso eram gastos de 8 a 10 alqueires de milho. Depois do abatimento do animal retira-se as partes magras para salgar e ficar para consumo caseiro, já o toucinho cura-se com um pouco de sal e em alguns dias está em condições de ser enviado ao mercado consumidor. (BORSOI, 2013, p. 153)

Frederich Von Weech descreve que:

Muitos fazendeiros dedicavam-se exclusivamente para esses rendosos animais, que com algum cuidado torna-se grande e gordo. Sendo alimentado com milho engorda rapidamente, e seu toucinho torna-se consistente e sua carne fica extremamente saborosa e saudável, a ponto de ser recomendada até mesmo às mães que amamentam e aos doentes. O toucinho é separado da carne salgada, encaixotado e despachado, e conserva-se por muito tempo. (VON WEECH, 1992, p.166)

O feijão se complementa ao milho, assim como o milho se complementa a criação de porcos. O cultivo de feijão tinha a função de proteger a muda do milho, era semeado entre o milho plantado, e isso era feito com a intenção de sombrear e impedir o crescimento de ervas daninhas, o feijão era possível colher em três meses, tanto o feijão quanto o milho eram possível colher duas vezes ao ano, com variações de produtividade entre uma colheita e outra. Ambos os gêneros deveriam ser estocados em paióis, que ficavam próximos a residências.

O transporte desses gêneros era feito no lombo dos burros, o transporte de muares, em direção principalmente a Cidade de São Paulo, porém, como já

dito anteriormente, seguia também para a Capitania de Minas Gerais além do abastecimento interno da Vila.

As vilas da região do Morro do Lopo, no período de 1797 a 1836 viveram isenta de recrutamento de seus homens para combates diversos que acontecia dentro do território, essa medida foi decretada pelo Governador Luiz Antonio de Sousa Botelho Mourão, o Morgado de Mateus (1765 - 1775), isso por que a ausência desses homens em suas plantações e criações prejudicava diretamente o abastecimento da Cidade de São Paulo, já que seriam propriedades que ficariam praticamente abandonadas e teriam suas arrobas e alqueires drasticamente lesados. (LEITE, 1974, p. 227).

Na região foram paulatinamente se formando as fazendas mistas. Existem três autores que analisaram e defendem de forma distintas as fazendas mistas, distinguindo esses conceitos entre si, basicamente devido a localização, que conseqüentemente refletem para economia de formas distintas.

Miguel Costa Filho apresenta o conceito de fazenda mista distante das explorações mineradoras, usado para a exploração de terra no litoral e desbravamento do sertão. Trata-se, portanto, de uma estratégia de sobrevivência a junção da agricultura com a agropecuária, com fins de consumo sem ser vinculada a nenhuma outra atividade. (COSTA FILHO, 1963, p. 159)

Para Hernani Maia Costa, as fazendas mistas surgem e se mantêm nas proximidades das minas, na Capitania de Minas Gerais, isso por que, era necessário alimentar e manter uma grande quantidade de pessoas que trabalhavam em função da exploração de pedras preciosas, portanto, era necessário variar os gêneros produzidos para comercializar com esses trabalhadores, amenizando assim a falta de alimento na região. (COSTA, 2001, p. 114)

Alcir Lenharo apresenta um terceiro conceito de fazenda mista, que é o que de fato mais se aproxima da economia da Vila de Nova Bragança no período estudado, fim do século XVIII, início do século XIX. O autor vincula a produção

de gêneros alimentícios variados a outras atividades como a busca de mercado para comercialização do excedente. Ou seja, as fazendas mistas não existiam para a sobrevivência exclusiva de quem plantava, e nem existiam para ser consumida principalmente por um mercado consumidor que não voltado para a atividade mineradora. (LENHARO, 1993, p. 25 a 29)

As fazendas mistas da região do Morro do Lopo, existiam para suprir as necessidades internas, geravam excedentes que partiam para o mercado interno e externo, além do transporte desses gêneros que também geravam renda para os produtores envolvidos.

Entre as políticas assumidas pelos governadores da Capitania de São Paulo existem duas que beneficiou diretamente o fortalecimento da economia mista na região do Morro do Lopo, a primeira já mencionada de 1765, que foi a isenção do recrutamento dos homens para os combates principalmente contra espanhóis que estavam acontecendo no sul, a fim de não prejudicar o abastecimento dos gêneros consumidos na Cidade de São Paulo, com o próprio Governador Luís António de Sousa Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, quem incentivou a produção de feijão, milho e porcos na região orientando os Juizes Ordinários a fiscalizar e auxiliar a produção desses gêneros.

A outra medida implantada foi aquela do Governador Bernardo José de Lorena (1788 – 1797), que melhorou as vias de acesso ao porto de Santos, alegando que somente em Santos havia alfândega. Logo, se os produtos fossem para outros portos, não seriam recolhidas. Assim em 1789, tomou a decisão de proibir o comércio dos portos, da Capitania de São Paulo com o porto do Rio de Janeiro, concentrando todo o comercio de produtos de exportação no porto de Santos, que dali ia direto para Portugal.

Tal atitude, segundo Diogo Borsoi, beneficiou e muito o porto de Santos e as vilas do oeste paulista, incluindo a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari, e prejudicou as vilas do Norte, pois essas comercializavam principalmente com o Rio de Janeiro, devido à proximidade. (BORSOI, 2013, p. 222)

Essa medida caiu em de 1798, por ordem do Governador e Capitão Antonio Manuel de Mello Castro e Mendonça e gerou revolta das vilas do Oeste e de pessoas envolvidos com o porto de Santos.

Portanto, existiram medidas importantes tomadas por 3 governantes que tiveram influencia direta no crescimento e desenvolvimento da economia da Freguesia depois Vila de Nova Bragança, Luiz Antonio de Sousa Botelho Mourão, o Morgado de Mateus (1765 - 1775) elevou a capela de Nossa senhora da Conceição do Jaguari à Freguesia de Nossa senhora da Conceição do Jaguari, além de isentar o recrutamento dos homens da região do Morro do Lopo e finalmente icentivou o cultivo das fazendas mistas de feijão, milho e porco, fazendo com que os Juízes Ordinários, fiscalizassem o desenvolvimento dessas fazendas.

Bernardo José Maria Lorena e Silveira (1788 – 1797), melhorou as vias de acesso até o porto de Santos, o que incentivou ainda mais a produção de gêneros excedentes para a exportação. Finalmente, Antonio Manuel de Mello Castro e Mendonça (1797 – 1802) manteve o incentivo na produção principalmente de gêneros para importação e exportação e elevou a Freguesia de Nossa senhora da Conceição do Jaguari à Vila de Nova Bragança.

Com a elevação da freguesia à Vila de Nova Bragança, os Maços de População dos anos de 1798, 1799, 1804, 1809, 1819 e 1828, foram analisados. Os maços de população dos anos de 1798, 1799 e 1804, permitem observar as mudanças ocorridas no bairro da Freguesia, crescimento imediato ocasionado pela elevação da freguesia em Vila de Nova Bragança, em 1797.

Os anos de 1809, 1819 e 1828 foram anos selecionados para analise buscando um espaçamento de 5 e posteriormente de 9 anos, considerando a qualidade das informações disponibilizadas, pois, além do perfil dos recenseamentos mudarem ao longo do tempo, o responsável pela coleta de informações poderia apresentar graus de precisão e detalhamento distintos.

Nos anos de 1798 e 1799, os Maços de População apresentam nome e idade do responsável pelo fogo, sua patente militar, nome e idade da esposa e filhos, nome e idade dos seus escravos, sua ocupação e em alguns casos dados de produção.

Nos anos de 1804, 1809, 1819 e 1828, além das informações citadas anteriormente nos recenseamentos incluem também a origem dos escravos. Nos anos de 1819 e 1828 aparece um balanço de produção, consumo e exportação dos gêneros produzidos nos bairros; nem todos os bairros constam esse balanço, no entanto, para o estudo aqui apresentado voltado para o bairro da Vila, os últimos anos consultados apresentam essa informação sobre a economia local.

Após o ano de 1828, nos Maços de População da Vila de Nova Bragança constam também os anos de 1830, 1832, 1835, 1836 e 1847 com informações incompletas ou ilegíveis. É pela dificuldade de compreensão das informações e também por, não haver interesse de avançar essa data dos anos 30 do século XIX que optamos em finalizar a análise em 1828, pois o período analisado caracterizar-se por ser de economia mista na região, sendo que, em 1830 inicia-se de forma muito lenta a introdução do café, que iria redefinir a economia local, regional e nacional; esse novo período foge do recorte temporal da análise.

Existem alguns momentos nos Maços de População da Vila de Nova Bragança que os bairros são chamados de “companhias” e segundo Carlos Bacellar:

Essa estrutura organizacional das companhias e, portanto, também das listas, coincide, de uma maneira geral, com a localização dos bairros rurais, cada Companhia respondia por uma dada área geográfica, e seu interior está subdividido em cada uma das esquadras. A correta identificação dessa malha permite que se trabalhe, dentro de certos limites, com a possibilidade de identificar certas relações de vizinhança, mapeando quem vivia realmente próximo de quem. Em tal processo, o acesso à terra é elemento fundamental a ser considerado. (BACELLAR, 2008, p.128)

O Maço de População da Vila de São João do Atibaia, do ano de 1796, onde consta a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari nos fornece a informação de quem existia em toda a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari quantificando 411 fogos e 2286 moradores, no entanto, é possível verificar que não estão completas essas informações pois, faltam dados de pelo menos 4 bairros, (Campo Novo, Jaguari, Guaripocaba e Jacareí).

A informação precisa para o ano de 1796 foi retirada do documento que solicita a elevação da freguesia a vila, onde informa que, haviam 4446 moradores e 1106 fogos.

No ano de 1798, os Maços de População da Vila Nova de Bragança apresentam 6 bairros, mais uma vez fica evidente que existem bairros faltosos, pois, os Bairros Canivete, Campo Novo, Anhumas e Araras não constam. Aparece o bairro da Vila, o bairro do Jacareí volta a aparecer, Lopo e Curralinho aparecem como um único bairro e Rio Abaixo, Coito e Campanha são bairros que aparecem pela primeira vez; ou seja, o bairro da Vila se mantém, Jacareí retorna, Lopo e Curralinho se unem e Rio Abaixo, Coito são novos bairros registrados.

Para o ano de 1798, os Maços de População informam 1038 fogos distribuídos em 6 bairros na Vila Nova Bragança. (Tabela 2)

Bairro	Capitão	Nº Fogos	Presente Petição ou Auto
Vila	Jacinto Ruiz Bueno	264	X
Jacareí	José DeoLuis Preto	181	
Rio Abaixo	Antonio Leme da Silva	173	X
Coito	Lourenço Antonio Leme	192	
Campanha	José Garcia Leal	93	X
Lopo e Curralinho	José Jerônimo	135	
	Personalidades que fazem parte do corpo da Câmara - 1798		

Tabela 2: Relação de Bairros, Capitães e número de fogos da Vila Nova Bragança para o ano de 1798, Fonte: Arquivo Público do Estado.

O Bairro da Vila, no qual o Capitão Jacinto Roiz Bueno é o Capitão e morador do fogo nº1. No ano de 1796 o Capitão Jacinto Roiz Bueno aparece como Capitão do Bairro do Lopo, morador do Fogo nº1, e também seu nome aparece nas assinaturas das personalidades que solicitaram ao Governador e Capitão Antonio de Melo Castro e Mendonça a elevação da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari a Vila. Aparece o nome dele também no documento de confirmação do Auto de ereção da Vila de Nova Bragança e ele foi eleito o primeiro Capitão Mor da Vila, no ano de 1797, quando foi fundada a Câmara da Vila de Nova Bragança. (Ver anexo 2 e 3)

Já Antonio Leme da Silva tem sua assinatura no documento de solicitou a elevação da freguesia a vila, mas não é encontrado no documento que registrou os presentes no auto de ereção da Vila; ele foi eleito em 1797 para o cargo público de Juiz Ordinário da Vila de Nova Bragança.

José Garcia Leal, Capitão do Bairro da Campanha, teve sua assinatura identificada nos documentos de solicitação de elevação da freguesia a vila e nos documentos do Auto de Ereção da Vila de Nova Bragança. O Cargo público o qual José Garcia Leal foi eleito foi o de Sargento Mor, no ano de 1797.

Apesar das grandes transformações civis tratava-se de uma região em que as mudanças apresentavam ritmo lento, oscilações pequenas e crises não muito sérias. A economia não era farta, e a vila estava, como mencionado anteriormente, saindo de uma economia de subsistência, para entrar num período mais próspero quando se desenvolveu uma economia mista.

O Bairro da Vila apresentou em 1798, 1505 moradores, sendo que 1324 são brancos e 181 são escravos. Esses 181 escravos estão presentes em 43 fogos, onde o total de fogos da Vila é 263. O número de fogos subiu de 54, para 263, aumento de aproximadamente 400%.

No entanto, levanta-se a hipótese que, para o ano de 1798 o recenseamento do Bairro da Vila, agregou os moradores do bairro do Canivete, pois, foram encontrados 36 nomes que no ano de 1796, estavam no bairro do

Canivete e aparecem no bairro da Vila em 1798, sendo que o bairro do Canivete não aparece no recenseamento de 1798. Outra informação que ajuda a fortalecer a hipótese de que o responsável pelo levantamento de dados do ano de 1798 juntou os dois bairros, Vila e Canivete, que de fato são muito próximos. (Ver Figura 78)

Dos 43 fogos nos quais existem escravos, somente 4 tem posse de mais de 10, na maioria das casas que há a presença de 1 ou 2 escravos; o que mostra um acúmulo pequeno de riqueza e uma atividade na agropecuária e na agricultura que acontecia em áreas pequenas, onde na maioria dos casos a própria família cultivava os gêneros agrícola.

Nome	Mora no fogo	n° escr.	Ocupação	Produz
Aleixo Correia da Cunha	18	19	Vive de dízimo	Não consta
Antonio Gomes Machado	263	17	Não consta	Não consta
Jacinto Ruiz Bueno	1	16	Roceiro e vende	100 Al. Feijão e 260 Ar. Toucinho
Joana Nunes	259	15	Roceira e vende	20 Al. Feijão e 74 Ar. Toucinho

Tabela 3: Relação dos proprietários com mais de 10 escravos no Bairro na Vila de Nova Bragançano ano de 1798. Fonte Arquivo Público do estado de São Paulo.

Com base nessas informações, certificamos que o maior possuidor de escravos “planta para viver”, não fazendo comércio dos gêneros produzidos em seu sítio. O morador do fogo n°1 e a moradora do fogo n°259, Jacinto Ruiz Bueno e Joana Nunes respectivamente, apesar de possuírem praticamente a mesma quantidade de escravos, (16 e 15 respectivamente) produziam quantidades muito diferentes, em 1798; Jacinto Ruiz Bueno produzia quase 400% a mais de alqueire de feijão e em arrobas de toucinho produzia quase 250% a mais que Joana Nunes.

Para o ano de 1799, os Maços de População da Vila de Nova Bragança não apresentam os mesmos bairros, mantém os seguintes bairros: Vila, Jacaré, Rio Abaixo, Coito, Campo Novo e Currallinho, este último sem vínculo com o

bairro do Lopo, que por sua vez não parece, assim como não aparece o Bairro da Campanha. O Bairro do Campo Novo aparece novamente sendo visto em nossos estudos pela última vez em 1785.

Bairro	Capitão	Nº Fogos	Presente Petição ou Auto
Vila	Jacinto Ruiz Bueno	170	X
Jacareí	José DeoLuis Preto	136	
Rio Abaixo	Antonio Leme da Silva	164	X
Coito	Lourenço Antonio Leme	145	
Campo Novo	Vicente Gomes Moreira	138	
Curralinho	Jerônimo Gonçalves Pereira	135	

	Personalidades que fazem parte do corpo da Câmara - 1797
--	--

Tabela 4: Relação de Bairros, Capitães e número de fogos da Vila de Nova Bragança para o ano de 1799, Fonte: Arquivo Público do Estado.

Os bairros da Vila, Jacareí, Rio Abaixo e Coito mantiveram os seus Capitães, Jacinto Ruiz Bueno, José DeoLuis Preto, Antonio Leme da Silva e Lourenço Antonio Leme, respectivamente. Curralinho que nesse ano não dividiu espaço com o bairro do Lopo, mudou seu Capitão, tendo sido registrado para o ano de 1798 o Capitão José Jerônimo, no ano de 1799 aparece o Capitão Jerônimo Gonçalves Pereira.

Os bairros que se repetem do ano de 1798 e no ano de 1799 apresentam diminuição no número de fogos. A Vila, de 264 fogos reduz para 170. O bairro Jacareí, de 181 fogos cai para 136. O bairro Rio Abaixo, de 173 fogos diminui para 164. O bairro do Coito, de 192 fogos cai para 145 e finalmente o Curralinho, de 135 reduz para 132. A redução total foi de 153 fogos.

O Bairro da Vila apresentou-se com 94 fogos a menos que no ano de 1798, o total de moradores da Vila foi de 1003 pessoas neste ano de 1799 sendo que; 864 são brancas, com redução de 460 pessoas, corresponde a

aproximadamente 35% e escravos aparecem 139, redução de 42, aproximadamente 23%.

Os 139 escravos no bairro da Vila se distribuem em 30 fogos; houve também uma redução de 13 fogos que continham escravos. No ano de 1798, haviam 4 pessoas que possuíam mais de 10 escravos; no ano de 1799, somente três, e a somatória de escravos que os 3 tinham em 1798 era de 52. Já a somatória de escravos que esses mesmos capitães tinham em 1799 era de 60, uma média de 8 escravos por fogo. (Ver tabela 12)

Nome	Mora no fogo	n° escr.	Ocupação	Produz
Aleixo Correia da Cunha	46	24	vive de dízimo	
Antonio Gomes Machado	38	19	Roceiro e planta para comer	Não consta
Jacinto Roiz Bueno	1	17	Roceiro e vende	Não consta

Tabela 5: Relação dos proprietários com mais de 10 escravos no Bairro da Vila de Nova Bragança no ano de 1799. Fonte Arquivo Público do Estado de São Paulo.

O Capitão Aleixo Correia da Cunha morador do fogo n°46, que “vive de recebimento de dízimo” foi a pessoa que mais adquiriu escravo em um ano, 5 a mais que no ano anterior no Bairro da Vila. O capitão Jacinto Roiz Bueno morador do fogo do fogo n°1, adquiriu somente um escravo e o Ajudante Antonio Gomes Machado morador do fogo n°38, adquiriu 2 escravos do ano de 1798 para o ano de 1799.

É valido observar que, o Capitão Jacinto Rodrigues Bueno permanece no fogo n°1, no entanto, o Capitão Aleixo de Correia Bueno que em 1798 aparecia como morador do fogo n°19, em 1799 aparece como morador do fogo n°46 e o morador Antonio Gomes machado, em 1798 aparece como morador do fogo n°17 e em 1799 aparece como morador do fogo n°38.

Apesar da redução de número de fogos, moradores e escravos, as três pessoas de mais posses no ano de 1798, se mantiveram como sendo os que mais tinham escravos e aumentaram seus bens, mesmo que de maneira tímida. Não consta no ano de 1799, a produção de cada fogo.

No ano de 1804, os Maços de População apresentam os mesmos bairros que no ano de 1799; no entanto, é importante observar que o bairro do Curralinho aparece duas vezes, com Capitães distintos, no primeiro aparece sob o comando do Capitão Francisco Antonio Pereira, com 151 fogos no segundo aparece sob o comando do Capitão Jerônimo Pires, contendo 135 fogos.

O bairro do Curralinho aparece dividido em dois, se compararmos somente o bairro Curralinho I do capitão, Jerônimo Pires, houve um aumento de somente dois fogos, e se somarmos o número de fogos dos bairros do Curralinho I e II do ano de 1804, esse aumento passa a ser de 154 fogos, aproximadamente 155%.

Houve crescimento do número de fogos em todos os seis bairros entre os anos de 1799 e 1804. O bairro da Vila aparece com o mesmo capitão de 1799, o Capitão Jacinto Roiz Bueno e tinha 170 fogos e aumentou 24, ficando com 194 fogos no ano de 1804.

O bairro Jacareí, apresenta um novo capitão, o Sr. José Pereira Leme, personalidade que esteve envolvida na solicitação da elevação da Freguesia de Nossa Senhora do Jaguari em Vila de Nova Bragança e também esteve presente no Auto de Ereção da Vila de Nova Bragança. O bairro Jacareí tinha 136 fogos em 1799 e passou a ter 207 fogos em 1804, um aumento de aproximadamente 53%, 71 fogos.

O bairro do Rio Abaixo manteve-se sob o comando de Antonio Leme da Silva e em 1799 tinha 164 fogos; já em 1804 aparece com 217, aumento de 53 fogos. O Bairro do Campo Novo aparece no ano de 1804, com o mesmo Capitão Vicente Gomes Pereira de 1799, foi o bairro que mais aumentou em número de fogos, de 138 fogos no ano de 1799 foi para 339 fogos em 1804, aumento de aproximadamente 145%

Bairro	Capitão	Nº Fogos	Presente Petição ou Auto
Vila	Jacinto Ruiz Bueno	194	X
Jacareí	José Pereira Leme	207	

Rio Abaixo	Antonio Leme da Silva	217	X
Coito	Lourenço Antonio Leme	205	
Curralinho I	Jerônimo? Pires	135	
Curralinho II	Francisco Antonio Pereira	151	
	Personalidades que fazem parte do corpo da Câmara da Vila 1797.		

Tabela 6: Relação de Bairros, Capitães e número de fogos do bairro da Vila na Vila de Nova Bragança para o ano de 1804, Fonte: Arquivo Público do Estado.

O bairro da Vila, no ano de 1804, como já visto, teve um crescimento de 24 fogos ficando com um total de 194, porém vale observar que no documento original, os fogos 94, 95, 96, 101, 102, 103 e 104 não constam e os fogos 150 e 151 se repetem com nomes e características diferentes.

O total de moradores é da Vila de Nova Bragança é de 1203, em 1804, aumento de 200 moradores no período de 5 anos. Esses 1203 moradores estão divididos em 1044 brancos e 159 escravos, crescimento de 180 brancos e 20 escravos.

Os escravos estão presentes em 36 fogos em 1804, ou seja, seis novos fogos passaram a ter escravos em comparação ao ano de 1799. Neste ano de 1799 existiam três personalidades que possuíam mais do que 10 escravos, são eles Jacinto Ruiz Bueno com 17 escravos, que volta a aparecer em 1804 possuindo 20 escravos, Antonio Gomes Machado com 19, e Aleixo Correia da Cunha com 24. Aleixo Correia da Cunha e Antonio Gomes Machado não aparecem no recenseamento de 1804, deixando assim de fazer parte do grupo de mais posses do Bairro da Vila.

Joana Nunes, que aparece no recenseamento de 1798 com 15 escravos volta a aparecer em 1804 com 12 escravos. Outros três novos moradores aparecem como sendo possuidores de mais de 10 escravos, são eles: Fernando Dias Paes Leme, com 25 escravos, Ignácio Anunciação Cintra com 10 escravos, e Jerônimo Gonçalves Pereira com 14 escravos.

É importante observar que Jerônimo Gonçalves Pereira aparece como capitão do bairro do Currallinho no ano de 1799, já em 1804, o seu nome consta como morador do bairro da Vila no fogo nº2.

Nome	Mora no fogo	nº escr.	Ocupação	Produz
Fernando Dias Paes Leme	7	25	Vive de seus negócios	Não consta
Jacinto Roiz Bueno	1	20	Roceiro e vende	700 Al milho e 20 Feijão
Jerônimo Gonçalves Pereira	2	14	Vive de seus negócios	Não consta
Joana Nunes	109	12	Roceira	200 Al de milho e 7 Al feijão e 20 porcos
Ignácio Anunciação Cintra	6	10	Não consta	Não consta

Tabela 7: Relação dos proprietários com mais de 10 escravos no Bairro da Vila, na Vila de Nova Bragança no ano de 1804. Fonte Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Os Maços de População, mesmo que de forma superficial, permitem-nos analisar que, do ano de 1798 que consta a produção em alqueires e arrobas dos moradores do bairro da Vila, para o ano de 1804, que volta a constar a produção, as pessoas mais ricas, se repetem como, Joana Nunes e Jacinto Ruiz Bueno, em ambos os casos houve aumento na produção de suas propriedades.

No caso de Joana Nunes entre 1798 e 1804 o número de escravos reduziu de 15 para 12, a produção de feijão de 20 alqueires caiu para sete alqueires. No entanto, a produção de milho que não constava no ano de 1798, aparece como sendo de 200 alqueires em 1804.

Jacinto Ruiz Bueno, em 1798 apresenta uma produção de 100 alqueires de feijão e 260 arrobas de toucinho; em 1804 sua produção sobe para 700 alqueires de milho, sendo 100 destinado a venda, 20 alqueires de feijão é produzido e destinado ao consumo e 20 porcos foram destinados a venda, não ficando claro quantos porcos existiam na propriedade. A produção de milho, que

não constava no ano de 1798, se torna um gênero de consumo importante para a economia da Vila de Nova Bragança.

A análise do ano de 1809 mantém os mesmos seis bairros apresentados em 1799, 1804, e o bairro do Curralinho não aparece dividido. O bairro da Vila continua sob o comando do Capitão Jacinto Roiz Bueno e no intervalo de cinco anos houve um aumento de 79 fogos, aproximadamente 30%, no ano de 1809 foi o bairro que mais cresceu, ficando com um total de 273 fogos.

O bairro Jacareí aparece sob os cuidados de um novo Capitão, Joaquim de Souza de Moraes e consta no ano de 1809 um total de 226 fogos, um acréscimo de 19 fogos.

O bairro do Rio Abaixo, continua sob o comando do Capitão Antonio Leme da Silva e sofre uma redução de 33 fogos no ano de 1809, queda de aproximadamente 15%.

O bairro do Coito também se mantém sob o comando do mesmo capitão do ano de 1804, o Capitão Lourenço Antonio Leme, e cresce 33 fogos no ano de 1809.

O bairro do Campo Novo, que também mantém seu Capitão Vicente Gomes Moreira, e em número de fogos teve uma redução de 59 fogos no registro, aproximadamente 20%. E o último bairro registrado no Maço de População do ano de 1809, é o bairro do Curralinho, com o Capitão Francisco Antonio Pereira, capitão do Curralinho I, no ano de 1804. O bairro do Curralinho I, em 1804 aparece com 151 fogos, se compararmos isoladamente o bairro Curralinho I com o bairro Curralinho de 1809, acrescentasse somente 1 fogo, se optarmos em comparar Curralinho I e Curralinho II do ano de 1804 com o bairro do Curralinho de 1809, há uma redução significativa para o ano de 1809, sendo que o bairro de Curralinho I e II somam 286 fogos, portanto em 1809 decresce 134 fogos.

Considerando as alterações dos capitães da Vila de Nova Bragança, para o intervalo de cinco anos, entre 1804 e 1809, observamos que houve nos seis

bairros recenseados (o bairro da Vila e os bairros Jacareí, Rio Abaixo, Coito, Curralinho e Campo Novo), a mudança de somente um capitão. O bairro do Jacareí teve como Capitão no ano de 1798 José Deo Luiz Perto, depois o Capitão passou a ser José Pereira Leme e em 1809 o Capitão era Joaquim de Souza Moraes.

Bairro	Capitão	Nº Fogos	Presente Petição ou Auto
Vila	Jacinto Ruiz Bueno	273	X
Jacareí	Joaquim de Souza Moraes	226	
Rio Abaixo	Antônio Leme da Silva	184	X
Coito	Lourenço Antônio Leme	238	
Curralinho	Francisco Antônio Pereira	152	
Campo Novo	Vicente Gomes Moreira	208	
	Personalidades que fizeram parte do corpo da Câmara da Vila 1797.		

Tabela 8: Relação de Bairros, Capitães e número de fogos da Vila de Nova Bragança para o ano de 1809, Fonte: Arquivo Público do Estado.

O bairro da Vila, conforme mencionado, foi o que mais cresceu entre 1799 e 1804, totalizando em 1804: 273 fogos e 1403 moradores. Entre esses moradores, 1191 são brancos e 212 escravos, representando um aumento de 147 brancos e 18 escravos. Há a presenças de escravos em 35 fogos, reduzindo somente 1 fogo para o ano de 1804.

Dentre as cinco personalidades com mais posses de escravos no ano de 1804, duas não aparecem e não são localizadas como moradoras do bairro da Vila no ano de 1809, são elas: Joana Nunes e Jerônimo Gonçalves Pereira. Os outros três que novamente aparecem como moradores do bairro da Vila são: Ignácio Anunciação Cintra, com 12 escravos, dois a mais do que em 1804; Fernando Dias Paes Leme com 33, oito a mais que no ano de 1804; e finalmente Jacinto Ruiz Bueno, o Capitão do bairro da Vila que novamente aparece entre as personalidades com mais posses de escravos. Porém, no intervalo de cinco anos, houve redução do número de escravos que passou de 20 para 14. Antônio

José Roiz aparece como um novo nome entre os mais ricos do bairro da Vila, possuindo 10 escravos. (Tabela 9)

Nome	Mora no fogo	n° escr.	Ocupação
Fernando Dias Paes Leme	139	33	Vive de seus negócios
Jacinto Roiz Bueno	1	14	Roceiro e vende
Antônio José Ruiz	6	10	Roceiro
Ignácio Anunciação Cintra	4	12	Não consta

Tabela 9: Relação dos proprietários com mais de 10 escravos no Bairro da Vila na Vila de Nova Bragança no ano de 1809. Fonte Arquivo Público do Estado de São Paulo.

É possível observar nos recenseamentos analisados que, mesmo com os nomes das personalidades se repetindo, as referências dos fogos não se repetem, aparecendo nos anos analisados com numeração diferente, sem seguir uma sequência, somente o capitão Jacinto Roiz Bueno que sempre se mantém no fogo nº1 do bairro da Vila justamente por assumir a posição de capitão.

O Maço de População do ano de 1818, apresenta informações de alguns bairros que tinham sido vistos nos Maços de População da Vila de São João do Atibaia, quando a Vila de Nova Bragança estava na condição de freguesia, são eles Canivete, Guaripocaba e Anhumas. Neste recenseamento de 1818, o bairro Anhumas aparece duas vezes com capitães distintos. Este fato também foi observado no bairro do Curralinho em 1804; ou seja, ele apareceu duas vezes no recenseamento com capitães distintos; o que revela um pouco certa imprecisão no documento.

O bairro do Anhumas I, aparece com o Capitão Ignácio Xavier como responsável e com 117 fogos, já o Anhumas II tem como Capitão o José Fernandes da Silva e registra 130 fogos.

Em 1818, o Bairro da Vila, segue com o mesmo capitão desde a elevação a vila, o Capitão Jacinto Roiz Bueno. O bairro nesta data registra 135 fogos, tendo mais uma vez uma alteração grande no número de fogos, 138 fogos a

menos. Jacareí também mantém seu Capitão Joaquim de Souza Moraes e apresenta 122 fogos, com decréscimo de 144 fogos.

O bairro do Rio Abaixo tem o Capitão Antônio Leme da Silva como responsável, em 1818, sendo o mesmo capitão de nove anos atrás; e registra 127 fogos, 57 fogos a menos que no ano de 1809. O bairro do Coito se mantém com o Capitão Lourenço Antônio Leme, reduzindo seu número de fogos para 134 em 1818, 104 fogos a menos em relação ao ano de 1809.

O bairro do Curralinho e o bairro do Campo novo apresentam novos Capitães, Joaquim Paes de Almeida e Jacinto Gomes Moreira, respectivamente em 1818. Curralinho tem queda de 20 fogos, em relação ao ano de 1809, ficando com 132 fogos e o bairro do Campo Novo que tinha 280, aparece com 130, 150 fogos a menos, dos bairros que se repetem do ano de 1809 para o ano de 1818 o bairro do Campo Novo é o que mais tem diminuição de fogos.

O bairro do Canivete que não aparecia nos Maços de População desde o ano de 1796, aparece sob o comando do Capitão Ignácio Dias de Moraes e com 130 fogos em 1818; em 1796 este bairro possuía 72, 58 fogos a mais. Quanto ao bairro da Guaripocaba, a última vez que apareceu nos Maços de População estudados foi no ano de 1775. No ano de 1818 ele aparece com o comando pelo Capitão Salvador Bueno de Oliveira, e apresenta 130 fogos.

Os bairros Pântano e Cascalho são bairros aparecem pela primeira vez nos Maços de População analisados no ano de 1818. O bairro do Pântano se torna freguesia em 1890 com o nome de Freguesia de São Sebastião do Pântano, em 1902 a freguesia se desmembra da Vila de Nova Bragança e passa a se chamar Tuiuti, nome que é dado até hoje para o município. No ano de 1818 o bairro do Pântano tem como responsável o Capitão João da Roxa Lima com 128 fogos. O bairro do Cascalho tem 124 fogos em 1818 e seu Capitão é Manuel Jacinto. (Tabela 10)

Bairro	Capitão	Nº Fogos	Presente
--------	---------	----------	----------

			Petição ou Auto
Vila	Jacinto Ruiz Bueno	135	X
Jacareí	Joaquim de Souza Moraes	122	
Rio Abaixo	Antônio Leme da Silva	127	X
Curralinho	Joaquim Paes de Almeida	132	
Coito	Lourenço Antônio Leme	134	
Campo Novo	Jacinto Gomes Moreira	130	
Canivete	Ignácio dias de Moraes	130	
Guaripocaba	Salvador Bueno de Oliveira	130	
Anhumas I	Ignácio Xavier	117	
Anhumas II	José Fernandes da Silva	130	
Pântano	João da Roxa Lima	128	
Cascalho	Manuel Jacinto	124	
	Personalidades que fizeram parte do corpo da Câmara da Vila 1797.		

Tabela 10: Relação de Bairros, Capitães e número de fogos na Vila de Nova Bragança para o ano de 1818, Fonte: Arquivo Público do Estado.

É possível notar que após a elevação da freguesia a Vila de Nova Bragança apareciam em média com cinco ou seis bairros nos recenseamentos anteriores a 1818. Em 1818, aparecem 12 bairros e a quantidade de fogos é muito similar entre eles, o que faz concluir que o crescimento dos bairros estava acontecendo de forma homogênea.

O bairro da Vila no ano de 1818 apresentou uma economia voltada principalmente para a produção de arroz, milho e toucinho, o que já acontecia de maneira tímida na freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari. A introdução da vila na economia mista, agora, no ano de 1818, após 22 anos da elevação à Vila de Nova Bragança, já é mais evidente revelando uma importante participação no abastecimento de gêneros na região e, inclusive, com um excedente que passa a ser exportado para a Europa. (Figura 46).

O mapa geral com dados de produção que consta no recenseamento de 1818, no Maço de População do ano de 1818, descreve que, havia na Vila de Nova Bragança produção de milho, feijão e toucinho voltada para consumo da vila, comércio interno e comércio externo. Neste mapa geral (Figura 46) é possível observar que, enquanto o consumo da vila e importação de milho variava de 160 a 240 alqueires, a exportação de milho variava de 240 a 400

alqueires. Na produção de feijão para consumo da vila e importação a variação era de 600 a 960 alqueires; já a produção destinada à exportação variava de 960 a 1280 alqueires. Finalmente o toucinho, para consumo da vila e importação tinha variação de 600 a 800 arrobas; já o toucinho destinado a exportação tinha variação de 800 a 1120 arrobas, ficando claro que grande parte dos da produção de milho, feijão e toucinho era destinada à exportação.

Mapa Geral

Do Recuo Consta na Parochia da Villa Nova Bragança no mes de Dezembro do Anno de 1818.

<i>Genero de Exportação</i>					<i>Genero de Importação</i>					<i>Genero Consumidos na Parochia</i>				
<i>Alqueires</i>	<i>Alqueires</i>	<i>Alqueires</i>	<i>Por</i>		<i>Alqueires</i>	<i>Alqueires</i>	<i>Alqueires</i>	<i>Por</i>		<i>Alqueires</i>	<i>Alqueires</i>	<i>Alqueires</i>	<i>Por</i>	
<i>Milho</i>	<i>400</i>	<i>320</i>	<i>200</i>	<i>Alqueires</i>	<i>Milho</i>	<i>240</i>	<i>200</i>	<i>150</i>	<i>alq.^{os}</i>	<i>Milho</i>	<i>240</i>	<i>200</i>	<i>150</i>	<i>alq.^{os}</i>
<i>Feijão</i>	<i>1280</i>	<i>1120</i>	<i>960</i>	<i>Alq.</i>	<i>Feijão</i>	<i>960</i>	<i>800</i>	<i>600</i>	<i>alq.</i>	<i>Feijão</i>	<i>960</i>	<i>800</i>	<i>600</i>	<i>alq.</i>
<i>Toucinho</i>	<i>1120</i>	<i>960</i>	<i>800</i>	<i>Arrobas</i>	<i>Toucinho</i>	<i>800</i>	<i>640</i>	<i>600</i>	<i>arrobas</i>	<i>Toucinho</i>	<i>800</i>	<i>640</i>	<i>600</i>	<i>arrobas</i>

(1200-1818) 0202.014

Figura 46: Balanço de produção de generos da Vila de Nova Bragança, ano de 1818. Fonte Arquivo Público do estado de São Paulo.

No ano de 1818, o bairro da Vila apresenta 697 moradores, 706 a menos que no ano de 1809. É provável que esta diferença seja fruto da leitura do responsável por recolher os dados cadastrais desse ano, pois houve uma clara redistribuição de bairros. Entre esses 697 moradores, 550 são brancos e 147 são escravos, e estavam presentes em 26 fogos, nove fogos a menos que em 1809.

Aparecem como donos de mais de 10 escravos, no ano de 1818, quatro moradores; no entanto somente o Capitão Jacinto Roiz Bueno possui mais

escravos que no ano de 1809, três escravos a mais, ficando com um total de 17 escravos.

Os outros três nomes que aparecem são: Francisco da Cunha Ramos morador do fogo nº93, proprietário de 14 escravos, e esteve presente no dia em que houve a elevação da freguesia em Vila de Nova Bragança em 1797.

Theodoro Roiz, morador do fogo nº5 e proprietário de 14 escravos e finalmente Jeronimo Gonçalves Pereira morador do fogo nº3, e o que mais possuía escravos no bairro da Vila no ano de 1818, 22 escravos no total.

Apesar de Jeronimo Gonçalves Pereira não aparecer como uma das personalidades mais ricas do bairro da Vila no ano de 1818, ele apareceu em 1804 como sendo morador do fogo nº2 e possuidor de 14 escravos. Em 14 anos houve aumento de 8 escravos nos seus bens registrados nos Maços de População.

Nome	Mora no fogo	nº escr.	Ocupação
Francisco da Cunha Ramos	93	14	Roceiro e vende
Jacinto Roiz Bueno	1	17	Roceiro e vende
Theodoro Roiz	5	14	Roceiro
Jerônimo Gonçalves Pereira	3	22	Negócios

Tabela 11: Relação dos proprietários com mais de 10 escravos no Bairro da Vila na Vila de Nova Bragança no ano de 1818. Fonte Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Existe nos Maços de População dos anos de 1818 e 1828 listagens que relacionam a ocupação dos moradores da vila, nelas é possível verificar de forma comparativa o crescimento do número de pessoas exercendo diversas ocupações no intervalo de 10 anos. Também é possível verificar o aumento muito grande de vadios e mendigos de 11 em 1818, para 101 em 1828. Nas demais atividades todas tiveram crescimento, exceto no “emprego civil” que de 4 ocupante em 1818, foi para nenhum em 1828. Ambos os anos apresentam mais escravos homens que mulheres. O total da população ativa em 1818 é de 7.602 pessoas e no ano de 1828 é de 11.281, um aumento de 3.679 pessoas, aumento de aproximadamente 49%.(Tabela 15)

Ocupações	1818	1828
Corpo Militar	122	142
Empregos Cíveis	4	0
Clero Circular	6	9
Clero Regular	X	X
Religiosos Recolhedor	X	X
Agricultores	1542	1832
Mineiros Proprietários	X	X
Ocupados em Minas	X	X
Negociantes	38	75
Artista	15	43
Vivem de suas vendas sem ocup.	X	X
Homens	4399	6724
Jornaleiros	44	58
Escravos	805	1241
Escravas	616	1056
Vadios e mendigos	11	101
Total:	7602	11281

Tabela 12: Comparação entre as ocupações da população do Bairro da Vila, na Vila de Nova Bragança, no ano de 1818 e 1828. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

O ano de 1828 é o último ano por nós analisado, onde a Vila de Nova Bragança encontra-se absolutamente inserida na economia mista. A partir desta data, a economia da Vila de Nova Bragança, que havia passado de um período de subsistência para uma economia mista, vê a produção do café ganhar importância. Na Vila de São João de Atibaia já existia nesse momento um interesse e um investimento maior para inserir a produção de café nas propriedades. Na Vila de Nova Bragança é por volta de 1830 que começam os plantios das primeiras mudas de café, o que mudaria totalmente o rumo da economia, passando a fazer parte de um comércio externo importante trazendo enriquecimento e desenvolvimento para o núcleo urbano da Vila.

O recenseamento do ano de 1828 apresenta, assim como o do ano de 1818, um balanço sobre o consumo, produção e exportação da Vila de Nova Bragança, expondo que a produção de milho, feijão e toucinho se manteve e que toda a produção de toucinho foi destinada à exportação, não havendo consumo desta produção na Vila de Nova Bragança; já o feijão e o milho tiveram a maior parte de suas produções destinadas ao consumo interno, ficando uma parte menor destinada à exportação. (Figura 47)

Alçada Geral Comparativa
Das produções de Funchos da Villa de Nova Bragança Com a Propriedade do que se consumio e della se Exportou
no Anno de 1828

	Alho	Feijão	Toucinho	Por Alçada Por Anos	Valor em Rees
	Alqueires	Alqueires	Arrebatos		
Produção de Funchos	1338871	28275	22877	240	300 21.516.986
Consumo na Funchos	1248747	28171	2	"	54.793.826
Exportação de Funchos	362	251	22877	"	900 26.938.000

Figura 47: Balanço de produção de generos da Vila de Nova Bragança, ano de 1828. Fonte Arquivo Público do estado de São Paulo.

Os bairros que aparecem nos Maços de População de 1828 são 12, com uma diferença dos bairros apresentados em 1818, quando aparecera duas vezes o bairro do Anhumas com Capitães distintos. Em 1828, aparece somente um bairro do Anhumas, e o mesmo Capitão Ignácio Xavier Cesar , do Anhumas Ide 1818, agora com 167 fogos.

O bairro do Araraz retorna ao Maço de População em 1828. Ele havia deixado de aparecer desde 1796. No ano de 1828 ele estava sob o comando do Capitão Francisco José Gonçalves, com 298 fogos. Entre os anos de 1818 e 1828, houveram grandes mudanças nos capitães responsáveis pelos bairros; dos 12 bairros apenas dois permaneceram com os mesmo Capitãoes, são eles:

bairro Jacarei, Capitão Joaquim de Souza Moraes, com 122 fogos; bairro Rio Abaixo, Capitão Antonio Joaquim Leme, com 115 fogos, 12 fogos a menos que em 1818.

Entre as mudanças de capitães, a mais significativa é a do bairro da Vila, que desde sua elevação a Vila de Nova Bragança, em 1797, possuía o Capitão Jacinto Ruiz Bueno, quando viera do bairro do Lopo e se manteve durante todo o período morador do fogo 1. Ele era possuidor de quase duas dezenas de escravos, porém, no ano de 1828, o então Capitão do bairro do Pântano em 1818, assume o comando do bairro da Vila que teve um aumento de 47 fogos, ficando um total de 182 fogos em 1828.

Os bairros Curralinho, Coito, Campo Novo, Canivete, Guaripocaba, Pântano e Cascalho tiveram mudança em seus capitães e crescimento em número de fogos entre 1818 e 1828, exceto o bairro do Canivete que diminuiu 5 fogos. O bairro que mais cresceu nestes 10 anos foi o Curralinho, 95 fogos a mais. O bairro do Coito aumentou 37 fogos, o do Campo Novo se manteve com 130 fogos, o de Guaripocaba cresceu 31 fogos, o do Pântano cresceu 72 fogos e o do Cascalho 45 fogos. (Tabela 16)

Bairro	Capitão	Nº Fogos	Presente Petição ou Auto
Vila	João da Roxa Lima	182	
Jacarei	Joaquim de Souza Moraes	122	
Rio Abaixo	Antônio Leme da Silva	115	X
Curralinho	José Bonifácio Gonçalves	227	
Coito	Salvador Godoi Moreira	164	
Campo Novo	José Gonçalves Pereira	130	
Canivete	Luiz Gonzaga de Moraes	125	
Guaripocaba	José Ortiz de Camargo	161	
Anhumas I	Ignácio Xavier Cesar	167	
Araraz	Francisco José Gonçalves	298	
Pântano	Pedro Rodrigues Lopes	200	
Cascalho	Manuel Jacinto	169	
	Personalidades que fizeram parte do corpo da Câmara da Vila 1797		

Tabela 13: Relação de Bairros, Capitães e número de fogos na Vila de Nova Bragança para o ano de 1828, Fonte: Arquivo Público do Estado

A análise dos Maço de População de 1828, ajuda a esclarecer que de fato havia um maior acúmulo de bens para alguns membros da população do bairro da Vila. Em todos os seis anos analisados o ano que mais apresentou personalidades possuidoras de mais de 10 escravos foi o ano de 1804, com cinco pessoas, e nos outros anos aparecem quatro e três pessoas, uma quantidade bem pequena tanto de pessoas que possuíam escravos quanto de escravos que eram seus bens, retratando uma sociedade relativamente pobre, a somatoria de escravos dessas 5 personalidades era de 81 escravos.

Já no ano de 1828, aparecem oito senhores que possuíam quantidades significativas de escravos, seus escravos aparecem em números maiores, duas, três e até quatro dezenas, e são essas pessoas que conseguem acumular bens no contexto de uma economia mista; os mesmos senhores de escravos serão os primeiros investidores no plantio de café em 1830. A somatória de seus escravos nesse ano é de 176 escravos.

Essas 8 pessoas que aparecem como possuidoras de mais de 10 escravos cada no bairro da Vila, no ano de 1828, não se repetem em relação ao ano de 1818; exceto uma, a senhora Maria Francisca Godoi, moradora do fogo 52, que aparece em 1828 como possuidora de 43 escravos, a maior quantidade encontrada para o bairro da Vila. Esta mesma senhora consta como residente do fogo 3 no ano de 1818, como esposa de Jerônimo Gonçalves Pereira, que possuía 22 escravos. Esta família, que no decorrer desses 10 anos, viu aumentar o seu número de escravos, 21 escravos a mais no período. As outras pessoas que aparecem em 1828 como possuidoras de um bom número de escravos são: Felipe Antunes Pereira, morador do fogo 42 e que possuía 10 escravos; Salvador Antunes Campos, morador do fogo 21 e que possuía 13 escravos; José Pedroso Pinto, morador do fogo 70 e que possuía 12 escravos; Pedro Antonio Nunes, morador do fogo 6, com 25 escravos; José Francisco, morador do fogo 5, com 37 escravos; Vicente Gomes Moreira, morador do fogo 2, com 19 escravos. No ano de 1809 Vicente Gomes Moreira aparece como morador do fogo 1 e capitão do bairro do Campo Novo. Finalmente José Roxa Lima, o novo capitão do bairro da Vila, com 17 escravos. (tabela 17)

Nome	Mora no fogo	n° escr.	Ocupação
Felipe Antunes Pereira	42	10	Roceiro e vende
José Pedroso Pinto	70	12	Roceiro e vende
Salvados Antunes Campos	21	13	Roceiro
João Roxa Lima	1	17	Roceiro e vende
Vicente Gomes Moreira	2	19	Roceiro e vende
Pedro Antônio Nunes	6	25	Roceiro e vende
José Francisco ?	5	37	Roceiro e vende
Maria Francisca Godoi	52	43	Negócios

Tabela 14: Relação dos proprietários com mais de 10 escravos no Bairro da Vila, na Vila de Nova Bragança, no ano de 1828. Fonte Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Foram analisados os 32 anos que Nossa Senhora da Conceição do Jaguari esteve na condição de freguesia e posteriormente foram analisados os 30 primeiros anos em que a Vila de Nova Bragança passa de uma economia de subsistência para uma economia mista. Neste período, foi possível verificar o crescimento e enriquecimento de alguns moradores da Vila, as pessoas de maiores bens, são os capitães e são os que influenciavam nas transformações políticas; tratava-se da elite da vila, essa que no período de 1765 até 1796 buscou o desenvolvimento mesmo que tímido. Devido as necessidades internas e externas. Assim como aos incentivos governamentais, Vila Nova Bragança inseriu-se na economia mista, resultando para os anos de 1797 até 1728 uma acentuada produção de milho, feijão e toucinho; o que colocou a Vila de Nova Bragança no mercado de exportação, uma preparação e acúmulo lento de bens, no entanto suficiente para dar possibilidade de inserir-se no ciclo do café, que inicia-se na região em 1830 e transforma completamente a sociedade no final do século XIX e XX.

De tudo que se pode observar nos estudos com os Maços de População, nota-se a existencia de uma unidade regional que a cultura do café e a instalação da ferrovia no final do século XIX não fez, posteriormente, senão acentuar. As mudanças mais bruscas ocorridas na Vila Nova de Bragança não foram de ordem tal que alterassem a ideia geral de identidade física e cultural. As transformações estudadas mostra um ritmo muito lento no crescimento e um contexto histórico sem grandes transformações, e são essas poucas

transformações que nos permite analisar a formação da malha urbana da freguesia, depois Vila de Nova Bragança, do período colonial às primeiras décadas do Império. É possível propor uma hipótese de que a configuração urbana inicial da vila marca do seu tecido urbana em todo o século XIX. Analisando as plantas atuais da cidade de Bragança Paulista, é possível perceber que o núcleo urbano atual conserva a configuração inicial da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari, depois Vila de Nova Bragança.

DATA	BRANCOS	ESCRAVOS	FOGOS
1767	32	5	6
1775	57	24	14
1785	156	48	28
1796	258	64	54
1798	1324	181	263
1799	864	139	170
1804	1044	159	194
1809	1191	212	273
1818	550	147	135
1828	666	234	182
	EM CONDIÇÃO DE FREGUESIA		
	EM CONDIÇÃO DE VILA		

Tabela 15: Relação de brancos, escravos e fogos no bairro da Vila, na Vila de Nova Bragança, nos anos de 1767, 1775, 1785, 1796, 1798, 1799, 1804, 1809, 1818 e 1828. Fonte Arquivo Público do Estado de São Paulo.

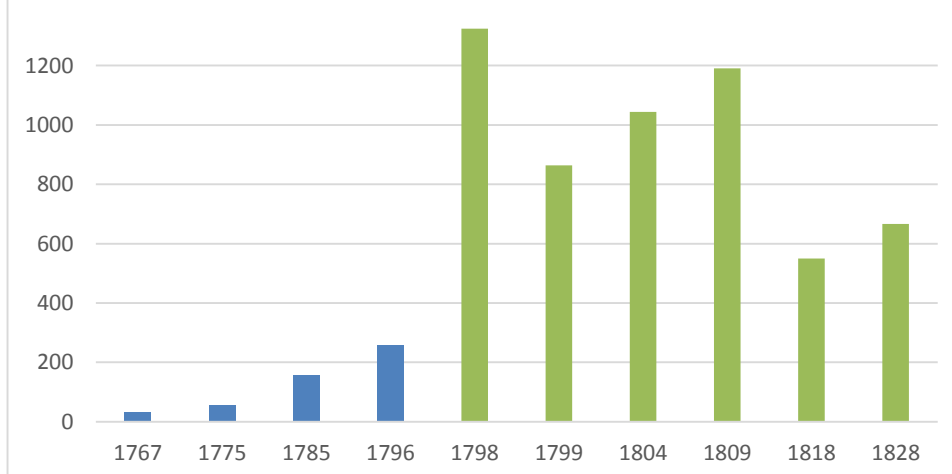


Gráfico 6: Relação de brancos no bairro da Vila, na Vila de Nova Bragança, nos anos de 1767, 1775, 1785, 1796, 1798, 1799, 1804, 1809, 1818 e 1828, onde em azul encontra-se em condição de freguesia e verde em condição de vila. Fonte Arquivo Público do Estado de São Paulo.

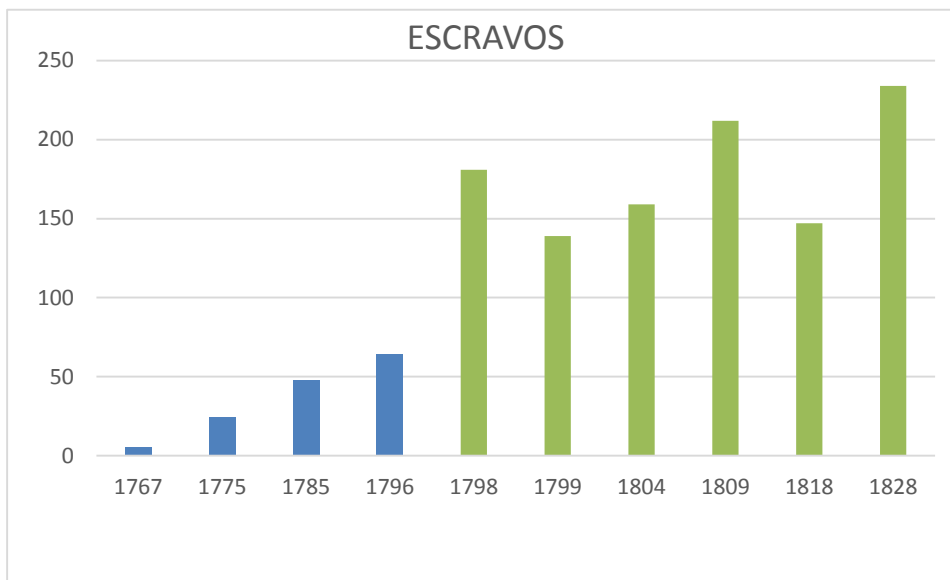


Gráfico 7: Relação de escravos no bairro da Vila, na Vila de Nova Bragança, nos anos de 1767, 1775, 1785, 1796, 1798, 1799, 1804, 1809, 1818 e 1828, onde em azul encontra-se em condição de freguesia e verde em condição de vila. Fonte Arquivo Público do Estado de São Paulo.

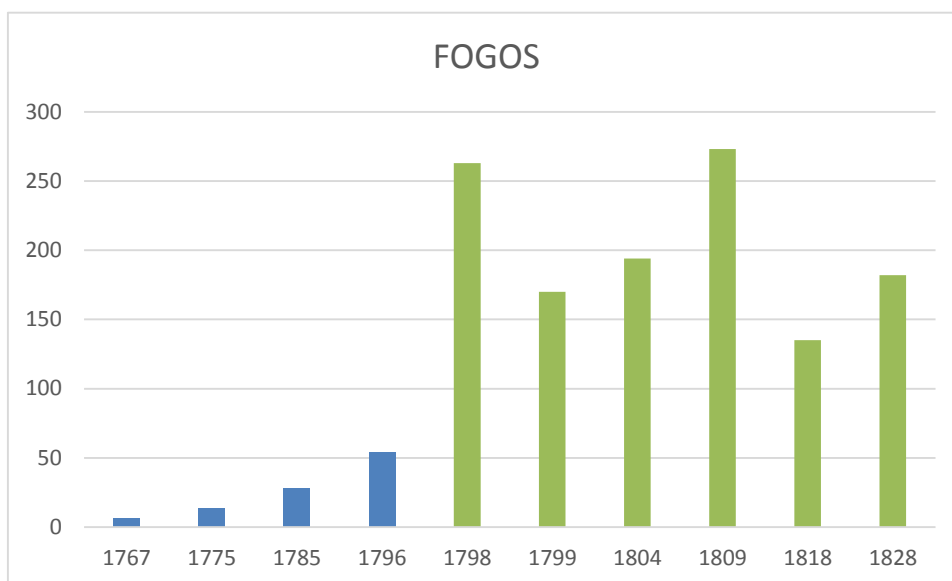


Gráfico 8: Relação de número de fogos no bairro da Vila, na Vila de Nova Bragança, nos anos de 1767, 1775, 1785, 1796, 1798, 1799, 1804, 1809, 1818 e 1828, onde em azul encontra-se em condição de freguesia e verde em condição de vila. Fonte Arquivo Público do Estado de São Paulo.

10.0. Formação do espaço urbano da Vila Nova Bragança.

Sustentada principalmente em fotos do século XIX e início do século XX, buscamos sintetizar nesse capítulo qual foi a expansão do núcleo urbano da Vila de Nova Bragança, dando ênfase aos novos edifícios construídos no período estudado, procurando reconstruir a formação urbana, sua configuração e reconfiguração, assim como seu o funcionamento no período colonial.

Para a reconstrução do meio urbano da Vila de Nova Bragança, tomaremos primeiramente como base as informações contidas na carta enviada ao Governador Antônio Manuel Castro e Mendonça, pela Câmara da Vila de São João do Atibaia, no dia 1 de outubro 1797, onde justificava que não era possível dar autonomia a Vila Nova Bragança, pois a mesma não seria capaz de honrar com as despesas necessárias. Nesta carta, segundo Don Aguirre foi descrito que:

A freguesia do Jaguary é formada em lugar aprazível e alegre. Sua conformação é um espigão de campo com bastante planície em cima, de maneira que tem uma grande praça cujo o meio está situada a Igreja Matriz. Pelo lado esquerdo está cercada a Matriz de casa; pelo lado direito pouco falta para se fechar. Pela banda que faz frente a Igreja, tem de um e outro lado de casas, e pelo meio delas no alinhamento da porta principal da Igreja tem uma rua larga com cumprimento de duzentos passos cuja as **casas são fabricadas de taipa de pilão e algumas de madeira e quase todas cobertas de telhas.** Do fim desta rua, e dos quintais que tem as casas dela, para a parte esquerda logo descai para um ribeirão e, da parte direita vai com seu declive suave até fazer ladeira para um córrego, e nesta suave descida tem capacidade para se formarem ruas. Pelo lado esquerdo acerca em ribeirão; e suposto que essas aguadas tem alguma distância e não farão maior fadiga. A capital Jaguary tem vinte e cinco fogos existentes. Tem o distrito de Jaguary quatro mil quatrocentos e quarenta e seis pessoas somente de confissão, e compreende 1.106 fogos. As rendas se fundam nos estancos, no talho do açougue, na aferição e nas entradas das águas ardentes que entram de fora. (DON AGUIRRE, 1919, p. 12). Grifo nosso.

Essa releitura do espaço colonial da Vila de Nova Bragança é possível também graças ao seu traçado atual, que mantém os primeiros traçados existentes na vila.

Foi descrito no texto de Don Aguirre que o largo da Matriz do lado esquerdo estava fechado de casas e no lado direito faltava pouco e para os fundos dos quintais era possível formar mais ruas, o que leva a concluir que essas ainda não existiam, e a rua da frente da porta da Igreja, a rua direita e atual rua Dr. Candido Rodrigues estava sendo ocupada com casas tipicamente coloniais, “**casas são fabricadas de taipa de pilão e algumas de madeira e quase todas cobertas de telhas.**” (DON AGUIRRE, 1919, p. 12)

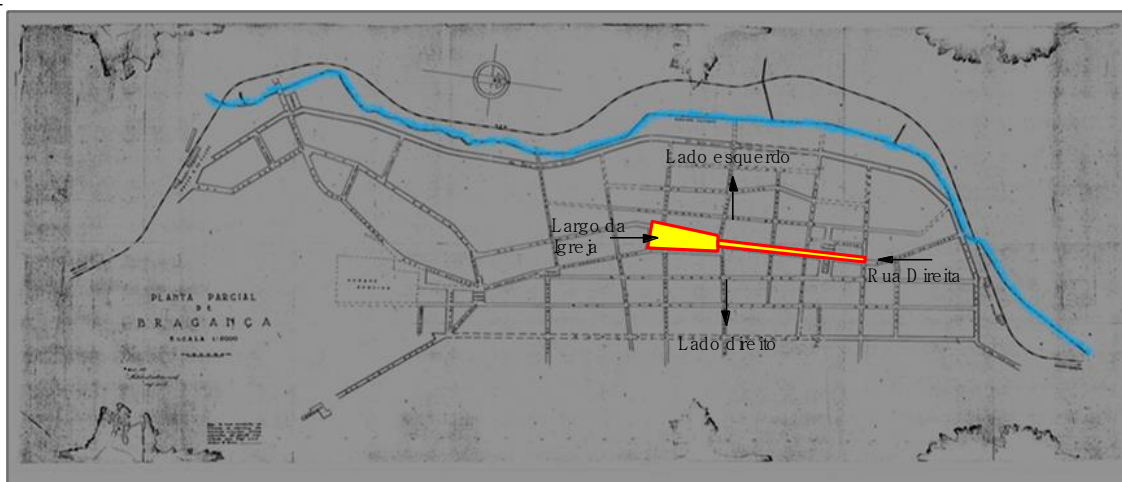


Figura 48: Hipótese de traçado urbano em 1797, onde: em amarelo, o largo da Igreja e a rua direita; em vermelho, as frentes das casas já existentes; e em azul o ribeirão Canivete citado no texto. Mapa usado: Planta parcial da Cidade, 1937, fonte: Prefeitura Municipal departamento de Patrimônio



Figura 49. Hipótese sobre a configuração do Largo da Matriz com a Igreja Matriz da Vila de Nova Bragança, que se manteria assim até 1837. Pintura de autor desconhecido. Fonte Museu Municipal Oswaldo Russomano.

Como já visto e apresentado anteriormente, a economia local se desenvolvia de forma muito lenta quando da freguesia e nas primeiras décadas da vila. Logo, o desenvolvimento urbano acompanhava esse ritmo lento.

Em meados de 1783, 14 anos depois da elevação da freguesia a Vila de Nova Bragança, foi construída uma nova igreja, a Igreja do Rosário. Com a crescente demanda populacional na cidade, um grupo de pessoas ligadas à Igreja Católica decidiu criar um espaço segregado para escravos. A Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens de Cor funcionou na igreja matriz com autorização do frei Manoel da Ressurreição de 1783 a 1827, quando resolveram edificar uma igreja que teria Nossa Senhora do Rosário e como patrono São Benedito. Pouco depois da Lei Áurea, de 1888, a Irmandade dos Homens de Cor foi substituída pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito e, assim, aumentam suas atividades e fiéis. Em fevereiro de 1929 foi celebrada a última missa naquela igreja, pois, foi demolida e construída outra no lugar, a que conhecemos hoje na Rua Dr. Candido Rodrigues em frente a Praça Princesa Izabel



Figura 50: Localização da Igreja do Rosário, em amarelo, construída em 1828; em vermelho o largo da Matriz. Fonte: Prefeitura Municipal de Bragança Paulista.



Figura 51: Primeira Igreja do Rosário construída em 1828, foto data de 1929, ano de sua demolição. Fonte Museu Municipal Oswaldo Russomano.



Figura 52: Construção da segunda Igreja do Rosário construída em 1929. Fonte: Municipal Oswaldo Russomano.



Figura 53: Segunda Igreja do Rosário e o largo na frente. Fonte: Municipal Oswaldo Russomano.

A nova Igreja do Rosário foi construída tendo a sua frente um grande largo, o Largo do Rosário (ver figura 52 e 53). Atualmente, o Largo do Rosário ocupa parte do antigo largo e, no outro lado da rua que os separa está a Praça Princesa Izabel.

Para a reconstrução do espaço urbano usaremos fotos posteriores do período abordado no trabalho, essas fotos datam principalmente da primeira metade do século XX, havendo poucos registros iconográficos da Vila de Nova Bragança do final do século XVIII.

Existe uma proximidade muito grande entre as duas igrejas, a Igreja Matriz e a Igreja do Rosário (figura 54). A nova Igreja do Rosário foi construída a partir de 1929, final do período abordado na dissertação. A Igreja Matriz, depois Nova Catedral, saiu de condição de quase capela, apenas em 1837, (figura 55). Após a construção da Nova Catedral há uma imposição muito grande da Igreja do Rosário em relação à Catedral.

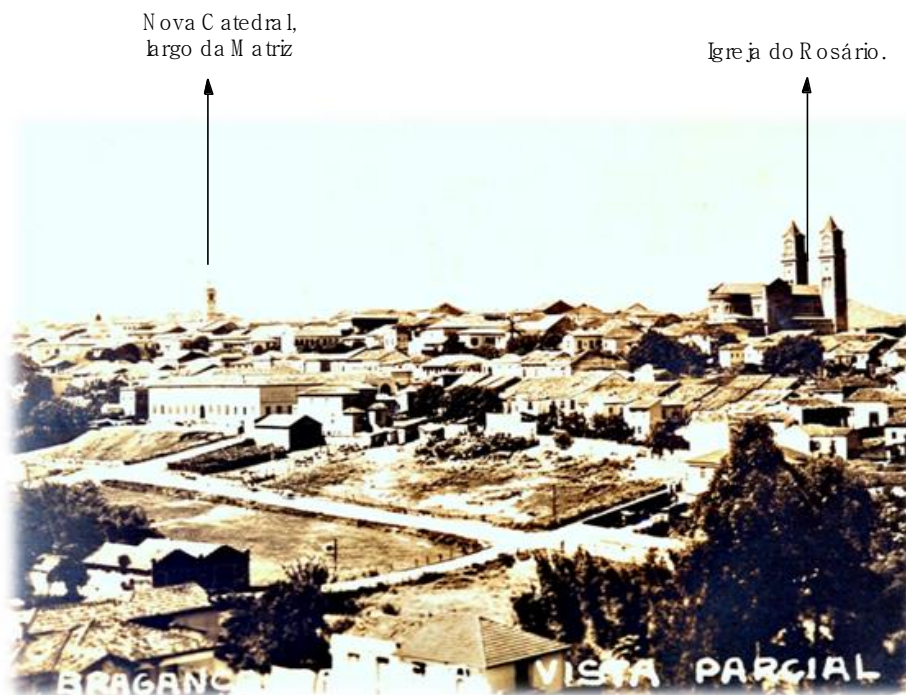


Figura 54: Relação entre a Igreja do Rosário e a Nova Catedral construída como Igreja Matriz em 1837. Fonte: Municipal Oswaldo Russomano.

Em 1915, a segunda versão da Igreja Matriz, que havia sido construída em 1837, foi totalmente demolida por ter sido alegado que suas estruturas de taipa de pilão estavam condenadas, e assim se deu a construção de uma nova e terceira Igreja maior, nota-se em vermelho na figura 56, a torre da Igreja do Rosário, a foto foi tirada de dentro da igreja em direção à rua direita.

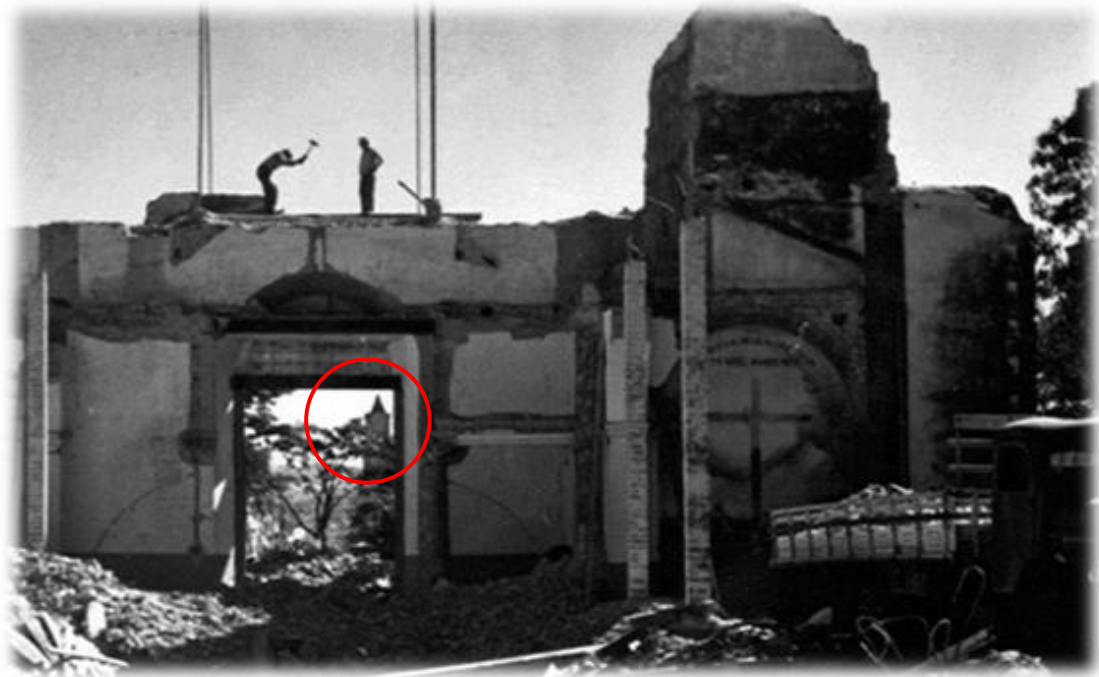


Figura 55: Segunda Igreja Matriz sendo demolida. Em vermelho, a torre da Igreja do Rosário, a foto foi tirada de dentro da igreja em direção à rua direita. Fonte: Municipal Oswaldo Russomano.

Além do largo aonde ficava a Igreja do Rosário, outra área importante para o núcleo urbano era o Largo da Cadeia. A primeira Casa de Câmara e Cadeia ficava atrás da Igreja Matriz e funcionou desde o século XVIII, na parte de cima do edifício eram realizadas as reuniões com os responsáveis pelos cargos públicos e a parte de baixo ficava a cobrança de impostos e a cadeia. Este edifício da Casa de Câmara e Cadeia foi reformado (MARTINS E LAURITO, 1943, p. 145). Um segundo edifício da Casa de Câmara e Cadeia foi construída em 1896 e demolida na metade do século XX. (Bragança Jornal diário, 04 de março 2012).

Nos registros fotográficos é possível notar que o segundo edifício da Casa de Câmara e Cadeia, construído em 1896, foi construído ao lado do Teatro Carlos Gomes construído em 1898.



Figura 56: Casa de Câmara e Cadeia que ficava atrás da Igreja Matriz, na sua segunda versão, quando reformada. Fonte: Municipal Oswaldo Russomano.

Na figura 57, é clara a relação entre a primeira Casa de Câmara e Cadeia que ficava atrás da Igreja Matriz, com a nova Casa de Câmara e Cadeia construída ao lado do Teatro Carlos Gomes, que foi construído em 1898.

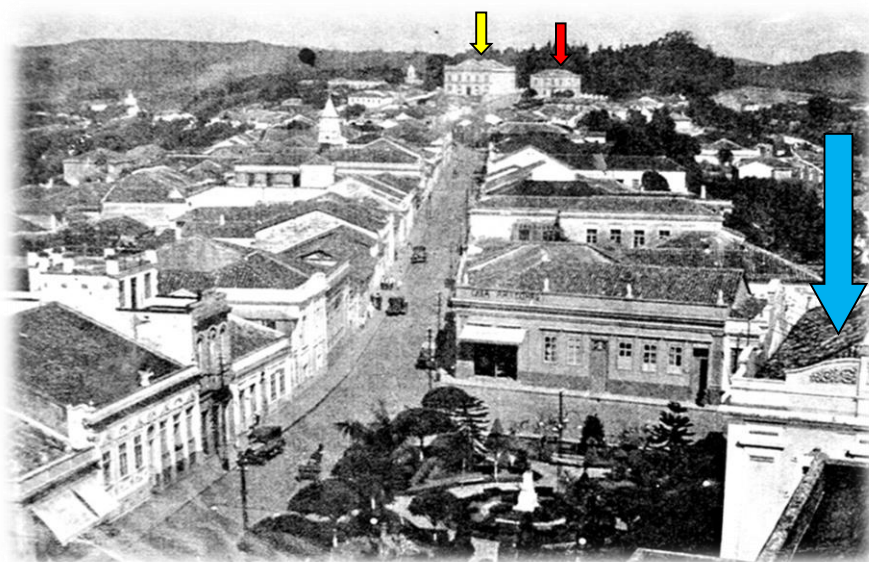


Figura 57: Foto de 1910, que mostra em azul a primeira Casa de Câmara e Cadeia, em amarelo o Teatro Carlos Gomes construído em 1898 e em vermelho a nova Casa de Câmara e Cadeia. Fonte: Municipal Oswaldo Russomano.



Figura 58: Início do século XX, Largo da Cadeia, segunda Cadeia e o acesso ao bairro do Canivete. Fonte: Municipal Oswaldo Russomano.

Portanto, não se sabe ao certo como era a primeira Casa de Câmara e Cadeia construída atrás da Igreja Matriz.

O espaço urbano central da Vila de Nova Bragança se estruturava a partir de um espigão. Uma das entradas da vila, que dava acesso a este espigão era a Rua Lavapés. Outro caminho de entrada da vila passava na frente da Igreja do Rosário, seguia pela Rua Direita e chegava ao Largo da Matriz, onde estava ao fundo a Casa de Câmara e Cadeia. Após o Largo da Matriz, havia a Rua das Pedras, que seguia para o pequeno Largo das Pedras. A partir daí começa a ser o quintal da Vila de Nova Bragança, onde se tinha acesso ao Largo da Cadeia, cemitério e a Rua Nova que daria acesso ao Bairro do Canivete.

Não existem registros em plantas, nem tão pouco iconografias do início do século XVIII que possam afirmar, como de fato se deu o crescimento da malha urbana do núcleo da Vila de Nova Bragança. No entanto, existem documentos que relatam um pouco de como era esse espaço urbano, usaremos como base a descrição apresentada por Nelson Martins e Domingos Laurito para o ano de 1835. Este ano é posterior ao período abordado no trabalho, porém, a proximidade das datas 1828 à 1835, 7 anos, faz com que sejam informações fundamentais para a reconstrução do espaço urbano no final do ciclo da

economia mista na Vila de Nova Bragança. Neste momento, se iniciava na vila o cultivo do café rompendo conseqüentemente com as principais características do período colonial, pois o século XIX chegaria para mudar a economia e o núcleo urbano com a substituição da arquitetura colonial para a arquitetura eclética.

Nelson Martins e Domingos Laurito descrevem que em 1835, entre as várias formas de se arrecadar dinheiro para a Vila Nova Bragança, um dos impostos era o Imposto Predial, cobrado de quem morava no núcleo urbano da vila, no bairro da Vila e esse núcleo urbano consistia em:

... área urbana: rua da Palha, das Pedras, do Agravo, Alegre, do Lavapés, do Rosário, da Igualdade, da Independência, **do Largo da Cadeia**, do Largo da Matriz, da rua Nova, do beco do vale e do beco São Luiz... grifo nosso (MARTINS E LAURITO, 1943, p. 145)

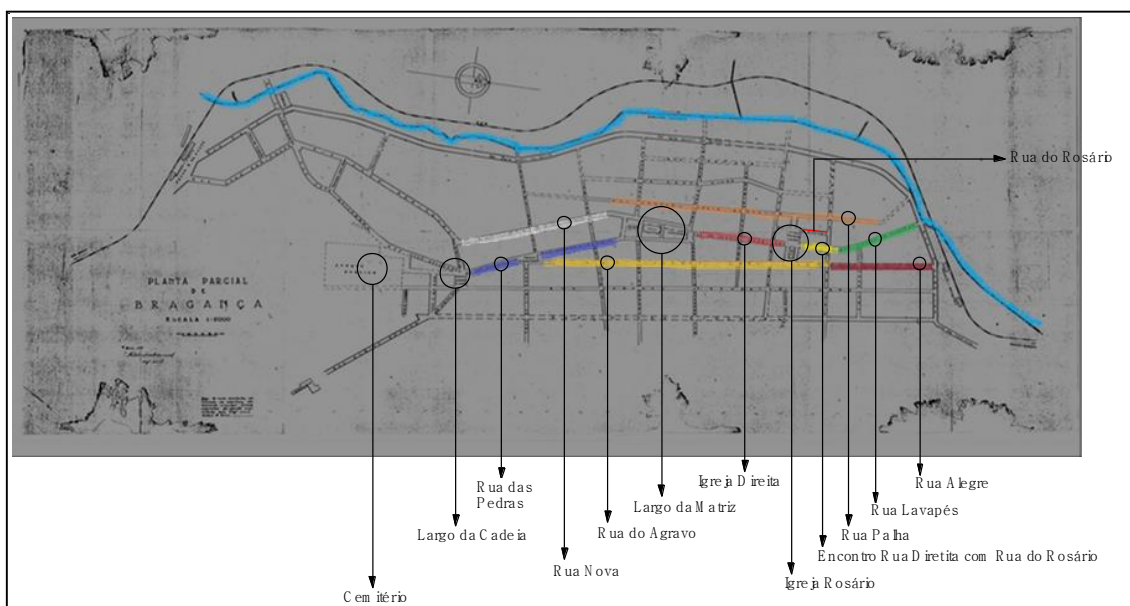


Figura 59: Núcleo Urbano de Vila Nova Bragança em 1835. Fonte: Municipal Prefeitura Municipal de Bragança Paulista.

Não conseguimos identificar a Rua da Igualdade, os becos do São Luiz e do Vale. A Rua da Palha é a atual Rua Coronel Teófilo Leme, a Rua do Agravo passou a ser a Rua do Comércio e posteriormente a Rua Coronel João Leme, nome atual. O final da Rua do Agravo passava a ser chamada de Rua Alegre, devido as “moças alegres” que ali moravam, explica Nelson Martins.

A Rua Lavapés era a continuação da Rua Direita, e hoje tem o nome de Barão do Juqueri, a Rua Direita que não consta na citação de Nelson Martins e Domingos Laurito, poderia ser chamada na época de rua do Rosário, pois são contínuas. Em 1835 ela era interrompida apenas pelo largo do Rosário, a Rua Direita e a Rua do Rosário hoje se chamam Dr. Candido Rodrigues, também era chamada de Rua do Rosário, e denominada assim até hoje, a rua se inicia na lateral do Largo do Rosário. (Figura 59)

Para a Rua Nova, a hipótese é que foi a rua que se formou para dar acesso ao bairro vizinho do Canivete, mais tarde se tornaria a rua da estação, que daria acesso a estação de trem do Taboão e hoje recebe o nome de Coronel Leme.

A Rua das Pedras é paralela a Rua Nova, dava acesso primeiramente ao Largo das Pedras, existente e conhecido popularmente com o mesmo nome até hoje, a praça chama-se Jacinto Domingos. Posteriormente se expandiu chegando até o citado lago da Cadeia onde ficava o chafariz da vila. Seguindo, atrás do largo da cadeia ficava o cemitério da Vila Nova Bragança.

É possível notar que em 38 anos, o crescimento foi pequeno assumindo direção norte e sul do planalto do espigão, os únicos edifícios públicos construídos no período estudado (1765 – 1828) foi a Igreja do Rosário e a primeira Casa de Câmara e Cadeia, que não se tem registros detalhados sobre os mesmos.

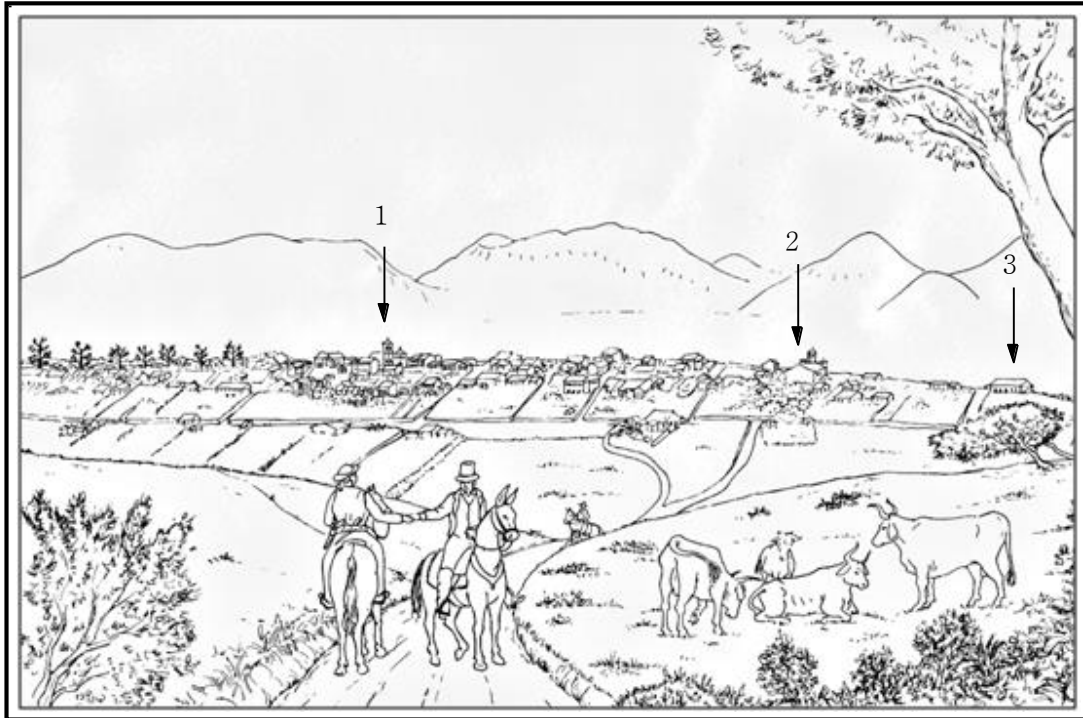


Figura 60: Vista de Bragança Paulista na direção sudoeste-nordeste (espigão principal). 1850 aproximadamente. Onde 1 localiza-se a Igreja do Rosário, 2 a Igreja Matriz e 3 localizava-se o Largo da Cadeia. Fonte: Museu Municipal Oswaldo.

Entre o ano de 1797 até 1835, poucas ruas se formaram no núcleo urbano da Vila de Nova Bragança. Utilizando como base a planta mais antiga da cidade que data de 1905, apresentamos a hipótese em vermelho do que era ocupado em 1797, e em amarelo o limite das ruas na vila em 1835.

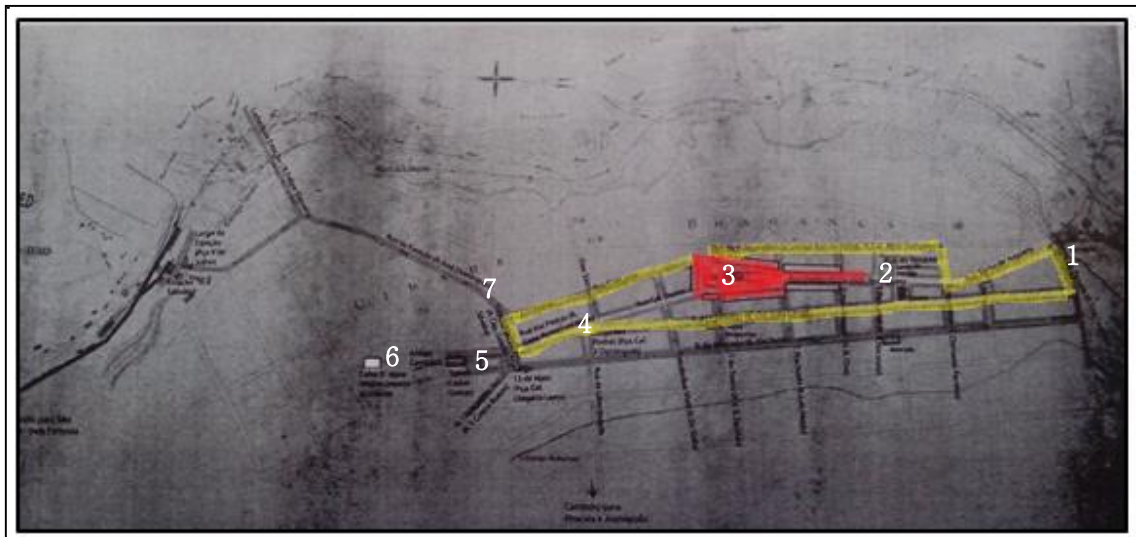


Figura 61: Planta de 1905 com estudo do crescimento urbano de Vila de Nova Bragança de 1797 até 1835; aonde: 1- acesso para a cidade, entrada; 2- Igreja do Rosário; 3- Largo da Matriz; 4- Largo das Pedras; 5- Largo da Cadeia; 6- Primeiro Cemitério; 7- Acesso para o bairro do Canivete. Fonte: Andréa Luri Ishizu, "Evolução da malha urbana e arquitetura de Bragança Paulista 1884 a 1967", Dissertação de Mestrado FAU-USP, 2009, p. 41.

A configuração urbana da Vila Nova Bragança no período colonial também pode ser analisada através de alguns registros fotográficos.

Uma das entradas para a Vila Nova Bragança se fazia pela Rua Lavapés, hoje Rua Direita. Esta entrada era paralela à Rua Alegre, depois Rua do Agravo. (Figura 62)

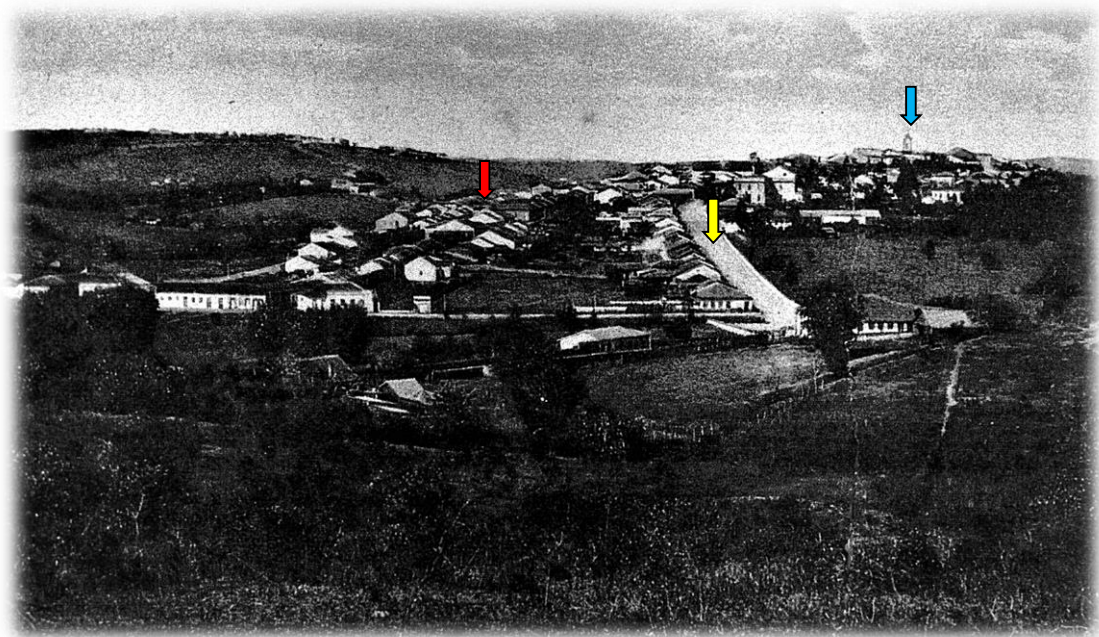
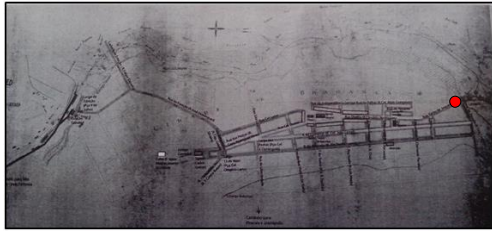


Figura 62: Entrada da Vila Nova Bragança. Em destaque a Rua Lavapés sinalizada em amarelo, que se torna a Rua Direita; ao fundo sinalizada em azul a Igreja Matiz e a Rua Alegre que se torna Rua do Agravo, ao fundo sinalizada em vermelho. Fonte: Museu Municipal Oswaldo.



Localização do Casarão da figura 63

Um grande sobrado em de taipa foi construído no século XIX na rua do Lavapés no local sempre se registrou muito movimento. Foi ponto de comércio de tropeiros e pousada. No Mapa de 1905 ele aparece registrado como colégio. No início do século XX foi sede do Bragança Futebol Clube e depois funcionou também como loja de tecidos. Seu último proprietário foi Jose de Carvalho Bastos, popularmente conhecido como Juca Barbudo, que possuía uma pastelaria no andar térreo que também abrigava uma borracharia. O prédio resistiu até 1975, quando foi demolido. (Figura 63)



Figura 63: Casarão colonial com uso comercial no piso térreo e residencial no primeiro pavimento. Fonte: Museu Municipal Oswaldo.

A partir deste sobrado, subindo a Rua Lavapés se tinha acesso a Igreja do Rosário, atual Rua Barão de Juqueri, adiante ela se transformava na Rua Direita, atual Dr. Candido Rodrigues.

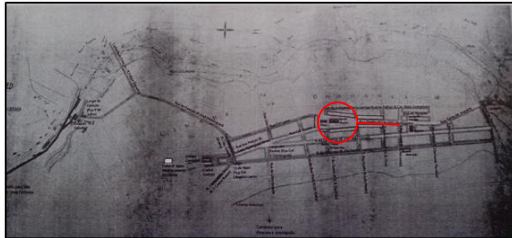


Figura 64: Missa realizada no exterior da segunda Igreja do Rosário, em 1935, na Rua Direita: uma multidão acompanha a missa. Fonte: Museu Municipal Oswaldo.



Figura 65: Missa realizada no exterior da segunda Igreja do Rosário em 1935. Fonte: Museu Municipal Oswaldo.

A Rua Direita, atual Dr. Candido Rodrigues e principal acesso à Igreja Matriz, hoje Catedral, foi construída com sua porta voltada para essa rua, a Rua Direita termina no Largo da Matriz. (Figura 59) O principal eixo urbano da Vila de Nova Bragança foi esta Rua Direita que ligava a Igreja Matriz à Igreja do Rosário. (Figuras 67, 68, 69, 70, e 71)



Localização Largo da Matriz e Rua Direita

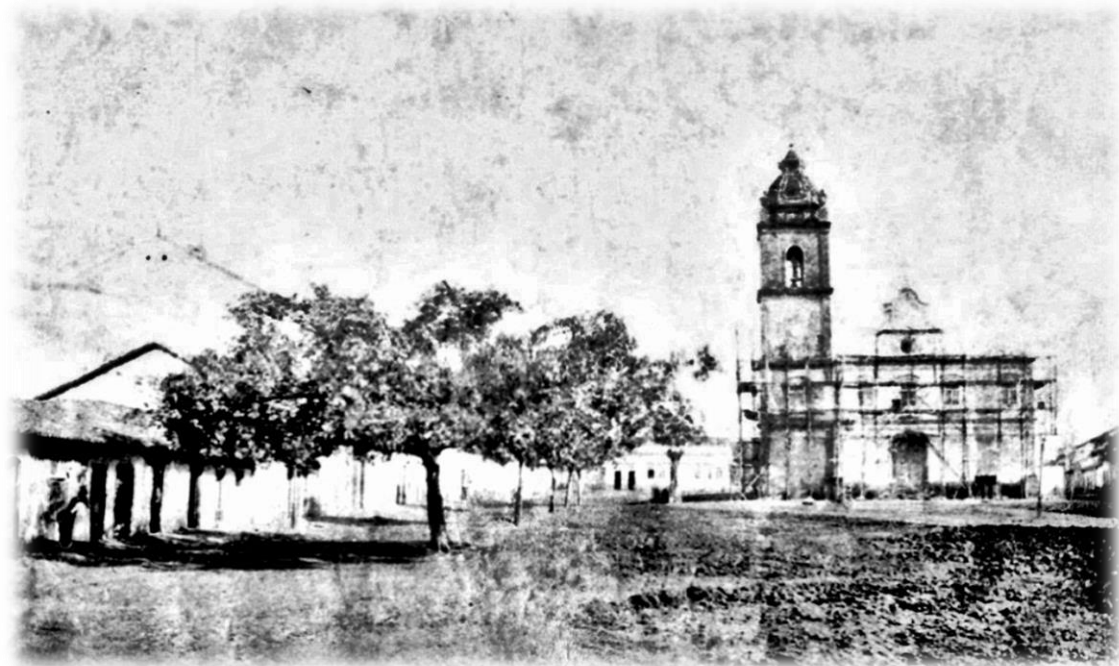


Figura 66: Largo da Matriz em 1880: reforma da fachada do edifício demolido em 1937. Fonte: Museu Municipal Oswaldo.

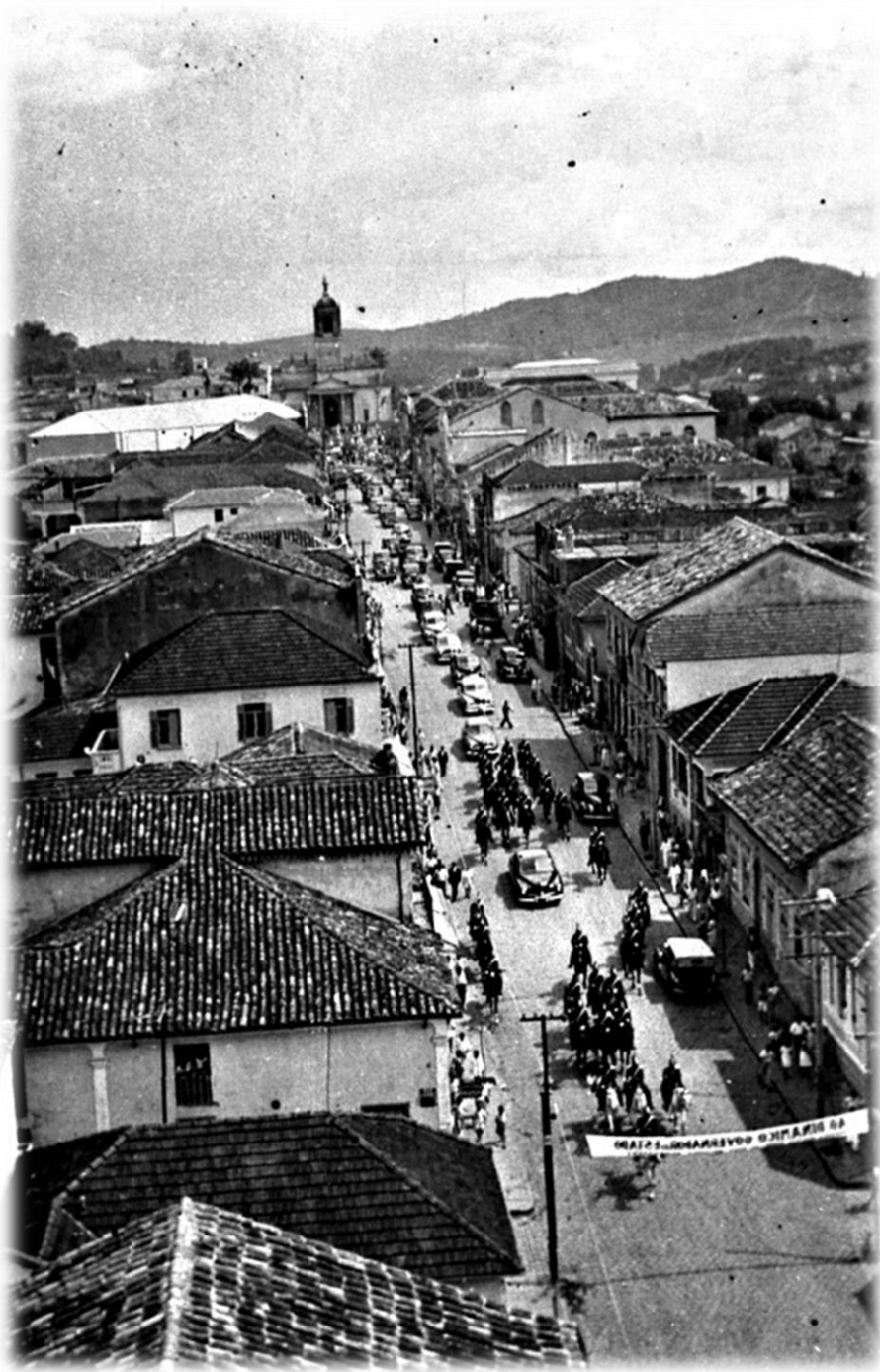


Figura 67: Largo da Matriz e Rua Direita no início do século XX: vista da torre da Igreja do Rosário.
Fonte: Museu Municipal Oswaldo.

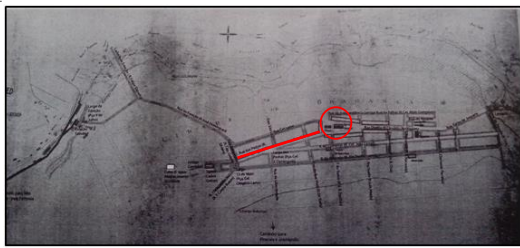


Figura 68: Parte do Largo da Matriz e Rua Direita vista da torre da Catedral, no início do século XX, ao fundo lateral da Igreja do Rosário. Fonte: Museu Municipal Oswaldo.



Figura 69: Rua Direita, em 1920; ao fundo Igreja do Rosário. Fonte: Museu Municipal Oswaldo.

Dando continuidade a este eixo estruturador da vila, a Rua das Pedras saía do Largo da Matriz no sentido oposto ao Largo do Rosário, no sentido do Largo da Cadeia Nova, dava acesso ao cemitério, passando pelo Largo da Pedras. Estas duas ruas, a Rua Direita e a Rua das Pedras, situam-se geograficamente num espigão que tinha de um lado o Ribeirão Canivete e de outro o Córrego do Lavapés.



Localização Rua das Pedras e Largo da Matriz



Figura 70: Vista da Rua das Pedras, no início do século XX, saindo do Largo da Matriz, ao fundo sinalizado o Teatro Carlos Gomes, construído no Largo da Cadeia em 1987. Fonte: Museu Municipal Oswaldo.



Figura 71: Vista da Rua das Pedras, em 1905, sentido Largo da Cadeia para o Largo da Matriz, ao fundo a Catedral.
Fonte: Museu Municipal Oswaldo.

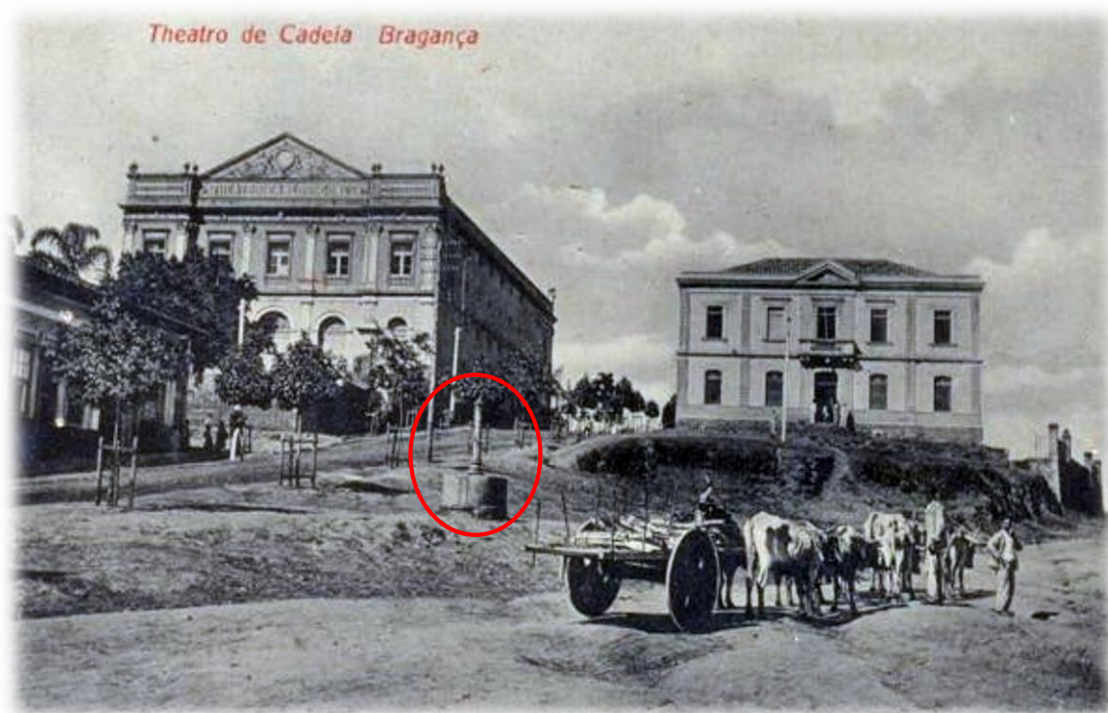


Figura 72: Largo da Cadeia, Teatro Carlos Gomes e segunda Cadeia, no início do século XX. Destaque para o Chafariz e para o carro de boi que segue na Rua Nova, sentido bairro do Canivete. Fonte: Museu Municipal Oswaldo

No início do século XX, apesar de construídos a Teatro Carlos Gomes e a Cadeia Nova em estilos ecléticos as casas na Rua das Pedras ainda mantinham a feição da arquitetura colonial. (Figura 73)



Figura 73: Vista da Rua das Pedras, sentido Largo da Matriz para Largo da Cadeia, ao fundo Teatro Carlos Gomes e segunda Cadeia, no início do século XX. Fonte: Museu Municipal Oswaldo.

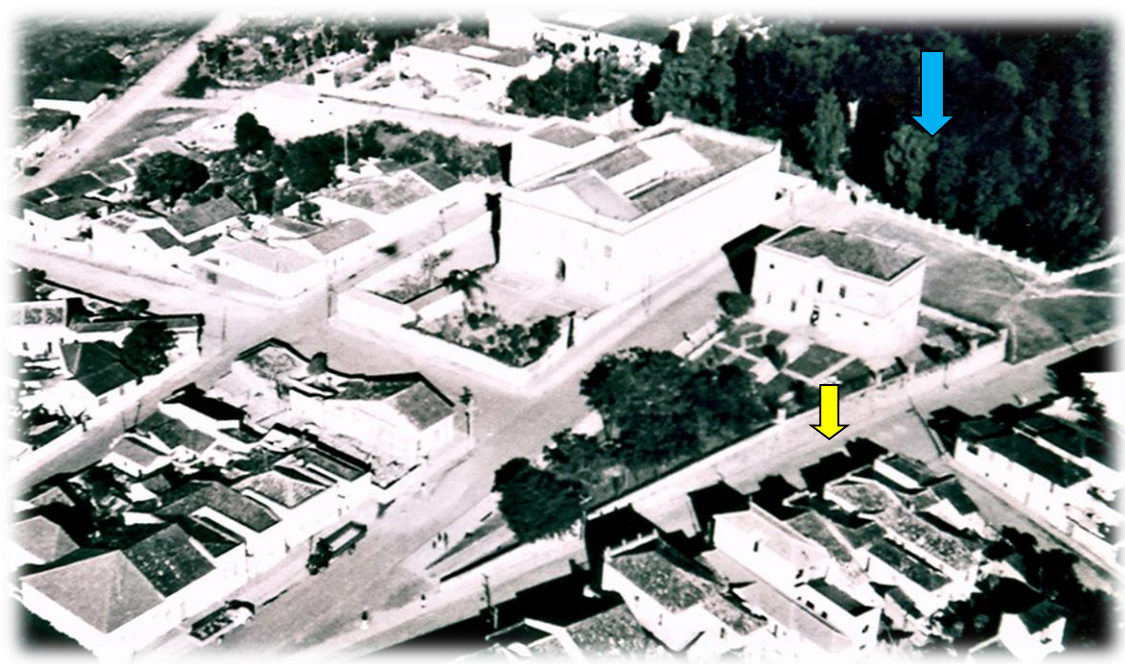
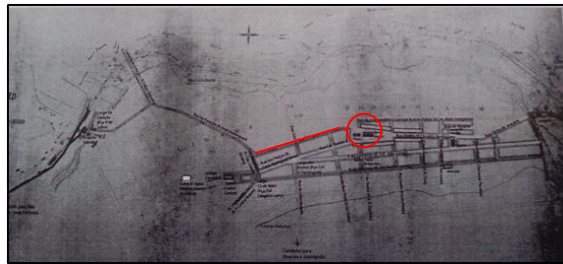


Figura 74: Vista aérea do Largo da Cadeia, Teatro Carlos Gomes e Cadeia Nova, no início do século XX. Destaque para o cemitério em azul. Rua Nova, sentido bairro do Canivete, destaque em amarelo. Fonte: Museu Municipal Oswaldo.

A partir do Largo da Cadeia Nova, formou-se a Rua Nova, posteriormente foi chamada de Rua da Estação. Esta rua dava acesso ao bairro vizinho do Canivete que passou a se chamar Taboão, nome que foi dado também para a estação ali instalada no início do século XX. (Figuras 75, 76 e 77)



Figura 75: Cartão Postal do Largo da Cadeia, sem data, provavelmente no início do século XX. Fonte: Centro de apoio a pesquisa USF.



Localização da Rua Nova saindo do Largo da Matriz



Figura 76: Rua Nova, no início do século XX, posteriormente foi chamada de Rua da Estação, essa rua dava acesso ao bairro vizinho do Canivete que passou a se chamar Taboão, nome que foi dado também a estação ali instalada no início do século XX. Fonte Museu Municipal Oswaldo Russomano.



Figura 77: Rua Nova, posteriormente foi chamada de Rua da Estação, no início do século XX. Hoje chama-se Rua Coronel Leme. Fonte Museu Municipal Oswaldo Russomano.

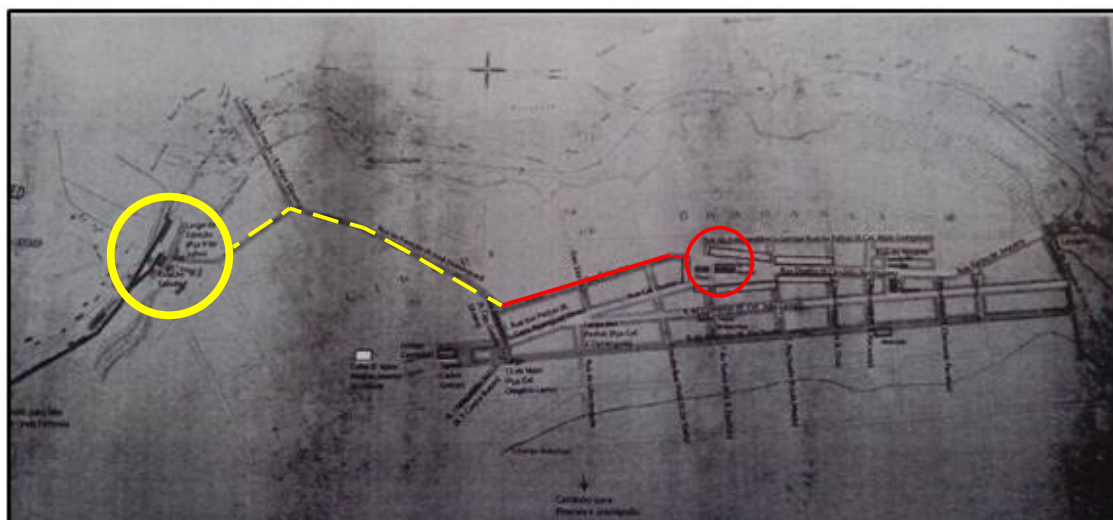


Figura 78: Largo da Matriz e Rua Nova, em vermelho, no início do século XX; continuação da Rua Nova em direção a estação, aonde se formaria o bairro do Canivete, em amarelo tracejado; bairro do Canivete, em amarelo. Fonte: Andréa Luri Ishizu, “Evolução da malha urbana e arquitetura de Bragança Paulista 1884 a 1967”, Dissertação de Mestrado, FAU-USP, 2009, p. 41.

O Bairro do Canivete, foi o bairro mais próximo do núcleo urbano que se uniu ao bairro da Vila no século XX. Mesmo antes de se unir ao bairro da Vila, apresentou no ano de 1798 a união do recenseamento das pessoas moradoras em ambos os bairros, deixando-as somente no bairro da Vila, informação contida no “Maço de População” de 1798.

A nova Estação de Trem do Taboão foi construída no bairro do Canivete, aonde se encontrava a Capela de São José, aonde hoje funciona a Igreja de São José, até hoje conservada. As ruas principais do bairro Canivete eram as ruas hoje chamadas de Rua Teixeira, que dá acesso a Universidade São Francisco e Rua Arthur Siqueira, que dá acesso ao aeroclube. (Figuras 79 e 80).

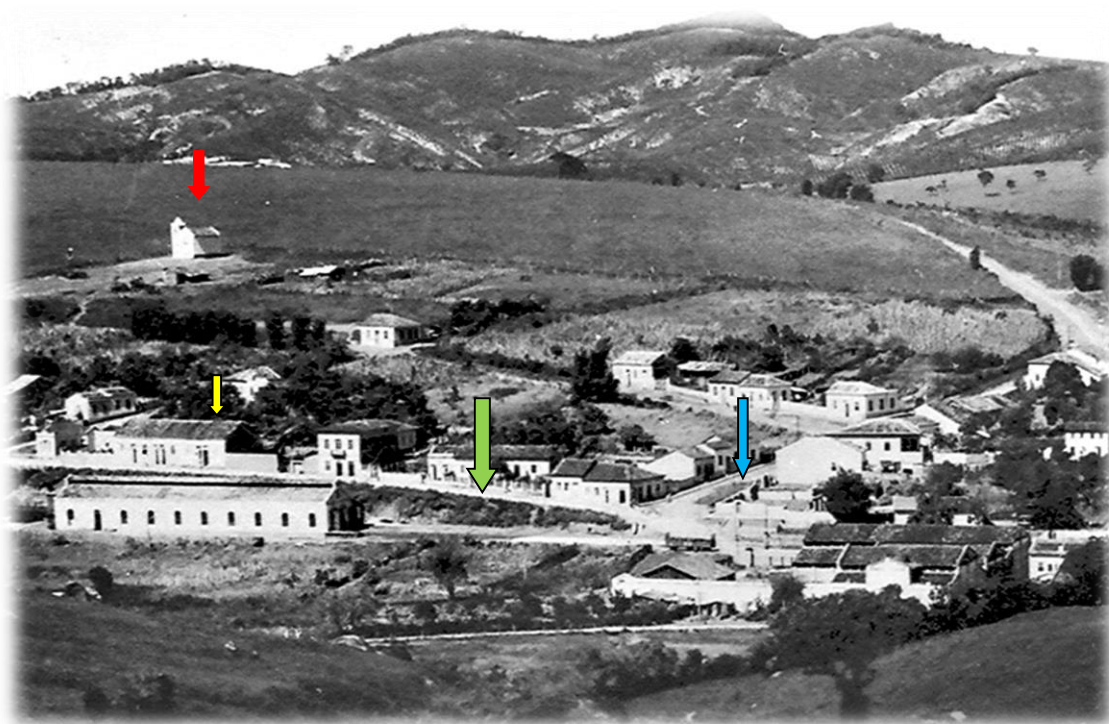


Figura 79: Vista do bairro do Canivete, no início do século XX, que passou a se chamar bairro do Taboão. Este bairro deu nome à estação, em amarelo. Próxima à estação existia a Capela de São José, hoje a Igreja de São José, em vermelho. A Rua Teixeira, em verde e Rua Arthur Siqueira, em azul eram as principais ruas do bairro. Fonte: Museu Municipal

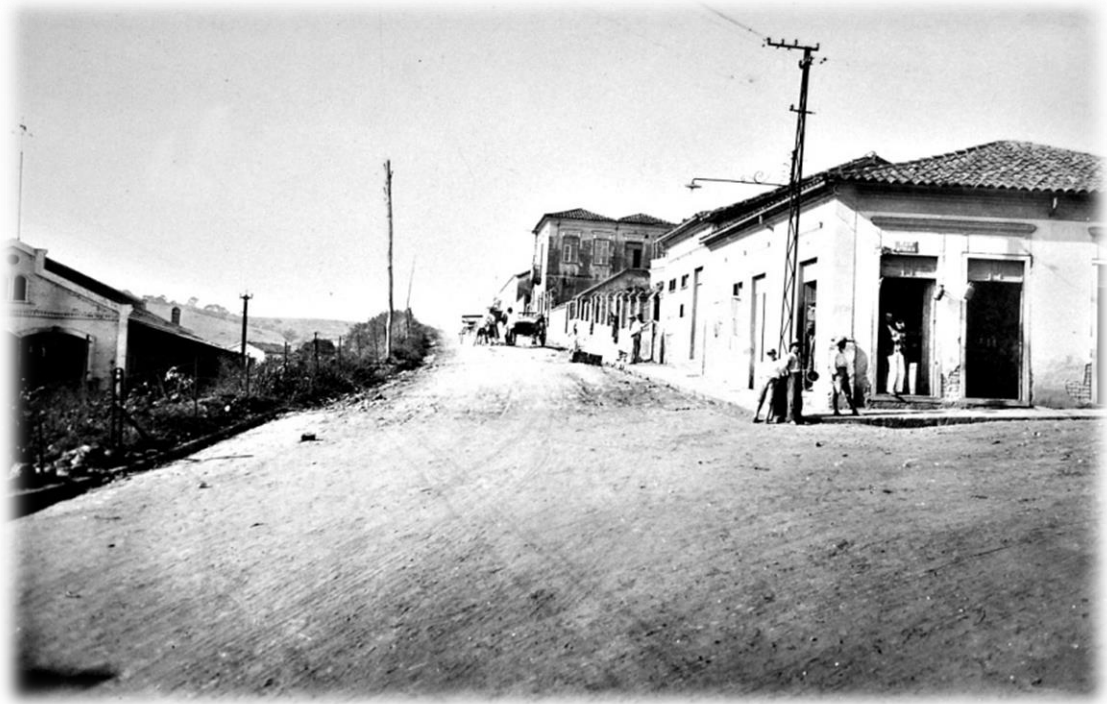


Figura 80: Vista do bairro do Canivete, no início do século XX. Do lado esquerdo parte da estação do Taboão, no centro a atual Rua Teixeira, na direita entrada para a atual Rua Arthur Siqueira. Fonte: Museu Municipal

A Rua do Agravo ligava a vila de norte a sul, na parte próxima a entrada recebia o nome de Rua Alegre, como já mencionado era naquela parte que moravam as moças solteiras e “alegres”, essa rua posteriormente recebeu o nome de rua do Comércio, e até hoje é chamada assim popularmente o nome atual é Coronel João Leme; desde o seu surgimento até os dias atuais se caracteriza por abrigar diversos comércios que atendem a população.

Interessante notar que uma parte era chamada de agravo, que significa ofensa, na outra de alegria, devido a presença de prostitutas. (Figuras 81, 82, 83 e 84)



Localização Rua Agravo



Figura 81: Vista da Rua Agravo, no início do século XX, posteriormente Rua do Comércio, hoje Rua Coronel João Leme. Fonte: Museu Municipal Oswaldo Rossomano.



Figura 82: Cartão Postal início do século XX, vista da Rua Agravo, posteriormente Rua do Comércio, hoje Rua Coronel João Leme. Fonte: Centro de apoio a pesquisa USF.



Figura 83: Início do século XX, comércio na Rua Agravo, posteriormente Rua do Comércio, hoje Rua Coronel João Leme. Fonte: Museu Municipal

Conclusão.

De forma geral, a historiografia sobre a formação do planalto paulista no início da colonização a descreveu como um território pobre e de importância secundária na economia da Colônia. A historiografia local sobre a cidade de Bragança Paulista não tratou o tema de forma diferenciada. A maioria dos estudos vincula a existência e fortalecimento do povoado que deu origem a Bragança Paulista somente ao abastecimento dos bandeirantes que ali passavam em idas e vindas entre São Paulo e Minas Gerais. O povoado é sempre descrito como um lugar carente de vários recursos e, mesmo num cenário de extrema pobreza, Nossa Senhora da Conceição do Jaguari foi sobrevivendo, primeiro como capela depois como freguesia.

No entanto, recente obra de Nestor Goulart Reis Filho, “As Minas de Ouro e a formação das Capitânicas do Sul”, esclarece que o planalto paulista foi, desde o século XVI, um grande ponto de partida para o reconhecimento do território das minas. Foi a partir do planalto que surgiram vários caminhos que futuramente seriam usados no segundo e grande ciclo do ouro; posterior ao primeiro ciclo, que aconteceu nas Capitânicas do Sul. REIS FILHO (2014, p. 231)

Com a cidade de Bragança Paulista e o estudo da formação de suas fronteiras não foi diferente. Sim, os bandeirantes e suas paradas foram de fundamental importância para seu surgimento e formação. Mas não apenas isso. A elevação da capela a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Jaguari não foi um acontecimento corriqueiro. Inserido no modo português de fundar cidades, existia por trás do feito importantes intenções. A primeira, foi de âmbito metropolitano e se relaciona diretamente com a Coroa: a proteção do território contra os espanhóis que, durante o século XVIII, tentaram várias vezes invadir terras da colônia portuguesa. A segunda, de âmbito regional, diz respeito aos interesses de duas diferentes capitânicas, a paulista e a mineira, que disputaram os seus limites, ora para garantir expansão do território, ora para garantir o território aurífero.

No decorrer da disputa territorial, a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari, que inicialmente possuía cinco bairros rurais mais o bairro da freguesia, era marcada por uma economia predominantemente de subsistência com um baixo número de escravos. Aos poucos, o que caracterizava a economia da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari foi se alterando. A economia mista ganha força com pequenos sítios produtores de cereais e criadores de porcos. Foi uma maneira singela de desenvolvimento, que para a Colônia era fundamental para manter o funcionamento da economia, já que os gêneros alimentícios produzidos ali não só abasteciam a Vila de São Paulo como também os pontos de exploração de ouro em Minas Gérias, localizados ao sul da capitania mineira.

As fazendas mistas eram de suma importância para a economia da colônia, e quando haviam excedentes os mesmos eram destinados para o comércio exterior, o incentivo para a implantação e bom funcionamento das fazendas mistas era resultado de ordens governamentais, e deveriam ser fiscalizadas pelos Juizes Ordinários das Vilas da Região do Lopo.

Após o declínio do ciclo de ouro, foi nos gêneros produzidos nas vilas e freguesias que a Coroa se apoiou para se manter lucrativa, exportando itens como cereais e toucinho para os países europeus aliados a Portugal. Desta forma, a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari esteve ligada a interesses metropolitanos, o que a distância da figura sem relevância que se manteve na historiografia sobre a vila no período colonial.

De fato, não se tratava de um local aonde se acumulara grandes riquezas, visto que o número de escravos era muito baixo. Mas este fato também ajuda a inserir a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Jaguari na economia mista, baseada em pequenos sítios com as famílias proprietárias trabalhando na manutenção das plantações e criadouros de porcos, que forneciam a carne e a banha. E esses criadouros de porcos eram de fácil manutenção e exigiam pouco espaço, diferentemente do alimento principal desses animais, o milho, que exigia maiores áreas de plantio; a sua produção ficava nas mãos moradores com mais bens, pois era preciso espaço e mão de obra escrava para o cultivo do milho,

que vinha vinculado com o cultivo do feijão por uma questão de proteção da muda do milho, tornando conveniente vincular o cultivo do milho e do feijão.

As propriedades mistas da região limítrofe entre São Paulo e Minas Gerais também tiveram papel fundamental no abastecimento de gêneros alimentícios no ciclo do algodão na Capitania de São Paulo, já no século XIX. Os grandes engenhos de algodão do oeste paulista eram monoculturas intensivas com mão de obra escrava. Era a produção das vilas e freguesias com uma economia mista que garantiam o sustendo daquela região. Ou seja, os três principais gêneros produzidos na Vila de Nova Bragança se interligavam entre a necessidade de tê-los como abastecedores regional e a lucratividade e desenvolvimento da vila.

Logo, é possível constatar que, no período de existência da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari (1765-1796), e mesmo na sua condição anterior de capela, a freguesia esteve inserida em uma disputa territorial. Para além de um local de passagem de bandeirantes, este território foi disputado entre a capitania paulista e a mineira, não somente pela possibilidade de encontrar ouro, mas por um conjunto de fatores, como a sua importância no abastecimento da região das minas e da Capital paulista, com uma produção e um excedente destinado ao comércio da metrópole

Apesar das tentativas constantes da Capitania de Minas Gerais em ocupar o território em estudo, confeccionando mapas e firmando acordos a seu favor, a Capitania de São Paulo sempre esteve à frente no domínio deste território, mesmo que muitas vezes tal domínio tenha ocorrido com construções feitas sem a prévia definição sobre a quem pertencia determinado território; pois dúvidas eram geradas pelas dificuldades reais de se obter tal informação na época.

Havia para os paulistas um interesse direto nos gêneros alimentícios produzidos na região do Morro do Lopo, assim como o desejo de ter em suas terras minas de ouro tão lucrativas quanto as da Capitania de Minas Gerais. Ao mesmo tempo, o território da então Capitania de Minas Gerais era fechado e não havia um real domínio sobre os seus limites, já que a população se concentrava

nas áreas de exploração de ouro, contornadas de grandes fazendas que ajudavam a abastecê-las.

A história da formação desse (no caso Bragança Paulista) território revela, portanto, uma sociedade específica em um espaço determinado, num intercâmbio contínuo que possibilitou a humanização dessa área, materializando a sociabilidade numa paisagem e numa estrutura territorial.

Mesmo com as dificuldades de análises dos Maços de População, é preciso fortalecer a importância dos bairros rurais, na Vila de Nova Bragança enquanto acontecia uma produção de milho, feijão e toucinho direcionado até para o mercado externo o núcleo urbano se desenvolvia de forma muito lenta, transformando os bairros nos grandes sustentadores da economia mista do período analisando.

Após a elevação a Vila, o crescimento do bairro da Vila foi intenso, enquanto que na condição de freguesia o núcleo urbano era muito pequeno com pouquíssimos fogos, o menor dos 6 bairros.

A economia mista, e a produção dos três principais gêneros foi tão importante que foi capaz de possibilitar o acúmulo de riquezas e inserir nos anos 1930 a Vila de Nova Bragança no mercado mundial de café, o que traria uma modificação significativa da sua paisagem urbana em relação ao período colonial. Isso porque, durante o período colonial somente a Igreja Matriz e a Igreja do Rosário podem ser consideradas construções de grande porte que foram construídas dentro do núcleo urbano; elas foram totalmente destruídas no século XX, assim como alguns outros edifícios ecléticos construídos entre o final do século XX e as primeiras décadas do século XX.

Foi possível com a análise dos Maços de População dos anos próximos a elevação da freguesia a vila entender que havia uma elite envolvida com esses interesses e essa mesma elite solicitou a sua elevação. Estes moradores interessados na elevação da freguesia a vila, contrariamente aos interesses da Câmara de Atibaia, esteve presente no auto de elevação à vila; sendo que os

mesmos interessados assumiram alguns cargos públicos, além é claro de se distribuíram como sendo os moradores mais importantes e ricos dos bairros, geralmente carregando o título de capitão.

A possibilidade de estudar profundamente a história local e entender que o desenvolvimento urbano se fez por diversas diretrizes e interesses, resultando em respostas particulares, é fundamental para a compreensão da formação do espaço urbano da atual cidade de Bragança Paulista.

Portanto, é possível concluir que o resultado vem do conjunto de ações que interferem no desenvolvimento local, condições particulares que proporcionam posicionamentos distintos. A política nacional, a economia nacional, os gêneros locais produzidos, a condição econômica da população (pobre), os interesses específicos de uma elite local e a localização da região numa situação de fronteira entre duas capitanias construíram um período colonial de desenvolvimento lento, porém estruturante para as mudanças e grandes transformações que ocorreria no século XX na cidade de Bragança Paulista. Essa dissertação, ainda deixa diversas portas abertas para serem exploradas até que se tenha o completo entendimento do que foi “a Bragança Paulista” do período colonial.

ANEXOS 1:

Nome Atual	Nome - Bairro Rural	Ano - Constr. da Capela	Ano - Freguesia
Amparo	-	-	1839
Atibaia	Do Atibaia	1665	1747
Bragança Paulista	Do Jaguari	1763	1765
Camanducaia	Do Camanducaia	-	1766
Campanha	Arraial de São Cipriano	-	1752
Campinas	-	-	1772
Itatiba	Do Belém	-	1830
Jacui	Arraial do Jacui	-	1715
Joanópolis	Do Currálinho	-	-
Mairiporã	De Juqueri	-	-
Mogi Guaçu	Do Campo	-	1740
Nazaré Paulista	De Nazareth	-	1676
Ouro Fino	Oiro Fino	-	1749
Piracaia	Da Cachoeira	-	1830
Pouso Alegre	Do Mandú	-	1795
São Gonçalo do Sapucaí	Arraial do Sapucaí	1743	1755
Socorro	Do Rio do Peixe	-	1838
Toledo	Terras do Toledo	-	1841

*	Freguesias que foram elevadas na condição de Cidades
---	--

	Localidades que fizeram partes dos estados de M.G e S.P.
--	--

Nome - Freguesia	Ano - Vila	Nome - Vila	Desmembramento	Estado Atual
N. Sra. Do Amparo	1857	* Amparo	Bragança Paulista	S.P
São João Batista do Atibaia	1769	São João do Atibaia	São Paulo	S.P
N. Sra. Da Conceição do Jaguari	1797	Nova Bragança	Atibaia	S.P
N. Sra. da Conceição do Camanducaia	1840	* Camanducaia	-	M.G
Campanha da Princesa do Rio Verde	1798	Da Campanha do Rio Verde	São João Del Rei	M.G
N. Sra. Do Campo de Campinas	1797	De São Carlos	Jundiaí	S.P
N. Sra. Do Belém do Jundiaí	1857	De N. Sra. Do Belém do Jundiaí	Jundiaí	S.P
São Carlos do Jacui	1814	De São Carlos do Jacui	-	M.G
São José do Currallinho	1896	* Joanoplolis	Piracaia	S.P
N. Sra. Do Desterro de Juqueri	1890	* Mairiporã	Guarulhos	S.P
N. Sra. Conceição do Campo	1769	N. Sra. Do Campo de Mogi Guaçu	Jundiaí	S.P
N. Sra. Da Conceição de Nazareth	1850	* Nazaré	Atibaia	S.P
São Francisco de Paula do Oiro Fino	1765	São francisco de paula do Ouro Fino	-	M.G
Santo Antonio da Cachoeira	1859	* Piracaia	Nazareth	S.P
Bom Jesus do Matozinho do Mandu	1810	De Pouso Alegre	-	M.G
São Gonçalo da Campanha do Rio Verde	1878	* São Gonçalo do Sapucaí	-	M.G
N. Sra. da Conceição do Rio do Peixe	1871	Socorro	Bragança Paulista	S.P
São José do Toledo	1953	* Toledo	Camanducaia	M.G

ANEXOS 2:

Personalidades que assinaram a Petição							Cargo Público	Presente
		Loc.	bairro	fogo	ano	1798	Auto	
1	Anastácio Alves de Oliveira							
2	Angelo Alves do Prado							
3	Antonio Leme da Silva	X	Rio do Peixe	1	1798			
4	Antonio Vieira Maciel	X	Vila	27	1796			
5	Antonio de Moraes	X	Curralinho	1	1796			
6	Antonio Ruiz de Azevedo	X	Vila	129	1798			
7	Bartolomeu Pires Cardoso						sim	
8	Bento Pires do Prado	X	Vila	24	1796			
9	Bráz Francisco Ramalho						Sim	
10	Domingos Gomes							
11	Carlos Pedroso de Moraes							
12	Cosntantino José de Moraes							
13	Felippe Diniz de Avilla	X	Canivete	102	1796			
14	Francisco Antonio de Lima							
15	Francisco Gomes de Moraes							
16	Francisco Gonsalves Cardoso							
17	Francisco Luiz Pena							
18	Francisco de Paula de Oliveira	X	Vila	65	1804			
19	Francisco da Silva Pinto	X	Vila	238	1798			
20	Francisco V. Pinto							
21	Francisco Xavier Cesar						sim	
22	Geraldo Nogueira							
23	Ignácio Ruiz Furtado	X	Canivete	55	1796			
24	Ignácio Ruiz Alvarenga	X	Vila	62	1798			
25	Innocencio de Souza							
26	Jacinto Roiz Bueno	X	Lopo	1	1796		sim	
27	Jeronimo de Camargo	X	Vila	12	1798			
28	Joam Pinto Damasceno							
29	João de Almeida Paes							
30	João Francisco de Oliveira							
31	João Gomes Ferreira						sim	
32	João Nogueira Bueno	X	Vila	43	1798			
33	João Pires Moraes							
37	João Pires Maciel							
35	João Roiz de Afonseca	X	Vila	4	1798			
36	Joaquim Domingues Maciel	X	Vila	160	1799			
37	Joaquim Gomes de Moraes						sim	
38	Joaquim José de Freitas							
39	Joaquim José Pires	X	Canivete	118	1796			
40	Joaquim Manuel Ferreira							
41	Joaquim Preto de Oliveira							
42	José Alves							
43	José Alz. De Oliveira							
44	José Garcia Leal	X	Campanha	2	1798	Juis	sim	
45	José de Godoy	X	Vila	15	1804			
46	José Gonsalves da Cunha							
47	José Mendes							

48	José Nogueira						
49	José Paes da Silva						sim
50	José Pedroso Pinto	X	Vila	4	1796	Sargento-mor	sim
51	José Pereira Leme	X	Jacarei	1	1804		sim
52	José de Souza						
53	José Xavier Ferreira						sim
54	Lorenço Franco Bueno	X	Vila	2	1796	Capitão-Mor	sim
55	Lorenço Pires Cardoso	X	Vila	136	1798		
56	Lucas Ferraz						
57	Luiz Pedroso de Barros						
58	Manuel Antonio Pereira	X	Vila	187	1798		
59	Manuel Barbosa de Area						
60	Manuel Joaquim Leme	X	Vila	170	1798		
61	Manuel José Rodrigues da Silva						
62	Manuel Luiz de Carvalho						
63	Manuel do Prado Bueno						
64	Manuel Rodrigues de Siqueira						
65	Manuel Roiz Bueno	X	Vila	55	1799		
66	Manuel Vieira Sardinha						
67	Marcelino da Silva						
68	Masimiano da Silva	X	Vila	29	1796		
69	Miguel de Azevedo e Silva	X	Vila	31	1796		
70	Pedro Lopes de Madeiros						
71	Romualdo de Toledo Piza	X	Vila	57	1798		
72	Roque de Souza Moraes	X	Vila	3	1798		
73	Salvador Gomes	X	Vila	24	1798		
74	Sebastian Alves de Oliveira						

Presentes na solicitação da emancipação da Vila Nova Bragança, 1796. Fonte Asprino Junior

ANEXOS 3:

Presentes - elevação a Vila Nova Bragança				localizado	solicitou	negou
1	Antonio Alves de Oliveira					
2	Bartolomeu Pires Cardoso					
3	Bráz Francisco Ramalho					
4	Chistovão Xavier do Prado		X			
5	Francisco Cardoso de Oliveira					
6	Francisco Cunha Ramos					
7	Francisco Pinto de Ciqueira					
8	Francisco Xavier Cesar					
9	Inácio de Souza					
10	Inácio Rodrigues Siqueira					
11	Jacinto Roiz Bueno		X			
13	João Gomes Ferreira					
13	Joaquim Gomes de Moraes		X			
14	José Antonio Rodrigues da Silva					
15	José Antonio da Silva Coelho					
16	José Custódio de Camargo					
17	José Garcia Leal		X			
18	José Garcia da Rocha					
19	José Paes da Silva					
20	José Pedroso Pinto		X			
21	José Pereira Leme		X			
22	José Pires de Arruda					
23	José Pires de Oliveira					
24	José Rodrigues de Siqueira					
25	José de Souza Pereira					
26	José Xavier Ferreira					
27	Loureço Correia Bueno					
28	Lourenço Franco Bueno		X			
29	Lourenço Franco de Camargo					
30	Lourenço Justiniano Freire e Figueredo					
31	Lourenço Rodrigues de Siqueira					
32	Manuel Rodrigues Freire					
33	Rafael de Godoi Bueno					

Presentes no Auto de Ereção da Vila Nova Bragança em 1797. Fonte Asprino Junior.

BIBLIOGRAFIA:

ABREU, Mauricio de Almeida. Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502 – 1700) Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio e Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 2010.

ANDRADE, Adriano Bittencourt. O outro lado da Baía: a gênese de uma Rede Urbana Colonial. Ed. UFBA. Salvador, 2013.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Maços de População da Vila de São João do Atibaia.* São Paulo.

BACELLAR, Carlos A. P. *Os reinóis na população paulista às vésperas da Independência.* Oceanos, Lisboa, v. 44, p. 22-36, 2000.

_____ - Arrolando os Habitantes no Passado: as listas nominativas sob um olhar crítico. Locus: Revista de História, v.14 n1, Juiz de Fora, jan – jun, 2008.

BORSOI, Diogo Fonseca. Nos traços do Cotidiano: Cunha entre Vilas de Serra Acima e os Portos da Marinha (1776 – 1817). Dissertação de Mestrado em Urbanismo de Faculdade de Urbanismo de São Paulo – FAU USP. São Paulo, 2013.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Decifrando Mapas: Sobre o Conceito de “Território” e suas Relações com a Cartografia. Publicação de Artigo Anais do Museu Paulista vol. 12 n. 1, 2009.

_____ - Dilatação e Confins: Caminhos, Vilas e Cidades na Formação da capitania de São Paulo (1532 – 1822) Publicação de Artigo Anais do Museu Paulista vol. 17 n. 2, 2009.

_____ - *Sistema de Produção da Arquitetura na Cidade Colonial Brasileira – Mestres de Ofício, “Riscos” e “Traços”.* Publicação de Artigo Anais do Museu Paulista vol. 20 n° 1, 2012.

_____ - Desenho e Desígnios: O Brasil dos Engenheiros Militares (1500 – 1822) Ed. USP, 2010.

CAMARA MUNICIPAL DE BRAGANCA PAULISTA. Câmara do Município de Bragança Paulista: trajetória e identidades, 1797-1997. Bragança Paulista: Câmara do Município, 1998.

CORREA, Roberto Lobato (1989). *A Rede Urbana*. São Paulo: Ed. Ática.

CORTESÃO, Jaime. *A fundação de São Paulo, capital geográfica do Brasil*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1955.

COSTA FILHO, Miguel. *A Cana de Açúcar em Minas Gerais*. Rio de Janeiro Instituto do Açúcar e do Alcool, 1963.

COSTA, Hernani Maia, *O Triangulo das Barreiras (as barreiras do Vale do Paraíba Paulista, 1835 – 1860)* São Paulo FFLCH, USP, 2001.

CYRO JUNIOR; ASPRINO JUNIOR. *Anuário de Bragança Paulista para 1904*. São Paulo: Tipografia Andrade e Mello, 1903.

DERNTL, Maria Fernanda. *Método e Arte: Criação Urbana e Organização Territorial na Capitania de São Paulo, 1765-1811*. Tese de Doutorado da FAU-USP, São Paulo, 2010.

_____ - *Uma Oficina de Novidades: A Implantação de Núcleos Urbanos na Capitania de São Paulo, 1765 – 185 - 2012*.

EMPRESA ELETRICA BRAGANTINA. 100 anos Empresa Elétrica Bragantina. Bragança Paulista, Grupo Rede Empresas de Energia Elétrica, 2003.

FONSECA, Claudia Damasceno, *Arraiais e Villas d'el Rei. Espaço e poder nas Minas setentistas*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2011.

FUNDAÇÃO SEADE. *Tabelas, Quadros e Figurativos*. São Paulo, 2014. End. Eletrônico: www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico

GARRIDO, Felipe de Moura. *Produção, Comércio e tensões nas Vilas do Norte da Capitania de São Paulo (1788 – 1808)* Dissertação de Mestrado, UNESP, Franca, 2012.

HOLANDA, Sérgio Buarque. Monções. Rio de Janeiro: Ed. Brasiliense, 1945

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sinopse Estatística do Município de Bragança Paulista Estado de São Paulo. Subsídios para o estudo de evolução política. Rio de Janeiro: Serviço Geográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1948.

IARA, Fioravanti Sampaio. Formação de Rede Urbana e Fundação de Cidades na Região de Itu (1796 a 1830). Dissertação de mestrado em Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, FAU – PUCAMP, Campinas, 2015.

ISHIZU, Andréa Luri. Evolução da Malha Urbana e Arquitetura De Bragança Paulista (1884 – 1967). Dissertação de Mestrado em Urbanismo de Faculdade de Urbanismo de São Paulo – FAU USP. São Paulo, 2009.

JUCÁ Neto, Clovis Ramiro. Primórdios da Urbanização no Ceará. Fortaleza, Ed. UFC, 2013.

LAURITO, Domingos; MARTINS, Nelson Silveira. Bragança 1763-1942. Coleção São Paulo através da História. São Paulo: Ed. Mario M. Ponzini e Cia. 1943.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Ed. Documentos, 1968.

LEITE, Beatriz Westin de Cerqueira. Região bragantina: estudo econômico social (1653-1836). 1974. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 1974.

LENHARO, Alcir. As Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação da política do Brasil (1808 – 1842) 2 Ed. Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural. Divisão de Editoração, 1993.

LEPETIT, Bernard. Por uma nova história urbana. Seleção de textos, revisão crítica e apresentação Heliana Angotti Salgueiro; tradução Cely Arena. São Paulo: Edusp, 2001.

LIMA, Jose Máximo Pinheiro. Anuário de Bragança 1902. Bragança Paulista: Tipografia da Cidade de Bragança, 1901.

MATHIAS, Luiz Gonzaga Pires. Em busca dos marcos perdidos. Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 1999.

MARX, Murillo (1991). *Cidade no Brasil Terra de Quem?* Campinas: Ed. Unicamp, 1989.

MOREIRA, Ruy. *Formação Espacial Brasileira: uma contribuição crítica a geografia do Brasil.* São Paulo: Ed. Consequência, 2012.

NEVES, Mirna Aparecida, PEREIRA, Sueli Yoshinaga, FOLWER, Harold Gordon: Impactos do sistema estadual de gerenciamento de recursos hídricos na bacia do Rio Jundiá (SP)-Publicação de Artigo Anais do Museu Paulista, vol. 10 n.2, 2007.

PEREIRA, Renata Baesso& SALGADO, Ivone. Agentes das Fundações Urbanas na Capitania de São Paulo no século XVIII: análise comparativa das freguesias de Jaguari, Campinas e Ararituaba. Anais do 12 *Internacional Conference on Urban History*, Lisboa, 2014.

PICCINATO, Dirceu Junior. **Terra Urbana, patrimônio fundiário: uma análise histórica da apropriação do solo na configuração do urbano no nordeste paulista** (1800 a 1930). Dissertação de mestrado em Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, FAU – PUCAMP, Campinas, 2012.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Evolução Urbana no Brasil.* São Paulo: Ed. Pioneira, 1968.

_____ - *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial.* São Paulo: Ed. Edusp, 2001.

_____ - Quadro da Arquitetura no Brasil. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2002.

_____ - As Minas de Ouro e a formação das capitâneas do Sul, São Paulo: Ed. Via das artes, 2013.

TOPALOV, Chistian; BRESCIANI, Stella; LILLE, Laurent Coundroy; D'ARC, Helene Riviere. A aventura das Palavras da cidade, através dos tempos, das línguas e da sociedade. Ed. Romano Guerra, São Paulo, 2014.

VILLANUEVA, Ana Aparecida Rodrigues: Artigo Publicado: OS MARCOS GEOGRÁFICOS COMO REFERÊNCIAS NA OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO PAULISTA: O caso do morro do Lopo e os núcleos urbanos no “Caminho de Atibaia”, no século XVII. End eletrônico: <http://www.ifch.unicamp.br/ciec/revista/artigos>, UNICAMP, 2010.

VON WEICH. J. Friedrich. Agricultura e o Comércio no sistema Colonial. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 1992.